

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO

João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1872 – 1954)

Arquitectura e Urbanismo

1º Volume

Rita Maria Machado Martins

Setembro de 2010

Tese de Mestrado em História da Arte Portuguesa
Orientadora: Professora Doutora Maria Leonor Barbosa Soares

João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça
1872 - 1954
Arquitectura e Urbanismo

RESUMO

Com apenas a formação de nível secundário, mas com a experiência e o conhecimento alcançado durante largos anos ao serviço das Obras Públicas, o nome de Moura Coutinho surgirá associado a um conjunto de obras realizadas durante a primeira metade do século XX, sendo a maior parte em Braga, mas também noutras cidades e vilas do país, com especial destaque para a região do Minho. Estas cidades terão novos equipamentos urbanos, abrangendo várias tipologias arquitectónicas, como teatros, asilos, bancos, hotéis, paços de concelho, mercados, assim como habitações, bairros e casas económicas, igrejas, arranjos e reutilizações de edifícios pré-existentes. Os estudos histórico-arqueológicos e o restauro do património, assim como a criação de textos para a imprensa da época vão ocupar-lhe grande parte do final da sua vida. De referir ainda a importância do desenho urbano e os Planos de Melhoramentos que desenvolverá nas Comissões de Estética da Câmara Municipal de Braga, dando pareceres e apresentando projectos de planeamento urbanístico.

ABSTRACT

Although he only had a secondary school education, the experience and knowledge he acquired through many years with Public Works caused the name Moura Coutinho to be linked with a series of works carried out in the first half of the 20th century, mostly in Braga but also in other cities and towns in the country, especially in the Minho region. These cities were provided with new urban equipments encompassing several types of architecture such as theatres, asylums, banks, hotels, city halls, markets, as well as dwellings, council homes, churches, repairs and refurbishing of pre-existing buildings. Historical-archeological studies and landmark restoration, as well as writing in the press would take up a sizable part of his later years. Also worthy of note are the urban design and Improvement Plans that he undertook for the Braga Council Aesthetics committees, giving advice and submitting urban planning projects.



Retrato de João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça

Sumário

Abreviaturas e Siglas

Introdução

I Perfil Intelectual e Artístico

1. Apontamentos **Biográficos**
2. **A Biblioteca do Arquitecto**

II A Comissão de Estética e os Melhoramentos em Braga

III Obras de Arquitectura

1. Arquitectura **Religiosa**
2. Arquitectura **Hospitalar** e de **Assistência Social**
3. Arquitectura **Teatral**
4. Arquitectura **Financeira**
5. Arquitectura de **Restauração**, **Hotelaria** e **Turismo**
6. **Outros Equipamentos Urbanos – Públicos e Privados**
 - A. Paços de Concelho** e outros **Equipamentos Municipais**
 - B. Equipamentos Urbanos de Iniciativa Particular**
 - C. Equipamentos Escolares**
7. **Habitações**, **Prédios de Rendimentos** e **Casas Económicas**

Conclusão

Fontes e Bibliografia

Fontes Impressas

Fontes Manuscritas

Fontes Iconográficas

Índice

Apêndice Documental e Iconográfico (2º Volume)

Abreviaturas e Siglas

AAP – Associação dos Arqueólogos Portugueses

ABMRP/PV - Arquivo da Biblioteca Municipal Rocha Peixoto / Póvoa de Varzim

ADA - Arquivo Distrital de Aveiro

ADGEMN/DSRMC - Arquivo da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - Direcção de Serviços Regionais de Monumentos do Centro

ADGEMN/DSRMN - Arquivo da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - Direcção de Serviços Regionais de Monumentos do Norte

ADVCT - Arquivo Distrital de Viana do Castelo

AH-BML - Arquivo Histórico - Biblioteca Municipal da Lousã

AHBP-AV - Arquivo Histórico do Banco de Portugal – Agência de Viseu

AHMC - Arquivo Histórico Municipal de Coimbra

AHMOP - Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Lisboa

AHMP - Arquivo Histórico Municipal do Porto

AMB - Arquivo Municipal de Braga (OU - Obras Urbanas; OG – Obras Gerais)

AMF - Arquivo Municipal de Fafe

AML - Arquivo Municipal de Lisboa (Pólo Arquivo Histórico)

AMPV – Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim

AUC - Arquivo da Universidade de Coimbra

BPB – UM – Biblioteca Pública de Braga da Universidade do Minho

BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto

CMB - Câmara Municipal de Braga

CMF - Câmara Municipal de Fafe

CML - Câmara Municipal da Lousã

CMP - Câmara Municipal do Porto

CMPV - Câmara Municipal de Póvoa de Varzim

CRCB - Conservatória do Registo Civil de Braga

OFCD – Ordem dos Frades Carmelitas Descalços, Braga

Abreviaturas e Siglas

c – cerca

cat. - catálogo

cf - confrontar/ conforme

col. - colecção

ed. - edição

fasc. - fascículo

fig.(s) - figura(s)

fl.(s) - fólho(s)

nº - número

o. c. – obra citada

p. - página

pp. páginas

rev. - revista

rs. - réis

s.d. - sem data

s.e. - sem editor

séc.(s) – século(s)

sep. - separata

s.l. - sem local

s.t. - sem título

t.(s) - tomo(s)

trad. - tradução

v. - verso

vol.(s) – volume(s)

MC – Moura Coutinho

[] - palavra ou palavras acrescentadas a um texto

[...] - palavra ou palavras omitidas numa transcrição

Introdução

A obra arquitectónica de João de Moura Coutinho (1872-1954) é o objecto deste estudo. Acrescentámos-lhe algumas notas sobre urbanismo, especificamente a sua acção no contexto das Comissões de Estética, em Braga.

Já no decorrer do processo de investigação sobre a obra de Moura Coutinho, nos veio parar às mãos um conjunto de documentos gráficos, desenhos e estudos, vindos do seu ateliê, que estavam em depósito na Biblioteca Pública de Braga – Universidade do Minho (BPB-UM), a necessitarem de estudo e tratamento. Desde já, aqui fica o nosso encarecido agradecimento a quem teve a amabilidade de nos informar sobre a existência dessa documentação e no apoio constante ao longo do processo – ao Eduardo Pires de Oliveira -, e ao então director da Biblioteca, Dr. Barreto Nunes, pela forma como nos permitiu aceder à documentação, assim como a sua continuidade no seu actual director, Dr. Elísio Araújo.¹

Logo nos apercebemos da riqueza das peças, das possíveis leituras e caminhos a seguir na interpretação das mesmas. Muitos destes desenhos revelaram-se ser os únicos sobre determinados projectos, cujos processos de licenciamento de obra se tinham perdido. Esta riqueza e quantidade de documentação traduziu-se, em termos metodológicos, em desconforto na transposição para a tese e, não querendo deixar de a revelar, optámos por criar grupos de estudo, recorrendo à divisão clássica das tipologias arquitectónicas.

Se num primeiro momento o objecto de estudo foi a sua obra arquitectónica, urbanística e os estudos histórico-arqueológicos, cedo percebemos da dificuldade em lidar com tamanho manancial de informação e documentação num curto espaço de tempo. Concentrámo-nos essencialmente na arquitectura, deixando para o futuro a continuidade do estudo da obra de Moura Coutinho.

O levantamento fotográfico das peças do espólio na BPB-UM foi o passo seguinte a dar, para evitar o manuseamento das peças e melhor definição de parâmetros e divisão temática. Em simultâneo, aprofundámos as pesquisas bibliográficas, mas privilegiámos as fontes escritas e os documentos iconográficos, que se identificam como fontes directas e próximas do objecto de estudo, no percurso de investigação.

Nesse sentido, este espólio foi complementado com a vasta documentação do Arquivo Municipal de Braga, mas também dos Arquivos Históricos e/ou Municipais de outras cidades e vilas onde Moura Coutinho trabalhou, sendo identificados ao longo deste estudo. A todos os responsáveis e técnicos que nos permitiram o acesso, a disponibilidade e a sua colaboração, deixamos aqui o nosso

¹ Vd. Documento 1. Lista dos Desenhos do Ateliê do Arquitecto, no 2º volume, p. 8

agradecimento, pois a realização deste estudo só foi possível graças à permanente acessibilidade da memória documental, bem como do incentivo da grande maioria dos intervenientes.

Ainda assim, o elevado número de edifícios, projectos de raiz ou de remodelação, era de tal ordem, que optámos por não incluir no corpo da tese os projectos não construídos, excepção para o Teatro Lírico de S. João (Moura Coutinho ficou em segundo lugar, atrás de Marques da Silva), e os edifícios com projecto posterior a 1935. Data que se revelaria de grandes dificuldades para os “não arquitectos”, sem formação académica, como era o caso de Moura Coutinho, não podendo assinar projectos, pois a legislação cada vez mais apertada assim o exigia. Moura Coutinho passa a assinar alguns projectos em conjunto com arquitectos formados academicamente, e pouco a pouco vemos o seu trabalho rarear e a perder a sua identidade, podemos mesmo arriscar dizer a perder qualidade.

Mantemos, contudo, as datas extremas, de nascimento e morte de Moura Coutinho, no tema da tese, pois o nosso estudo vai para além do seu trabalho arquitectónico e, também, porque quisemos incluir nos anexos trabalho entretanto já desenvolvido, sobre um grande número desses edifícios, que acabariam por ficar de fora do corpo da tese, mas que são de grande contributo para o conhecimento do seu trabalho, mais não seja a título do seu inventário arquitectónico.

Acreditamos que já o decreto de 1925², que proíbe aos não arquitecto de assinarem projectos, terá tido um papel fundamental no facto de Moura Coutinho se rodear de arquitectos, engenheiros e outros colaboradores, para em conjunto resolverem esta situação, uma vez que não se deixa de ser o que já se era – arquitecto, senão por formação académica, era-o por auto-formação.

Depois desta fase, da década de 1930 em diante, Moura Coutinho vai dedicar-se essencialmente aos problemas urbanísticos da cidade de Braga e a estudar aprofundadamente a capela de S. Frutuoso de Montélios. Passa a escrever com mais frequência nos jornais locais sobre urbanismo, património e cultura, e a sua concentração dirige-se para a elaboração de uma tese sobre S. Frutuoso de Montélios, tendo dedicado grande parte do seu tempo à investigação e divulgação das suas teorias, não sem grandes polémicas, como o caso com Manuel Monteiro, em que este defendia a tese moçárabe para S. Frutuoso, enquanto Moura Coutinho defendia a tese visigótica.

Um conjunto significativo de artigos da sua autoria sobre esta capela sai nos jornais da época, e são publicadas algumas das suas conferências, mas não chega a ver editado o seu livro *São Frutuoso de Montélios: As artes pré-românicas em Portugal*, publicado postumamente.

² A Sociedade dos Arquitectos Portugueses (SAP), criada em 1902, faz a separação entre os Arquitectos e os Arqueólogos, já que a associação anterior (Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses), acentuava uma certa ambiguidade de funções. Em 1911 surge a Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP). Em 1915 instala-se uma crise entre a direcção da revista *A Construção Moderna* e a SAP, por aquela continuar a aceitar e publicar trabalhos de amadores. Em 1925, em decreto da SAP determina que ninguém pode usar a designação de arquitecto ou exercer a profissão sem ter diploma oficial de uma das escolas de Belas Artes, do país. Em 1927 é publicada, pela SAP, a relação oficial dos nomes dos arquitectos portugueses. Em 1930 o júri do Prémio Valmor aceita poucos projectos porque os outros não eram de arquitectos.

Gostaríamos de ter incluído no nosso estudo o seu trabalho no campo do restauro do património e os seus estudos histórico-arqueológicos de S. Frutuoso de Montélios, assim como o muito que escreveu sobre a Sé de Braga e outros monumentos, mas a dimensão que o trabalho foi adquirindo não nos permitiu integrar este tema, ficando para próxima oportunidade o seu justo desenvolvimento.

Um tempo significativo do nosso estudo foi dedicado à procura e identificação da escola ou escolas que Moura Coutinho poderá ter frequentado, para de alguma forma entender melhor o seu percurso académico, pois revelava conhecimentos vários nos textos que redigia, fossem simples memórias descritivas, notas justificativas ou textos para os jornais. Conseguimos apenas saber onde não estudou. No entanto, percebemos que o seu conhecimento não era apenas de carácter académico, frequentemente refere viagens realizadas ao estrangeiro e em Portugal. Muitas vezes desculpa-se pelo atraso de trabalho aos seus clientes, dando esta justificação - ausentou-se em viagem, para trabalho na maioria das vezes.

A sua vasta colecção bibliográfica, que tivemos acesso por ter sido publicada para leilão, revela-nos um homem culto, abrangendo várias áreas do saber, desde o teatro, razão primeira da nossa escolha do seu trabalho, política, psicologia, história, geografia, turismo... para além das questões estéticas, da arte e da arquitectura. Homem ligado ao passado histórico, aos historicismos e ecletismos, desde cedo revelou preferências pela Idade Média, em particular o Românico, mas também a escola francesa das “Beaux-Arts”, o Renascimento e o Barroco clássico foram para ele fontes de inspiração, recorrendo ao seu vocabulário formal, reinventando-o. O auge da sua carreira coincide com o recurso a esta gramática historicista, entrando depois em declínio, por não ter querido ou sabido adaptar-se à mudança. Ainda tem algumas incursões no gosto *art déco*, sempre a arte francesa presente, em pequenos apontamentos decorativos de alguma qualidade estética, sem, no entanto, o fulgor das décadas de 1910 e 1920.

Pois, então, o nosso estudo começou pelo interesse pelos teatros, chegámos a Moura Coutinho pela mão do nosso primeiro orientador, Professor Doutor António Cardoso, a quem queremos deixar o nosso agradecimento pelo apoio e incentivo. Dos teatros acabámos por nos envolver no trabalho muito mais vasto deste arquitecto, que não o sendo por formação, o era por conhecimento e experiência adquirida. Do vasto espólio em arquivo na BPB-UM chegámos a outras tantas obras, desde as atribuídas às confirmadas, procurando investigar tanto umas como as outras, para afirmações mais conclusivas, nem sempre concretizadas, mas muitas vezes melhor esclarecidas, assim o esperamos.

A estratégia passou por esclarecer aspectos biográficos, na falta de elementos académicos recorrendo à genealogia, às suas origens e familiares de Esgueira, Aveiro e Coimbra; de seguida analisámos a sua vasta biblioteca, fazendo uso do que dela disse Rocha Madahil, seu amigo e director da Biblioteca de Braga, pois o acesso à grande maioria dos seus livros obrigaria a um trabalho muito

diferente daquele que nos propusemos. No segundo capítulo procurámos de forma resumida fazer o enquadramento do seu trabalho no âmbito da sua participação nas Comissões de Estética, nos pareceres e trabalhos de carácter urbanístico. O terceiro, e último, capítulo revela-se o mais extenso, fruto da definição do objecto de estudo – a obra arquitectónica de Moura Coutinho – dividimo-lo em tipologias arquitectónicas, sendo algumas mais lineares do que outras, obrigando estas a subdivisões internas para uma melhor sistematização. Acrescenta-se, após as fontes e a bibliografia, um índice que melhor permite ter uma visão geral do conjunto, mas mais pormenorizada que o sumário inicial.

Optámos por não fazer uma abordagem cronológica, mas sim tipológica, pelo que acima foi dito – a extensão do trabalho, a diversidade de tipologias, bem como uma enorme diferenciação de encomendadores e encomendas. No entanto, cada tipologia arquitectónica está organizada cronologicamente, permitindo sentir os ritmos e gostos ao longo do tempo. No segundo volume incluímos uma tábua cronológica, que acompanha sequencialmente o seu trabalho.

O segundo volume, com o apêndice documental e iconográfico, corresponde em termos temáticos e estruturação às diferentes partes do corpo da Dissertação, seguindo e acompanhando o seu ritmo e sequências, com excepção do capítulo IV, que como já evidenciámos, reflecte os projectos não construídos e/ou posteriores a 1935, estando este capítulo organizado de forma diferente – no início de cada tema são apresentados os nossos textos e reflexões, seguida da documentação, para cada tipologia.

De referir, a título de conclusão, que Moura Coutinho começou a trabalhar muito cedo, aos 17 anos de idade, na Direcção das Obras Públicas de Braga, depois Coimbra, Lisboa, e de novo Braga, ganhando experiência de campo e de obra, aventurando-se na arte da arquitectura já depois dos 30 anos, para só a abandonar com a sua morte aos 81 anos de idade.

A elaboração desta Dissertação não teria sido possível sem a confiança que em nós depositou a direcção da BPB-UM, e dos seus colaboradores, que nos achou dignos da missão de dar a conhecer a verdadeira dimensão do trabalho de Moura Coutinho.

A todos os familiares e amigos que ajudaram a manter o nível de entusiasmo e motivação ao longo do processo de trabalho, e que prontamente colaboraram, envolvendo-se activamente na revisão final do mesmo.

Gostaríamos de deixar expresso o nosso agradecimento à Professora Doutora Maria Leonor Barbosa Soares por nos ter motivado e prestado, ao longo das diversas fases do processo de investigação, os seus esclarecimentos, bem como a sua orientação científica.

I Perfil Intelectual e Artístico

1. Apontamentos Biográficos e Artísticos (Vd. pp. 47-61, 2º Vol.)

João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça nasceu às 14h30 do dia 25 de Março de 1872 na freguesia de Arcos, Concelho de Anadia, Aveiro³. Foi baptizado na capela do Conde da Graciosa⁴, no dia 16 de Abril de 1872 pelo presbítero José Alves, sendo padrinhos João Cardoso Guimarães⁵, de Coimbra, casado, proprietário, e Maria da Piedade de Melo Sampaio Salazar, 1ª Viscondessa de Espinhal⁶, da Lousã, viúva, proprietária, sendo representada por Maria Máxima de Moura Coutinho⁷, de Coimbra, viúva, proprietária.

Os seus pais, primos maternos em 2º grau, casaram-se a 16 de Outubro de 1866, no Porto, freguesia da Vitória.⁸ O pai, natural de Coimbra, José Maria Cardoso de Lima (1838-1881), bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra e juiz de Direito, era o Doutor Delegado da Comarca de Anadia,⁹ filho de António José Cardoso Guimarães (1798-?), Cavaleiro da Ordem de Cristo, e de Antónia Albina e Paiva de Lima (1807-?), residentes em Coimbra. A mãe, Maria Francisca de Moura Coutinho e Paiva Cardoso de Almeida d'Eça (1842-1919), natural do Porto, filha de Francisco de Moura Coutinho Almeida d'Eça, (1816-1899), Fidalgo da Casa de Bragança¹⁰, e de Inês Francisca de Salles Paiva de Sousa e Brito (?-1879), residentes no palacete de Villar-de-Perdizes, na Rua das Taipas, Porto.¹¹

Será do seu avô materno que Moura Coutinho herdará os apelidos com que assina documentos e desenhos, embora na primeira fase da sua vida tenha usado alternadamente todos os apelidos que lhe foram atribuídos, quer paternos, quer maternos.¹²

O seu bisavô materno, Dionísio de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1778-?), Cavaleiro da Ordem de Cristo e Capitão de Esgueira (Aveiro), era casado com Teresa Febrónia de Paiva e Sousa

³ ADA - Certidão de Nascimento de João, filho de José Maria Cardoso de Lima e de Maria Francisca de Moura Coutinho e Paiva Cardoso, Arcos, Anadia, 1872, Livro 16, fls. 7v e 8. (Vd. Ilustração 1 do 2º volume, p. 25.)

⁴ Por impedimento da Igreja Matriz de Arcos.

⁵ Tio-avô paterno (irmão do avô paterno) a viver em Coimbra.

⁶ Título criado por D. Luís I, rei de Portugal, por decreto de 11.7.1868 com carta de 24.7.1868, a favor de Maria da Piedade de Melo Sampaio Salazar (1796-1882), 1ª Viscondessa do Espinhal, in www.geneall.net Vd. Ilustração 5, p.28.

⁷ Tia-avó paterna (irmã da avó paterna) a viver em Coimbra.

⁸ In www.geneall.net - José Maria Cardoso de Lima e Maria Francisca de Moura Coutinho e Paiva Cardoso de Almeida d'Eça.

⁹ José Maria Cardoso de Lima matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 21.11.1854 e fez provas de curso a 23.6.1857. In AUC – *Lista de exames* - Exames 3º 23.VI.1857 aprov. Nemº Discrep¹⁰, actas nº 22, fl. 6.

¹⁰ In www.geneall.net – Francisco de Moura Coutinho de Almeida d'Eça.

¹¹ *O palácio dos Villar-de-Perdizes, na rua das Taipas, pertencia ao número dos poucos edifícios nobres que ficavam no meio da população. Habitava-o uma senhora d'aquella família, D. Ignez de Salles de Paiva de Moura Coutinho d'Almeida Eça, viúva [a informação que obtivemos é de que o seu marido é que ficou viúvo, voltando a casar-se em 1879, 4 meses depois dela falecer], com dois filhos. O palácio, posto que rodeado pelo ruído da cidade, denunciava-se como sendo o solar melancólico de uma família, que tivera em Lisboa um representante, D. Alexandre de Sousa, aliás celebrado em mundanidades ruidosas. In PIMENTEL, Alberto - O Porto ha trinta annos. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz Editores, 1893, p. 35. Aqui funcionaram as Escolas Filipa de Vilhena e Oliveira Martins, no século XX. Vd. Ilustração 4, p.28.*

¹² Nome completo: **João de Moura Coutinho e Paiva Cardoso de Lima de Almeida d'Eça**. CRCB - *Registo de óbito*, nº 99, maço nº 4, fl. 50.

(1784-1849).¹³ Teresa Febrónia e Dionísio de Moura Coutinho tiveram muita descendência - 10 filhos nascidos em Esgueira, Aveiro.¹⁴

Desta descendência destacamos João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça¹⁵ (1818-1885), Bacharel, Licenciado e Doutor, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra¹⁶, foi Reitor do Liceu de Aveiro nos anos de 1851/54, 1856 e 1871/85¹⁷; Vicente de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1819-1888), Fidalgo da Casa Real, Bacharel em Filosofia e Matemática pela Universidade de Coimbra¹⁸, e Engenheiro Civil, tendo trabalhado na Direcção das Obras Públicas de várias cidades, destacando-se Braga, em 1874-75 e 1882-88¹⁹; e Bento Fortunato de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1825-1906), Bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra²⁰ e Engenheiro Militar pela Escola do Exército (05.8.1853).²¹ Trabalhou na Direcção das Obras Públicas de várias cidades do país como Alferes de Infantaria, Tenente, Tenente-coronel e Director Geral das Obras Públicas e Minas, ao longo da sua carreira. Foi Conselheiro, Inspector, Oficial da Legião de Honra da França, e Comendador da Ordem de Carlos III de Espanha.²²

Estes três tios-avós maternos terão tido grande influência no futuro de Moura Coutinho, pois quer os seus estudos que supomos terem sido no Liceu de Aveiro onde o seu tio-avô João era reitor, quer no seu percurso nas Direcções das Obras Públicas onde os seus tios-avós Vicente e Bento Fortunato fizeram carreira, se devem à mão e incentivo destes familiares.

O seu percurso nas várias Direcções de Obras Públicas ter-lhe-ão dado a experiência de desenhador e condutor de obra, assim como a bagagem cultural para se aventurar na arte do projecto em arquitectura, já com a idade de 34 anos, a partir de 1906, após a morte do seu tio-avô Bento Fortunato.

¹³ Filha de José da Paiva Ribeiro (?-1818), negociante muito rico que vivia no Porto, com interesses na Companhia das Vinhas do Alto Douro e em companhias de navegação. In www.geneall.net - Teresa Febrónia de Paiva e Sousa.

¹⁴ Descendência: Dionísio de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1812-1868); José de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1813-?); João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1815-?); Francisco de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1816-1899); Teresa Elvira de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1817-1840); João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1818-1885); Vicente de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1819-1888); Maria de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1820-1821); Bento Fortunato de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1825-1906) e António de Moura Coutinho de Almeida de Eça (1826-1870), in www.geneall.net. Dois destes tios-avós tinham o nome semelhante ao do autor que aqui nos propomos a estudar. Vd. Ilustrações 2 e 3 do 2º vol., p. 27.

¹⁵ Este tio-avô tem o nome idêntico ao do arquitecto João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça, que nos ocupa neste estudo.

¹⁶ AUC – *Lista de exames* - Exames 34, 19.VI.1839 aprov. Nemº Discrep¹⁰ actas nº17, fl.19; Exames 4º e gr. de Bach, 23.VI.1840; Formato, 9.VI.1841, a. N. Discrep¹⁰ actas nº18, fl.176v; Repet. 15.XII.1842 actas gr^{des} nº4, fl.7; Actos e Graus – Ex. Priv. e Gr. de Lic.^{do}, 26.I.1843, fl.40; Doutoram¹⁰, 12.II.1843, fl.110v.

¹⁷ Cf. TAVARES, José Pereira – *História do Liceu de Aveiro*. Figueira da Foz: Tipografia Popular, 1937, pp. 6, 25-28.

¹⁸ AUC – *Lista de alunos* - Faculdade de Filosofia, 31.X.1840 (ord.) e Faculdade de Matemática, 12.X.1842 (ord.).

¹⁹ AHMOP – *Processo individual de Vicente de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1819-1888)*. Num ofício de 21.6.1855, é dito que tem conhecimentos de desenho, não só topográfico e geométrico como de paisagem e de figura, assinado em Viana do Castelo por Bento Fortunato de Moura Coutinho de Almeida d'Eça, seu irmão mais novo.

²⁰ AUC – *Lista de alunos* - Faculdade de Matemática, 15.VI.1860 (ord.).

²¹ A sua obra mais importante foi a Ponte D. Luís de Santarém, de 1866-81, denominada *Ponte sobre o rio Tejo*. Considerada obra de génio civil, era a 3ª maior da Europa e a 6ª do mundo. Obra realizada no âmbito do seu gabinete da Direcção Hidráulica do Tejo, até à sua exoneração em 1874. Posteriormente continuado por Joaquim Simões Margiochi, Frederico Augusto Pimentel e António Lourenço da Silveira, e concluída em 1881. Cf. AA.VV. – *Pontes Metálicas e Arquitectura do Ferro a propósito de um centenário*. Cat. Exposições das Comemorações do Centenário da Ponte D. Luís (1881-1981). Santarém/Almeirim: Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém e Arqueologia Industrial da Região de Lisboa, 1981 e www.monumentos.pt

²² AHMOP – *Processo individual de Bento Fortunato de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1825-1906)*.

João de Moura Coutinho teve dois irmãos - o mais velho, Francisco (1869-1941)²³ e a mais nova, Maria da Conceição (1875-?).²⁴

A mocidade de Moura Coutinho decorreu em Coimbra, *ora em alegrias, que sempre evocava com saudade, ora com dramas familiares*²⁵ *que vincaram fundo, e amargamente ensombraram a sua sensibilidade; aí, por fim, expressamente quis recolher em derradeira jazida.*²⁶

Depois da morte do seu pai (11 de Maio de 1881) a sua mãe voltou a casar-se. O casamento realizou-se em Coimbra, na Sé Nova, a 19 de Abril de 1884, com João Maria de Almeida e Moura (? - 1886), filho bastardo de João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça²⁷, o reitor do Liceu de Aveiro e tio da sua mãe. O casamento duraria apenas dois anos, pois João Maria faleceria em 1886, um ano após a morte do pai.

O falecimento destes três homens (pai, tio-avô e tio-padastro), num curto espaço de tempo, terá votado a família de Moura Coutinho a dificuldades de carácter financeiro e emocional, levando-os para junto de outros familiares que se encontravam em Braga, limitando a continuação dos estudos – dando por concluído a instrução secundária.²⁸

Quer o seu avô materno, Francisco (1816-1899), que viveu no Porto e em Vila Nova de Famalicão, Braga, quer o seu tio-avô, Bento Fortunato (1825-1906), que viveu um pouco por todo o país devido aos cargos que ocupou na Direcção das Obras Públicas, terão sido o apoio nas horas difíceis desta família. A entrada de Moura Coutinho ao serviço na Direcção das Obras Públicas de Braga, Coimbra e Lisboa, assim como o seu irmão Francisco, em Braga e Figueira da Foz²⁹, deve-se à mão de Bento Fortunato, por esta altura Conselheiro Director Geral das Obras Públicas e Minas.³⁰

²³ Escritor genealogista nasceu a 4.10.1869, em Estarreja, e faleceu a 8.11.1941, em Braga. Foi apontador na Direcção das Obras Públicas de Braga e da Figueira da Foz, e foi director da agência do Banco de Portugal, em Bragança. Dedidou-se ao estudo genealógico, escrevendo: Memórias genealógicas e históricas da minha família, Coimbra, 1895; Índice heráldico e genealógico dos apelidos das famílias nobres de Portugal, Coimbra, 1896 (incompleto); Genealogias 1ª parte. Fidalgos titulares, Coimbra, 1897 (incompleto); Genealogia dos Almeidas, Coimbra, 1897; Genealogia da minha família, Évora, 1898, em 2 volumes; Miscelânea genealógica, Santarém, 1900; Tábuas genealógicas, Braga, 1906; Casa-solar da Oliveirinha, Bragança, 1911; Parentescos, Bragança, 1913; Maravilhas históricas. Serões brigantinos, Bragança, 1914, 2 volumes; Os meus costados, Bragança, 1915-16, 4 volumes. Todas estas obras são manuscritas, com excepção de Três genealógicos da Casa de Esgueira, 1945. Escreveu ainda artigos genealógicos, publicados no Jornal de Santarém, Correio da Estremadura, Jornal de Bragança, A Pátria Nova, Gazeta de Bragança, Notícias de Bragança, etc. In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, vol. II, s.d.

²⁴ In www.geneall.net – Francisco e Maria da Conceição de Moura Coutinho e Paiva Cardoso de Almeida d'Eça.

²⁵ A morte do seu pai em 1881, quando Moura Coutinho contava com apenas 9 anos de idade; as mortes dos seus tios-avós, João e Vicente de Moura Coutinho de Almeida d'Eça, em 1885 e 1888, respectivamente; e a morte do seu tio-padrasto, João Maria de Almeida e Moura, em 1886.

²⁶ MADAHIL, Dr. António Gomes da Rocha (Prefácio) - *1ª Parte do Catálogo da valiosa e magnífica biblioteca reunida pelo distinto arquitecto de Braga João de Moura Coutinho*. Lisboa, 1955, p. I.

²⁷ In www.geneall.net - João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça.

²⁸ Não nos foi possível descobrir a(s) escola(s) que Moura Coutinho terá frequentado. Para além das antigas Academias de Belas-Artes do Porto e de Lisboa, em que Moura Coutinho não constava como aluno, as várias diligências nos arquivos das escolas de Aveiro, Coimbra e Porto não resultaram em provas conclusivas. Não pudemos aceder directamente à maioria dos arquivos, estando estes na quase totalidade por organizar. Foram visitadas as seguintes escolas/arquivos: antigo Liceu de Aveiro (actual Escola Secundária José Estevão), esta é na nossa opinião a escola mais provável onde Moura Coutinho terá estudado, pois o seu tio-avô foi o reitor durante a infância de Moura Coutinho, e há registos de outros membros da família que a frequentaram; Escola (Secundária) Homem Cristo, Aveiro; antigo Liceu D. João III (actual Escola Secundária José Falcão), Coimbra; antiga Escola Industrial de Avelar Brotero (actual Escola Secundária Jaime Cortesão), Coimbra; antiga Escola de Desenho Industrial do Infante D. Henrique (actual Escola Secundária Infante D. Henrique), Porto; antigo Instituto Industrial do Porto e Academia Politécnica do Porto (actual Instituto Superior de Engenharia do Porto e Reitoria da Universidade do Porto).

²⁹ In *Almanak do Porto e seu distrito para 1894*, por J. J. Vieira da Silva, 1893 (inclui o Almanak de Lisboa), p. 253 – Apontador-amanuense de 3ª classe – Francisco de Moura Coutinho de Paiva Cardoso de Lima, Figueira da Foz.

³⁰ AHMOP – *Processo individual de Bento Fortunato de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1825-1906)*.

Em 1889, com apenas 17 anos, Moura Coutinho encontra-se em Braga, na Direcção das Obras Públicas deste Distrito, como apontador de 3ª classe.

Um apontador, empregado de obras públicas ou particulares, está incumbido de fazer o rol do pessoal, de lhe marcar as faltas e de vigiar os serviços, apontando o pessoal presente.³¹ Pode acumular também as funções do medidor-orçamentista, ficando encarregue de efectuar as medições do trabalho produzido e tomar nota do movimento do serviço.³²

A 10 de Abril de 1889 MC redige um requerimento à Direcção das Obras Públicas de Braga, informando das suas habilitações *com os exames de português, francês e outras disciplinas de instrução secundária*.³³ O documento está assinado pelo seu tio-avô, Bento Fortunato, Conselheiro Director Geral das Obras Públicas e Minas. O despacho com a resposta positiva data de 15 do mesmo mês, referindo que o requerente tinha as habilitações suficientes, devendo-se apresentar ao serviço no dia seguinte como apontador de 3ª classe, com o vencimento de 400 réis diários, definidos pelo seu tio-avô.³⁴

Ao fim de menos de um ano de trabalho na Repartição das Obras Públicas de Braga, como apontador de 3ª classe, pede para ser promovido a apontador de 2ª classe, com a opinião superior e acusando a seu favor pontualidade e *cumprimento dos seus deveres, sendo activo e zeloso*, e com um aumento de ordenado para 450 réis diários, atribuídos pelo seu tio-avô Bento Fortunato.³⁵

Antes, ainda, de obter aquela resposta, Moura Coutinho, pede transferência para a Direcção das Obras Públicas de Coimbra, *porque a sua família para ali muda a sua residência e para cumprir com os seus deveres*, pede a respectiva transferência, tendo sido autorizada pelo seu tio-avô e sido enviado ofícios para a Direcção das Obras Públicas de Braga e Coimbra a comunicar esta decisão, a 14 de Maio de 1890.³⁶

Será neste período, em que Moura Coutinho esteve em Braga, que estabelecerá contacto com Ernesto Korrodi, professor de desenho ornamental na Escola Industrial de Braga, criada por decreto de

³¹ O Apontador é o profissional que executa as folhas de ponto e de ordenado e salários das obras, o registo de entradas, consumo e saídas de materiais, ferramentas e máquinas e, bem assim, o registo de quaisquer outras operações efectuadas nos estaleiros das obras ou em qualquer estaleiro da empresa. Executa todas as tarefas descritas na classificação nacional de profissões. In Convenção Colectiva de Trabalho nº 140/2005, de 22 de Dezembro de 2005. Ver também documento da Classificação Nacional de Profissões – CNP e IEPF – Grupo 4: Pessoal Administrativo e Similares; Grupo Base 4.1.3. 2: Empregados do Planeamento e apoio à Produção; 4.1.3.2.10 – Apontador.

³² A partir de *Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, 2001. Vol. 1 e *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2004.

³³ Para além do Português (e História da Literatura) e do Francês, as outras disciplinas de instrução secundária do curso dos Liceus nacionais eram o Inglês e o Alemão, a Geografia e História, a Matemática, o Latim e a Literatura (Retórica), a Latinidade, a Filosofia, o Grego, e o Desenho. Cf. *Almanak de Braga e seu Districto*, 1894, pp. 162-163.

³⁴ AHMOP - *Processo individual de João de Moura Coutinho*, 10.4.1889 e 15.4.1889: “Tendo esta Direcção de dar todo o desenvolvimento, em princípios do próximo mez, aos trabalhos de estudos de diferentes estradas que lhe estão superiormente comettidas, e allegando o requerente habilitações que podem ser aproveitadas como auxiliares n'aquelle serviço não haverá inconveniente em lhe ser deferido nos termos requeridos.” (Vd. Ilustrações 6-17, p.29-40.)

³⁵ AHMOP. - *Processo individual de João de Moura Coutinho*, 7.3.1890 e 12.5.1890.

³⁶ AHMOP. - *Processo individual de João de Moura Coutinho*, 28.3.1890, 16.4.1890 e 14.5.1890.

10 de Janeiro de 1889, em substituição da anterior, de desenho industrial.³⁷ Ernesto Korrodi, com quem MC terá mantido correspondência durante largos anos, permaneceu nesta cidade de 1889 a 1894.³⁸

Como dissemos, o seu pedido de transferência foi deferido e a 21 de Maio de 1890 apresenta-se ao Serviço da Direcção das Obras Públicas de Coimbra, como apontador de 2ª classe. Quatro anos mais tarde requer novo pedido de promoção para apontador de 1ª classe, com a opinião superior de *bom comportamento, mas tem pouca prática de serviços de campo, devido a ter estado nos trabalhos de Secretaria das Obras Públicas*.³⁹ Desta vez não foi imediatamente atendido, pois a 12 de Janeiro de 1895 é repreendido, ainda como apontador de 2ª classe.⁴⁰ No entanto, a 28 de Março de 1896 é promovido a apontador de 1ª classe, com o vencimento de 500 réis diários. Em Agosto desse mesmo ano faz um pedido de licença, com vencimento, por doença para 30 dias.⁴¹

Em 1898 ainda se encontra em Coimbra, apresentando um novo pedido à Direcção de Obras Públicas, a 4 de Março, neste caso para um aumento de vencimento (de 500 réis para 650 réis), com a opinião superior de ser *bom empregado e tem tido sempre bom comportamento, sendo portanto de toda a justiça o deferimento da sua pretensão*.⁴²

Sobre a sua estada em Coimbra pouco sabemos, a não ser uma nota de António Gomes da Rocha Madahil, a propósito dos livros do arquitecto Moura Coutinho, dando-nos conta que foi nesta cidade, *onde sua família mais próxima vivia e onde ele iniciou, no quadro do funcionalismo das Obras Públicas, a sua vida profissional (sempre em contacto com a plêiade de Artistas e de Eruditos que rodeava Mestre António Augusto Gonçalves e dava então singular carácter à Sociedade de Coimbra)*.⁴³

António Augusto Gonçalves fundou em 1878, em Coimbra, a Escola Livre de Artes do Desenho⁴⁴ e foi nomeado professor e director da Escola de Desenho Brotero, criada em 1884, posteriormente ampliada com a designação de Escola Industrial Brotero em 1889.⁴⁵ Foi também o responsável pela criação de um Museu Municipal (1889), passando depois a Museu Industrial (1891); consagra-se a partir de 1895 ao Museu de Antiguidades do Instituto de Coimbra cujo espólio enriqueceu o recheio do Museu Machado de Castro.⁴⁶

³⁷ Cf. COSTA, Lucília Verdelho da - *Ernesto Korrodi/1889-1944/arquitectura, ensino e restauro do património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, pp. 110-111.

³⁸ Dizemos "terá" mantido correspondência, porque não tivemos qualquer acesso a esses documentos. A informação que obtivemos foi de que essas cartas e outra documentação foram destruídas pelos familiares de Moura Coutinho, após a sua morte.

³⁹ AHMOP - *Processo individual de João de Moura Coutinho*, 22.5.1890 e 12.7.1894.

⁴⁰ Não nos foi possível saber a razão dessa repreensão, uma vez que no processo individual do AHMOP não é referido o motivo.

⁴¹ AHMOP. - *Processo individual de João de Moura Coutinho*, 12.1.1895, 28.3.1896 e 10.8.1896.

⁴² AHMOP. - *Processo individual de João de Moura Coutinho*, 4.3.1898 e 5.3.1898.

⁴³ MADAHIL, Dr. António Gomes da Rocha (Prefácio) – O. c., p. I.

⁴⁴ Não nos foi possível saber se Moura Coutinho terá estudado nesta escola, com António Augusto Gonçalves, mas poderá ser uma hipótese plausível, face à ligação entre os dois. Na escola Brotero não encontramos registo de matrícula de Moura Coutinho.

⁴⁵ ROSAS, Lúcia Maria Cardoso - *Monumentos Pátrios/A arquitectura religiosa medieval - património e restauro (1835-1928)*. 1º vol. Dissertação de doutoramento em História da Arte, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: FLUP, 1995, p.217.

⁴⁶ Sobre os episódios e desinteligências ocorridas durante a criação destes diversos museus e sobre a sinuosa e misteriosa trajectória dos objectos de arte veja-se: LOUREIRO, J. Pinto - *Anais do Município de Coimbra 1890-1903*. Coimbra: Edição da Biblioteca Municipal, 1939, pp. 11-45.

É sabido que o mestre António Augusto Gonçalves foi o principal responsável pelos trabalhos de restauro da Sé Velha de Coimbra entre 1893 e 1918 e, de que, na sua opinião, *os monumentos só passam a sê-lo depois de restaurados, ou melhor, quando se pode observá-los “na inteireza do seu aspecto venerando” já que não é possível - no caso da Sé de Coimbra (ou sempre?) - restabelecer “a sua completa integral e exacta expressão primitiva”*.⁴⁷

Terá sido com o mestre António Augusto Gonçalves que Moura Coutinho se iniciou nos estudos histórico-arqueológicos - Rocha Madahil aponta para uma participação, ainda que modesta, nos trabalhos de restauro da Sé Velha. Desta sua acção nada sabemos, a não ser indirectamente, assim como relativamente à influência que terá tido do mestre António Augusto Gonçalves quanto aos seus conceitos de património e restauro.⁴⁸

Deste período serão, de novo, os contactos com Ernesto Korrodi que se tornará membro do Instituto de Coimbra em 1901⁴⁹, e do qual mestre António Augusto Gonçalves faz parte como sócio, desde 1894.⁵⁰

Em 1903 Moura Coutinho encontra-se a trabalhar em Lisboa, servindo como apontador de 1ª classe, na 1ª Direcção das Obras Públicas desta cidade.⁵¹

Será desta estada em Lisboa, que Moura Coutinho trava conhecimento com Lucília das Neves de Oliveira e Costa (1878-1953)⁵², com quem viria a casar e a ter dois filhos (João Rui – nascido em Lisboa, em 1903, e Maria Amélia – nascida em Braga, em 1905).⁵³

Este será o seu segundo casamento, uma vez que já se tinha casado uma primeira vez, com Maria Eduarda Guedes e Silva (1874-?), no dia 25 de Abril de 1891, em Penacova.⁵⁴ Embora não tenhamos conseguido saber a data de falecimento da sua primeira mulher, supomos que a sua morte prematura o terá feito viúvo.

Por volta de 1905 Moura Coutinho está de novo em Braga, continuando a servir na Direcção das Obras Públicas desta cidade, embora, desta vez, não nos tenha sido possível saber qual o cargo que ocupa. As únicas referências encontradas relativamente a este período, no seu processo individual do AHMOP, são já bastante posteriores: em 1926 era chefe de Conservação da Divisão Hidráulica do

⁴⁷ In ROSAS, Lúcia Maria Cardoso - O. c., p. 266.

⁴⁸ Para mais informação acerca de mestre António Augusto Gonçalves e dos restauros da Sé Velha de Coimbra, Vd. ROSAS, Lúcia Maria Cardoso - O. c., pp. 216-246.

⁴⁹ Cf. COSTA, Lucília Verdelho da - O. c., p. 117.

⁵⁰ Cf. ROSAS, Lúcia Maria Cardoso - O. c., p. 219.

⁵¹ AHMOP - *Processo individual de João de Moura Coutinho* - Requerimento do apontador de 1ª classe servindo na 1ª Direcção de Obras Públicas do Distrito de Lisboa desejando que seja passado o Bilhete de Identidade, 3.9.1903.

⁵² Filha de António Zeferino Costa e de Palmira das Neves Costa, de Lisboa. Faleceu no dia 6.11.1953, com 75 anos de idade. Foi sepultada em Braga e trasladada para o cemitério dos Prazeres, Lisboa, a 25.9.1957. In CRCB – Certidão de Óbito de Lucília das Neves de Oliveira e Costa.

⁵³ Os nomes completos dos seus filhos são: João Rui de Moura Coutinho de Almeida d'Eça e Maria Amélia de Moura Coutinho de Almeida d'Eça. In www.geneall.net.

⁵⁴ Maria Eduarda nasceu dia 25 de Abril de 1874, e era filha de João Manuel Duarte Silva e de Maria Eduarda Guedes. In www.geneall.net – João de Moura Coutinho e Paiva Cardoso de Lima de Almeida d'Eça e Maria Eduarda Guedes e Silva.

Douro⁵⁵, e, em 1940, pede aposentação do cargo de mestre de valas de 1ª classe da Direcção Hidráulica do Mondego.⁵⁶

A partir do ano de 1906 o nome de Moura Coutinho surgirá associado a um conjunto de obras realizadas durante a primeira metade do século XX⁵⁷, sendo a maior parte em Braga, mas também na Póvoa de Varzim⁵⁸, Póvoa de Lanhoso⁵⁹, Barcelos⁶⁰, Caldas das Taipas⁶¹, Fafe⁶², Gerês⁶³, Ponte da Barca⁶⁴, Porto⁶⁵, Viseu⁶⁶, Lousã⁶⁷ e Lisboa⁶⁸. Estas cidades e vilas terão novos equipamentos urbanos, abrangendo várias tipologias arquitectónicas, como teatros, asilos, bancos, hotéis, paços de concelho, mercado, assim como habitações, bairros e casas económicas, igrejas, arranjos e reutilizações de edifícios pré-existent; os estudos histórico-arqueológicos e o restauro do património serão motivo de acesas polémicas, assim como de muitos dos textos que escreveu para a imprensa da época; e, por fim, o desenho urbano e os planos de Melhoramentos e Urbanização que desenvolverá nas comissões de Estética e de Iniciativa e Turismo de que fez parte na CMB, dando pareceres sobre obras arquitectónicas e de intervenção urbanística em Braga, e apresentando projectos de planeamento urbanístico para a Póvoa de Varzim e para a Lousã.⁶⁹

Como homem de investigação Moura Coutinho fazia parte, como sócio correspondente, do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia de Lisboa, da Associação dos Arqueólogos Portugueses de Lisboa e do Instituto de Coimbra⁷⁰, tendo produzido vasta reflexão teórica sobre Arte e Arqueologia.

Arquitecto auto-didacta, MC soube rodear-se de outros artistas e intelectuais, no seu ateliê e fora dele, com quem partilhava ideias e trabalho, num conceito da psicologia moderna de *master mind*⁷¹,

⁵⁵ AHMOP - *Processo individual de João de Moura Coutinho – chefe de conservação da Divisão Hidráulica do Douro, concedidos 30 dias de licença para tratar da sua saúde*, 6.8.1926. (Vd. Ilustração 18-19, p.41-42.)

⁵⁶ *João de Moura Coutinho e Paiva Cardoso de Lima de Almeida d'Eça, mestre de valas de 1ª classe da Direcção Hidráulica do Mondego - aposentação voluntária com a pensão annual de 7.488\$, in, Diário do Governo, 23.12.1940, p.6570.*

⁵⁷ É curioso que o início da sua carreira, fora da Direcção das Obras Públicas, seja posterior à morte do seu tio-avô Bento Fortunato (+2.2.1906).

⁵⁸ Vence concurso para Casas Económicas, 1915-16, não concretizado; Projecto para a Avenida dos Banhos - balneário e habitações, 1916-17, não concretizado; Igreja Paroquial de S. José de Ribamar, 1916-27, demolida em 1954; Projecto para Casino, década de 1920/30, não construído.

⁵⁹ Reconstrução das Casas Novas de António F. Lopes, Pr. António Lopes, c.1907; Hospital António Lopes, Av. Bombeiros Voluntários, 1912-17.

⁶⁰ Anteprojecto para capela e Dormitório no Colégio Missionário Ultramarino, Arcozelo, c.1948, não construído; Remodelação do Solar de Vila Meã, Silveiros, década de 1910.

⁶¹ Igreja Paroquial de S. Tomé das Caldas das Taipas, Rua Trajano Augusto, 1910-15.

⁶² Paços do Concelho de Fafe, Avenida 5 de Outubro, 1907-13; Escola Primária na freguesia de Quinchães, 1934-36.

⁶³ Remodelação do Hotel Moderno e ligação ao Hotel das Termas, Avenida Manuel Francisco da Costa, década de 1940, destruído.

⁶⁴ Asilo Condes da Folgosa, Rua Conde da Folgosa, década de 1920-1952.

⁶⁵ Projecto para o Teatro Lírico (2º lugar no concurso), na Praça da Batalha, 1910, não construído; Banco do Minho, 1918-22 e Banco Lisboa & Açores, 1920-22, ambos na Avenida dos Aliados, Porto.

⁶⁶ Banco de Portugal, Praça da República, 1921-30; Projecto para o Beira Palace Hotel, década de 1920, não construído.

⁶⁷ Plano de Melhoramentos (urbanísticos) da Vila da Lousã, 1918, seguido apenas em parte; Paços do Concelho da Lousã, Largo da Graça, 1918/20-1933; Bairro Operário, década de 1920/30, não construído.

⁶⁸ Reconstrução do Banco do Minho, gaveto da Rua Áurea com a Rua de S. Julião, 1923, demolido na década de 1950.

⁶⁹ Vd. Documento 1.2. Cronologia – Apontamentos Biográficos e Artísticos, pp 47-61; Ilustrações 25, 26, pp. 105-107).

⁷⁰ Sócio correspondente do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia de Lisboa, 03.06.1943. Sócio correspondente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, nº 1357; depois de 27/11/1942 e até à sua morte, com o nº 329. Informação cedida pela AAP, Lisboa.

⁷¹ *Master mind* – conceito da área da psicologia, associada ao desenvolvimento pessoal, refere-se a uma cooperação entre duas ou mais pessoas que se aliam com o objectivo de realizar uma determinada missão; a associação a outras pessoas com capacidades e inteligências diferentes da própria permite alcançar, através de sinergias, uma sabedoria e conhecimento superior.

onde mentores-professores e alunos-aprendizes trocam continuamente de papéis, de forma a crescerem mutuamente pelo debate e pela pluralidade. O seu ateliê era conhecido como *Escola de Desenho*:

*O arqº João de Moura Coutinho criou uma verdadeira escola de arquitectura e soube rodear-se de bons colaboradores. Conhecedor profundo de quanto estava ligado à arquitectura, desde os tempos clássicos até á “belle époque”, de que foi mestre incontestado e de que Braga guarda o melhor espólio. [...] Foram seus colaboradores o arqº José Vilaça (o autor do zimbório do templo do Sameiro), que foi deles o mais prestigioso, o José Morais, o Amílcar Monteiro, um proficiente escultor, o Pintor Armando Basto, que trabalhou com Moura Coutinho no final da década de 10 e primeiros anos da década de 20 do nosso século e morreu com pouco mais de 30 anos nesta cidade – Pintor de alta expressão plástica e originalidade, deixou a Moura Coutinho o disponível de uma pinacoteca com dezenas de quadros de rara beleza. [...] Igualmente colaboraram com João de Moura Coutinho o Pintor Abel Mendes e o Escultor Zeferino Couto, este particularmente nas esculturas do Teatro Circo.*⁷²

*Escritor de recursos e de apreciável correcção de forma (reflexo da própria personalidade), Moura Coutinho deixa colaboração dispersa na Imprensa bracarense sobre Turismo local, urbanização, crítica de Arte, Arqueologia, Política nacional; apresentou ainda ao Congresso, por ocasião do XIV centenário da chegada de São Martinho de Dume à Península Ibérica, uma tese acerca de “Os sarcófagos de Dume na Arte pré-românica”⁷³ e deixou concluída uma monografia crítica e histórica da capela de São Frutuoso de Montélios que infelizmente não chegou a ver impressa e que se espera venha a ser ainda editada integralmente, como tanto convém a tão importante problema da história da Arte da Península.*⁷⁴

Ficou viúvo de Lucília das Neves, no dia 16 de Novembro de 1953, não lhe tendo sobrevivido muito tempo. Às 22h30 do dia 20 de Janeiro de 1954, na Rua de São Geraldo, nº32, (actual Rua dos Pelames)⁷⁵ da freguesia da Cividade, em Braga, faleceu de *enemia aplástica*⁷⁶ João de Moura Coutinho e Paiva Cardoso de Lima de Almeida d'Eça. Não fez testamento e, foi sepultado no Cemitério Municipal de Coimbra.⁷⁷

⁷² In *Entre Aspas Associação para a defesa, estudo e divulgação do Património Cultural e Natural* – Recordando o arquitecto João de Moura Coutinho, 2.2.1998.

⁷³ EÇA, João de Moura Coutinho de Almeida d' – *Os Sarcófagos de Dume na Arte Pré-Românica*. In *Bracara Augusta*. Vol. VII. Braga, 1957.

⁷⁴ A monografia foi editada postumamente pelas edições ASPA, em 1978: EÇA, João de Moura Coutinho de Almeida d' – *A Capela de S. Frutuoso*. Braga: Ed. ASPA, 1978.

⁷⁵ Sobre a toponímia de Braga Vd. OLIVEIRA, Eduardo Pires de, *Estudos Bracarenses, 1 - As Alterações Toponímicas (1380 - 1980)*. Braga: ASPA - Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural, 1982.

⁷⁶ Anemia aplástica (Hematologia) – caracteriza-se pela baixa formação de eritrócitos e hemoglobina, geralmente associada à agranulocitose e à trombocitopenia, devida à hipoplasia ou aplasia da medula óssea. Frequentemente produzindo sintomas como palidez, falta de energia e fadiga, infecções, hemorragias e equimoses. In *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. Tomo I, p. 276.

⁷⁷ CRCB – Certidão de óbito de João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça. (Vd. Ilustrações 20-21, pp.43-44, Doc. 1.1.5., p.45)

2. A Biblioteca do Arquitecto

João de Moura Coutinho foi, ao longo da sua vida, adquirindo e coleccionando uma série de obras bibliográficas que complementavam o seu trabalho, estudo e investigação sobre variados assuntos que lhe despertaram o interesse e a curiosidade, e que nos permitem antever o carácter e os gostos deste arquitecto que, não o sendo por formação académica, o era por auto-formação.

*Nacionalista convicto, monárquico e adepto fervoroso da política franquista, que à data acompanhou, Moura Coutinho deixou grandemente documentada, na selecção de obras de que amorosamente se rodeou e cujos ensinamentos buscou, a sua própria personalidade espiritual e ideológica; muito do seu retrato psicológico, afinal, pois até para isso os livros servem, quando conscientemente reunidos e não apenas amontoados pelo doentio sentimento de exhibir biblioteca, nunca utilizada nem pessoalmente vivida.*⁷⁸

A vasta bibliografia reunida por Moura Coutinho foi organizada e leiloada por Arnaldo Henriques de Oliveira, livreiro antiquário de Lisboa, tendo sido catalogada em dois volumes, nos anos de 1955 e 1956, respectivamente.⁷⁹ O 1º volume dava conta de 1270 obras, da letra A à letra L e o 2º volume dava continuidade à letra L até à letra Z, com mais 1272 obras, apresentando-se no total com 2542 espécies bibliográficas a leilão.⁸⁰

No prefácio para este Catálogo, António Gomes da Rocha Madahil, na altura director da Biblioteca Pública de Braga, apresenta-nos uma reflexão sobre esta colecção, composta por *valiosas espécies bibliográficas sobre Arquitectura, Belas Artes, História, Literatura e uma vasta colecção de obras de Coimbra*. Este conjunto de obras literárias e históricas fornecem-nos uma série de *elementos de singular valia para o perfil mental duma das mais curiosas e distintas personalidades do Meio intelectual bracarense*⁸¹, que foi o autodidacta Moura Coutinho.

As *grandes paixões* e os temas de maior interesse destacam-se pelo número de obras adquiridas e reunidas sobre esses assuntos. Rocha Madahil salienta as obras sobre a cidade de Coimbra, sua paisagem, história, cultura e sociedade; a História da Arte, que estudou e lhe serviu de inspiração para o seu trabalho e coleccionismo, de cerâmica e de vidro; a Arqueologia, reunindo elementos de estudo para a capela de S. Frutuoso de Montélios; a Arte Dramática, que fez dele *construtor de teatros, empresário, administrador-delegado, e até accionista*; e a cidade de Braga.⁸²

⁷⁸ MADAHIL, António da Rocha – *A propósito dos livros do Arquitecto Moura Coutinho*, Prefácio In *Catálogo da Valiosíssima e Magnífica Biblioteca reunida pelo distinto Arquitecto de Braga João de Moura Coutinho*. 1º vol. Lisboa: Arnaldo Henriques de Oliveira, Livreiro Antiquário, 1955, p. V.

⁷⁹ Será apresentada, em anexo, uma síntese da biblioteca de Moura Coutinho, nas obras dedicadas especificamente à arquitectura. (Vd. Documento 2.2. do 2º volume, pp. 67-95.)

⁸⁰ *Catálogo da Valiosa e Magnífica Biblioteca reunida pelo distinto Arquitecto de Braga João de Moura Coutinho*. 2 vols. Lisboa: Arnaldo Henriques de Oliveira, 1955-56. Leilões nº 190 e nº 191 - Casa Liquidadora, Rua da Emenda, 34.

⁸¹ MADAHIL, António da Rocha – O. c., p. I.

⁸² Apresentamos, na íntegra, o prefácio de Rocha Madahil em anexo, no 2º volume. (Vd. Doc. 2.1, p. 63-66)

Para além destes temas, para os quais Moura Coutinho reuniu avultada colecção bibliográfica, Rocha Madahil destacou, ainda, outros autores e obras de fundo, clássicas, como sejam as de: *Manuel Faria e Sousa, D. Rodrigo da Cunha, Fr. Jacinto de São Miguel, Contador de Argote, Alexandre Herculano, Joaquim de Vasconcelos, Fortunato de Almeida, Schaeffer, Menendez Pidal, Latino Coelho, Gama Barros, Lopes Ferreira, André Michel, Viollet-le-Duc, Guilherme Oncken, Lasteyrie, Lamperez y Romea, Giovanni Batista Birago, Kinsey, James Murphy, Bluteau, Cerqueira Pinto, Ernesto Korrodi, [...] revistas importantíssimas como a Portugalia, A Arte, a Ilustração Moderna, A Arte Portuguesa, obras de genealogia de Brancaamp Freire, Sousa Machado, Aires de Sá, Silveira Pinto, Afonso de Dornelas, e tantíssimas outras, que irão vivificar novos núcleos bibliográficos e fazer a justa alegria de outros tantos estudiosos interessados e... afortunados.*⁸³

A esta reflexão de Rocha Madahil gostaríamos de acrescentar alguns outros autores, temas e revistas que faziam parte da biblioteca de Moura Coutinho, que muito terão contribuído para a sua investigação e auto-formação. Destacamos os seguintes autores, para além dos acima citados: Andrea Pozzo, Charles Blanc, Luís Cloquet, Etienne de Gröer, Ressano Garcia, Le Corbusier, Raúl Lino, Sousa Viterbo, Pinho Leal, Possidónio da Silva, P^e Manuel de Aguiar Barreiros, Aarão de Lacerda, Reinaldo dos Santos, Leite de Vasconcelos, Virgílio Correia, António Augusto Gonçalves, Manuel Monteiro, Alberto Feio, Rocha Madahil, Émile Bayard, J. Pijoan, Mário Tavares Chicó, Goethe, Émile Zola, Ramalho Ortigão e Eça de Queirós (seu familiar afastado).

Em muitos dos seus textos, Moura Coutinho recorre a estes autores para melhor esclarecer e apoiar os seus pontos de vista. A título de exemplo, podemos abordar a questão sobre a arquitectura ser *verdadeira*, isto é, que exprime claramente, do exterior, a sua organização interior. Conceito clássico por natureza, cita a esse propósito Luis Cloquet que diz *As formas de estructura real, bem acusadas, dão cachet a uma construção e carácter às suas partes.*⁸⁴

Quanto a outros temas, podemos evidenciar a existência de vários exemplares bibliográficos sobre Arquitectura, Materiais e Construção; Medições e Orçamentos; Urbanismo; Geografia e Guias de Turismo; Costumes, História e Genealogia; Religião, Filosofia e Política; Poesia, Romance, Teatro e Música; e uma série de outros subtemas relacionados com a arte, em geral, e com as técnicas artísticas, em particular.

Relativamente a outras revistas que faziam parte da colecção bibliográfica de Moura Coutinho,

⁸³ MADAHIL, António da Rocha – O. c. p. IV.

⁸⁴ AMB – Obras Urbanas, Pasta 40 – *Programa de Concurso e Caderno de Encargos da Empreitada Geral para as obras de construção e reforma do edifício dos Tribunais de Braga*, 30.12.1926. Ao longo deste estudo outras citações e autores a que Moura Coutinho recorre, a propósito de determinados assuntos ou pontos de vista, serão assinalados e evidenciados em devido contexto.

damos especial atenção a: *A Águia*, *Archivo Pittoresco*; *A Architectura Portugueza*; *Arquitectura y Construcción*; *Bracara Augusta*; *Arte e Arqueologia*; *Artes e Letras*; *Athena*; *Ethnos*, *Construção Moderna*; *Ilustração Catholica*; *Minia*; *Monarchia Lusitana*; *Monumentos de Portugal*; *MVSEU*; *Ocidente*; *Panorama*; *Revista Archeologica e Histórica*; *Revista da Universidade de Coimbra*; *Terra Lusa* e *Terra Portuguesa*.

Observámos ainda a existência de uma grande diversidade de catálogos de exposições, leilões e guias de Museus, como os do Museu do Louvre, Museu Rodin, Museu do Vaticano, Museu do Carmo, Museu Machado de Castro, Museu de Arte Antiga e Museu Soares dos Reis.

Para além de uma vasta bibliografia escrita em português, encontrámos na biblioteca de Moura Coutinho várias obras em castelhano e francês, e ainda, embora com menor representação, em italiano, inglês e alemão.

Sabemos que a língua francesa era um dos requisitos necessários à conclusão do ensino secundário, assim como para a continuidade dos estudos. Moura Coutinho quando se candidatou às Obras Públicas de Braga, apresentou-se, como vimos, com os exames de português, francês e *outras disciplinas de instrução secundária* como habilitações necessárias para o cargo solicitado.⁸⁵ O conhecimento de outras línguas acreditamos que o tenha adquirido quer pelos estudos académicos e auto-didácticos, quer pelas viagens de estudo e de trabalho que efectuou ao longo da sua vida, como fonte de inspiração, conhecimento e experiência, como nos deixou antever em textos seus.

Rocha Madahil conclui a sua reflexão sobre a biblioteca de Moura Coutinho, dizendo-nos que recorreu várias vezes a muitos desses volumes, *como a amigos provados e de bom conselho, em emergência apropriada. Fica-me a amarga saudade de os ver partir e o pesar sincero de os não poder reter a todos junto de mim. Dar-me-iam, de certo modo, a presença espiritual desse gentil Amigo e distinto Homem de Bem que em vida se chamou João de Moura Coutinho de Almeida de Eça*.⁸⁶

⁸⁵ AHMOP - Processo individual de João de Moura Coutinho, 10.4.1889.

⁸⁶ MADAHIL, António Gomes da Rocha – O. c., p. V.

II A Comissão de Estética e os Melhoramentos em Braga

Moura Coutinho era, como vimos, um homem culto, curioso e opinativo, dando pareceres, como membro da Comissão de Estética⁸⁷ da CMB, bem como, escrevendo com frequência nos jornais locais. Chega a Braga no final do século XIX, ainda jovem, para trabalhar nas Obras Públicas, e cedo contacta com o desenvolvimento da cidade. Braga vai receber, no 1º quartel do século XX, uma série de novos equipamentos urbanos, sendo grande parte pela sua mão.⁸⁸ (Vd. Doc. 1. Inventário, pp.97-102).

Algumas intervenções de carácter urbanístico, ou pareceres sobre os mesmos, formam um conjunto significativo de trabalho desenvolvido por MC para a cidade de Braga, aqui sintetizado.⁸⁹

Os primeiros anos do século XX assinalam um dos períodos de maior actividade, iniciativas e progressos para a cidade de Braga⁹⁰, destacando-se o alargamento da Avenida da Liberdade, que liga a Praça da República a S. João da Ponte. Esse alargamento e a abertura de uma ligação transversal (entre o Largo dos Remédios e a nova avenida) deu origem a uma exaltada polémica em relação à demolição do extinto Convento dos Remédios, destruído a partir 1907.⁹¹

Para esta avenida Moura Coutinho projectou vários edifícios, no arranque da mesma, principalmente no lado poente, mas também do lado nascente. Do lado poente estão alguns dos seus mais conhecidos projectos, sendo os de maior importância o Teatro Circo, 1907-15, e a Casa do Artista (onde tinha o seu ateliê), 1915-17.⁹² Do lado nascente da Avenida da Liberdade as suas obras são menos emblemáticas, mas representam um outro momento, das décadas de 1930-1940, em que novas linguagens arquitectónicas, novos gostos e novas necessidades se impõem.⁹³

⁸⁷ Fez parte da Comissão de Estética da CMB desde 17.1.1920, com nomeações frequentes, assinando a última acta a 8.11.1951. A 21.1.1954, um dia após da sua morte, a Comissão de Estética propôs um voto de pesar pelo seu falecimento, registado em acta.

⁸⁸ Como forma de reconhecimento pela obra feita em Braga, a CMB, em 1988, resolveu atribuir a uma rua o nome de Moura Coutinho. In AMB – Livro de Minutas. A Comissão de Toponímia, em reunião de 8.9.1988, atribui o nome de Rua Moura Coutinho à antiga Rua Dr. Domingos Pereira (que faz parte da E.N. 14 e atinge a Rua Lopes Gonçalves).

⁸⁹ Apresentamos neste trabalho uma síntese dessas intervenções, que merecem, no entanto, um estudo à parte e mais aprofundado.

⁹⁰ A alteração política do país acontecida em 1910 foi muito favorável para Braga; os seus deputados eram extremamente considerados. Aliado a isso, Braga teria, entre 1913 e 1915, um Presidente da Câmara extremamente dinâmico. Com o Tenente-coronel Lopes Gonçalves a cidade irá realizar muito dos seus sonhos. Num período incrivelmente curto de dois anos, Braga passará a ter, finalmente, abastecimento de água ao domicílio; energia termo-eléctrica; um novo sistema de transportes urbanos: os eléctricos; um novo mercado coberto em ferro, edificado no mesmo local do anterior; serviços municipalizados; uma nova feição nos seus jardins através de melhor ajardinamento e da mudança dos seus elementos monumentais e decorativos; uma adequada arquitectura de feição monumentalista na Avenida da Liberdade que então começava a ser traçada; o arranque da obra – nunca mais acabada – de um novo hospital; um grande teatro – o Teatro Circo –, o início da construção (nunca concluída) de um bairro operário. Mas a obra que mais fortemente marcaria a sua passagem como presidente da edilidade seria a destruição do Passeio Público e a correspondente criação da Avenida Central. Era o sinal de novos tempos, mais abertos, em que o automóvel era símbolo de progresso, curiosamente também coincidente com a maior abertura ideológica que a República representava. In OLIVEIRA, E. P.; SOUTO MOURA, E.; MESQUITA, J., Braga – Evolução da Estrutura Urbana. Braga: Câmara Municipal de Braga, 1982.

⁹¹ Sobre a destruição do Convento dos Remédios e a da Igreja dos Remédios (construção do século XVI, com a fachada da igreja, talha e azulejos barrocos), Vd. SANTOS, Ademar Ferreira dos - *Património cultural: "Dificuldades que tem um reino velho para emendar-se"*. Braga: Mínia, 6(7), 1983, p. 49-65 e OLIVEIRA, Eduardo Pires de e COSTA, Luís - *O "progresso" em Braga 1- Através das actas Camarárias*. Braga: Mínia, 2ª série, 1(2), 1978, p.3-52. (Vd. Ilustração 23, 24, p. 104).

⁹² Também da sua autoria é a padaria *A Nacional*, 1922; e são-lhe atribuídos a garagem Auto-Palace, c.1914; a CUF, c.1916, nos terrenos adquiridos pelo Ateneu Comercial, que não chegou a construir nesta avenida; e as intervenções no interior do edifício dos CTT, 1916-32 - projecto do engenheiro Francisco Henriques. Todos estes edifícios estão do lado poente da avenida, quase seguidos uns aos outros. No alinhamento dos CTT, na Rua Gonçalo Sampaio, antiga Pereira Caldas, MC projectou ainda um armazém para o Sr. António Marinho, 1927, não construído.

⁹³ O lado nascente apenas começa a ter os novos alinhamentos a partir de meados da década de 1930. Cf. AMB-OU2. As obras de MC no lado nascente são: intervenção no Hotel Aliança (já desaparecido), 1933; projecto do edifício do Turismo, 1935-37; prédio de rendimento do Sr. Raul Dias, 1946-48, onde esteve o Café Cinelândia; e o projecto, não construído, de prédio de rendimento para o Sr. José Luiz Costa, 1950.

A abertura da Avenida 31 de Janeiro⁹⁴ e o arranjo do Largo da Senhora-a-Branca⁹⁵, ligando-se à Rua do Raio⁹⁶, revelou-se também uma das obras de urbanismo mais importantes deste período.

Uma outra área da cidade de Braga a destacar, é a Praça Conde Agrolongo, onde nos aparece um dos edifícios mais emblemáticos dessa praça – o Asilo de Mendicidade Conde Agrolongo. Moura Coutinho trabalha nele de 1907 a 1916, propondo alterações no edifício existente e apresentando uma solução de enquadramento da Igreja do Convento, alinhada com o Asilo.⁹⁷

Com saída para a Praça Conde de Agrolongo, no lado oposto ao Convento do Carmo, foi aberta a Rua Justino Cruz⁹⁸, para a qual Moura Coutinho projectou um grande edifício de rendimento para o Sr. António Maria Lopes, em 1922. O projecto não chegou a ser concluído, pois a crise do final da década de 1920 não o permitiu. Foi continuado posteriormente, mas não terminado, uma vez que é decidido pela CMB a abertura de uma nova rua, Frederico Ulrich, actual Eça de Queirós⁹⁹, para a qual Moura Coutinho¹⁰⁰ e outros arquitectos são convidados a projectar uma série de edifícios.

Na década de 1920, e para fazer face à crise económica e operária, Júlio de Lima, benemérito da cidade de Braga, manda abrir uma rua (que passará a ter o seu nome), em frente à sua casa, na Rua Gabriel Pereira, enquadrando-a e dando-lhe perspectiva e relevo. Nessa rua serão construídas casas de um lado e do outro para dar trabalho aos operários.¹⁰¹

Nas zonas mais antigas da cidade a renovação também se faz, e Moura Coutinho surge associado a alterações urbanas ou a construções arquitectónicas, que mudaram a feição da cidade, como no caso da Praça do Município que receberá, em 1915 um novo Mercado Municipal.¹⁰² A Praça da República, com um projecto urbanístico para a sua transformação, de 1927-28¹⁰³, o Largo de S. Francisco, o Largo de S. Martinho e a Rua do Castelo¹⁰⁴, são alguns exemplos. Nestas zonas Moura

⁹⁴ AMB-OU4, Proc.5 – Expropriações de terrenos para o alargamento desta avenida, a partir de 1912, incluindo os da família Lobato Guerra.

⁹⁵ Nesta zona destacamos a casa do General Lobato Guerra, 1914-15, projecto atribuído a MC; e a Cozinha Económica na Rua do Raio, 1932.

⁹⁶ AMB - OU18, Proc. 13 - Parecer da Comissão de Estética sobre o alinhamento a seguir na Rua do Raio entre a Avenida da Liberdade e a Rua de S. Lázaro, com opinião de Moura Coutinho, 14.4.1932.

⁹⁷ Na continuidade do Asilo, lado nascente, deparamo-nos com o Convento do Carmo, cuja fachada foi também uma intervenção de MC, 1907-08. De uma fachada barroca, típica desta Ordem, MC apresenta-nos um desenho classicizante, em granito, monumental e enquadrada em perspectiva pela rua que vai da Praça, orientando o olhar do transeunte. No seguimento desta praça, no sentido do Pópulo, outro edifício sofreu alterações pela mão de Moura Coutinho, em colaboração com o engenheiro António Valença. Trata-se da remodelação interior do Tribunal, 1922-32, cuja fachada é atribuída a Carlos Amarante. Intervenção bastante documentada em arquivo, permitindo-nos acompanhar todo o processo da obra.

⁹⁸ AMB-OU14, Proc.9 e Proc.10 – Projecto da Rua Justino Cruz pelo engenheiro António Valença, em Outubro de 1922. Em 1941 a rua ainda tinha grande parte dos passeios em terra, queixando-se os novos proprietários dos prejuízos causados.

⁹⁹ AMB-OU14, Proc.11 – Abertura da Rua engenheiro Frederico Ulrich – Memória, 14.7.1945. Terminada em 1950.

¹⁰⁰ Casa do Dr. Alberto Cruz, 1948-50; Casa do Sr. João Esperança, 1948-51; Casa do Sr. António da Costa Lima (Bazar Cruz), 1950-52.

¹⁰¹ No lado poente, Moura Coutinho projecta, de 1922-33, uma banda de edifícios que se unem num gosto eclético, mas já um pouco despojado, comparativamente a outros seus trabalhos do início do século XX. No lado nascente, de 1933-25, os projectos aparecem-nos num gosto mais depurado e geométrico, com elementos de inspiração *art déco*. Talvez não seja de estranhar o papel do arquitecto João Pereira Braga, que passa a assinar conjuntamente muitos dos projectos, deste período para a frente. É ainda nesta área geográfica da cidade que se encontra uma casa estreita da autoria de Moura Coutinho, na Rua de S. Vicente, em frente à Rua Júlio de Lima, a casa do Sr. Augusto Cruz, 1928.

¹⁰² Obra conjunta de Domingos José Afonso e MC. Os projectos são de 16.12.1914, para um mercado em ferro, inaugurado a 1.10.1915.

¹⁰³ AMB-OU9, Proc.5 – Projecto para a transformação da Praça da República, de MC, 27.4.1927; AMB-OG-5/86/923- Parecer da Comissão de Estética, 18.12.1927. Vd. *Correio do Minho* – A transformação da Praça da República, 29.1.1928, e *Ilustração Catholica*, 18.2.1928.

¹⁰⁴ AMB-OU13, Proc.5A - Pareceres de Moura Coutinho sobre a regularização da Rua do Castelo, 10.9.1944 e 20.10.1944. Veja-se também AMB - Actas da Comissão de Estética, sessões de 20.9.1944 e 28.10.1944.

Coutinho renova os estabelecimentos financeiros, símbolo do progresso do início da década de 1920.¹⁰⁵

No Largo de S. Martinho, MC vai remodelar o Café *A Brasileira*, em 1929, e projectar um dos seus últimos edifícios. Trata-se do edifício para o Jornal de Notícias, 1945-50, procurando resolver uma questão urbana e de enquadramento com a Rua do Castelo, depois de demolida parte da muralha e da construção do edifício das Repartições Públicas, no qual também participou¹⁰⁶, que deixara desalinhado o lado oposto da rua, e que a Comissão de Estética deu pareceres para a sua regularização.¹⁰⁷

Partindo ainda do Largo de S. Francisco, desta vez pela rua dos Chãos, outra obra de Moura Coutinho se destaca pela sua relevância cultural para a cidade. Trata-se do Ateneu Comercial, edifício inicialmente projectado para a Avenida da Liberdade mas, por razões que desconhecemos, acabou por vir para junto do antigo edifício do Ateneu, adaptando-se umas casas adossadas a este.¹⁰⁸

Com o crescimento da cidade, novas ruas se abrem ou novos arranjos urbanísticos surgem a enquadrar novos edifícios. São exemplo os vários projectos discutidos na CMB, a encomenda de um projecto ao urbanista Etienne De Gröer, 1941-42¹⁰⁹, e a elaboração de projectos ou pareceres de MC sobre este¹¹⁰ e outros projectos, como o projecto de urbanização do largo de S. Pedro de Maximinos, 1939¹¹¹, a remodelação da Praça Conde de Agrolongo, 1940¹¹², dos Largos de Infias e do Monte d'Arcos, 1941¹¹³, da Av. dos Combatentes, 1940¹¹⁴, e a Av. Central, 1951¹¹⁵.

Dispersos na cidade e fora destes núcleos, Moura Coutinho projectou um Parque de Diversões

¹⁰⁵ Em primeiro lugar o Banco Nacional Ultramarino, 1914-18, seguido do Banco de Portugal, 1920-28; o Banco do Minho, 1921, e o Banco Espírito Santo, 1930-31. Nos dois primeiros casos trata-se de projectos de raiz, enquanto nos dois últimos de remodelações interiores.

¹⁰⁶ Em 1906 Moura Coutinho é o responsável pelas obras internas do Edifício das Repartições Públicas de Braga (projecto do arquitecto Marques da Silva), certamente no âmbito das suas funções na Direcção das Obras Públicas desta cidade. Nada sabemos sobre esta sua intervenção a não ser um breve comentário, em entrevista, posterior à remodelação, do próprio Moura Coutinho: *Sabe quando principiou o Edifício das Repartições? À volta de 1906. Há cerca de 27 anos! E ainda se vai na primeira ala. A incerteza da sua aplicação tem impedido o acabamento. Naquela altura fiz a sua remodelação interna. Má, confesso, mas tinha um programa a cumprir.* In *Correio do Minho* - O Problema citadino/Moura Coutinho continua a sua entrevista, 8.3.1933.

¹⁰⁷ Ainda nesta zona, e na ligação do Largo de S. Francisco à Praça Conde de Agrolongo, na Rua dos Capelistas, Moura Coutinho é convidado a renovar uma casa e padaria para o Sr. Manuel Ferreira Capa, de gosto eclético. Um segundo projecto, para a mesma casa, surge já na década de 1930, que assina conjuntamente com João Pereira Braga, num gosto *art déco*, de nítida influência francesa e do seu contacto com vários edifícios e cidades que visitou. Em frente a esta casa um terceiro projecto para Casa e Padaria, substituindo o 1º projecto.

¹⁰⁸ A rua dos Chãos estava inicialmente prevista ser alargada, com novos alinhamentos para fazer ligação e dar um continuidade com a Avenida da Liberdade, tendo a intermediá-las a Praça da República, o que acabou por não acontecer.

¹⁰⁹ O Plano de Braga, datado de 1942, é designado, na língua de trabalho do urbanista, por "*plan d'aménagement et extension*", ocupando-se, de facto, quer do arranjo da cidade existente, quer do desenho das suas áreas de expansão. In LÔBO, Margarida Souza - *Planos de Urbanização/A Época de Duarte Pacheco*. Porto: FAUP Publicações, 1995, p. 84. Cf. AMB-OU62 - *Plan d'aménagement et extension*, 1941-42.

¹¹⁰ Moura Coutinho elaborou uma memória descritiva/parecer, de 41 páginas, ao plano de De Gröer, a 12.12.1942, que por si só merece um estudo à parte. Elogia o plano deste urbanista, mas critica-o em diversos pontos. Aponta outras soluções, de carácter mais concreto, para a grande maioria das situações. O documento foi escrito em papel da CMB, da Repartição de Engenharia, sendo provavelmente um trabalho no âmbito das suas funções na Direcção das Obras Públicas. In AMB-OU62 - *Plano de Urbanização de Braga*, CMB, 12.12.1942. Zeferino Couto também deu um parecer. O parecer de MC foi detalhadamente analisado em reunião da Comissão de Estética, in AMB - *Actas da Comissão de Estética*, 15.3.1943.

¹¹¹ AMB-OU7 - *Projecto de Urbanização de S. Pedro de Maximinos* - *Nota Justificativa*, 2.9.1939. Projecto de Moura Coutinho.

¹¹² AMB-OU8 - *Arranjo da Praça Conde de Agrolongo*. CMB, Janeiro de 1940. É referido, indirectamente, o parecer de MC sobre este projecto.

¹¹³ AMB-OU5 - *Ante-projecto de remodelação dos Largos de Infias e do Monte d'Arcos*. Projecto de Moura Coutinho, 11.9.1941.

¹¹⁴ Projecto de alteração de Moura Coutinho. *Com o arranjo projectado aumenta-se a avenida em 42 m. e, com a placa central, em forma alongada com que termina desaparece todo o espaço vazio e a avenida toma um outro aspecto mais belo e interessante pelo desenvolvimento da sua linha de perspectiva[...].* In AMB-OU10 - *Memória Descritiva da Repartição de Engenharia da CMB*, 17.1.1940.

¹¹⁵ Parecer da Comissão de Estética: [...] O Snr. Moura Coutinho disse que acha o ante-projecto admiravelmente executado e dentro do condicionamento que lhe foi determinado mas que não pode concordar com a desproporção do jardim ou mancha verde, com 197 m. de comprimento, por 13 m. de largura. Assim como não concorda com as ruas laterais, a que chamam passos perdidos pela sua forma afunilada ou em cone truncado. Isto, repete mais uma vez, fazendo a devida justiça ao estudo admiravelmente executado mas que não pode pelo condicionamenti apresentado, ter outra forma. Entende ainda que a faixa central, vedada ao trânsito de veículos, deveria ser conservada, para recreio e logradouro do público nas noites festivas. Pelas razões expostas e com grande pesar, tem que assinar vencido. In AMB-OU11, 21.3.1951.

para o Bom Jesus do Monte, 1925, e um Casino para o Parque da Ponte, 1927, ambos não concretizados. Remodelou vários edifícios¹¹⁶, demonstrando o seu labor contínuo¹¹⁷, tendo deixado em Braga um número elevado de equipamentos e habitações, e traçado o futuro urbanístico da cidade.¹¹⁸

A sua obra reflecte o espírito de um homem culto, viajado e entusiasta, ligado a uma estética eclética, conceito que caracterizou o fim do século XIX/início do século XX, remetida à problemática tradição/inação.¹¹⁹

Esta tendência foi sendo abandonada a partir de meados da década de 1930, embora ainda ligado a uma estética arquitectónica decorativa, mas mais depurada e geométrica, como foi o caso da influência da *art déco*, fruto das suas viagens e do gosto pela arte francesa, em particular. Este corte podemos senti-lo quando analisamos cronologicamente o seu trabalho, principalmente a partir do momento em que os seus projectos são assinados conjuntamente com outros arquitectos, especificamente o arquitecto João Pereira Braga.¹²⁰

Podemos apontar dois momentos ou fases diferentes no seu trabalho: a primeira, desde 1906-07 até 1926-27, balizada pelos Paços de Concelho de Fafe e a remodelação do Asilo de Mendicidade de Braga até à conclusão do seu prédio, as futuras instalações do Ateneu Comercial, e o projecto para Armazém do Sr. António Marinho, ambos em Braga; e a segunda, de 1928-29 até 1952, balizado pelas remodelações de cafés e lojas comerciais, como o café *A Brasileira* e a padaria *Ferreira Capa* até à Delegação do Jornal de Notícias, o Café Cinelândia, e as casas da Rua Eça de Queirós, todos em Braga.

O fim da 1ª fase coincide (será coincidência?) com as alterações propostas à lei, da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, a partir de 1925, para não permitir que desenhadores das Obras Públicas, construtores e outros não arquitectos, fossem autores de projectos de arquitectura.¹²¹

Como é que Moura Coutinho “salta” das Obras Públicas para encomendas a título particular é algo que não sabemos, mas é possível que o seu trabalho, ao longo de quase 20 anos nas várias

¹¹⁶ Como na Rua Ulisses Taxa, com a fábrica de chapéus A Industrial, 1922, e as alterações no Noviciado de Santa Teresa de Jesus, 1947-53, assim como na Rua de S. Vítor, com uma alteração de fachada numa habitação. E ainda na Rua de S. Geraldo, onde viveu no nº 32 – intervenções em vários edifícios; Alterações na Casa do Sr. João Brandão, na Rua do Alcaide, 1949-51; Casa do Sr. Eduardo Matos, c.1920, no Largo da Estação (atribuição), destruída num incêndio a 27.9.1921; na Rua da Boavista – casa e padaria do Sr. Vicente Costa, não construída.

¹¹⁷ Ainda em Braga, mas nos seus arrabaldes, Moura Coutinho envolveu-se num trabalho de Restauro que lhe levará grande parte da sua vida, em investigação, não sem grande polémica, de que se viu rodeado pelas posições tomadas, quer na imprensa da época, quer nos textos que apresentou em Congressos e que por fim reuniu num livro – *Restausos da Capela de S. Frutuoso de Montélios*, restauro particular subsidiado pela Junta de Distrito de Braga, juntamente com o Dr. Sousa Louro (médico), e o arqueólogo D. José Pessanha (consultor), entre 1931-35.

¹¹⁸ MC produziu muito ao longo da sua vida (81 anos), trabalhando até ao fim, pese embora ter começado já depois dos 30 anos de idade.

¹¹⁹ *No plano cultural, é o momento de afirmação da urbanidade e de expressão da cultura urbana. No que se refere à História da Arquitectura, apresenta-se como um período de internacionalização e de formação de uma incipiente consciência de modernidade, remetida à problemática da tradição e da inováção.* In CALADO, Mª Marques – *A Cultura Arquitectónica em Portugal/1880-1920/Tradição e Inováção*. Dissertação de Doutoramento pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (Policopiado). 1º vol. Lisboa: FAUTL, 2003, p. 5.

¹²⁰ Este arquitecto trabalhou essencialmente em Braga, sem se destacar especialmente. Em acta de uma reunião da Comissão de Estética é analisada uma sua reclamação, por aquela Comissão ter reprovado um dos seus trabalhos. Parece haver uma certa animosidade com Moura Coutinho e alguma inconfidencialidade por parte de membros da dita Comissão. Cf. AMB - Actas da Comissão de Estética, sessão de 15.7.1946.

¹²¹ Em 1934, o então Sindicato Nacional dos Arquitectos, aprova os seus novos Estatutos, integrando no Cap. II matéria relativa à defesa efectiva do exercício da profissão. Assim, compete ao Sindicato *processar e perseguir perante os tribunais quem, não sendo arquitecto ou associado, use o respectivo título ou exerça funções que sejam da exclusiva competência dos seus associados, reclamando que lhe sejam aplicadas sanções.* Apud. RIBEIRO, Ana Isabel de Melo – *Arquitectos Portugueses: 90 anos de vida associativa/1863-1953*. Porto: FAUP Publicações, 2002, p. 128.

Direcções das Obras Públicas, tenha sido reconhecido e evidenciado, de forma a que lhe tenha sido depositada a confiança necessária para tal empreendimento.

As primeiras encomendas são logo de grande envergadura e responsabilidade, como é o caso dos projectos para os Paços do Concelho de Fafe¹²²; o Asilo de Mendicidade "Conde de Agrolongo"¹²³; e o Teatro Circo de Braga¹²⁴, este último trouxe de imediato a Moura Coutinho o reconhecimento merecido. O segundo prémio no concurso para o Teatro Lírico de S. João, no Porto, em 1910, trouxe-lhe a visibilidade e a consolidação social do seu valor.¹²⁵

Desde 1910 que Moura Coutinho vira os seus trabalhos serem consagrados pela Imprensa especializada em arte e arquitectura, como são o caso das revistas: *A Ilustração Portuguesa*, *A Arquitectura Portuguesa*, *A Construção Moderna* e a *Ilustração Catholica*. São publicados artigos sobre os projectos do Teatro de S. João e o Banco do Minho, no Porto; do Teatro-Circo, da Casa do Artista, do Ateneu Comercial, do Asilo de Mendicidade "Conde de Agrolongo" e do Banco Nacional Ultramarino, em Braga; da Igreja de S. José de Ribamar, do concurso de Casas Económicas e da Avenida dos Banhos, na Póvoa de Varzim; e do Solar de Vila Meã, em Silveiros, Barcelos. Estas publicações foram, certamente, uma boa publicidade para o desenvolvimento do seu trabalho, principalmente por parte dos encomendadores.¹²⁶

A partir desta altura Moura Coutinho vai receber encomendas de particulares e instituições que vão querer beneficiar as suas vidas, e também a dos outros, com novos equipamentos, e recuperação de antigos, num momento em que o progresso económico e o optimismo no crescimento urbano são os elementos dinamizadores da sociedade. Os Bancos são o símbolo desse progresso, enquanto os Hospitais, Asilos e Casas Económicas acentuam a preocupação crescente com os doentes e desfavorecidos; os estudos de Melhoramentos Urbanos procuram resolver e prever os problemas resultantes do crescimento populacional e urbano sem planeamento do século XIX.

Os encomendadores são portanto, o poder local e central, nas cidades e vilas representado pelas Câmaras Municipais e pelas Direcções de Obras Públicas; a gerência dos Bancos; e os beneméritos, na sua grande maioria *brasileiros* que enriqueceram no Brasil, que ao regressarem ao seu país de origem vão contribuir e dignificar com novos equipamentos e habitações as suas terras de origem.

¹²² Os desenhos dos alçados, cortes e plantas datam de 01.05.1907, em colaboração com o engenheiro João Teixeira da Silva.

¹²³ Os desenhos para a recuperação do antigo Convento do Salvador, no Campo D. Luís I, actual Praça Conde de Agrolongo, em Braga, datam de 18.11.1907, e as obras tiveram início a 14.02.1908, terminando a 1ª parte em Março de 1914 e a 2ª parte em 1916.

¹²⁴ Projectos de 1907, aprovados em 1909, com conclusão da obra no final de 1914, inaugurando-se 21.4.1915.

¹²⁵ A visibilidade não terá sido só no Porto, embora os jornais fossem desta cidade. De qualquer forma, para o Porto projectou o Banco do Minho (1918-22) e o Banco Lisboa & Açores (1920-22), ambos na Avenida dos Aliados.

¹²⁶ De referir, no entanto, o gosto "passadista" da maioria destas revistas, muitas vezes criticadas por alguns arquitectos e algumas das direcções da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, não apenas pelo gosto mas também pela escolha editorial de projectos de não arquitectos, que segundo aquela não dignificava a classe dos mesmos. Para mais informação sobre este assunto Vd. RIBEIRO, Ana Isabel de Melo – *Arquitectos Portugueses: 90 anos de vida associativa 1863-1953*. Porto: FAUP Publicações, 2002.

III Obras de Arquitectura

1. Arquitectura Religiosa

Moura Coutinho optou, quase invariavelmente, pelo estilo neo-românico para a tipologia religiosa, quer pelo seu gosto e interesse pessoais, quer pelo gosto tardio que em Portugal se fez sentir por este revivalismo historicista: *É bem provável que o surto arquitectónico da charneira do século [XX] tivesse, mesmo por razões ideológicas, começado a pôr de parte o neomanuelino e se inspirasse no românico nacional, a fim de agenciar novos caminhos consentâneos com o pulsar da Europa e até da América, então, uma mais do que a outra, à beira do eclodir do movimento moderno. Com efeito, aquele era o estilo que pulsava em uníssono com a formação da nacionalidade, o «fascinante período da construção do reino», altura em que pululavam, no vale do Douro e nos talvegues minhotos, as donairosas e maneirinhas igrejas, verdadeiros ‘evangelhos’ de pedra, erguidos por mãos carinhosas de homens devotados, através da lança ou do breviário, à emergente causa nacional.*¹²⁷

Nesta tipologia destacaremos três¹²⁸ obras concretizadas de Moura Coutinho: a primeira trata-se de uma modificação parcial e não de uma obra de raiz, a fachada da Igreja da Ordem do Carmo, em Braga; a segunda, a Igreja Paroquial de S. Tomé das Caldas das Taipas, em Guimarães; e a terceira, a Igreja Paroquial de S. José de Ribamar, na Póvoa de Varzim. Dos três projectos apenas os dois primeiros continuam a existir, uma vez que a última foi demolida. E das três só a primeira não foi desenhada no estilo neo-românico. O neo-barroco e o neoclássico faziam também parte do seu reportório historicista, e muitas vezes eclético, que Moura Coutinho, e muitos arquitectos e encomendadores do seu tempo, “teimavam” em manter, mantendo-se afastados das novas linguagens estéticas, mas aproveitando-lhes as vantagens técnicas.

Outros projectos, posteriores a 1935 e/ou não concretizados, cujos desenhos nos chegaram do seu ateliê, em arquivo na BPB-UM, serão sumariamente apresentados em anexo, a título de uma contribuição para o inventário das obras atribuídas a Moura Coutinho.¹²⁹

1.1. Modificação da fachada da Igreja do Carmo, Braga, 1907 (Vd. pp.116-121, 2º Vol.)

O Convento de Nossa Senhora do Carmo foi fundado em 1635 pelo padre frei José do Espírito Santo, tendo-se iniciado as obras em 1653/54. *A 11 de Outubro de 1655 os onze religiosos que jaziam*

¹²⁷ ANACLETO, M^a Regina D. B. T. – *Arquitectura Neomedieval Portuguesa 1780-1924*. Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e JNICT, 1997, p. 472

¹²⁸ A alteração da fachada da igreja do Salvador, integrada no Asilo Conde Agrolongo, é também obra de Moura Coutinho, mas optámos por a referenciar no capítulo dedicado ao asilo, por se tratar de um projecto em que a noção do conjunto é fundamental para o entendimento das intervenções no antigo Convento do Salvador.

¹²⁹ Capela e dormitório para a Companhia de Santa Teresa de Jesus, Braga, 1947-53; Projectos não construídos – Anteprojecto para uma Igreja Paroquial na freguesia de Telões, Vila Pouca de Aguiar, s. d.; Anteprojecto para capela e Dormitório no Colégio Missionário Ultramarino (das Franciscanas Missionárias de Maria), Arcozelo, Barcelos, c.1948; Projecto para Igreja/altar e Projecto para Jazigo.

*na primitiva residência das Carvalheiras são trasladados para o convento.*¹³⁰

O convento enquadra-se em contexto urbano, no centro histórico da cidade de Braga, situado numa rua que encabeça e à qual dá o nome. Ao longo dos tempos o convento sofreu algumas intervenções e alterações, sendo a de 1907 a que nos ocupa neste trabalho.

Em 1834 o convento passa para a Irmandade de Nossa Senhora do Carmo, na sequência da extinção das ordens religiosas, e em 1837 o convento é cedido à CMB, para lá ser instalado um quartel militar, mercado do gado e mercado do peixe em partes distintas da cerca e do convento.

*Em Março de 1885 a Confraria de N^a Sr^a do Carmo mandou elaborar o projecto de uma nova fachada ao engenheiro da repartição distrital das Obras Públicas Tomás Branco. Se fez o projecto ou se não agradou é coisa que não apuramos. A fachada actual data de 1907.*¹³¹

Na 2^a metade do século XX, e sob a alçada da Ordem dos Frades Carmelitas Descalços, várias outras intervenções e remodelações se realizaram, mantendo-se praticamente inalterada a fachada de 1907. A Ordem conserva em seu poder os projectos correspondentes à alteração da fachada da igreja, com data de 21 de Junho de 1907, assinados por Moura Coutinho. Conserva também um conjunto de desenhos que parecem ser alternativas possíveis à fachada, sem no entanto nos ser possível distinguir os seus autores, por falta de assinatura, datação e documentação complementar.

Poderão ser os desenhos de Tomás Branco, de 1885? Ou poderemos supor que terá havido uma espécie de concurso de ideias para a alteração da fachada principal da igreja, que em 1907 se apresentava bastante arruinada? Estas dúvidas mantêm-se, por falta de documentação mais conclusiva.

Sabemos que o projecto escolhido foi o de Moura Coutinho, aprovado em sessão camarária de 30 de Janeiro de 1908. A base de licitação era de 9.100\$000 réis, mas foi arrematada por 8.550\$000 réis pelo mestre-de-obras Guilherme José Pereira, em Janeiro do ano seguinte. *A fiscalização dos trabalhos foi entregue ao engenheiro João Teixeira da Silva*¹³² *que se veio depois a envolver numa forte polémica com o mestre construtor. Estas obras foram lentas e custosas e em Fevereiro de 1911 a Mesa foi superiormente autorizada a retirar dos seus fundos a quantia de 3.000\$000 réis para finalizar a construção.*¹³³

Como em quase todas as igrejas carmelitas, a fachada anterior seguia o modelo-tipo da Ordem, de características modestas. As outras propostas vão ao encontro desta estética, mas não é o caso do

¹³⁰ In www.monumentos.pt - Convento de Nossa Senhora do Carmo, IPA - Inventário do Património Arquitectónico.

¹³¹ In OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Arte Religiosa e Artistas em Braga e sua Região (1870-1920)*. Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga, 1999. p. 86.

¹³² Engenheiro militar, pertencente aos quadros da repartição distrital de Obras Públicas, com os cargos de tenente; engenheiro chefe dos serviços de conservação das estradas; capitão e tenente-coronel ao longo da sua carreira. Colaborou com Moura Coutinho nas obras da fachada da Igreja do Carmo e nos Paços do Concelho de Fafe. Realizou um projecto para o Asilo de Cegos, no Convento do Salvador, em Braga, não terminado, que Moura Coutinho dará continuidade.

¹³³ In OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *O. c.*, p. 87.

projecto de MC, que estabelecerá um corte com o passado, e com o presente, pois nada tem a ver com a arquitectura que então se fazia em Braga. A monumentalidade da fachada contrastará também com o trabalho futuro de Moura Coutinho, em que procurará uma escala mais humana, mais pequena.

A proposta de Moura Coutinho apresenta-nos uma fachada neobarroca, segundo o modelo de “fachada-torre”. Os volumes articulados de dominante horizontal são quebrados pelo verticalismo da torre sineira central, coroada com a imagem da Nossa Senhora do Carmo acima de um lanternim. *A fachada principal está virada a Sul, em cantaria de granito, de três panos divididos por duplas pilastras, com registos separados por entablamentos, os panos laterais com um só registo, e o central com quatro, correspondendo os dois últimos à torre sineira que encima a fachada. Primeiro registo, com três portais em arco pleno, um em cada pano, sendo o central, maior, de acesso à igreja e os laterais ao convento. Os panos laterais são rematados por platibanda com imagens veneradas pela Ordem Carmelita, nos extremos. Segundo registo com rosácea e, entre as pilastras, dois painéis com florões. A encimar as pilastras dos extremos encontram-se imagens pétreas. Terceiro registo com par de janelas em arco pleno, e último chanfrado nos cunhais, com relógio e sineira, com ventanas em arco pleno. Remate da torre em cornija, com par de urnas com fogaréus nos cunhais.*¹³⁴

1.2. Igreja Paroquial de S. Tomé das Caldas das Taipas, 1910-1915 (Vd. pp.122-125, 2º Vol.)

As Caldas das Taipas ficam situadas no de Concelho Guimarães, Distrito de Braga, e desde os finais do século XVIII que a exploração das termas possibilitou o seu desenvolvimento. Assim nos vai relatando o Padre Alberto Gonçalves, numa série de artigos para a revista *Ilustração Catholica* no ano de 1928, sobre as Caldas das Taipas e a qualidade das suas águas, a beleza das suas paisagens, monumentos e gentes – *A sua situação topográfica; A provável origem do seu nome; A ara ou penedo de Trajano;* e por fim, aquela que nos ocupa neste trabalho, *A actual igreja paroquial.*¹³⁵

A igreja foi mandada construir pelo Conde de Agrolongo, Francisco José Correia, totalmente a expensas suas. Podemos ler numa lápide colocada junto ao pórtico da entrada, sob a galilé que precede a igreja: *Mandou erigir este templo o conde de Agrolongo, administrando a obra José António de Araújo Barbosa*¹³⁶; *architecto João de Sousa* [Moura]¹³⁷ *Coutinho A. Eça. Foi inaugurada a 11 de Abril de 1915 pelo Arcebispo Primaz D. Manuel Vieira de Matos.*

A necessidade de uma nova igreja há muito se fazia sentir, e os esforços da Junta de Freguesia

¹³⁴ In www.monumentos.pt - Convento de Nossa Senhora do Carmo, IPA - Inventário do Património Arquitectónico.

¹³⁵ *Data o início do desenvolvimento e progresso desta povoação e estância termal dos finais do século XVIII. Desde então é que as suas águas minero-medicinais se tornaram mais conhecidas e as suas qualidades terapêuticas começaram a produzir benéficos resultados, devidamente constatados em variadíssimas aplicações.* In *Ilustração Catholica*, Revista Litteraria Semanal de Informação Gráfica. Anno VII – Nº 350, Braga, 8 de Dezembro de 1928. Braga: Tip. «Pax», 1928.

¹³⁶ Administrador também do Asilo de Mendicidade “Conde de Agrolongo”, em Braga, que abordaremos neste trabalho.

¹³⁷ Supomos que se trata de um erro e devesse estar “Moura”, em vez de “Sousa”.

nem sempre obtiveram os frutos desejados.¹³⁸

Finalmente a ajuda chegou, e o papel benemérito do Conde de Agrolongo, de quem voltaremos a falar a propósito do Asilo de Mendicidade em Braga, é enaltecido pela imprensa da época que lhe tece os maiores elogios, como o faz também o Padre Alberto Gonçalves¹³⁹:

Francisco José Correia, natural da freguesia de S. Lourenço de Sande [Guimarães], bem conhecido pelos seus grandes rasgos de altruísmo e inúmeras benemerências praticadas, reconhecendo a urgente e cada vez mais evidente necessidade de uma nova igreja paroquial, visto a antiga ser muito insuficiente para a crescente população das Taipas, e sabendo quantos esforços, já há anos, vinham sendo dispendidos para a efectivação deste “desideratum” de toda a população e sem resultado, doeu-se desta imensa contrariedade e resolveu levar a cabo a construção do templo, estipendando-a totalmente à sua custa. Bem haja quem tanto se interessa e espalha o Bem, a mãos generosas!’’¹⁴⁰

A escolha do arquitecto recai sobre Moura Coutinho, com quem o Conde de Agrolongo trabalhara no Asilo de Mendicidade de Braga. Do projecto para a Igreja Paroquial de S. Tomé das Caldas das Taipas não tivemos notícia da sua localização. Analisando o edifício existente, podemos observar que há grande semelhança com o projecto para a Igreja de S. José da Póvoa de Varzim, que abordaremos neste capítulo, sendo no entanto mais pequena.

Relativamente a esta questão das dimensões, muitas foram as vozes que se levantaram insatisfeitas perante esta situação. O próprio pároco, assim como o Conde de Agrolongo manifestaram o seu desagrado, nas palavras do Padre Alberto Gonçalves¹⁴¹:

Segundo se diz o próprio Conde de Agrolongo já por diversas vezes tem manifestado o seu justificado desgosto por este motivo com as seguintes palavras: “foi esta a obra que mais dinheiro me custou e é a que menos me agrada”. Efectivamente razão de sobra tem aquele benemérito em proferi-las. Para comprová-las basta olhar abstraindo do restante conjunto, para a deficiência da capela-mor, à qual falta, além das devidas dimensões, a elegância e majestade requeridas.¹⁴²

As obras de ampliação só terão ocorrido no final da década de 70/início da década de 80 do

¹³⁸ Pouco mais de treze anos tem esta construção. Já há muitos anos que se fazia sentir, de uma forma inadiável, a grande necessidade de uma nova igreja paroquial. Compulsando-a cuidadosamente os actos da Junta de freguesia, nelas se vê quantos esforços empregaram desde há anos para esse fim os seus membros. Em 1886, no mês de Março e já noutros anteriores anos se tratou de assunto tão importante. Mas motivos deveras ponderosos, e outras dificuldades, principalmente a falta de recursos financeiros não deixaram levar avante a sua realização mais cedo. In *Ilustração Catholica*. Anno VII, nº 350, Braga, 8.12.1928. Braga: Tip. «Pax», 1928.

¹³⁹ Bem hajam aqueles que, com o Conde de Agrolongo, pela prática de actos generosos que significam grandes virtudes, se tornam dignos da sincera admiração de contemporâneos e vindouros. In *Ilustração Catholica*. Anno VII, nº 350, Braga, 8.12.1928. Braga: Tip. «Pax», 1928.

¹⁴⁰ *Ilustração Catholica*. Anno VII, nº 350, Braga, 8.12.1928. Braga: Tip. «Pax», 1928.

¹⁴¹ Lamentável é porém, pesarosamente o afirmamos, que as dimensões do edifício não correspondem ao principal fim em vista não só para a realização dos actos litúrgicos, como para a grande afluência de fiéis, principalmente desde que a capela de Santo António foi demolida. [...] E tanto assim que o actual pároco, o rev. Reitor Domingos José Antunes Machado, já adquiriu por compra, à sua custa, o necessário terreno para ampliá-la, aguardando unicamente a oportunidade e aquisição de outros elementos monetários, os necessários para levar a efeito esta obra por todos evidentemente reconhecida como útil e necessária. In *Ilustração Catholica*. Anno VII, nº 350, Braga, 8.12.1928. Braga: Tip. «Pax», 1928.

¹⁴² *Ilustração Catholica*. Anno VII, nº 350, Braga, 8 de Dezembro de 1928. Braga: Tip. «Pax», 1928.

século XX, como nos informou o pároco quando visitámos a igreja, sem no entanto termos acesso a qualquer documentação. As alterações foram essencialmente no interior, na capela-mor e na sacristia, aumentando-as, sem conseguirmos identificar com exactidão que trabalhos foram realizados. No seu aspecto exterior, e comparando com fotografias da época, não parece que tenham ocorrido grandes modificações, para além do aumento já referido.

A fachada principal da igreja está articulada em volumes de dominante vertical, acentuados pela torre sineira. Fazendo uma leitura de baixo para cima, temos um alpendre aberto dos três lados, seguido de uma janela em arco de volta perfeita, depois o relógio, os sinos em dupla arcatura de volta perfeita e o remate acentuado da torre de influência românica alemã – torre em *splayfoot*, um elemento que é octogonal em altura mas de base quadrada.¹⁴³

No corpo central destaca-se o alpendre em forma de torreão com três arcos, um frontal e dois laterais, pelo qual se acede à única nave da igreja. As fachadas laterais são simétricas, com transepto saliente, terminando em forma circular. As paredes são lisas, rematadas nos cunhais com aparelho regular em granito dentado, e intercaladas por janelas de volta perfeita, com cachorrada geométrica nas cornijas.

Ao entrarmos pelo alpendre, no interior da igreja, deparamo-nos com uma só nave, com cobertura em abóbada de volta perfeita com caixotões. As paredes laterais são revestidas a azulejo azul, branco e amarelo até um terço do pé direito, e na parte superior estão três janelas de cada lado. Ao fundo, depois do transepto, o arco triunfal em volta perfeita e a capela-mor profunda, que está separada por três arcos de volta perfeita das duas capelas laterais. Esta profundidade da capela-mor terá sido uma alteração posterior ao trabalho de Moura Coutinho, que já nos referimos. A cobertura da capela-mor é também em abóbada de volta perfeita, mas sem caixotões.

À entrada um nártex, sobreposto pelo coro alto com três arcos de volta perfeita, dando o central para uma janela com vitrais e os outros dois são arcos cegos. O aparelho é regular, em granito, utilizado nas molduras das portas e janelas, nas arcadas e nos cunhais da igreja em forma denticulada. Os panos lisos das paredes do edifício são rebocados e revestidos a cal branca.

A escolha do estilo neo-românico em que Moura Coutinho se inspirou, aponta para razões de gosto revivalista da época, mas também pelo interesse e gosto pessoal, demonstrado ao longo da sua vida nos diversos estudos que fez sobre o românico e outros estilos medievais.

De uma maneira pouco lisonjeira, o Padre Alberto Gonçalves não lhe encontra um estilo definido, apontando mesmo uma possível cópia: *O aspecto geral do templo é agradável, mas conhece-*

¹⁴³ COLE, Emily (Editor Geral) – *A Gramática da Arquitectura*. S. l.: Livros e Livros, 2003, p.317.

*se, logo, à primeira vista, que as suas dimensões são desproporcionadas nalguns pontos. Consta que foi delineado pela fotografia da capela de um postal francês. Não tem estilo definido esta construção. A torre é muito acanhada e o sino do relógio está mal colocado e de tal forma que constitui um perigo iminente para quem cuida dele. Os dois altares laterais – do S. Coração de Jesus e de S. José – são pouco espaçosos e todos eles, incluindo o mor, dispõem de pouca luz.*¹⁴⁴

Tenta, no fim, desculpar-se e não ofender o Conde de Agrolongo, o benemérito e fundador da igreja, mas nada refere relativamente a Moura Coutinho: *Não queremos com estas nossas asserções ofender a alma benfazeja e magnânima do seu ilustre fundador, de modo nenhum. O que temos em vista é simplesmente dizer a verdade*¹⁴⁵, *de modo que venham outros subsídios e outras dádivas contribuir para que, dentro em breve, desapareçam tais deficiências.*¹⁴⁶

1.3. Igreja de S. José de Ribamar, Póvoa de Varzim, 1917-1927 –demolida (Vd pp.126-133, 2º Vol)

No local da actual Igreja de S. José de Ribamar, na Póvoa de Varzim, existiu uma outra com o mesmo nome, da autoria de Moura Coutinho, demolida em 1954. Tanto uma como a outra igreja ficaram com o mesmo nome de uma capela, ainda mais antiga, que existiu no Passeio Alegre, construída em 1844 e destruída em 1913.¹⁴⁷

Situada na Av. Mousinho de Albuquerque, no cruzamento com a Rua da Alegria, na Póvoa de Varzim, o projecto de Moura Coutinho que conhecemos dos desenhos publicados na imprensa da época e dos planos originais, que estão na BPB-UM e no AMPV, não é o que vemos nas fotografias da igreja antes da sua destruição. Desconhecemos as razões, as voltas ou peripécias que o projecto possa ter tido ao longo dos trabalhos, que parecem ter sido demorados – as notícias na imprensa sobre o início da obra começam em 1917¹⁴⁸, mas em Setembro de 1927 ainda não estava concluída, embora aberta ao culto na década de 1920.¹⁴⁹ Observamos, de qualquer forma, alguma da linguagem formal e a escolha do estilo neo-românico, pelo qual MC tanto se interessou, a aparecer tantos nos projectos como no edifício final.

Vamos concentrar o nosso estudo desta igreja nos projectos de Moura Coutinho, e menos no edifício, entretanto já destruído, uma vez que desconhecemos o grau da sua participação nas alterações aos planos primeiramente definidos e divulgados na imprensa da época.

Até ao início do séc. XX, existia no centro do Passeio Alegre, na Póvoa de Varzim, uma capela dedicada a S. José de Ribamar, da devoção dos pescadores e dos banhistas que frequentavam esta zona,

¹⁴⁴ In *Ilustração Catholica*. Anno VII, nº 350, Braga, 8.12.1928. Braga: Tip. «Pax», 1928.

¹⁴⁵ Esta “verdade” é, no nosso entendimento, uma visão generalista e abusiva sobre o assunto, representando naturalmente o seu ponto de vista particular.

¹⁴⁶ In *Ilustração Catholica*. Anno VII, nº 350, Braga, 8.12.1928. Braga: Tip. «Pax», 1928.

¹⁴⁷ In *O Comércio da Póvoa de Varzim* - O Ano de 1985 e a Paróquia de S. José de Ribamar, 23.5.1985.

¹⁴⁸ *Ilustração Catholica* - A Póvoa artística, Anno V, nº 234, 22.12.1917; *A Arquitectura Portuguesa* - A Igreja de S. José na Póvoa de Varzim, Ano XI – Nº 1, Janeiro de 1918 e *A Construção Moderna* – Projéto da Igreja de S. José na Póvoa de Varzim, Ano XVIII, Nº 10; 25.5.1918.

¹⁴⁹ GONÇALVES, Flávio (dir.) – *Póvoa de Varzim: Boletim Cultural*. Vol. XIII, nº 1. Póvoa de Varzim: Ed. C.M.P.V., 1974, p. 91.

mas que nada tinha de artística e que estorvava a vista naquele formoso local.¹⁵⁰ Depois da implantação da República a Câmara conseguiu expropriá-la e cedeu à Confraria a antiga capela do Coração de Jesus, na condição de demolir a primeira, por exigências de aformoseamento do Passeio Alegre.¹⁵¹

Ficando o bairro norte sem capela e queixando-se a numerosa colónia balnear, então, uma Comissão de senhoras, presidida pela Ex^{ma} Sr^a D. Mariana d'Amorim Alves, esposa do Ex^{mo} Sr. Dr. David Alves, a grande individualidade a quem a Póvoa de Varzim deve os seus principais melhoramentos, todo o seu progresso, a quem tem dedicado todo o amor, toda a sua vida de um intenso e inteligente labor, tomou a seu cargo angariar donativos para a construção de um novo templo, escolhendo o local da avenida Mousinho d'Albuquerque.¹⁵² A família do Dr. Quirino Cunha também tomará uma posição de iniciativa benemérita na resolução desta questão.¹⁵³

Moura Coutinho terá oferecido o projecto, nas palavras de Nunes Colares no seu artigo para a revista *A Architectura Portuguesa*.¹⁵⁴ A lei da separação está apontada como uma das possíveis razões do tão demorado início das obras, que levou à sua conclusão mais de dez anos decorridos após as primeiras diligências.¹⁵⁵ O projecto de licenciamento só deu entrada na CMPV, assinado pela Comissão de senhoras da Póvoa de Varzim, a 1.5.1922 e aprovado a 8.5.1922.¹⁵⁶

Encontram-se na BPB-UM os desenhos, plantas, cortes e alçados, deste projecto, que não estão assinadas por MC, mas foram divulgados na imprensa como sendo seus. Na realidade fazem parte deste conjunto de desenhos três propostas (A, B e C como passaremos a chamá-las) e não apenas uma. As três propostas assemelham-se formalmente, no estilo neo-românico, mas distinguem-se a nível espacial.

A proposta A, a que aparece divulgada na imprensa da época, é constituída por uma planta de três naves, sendo a nave central mais alta que as naves laterais, divididas por dois pares de colunas e arcos de volta perfeita; um transepto inscrito, salientando-se pela altura, ao nível da nave central; uma capela-mor rectangular profunda, rematada em abside e ladeada pela sacristia, à esquerda, e a mesa à direita; um alpendre na entrada sob a torre, com três aberturas em arco de volta perfeita, um frontal e os outros dois laterais, à semelhança do alpendre da Igreja Paroquial de S. Tomé das Caldas das Taipas.

Na fachada principal a articulação dos volumes acentua as linhas verticais, enfatizadas pela torre sineira central, que se destaca no seu corpo saliente. Trata-se de uma torre em *splayfoot*, um elemento

¹⁵⁰ In *A Architectura Portuguesa* - A Igreja de S. José na Póvoa de Varzim, Ano XI – Nº 1, Janeiro de 1918.

¹⁵¹ In *Ilustração Catholica* - A Póvoa artística, Anno V, nº 234, Braga, 22.12.1917.

¹⁵² In *A Architectura Portuguesa* - A Igreja de S. José na Póvoa de Varzim, Ano XI – Nº 1, Janeiro de 1918.

¹⁵³ GONÇALVES, Flávio (dir.) – *Póvoa de Varzim: Boletim Cultural*. Vol. XIII, nº 1. Póvoa de Varzim: Ed. C.M.P.V., 1974, p. 91.

¹⁵⁴ Moura Coutinho, que é um dos maiores admiradores das belezas naturais da Póvoa de Varzim, ofereceu às damas da Comissão o projecto que publicámos, tornando-se credor do reconhecimento de todos. In *A Architectura Portuguesa* – O.c., Janeiro de 1918.

¹⁵⁵ Ainda não começou a construção, o que se espera ser em breve, pois têm de ser cumpridas todas as formalidades exigidas pela lei da separação, que não são pouco morosas, estando, porém, como dissemos, adquirido o terreno e uma parte da quantia para o seu custo. In *A Architectura Portuguesa* - Igreja de S. José na Póvoa de Varzim, Ano XI – Nº 1, Janeiro de 1918.

¹⁵⁶ AMPV – Pedido de licenciamento da obra para construir uma capela, conforme projecto junto, no terreno que a confraria de Jesus Maria e José, legalmente instituída, possui na Avenida Mousinho d'Albuquerque, esquina da rua António Graça [...], Póvoa de Varzim, 1.5.1922.

que é octogonal em altura mas de base quadrada, como acontece também na Igreja Paroquial de S. Tomé das Taipas. O jogo de reentrâncias e saliências, de luz e sombra, são uma constante neste projecto, tanto na fachada principal, como nas fachadas laterais, assim como na cabeceira. A relação entre as diferentes alturas das naves, do transepto, da abside e da torre cria este jogo dinâmico de volumes, de inspiração medieval. Segundo Nunes Colares a igreja estaria *projectada para ser feita de cantaria e tijolo, no estilo românico-bizantino, mais ou menos modernizado*.¹⁵⁷

A proposta B difere da proposta A no facto de lhe ser acrescentado um corpo lateral à esquerda do altar, aumentando-se o espaço da sacristia, como se pode observar na planta. No entanto, a diferença maior reside no facto de apresentar uma só nave e não três, alterando sensivelmente o jogo das volumetrias e aberturas para o exterior, e interiormente o espaço ganha maior amplitude.

A proposta C¹⁵⁸ mantém o corpo lateral à esquerda do altar, para a sacristia, e uma nave ampla, como na proposta B. Mas é na cabeceira que sofre uma maior transformação - em vez de uma capela-mor profunda e rectangular, Moura Coutinho avança para uma proposta de planta quadrada com três absides a ladear os três lados externos da cabeceira.

As três propostas são variantes formais e espaciais de uma base comum, numa linguagem estilística do neo-românico, que foi muito do agrado de Moura Coutinho, acrescentando-lhe azulejos de gosto Arte Nova nas ombreiras das portas e num friso junto à cornija.

Conforme dissemos anteriormente, nenhuma das três propostas parece corresponder ao que podemos observar nas fotografias da igreja, antes da sua demolição. Pelo número de propostas existentes em arquivo, podemos supor outras tantas possibilidades até se chegar ao projecto final. Pelas imagens fotográficas que nos chegaram, observamos uma fachada em que a verticalidade dos primeiros projectos surge anulada, uma vez que o alpendre é prolongado até ao segundo registo, tendo sido eliminada a torre sineira central, passando esta a existir lateralmente e ligeiramente afastada, à maneira do românico italiano. Os panos lisos e brancos das paredes laterais contrastam com os jogos de volumetrias que as propostas anteriores apontavam, revelando maior contenção formal. No entanto, ainda sentimos a fidelidade de Moura Coutinho ao gosto e influência medieval, na escolha do estilo neo-românico.¹⁵⁹ Em 1954 esta igreja foi demolida para, no seu lugar, ser construída uma igreja maior.¹⁶⁰

¹⁵⁷ In *A Arquitectura Portuguesa* - A Igreja de S. José na Póvoa de Varzim, Ano XI – Nº 1, Janeiro de 1918.

¹⁵⁸ Na BPB-UM estão apenas as plantas e no AMPV está o projecto completo.

¹⁵⁹ Classificação atribuída por: ANACLETO, M^a Regina D. B. T. – *Arquitectura Neomedieval Portuguesa 1780-1924*. Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e JNICT, 1997, pp. 572-573.

¹⁶⁰ *Por iniciativa do Arcipreste Manuel da Costa Gomes, foi esta Igreja da Avenida também demolida, para, em seu lugar, se construir a actual Igreja, maior e mais ampla, tendo a primeira pedra sido benzida e lançada em 22 de Agosto de 1954, pelo Arcebispo D. António Bento Martins Júnior. Em Março de 1958 estava esta Igreja concluída na parte de pedreiro, tendo-se realizado a sua solene sagração em 17 de Julho de 1960, pelo Arcebispo Primaz D. António Bento Martins Júnior e na presença do Governador Civil Dr. Elísio Pimenta, que representava o Ministério das Obras Públicas, que participou nas obras. Nesse mesmo dia comemorava-se o 1º centenário da Confraria de S. José e o 25º aniversário da fundação da Paróquia de S. José.* In GONÇALVES, Flávio (dir.) – O. c., p. 91.

2. Arquitectura Hospitalar e de Assistência Social

Os projectos de Moura Coutinho nesta tipologia são bastante diversificados, fruto das diferentes dimensões, objectivos e época construtiva dos edifícios. São cinco os projectos a que Moura Coutinho esteve associado nesta tipologia arquitectónica, dois dos quais não construídos que, por critério definido anteriormente neste estudo, serão tratados em anexo.¹⁶¹

O Asilo de Mendicidade Conde de Agrolongo é um projecto que se inscreve num edifício já existente, o Convento do Salvador, em Braga, onde Moura Coutinho vai apresentar alterações significativas em relação ao que lá se encontrava, entre 1907 e 1916, dividido em duas fases.

O Hospital António Ferreira Lopes, na Póvoa de Lanhoso, 1912-17, e o Asilo Condes da Folgosa, em Ponte da Barca, década de 1920-1952, são dois projectos de raiz com objectivos distintos, mas integrando-se ambos no conceito geral de assistência hospitalar/social.

2.1. Asilo de Mendicidade Conde de Agrolongo, Braga, 1907-14 e 1912-16 (Vd. pp.135-153, 2º Vol.)

Edifício enquadrado num contexto urbano, em pleno centro histórico de Braga e implantado num quarteirão, está adossado a construções de um piso na fachada Este. A fachada principal está virada para a Praça Conde de Agrolongo.¹⁶²

Numa lápide, colocada no átrio do Asilo, encontra-se a seguinte homenagem prestada ao Conde de Agrolongo:

Foi construído este edifício a expensas do Conde de Agrolongo para n'elle instalar o Azilo de Mendicidade e Assistência a Tuberculosos, instituição esta por elle fundada no anno de 1916, tiveram princípio as obras a 14 de Fevereiro de 1908 presidindo à direcção do Azilo o Conselheiro Carlos da Cunha Pimentel e terminaram em Março de 1914 sendo presidente da direcção José António d'Araújo Barbosa que, por procuração, as administrou desde o começo. Auctor do projecto dos trabalhos o architecto João de Moura Coutinho d'Almeida d'Eça.

O Conde de Agrolongo¹⁶³, José Francisco Correia, de quem já falámos brevemente quando nos referimos ao projecto para a Igreja Paroquial de S. Tomé das Caldas das Taipas, nasceu a 14 de Fevereiro de 1853, na freguesia de Sande, Guimarães¹⁶⁴, e viria a falecer em Lisboa, a 15 de Abril de

¹⁶¹ Trata-se do projecto para Pavilhão sanitário para Enfermaria e Isolamento no Seminário de Fraião do Espírito Santo, Braga, s. d. e do projecto para Hospital da Irmandade de Santa Cruz, em Braga, 1930-36.

¹⁶² Na sua proximidade estão edifícios históricos, como o Convento do Pópulo, a Casa dos Maciéis Aranhas e o Convento de Nª Srª do Carmo.

¹⁶³ Título criado por D. Carlos I, rei de Portugal, por decreto de 23.1.1904 e carta de 4.2.1904, a favor de José Francisco Correia, 1º Visconde de Sande e 1º Conde de Agrolongo. O título de Visconde de Sande também tinha sido atribuído por D. Carlos I, por decreto de 26.4.1898, in www.geneall.net – Conde de Agrolongo.

¹⁶⁴ Vd. Assento de Baptismo, apud. OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *O Edifício do Convento do Salvador/De Mosteiro de freiras ao Lar Conde de Agrolongo*. Braga: Ed. Lar Conde de Agrolongo, 1994, p. 217.

1929.¹⁶⁵ Industrial, filantropo, mecenas e fotógrafo luso-brasileiro, foi trabalhar para o Porto com apenas dez anos de idade, e três anos depois emigrou para o Brasil, estabelecendo-se em Niterói.

Dedicou-se à indústria do tabaco, fazendo fortuna. Regressou a Portugal em 1903, não sem antes ter iniciado uma série de acções beneméritas no Brasil e dando continuidade no seu país de origem¹⁶⁶, apoiando e fundando escolas, igrejas, asilos... em Guimarães, Braga, Barcelos, Esposende, Póvoa de Lanhoso, V. N. de Famalicão, Viana do Castelo e Lisboa.¹⁶⁷ Trabalhou com Moura Coutinho no Asilo de Mendicidade, em Braga, e na Igreja de S. Tomé das Caldas das Taipas, Guimarães.

No local onde foi edificado o Asilo de Mendicidade "Conde de Agrolongo"¹⁶⁸, existia o antigo Convento feminino do Salvador¹⁶⁹, *onde se fizeram em tempo algumas obras de adaptação para recolher os pobres do concelho, construindo-se alguns dormitórios novos e outras dependências de mais absoluta necessidade, ficando, no entanto bastante a desejar grande parte do edifício, pois que não fora construído para aquele fim, faltando-lhes muitas das condições de higiene, ventilação e conforto que se empregam nos estabelecimentos modernos que têm o destino de albergar centenas de indigentes.*¹⁷⁰

Estas obras de adaptação foram sendo realizadas desde finais do século XIX, a partir do momento que o recentemente fundado Asilo de Mendicidade (1884) para aí se muda, alguns anos após a extinção das ordens religiosas (1834). São cedidos terrenos à CMB, a norte para regularização da Praça do Comércio, e a nascente para a abertura da Avenida Visconde Nespereira, destruindo-se parte do antigo convento.¹⁷¹

Estas últimas obras ficaram a cargo do engenheiro-capitão João Teixeira da Silva¹⁷², em 1906, para integrar também um Asilo para Cegos na parte do edifício que estava em ruínas, após a abertura da dita rua, obra para a qual já havia doações de Joaquim José Braga.¹⁷³ Estas obras não se chegaram a concluir, deixando debilitado o edifício e sem as condições necessárias ao bom funcionamento do asilo.¹⁷⁴

¹⁶⁵ A transladação dos restos mortais do Conde de Agrolongo para o túmulo da capela-mor da Igreja do Salvador foi em 1931.

¹⁶⁶ Recebeu várias condecorações, como a Cruz de Mérito Industrial, atribuída pelo rei D. Carlos, e o grau de Cavaleiro de São Gregório Magno, atribuído pelo Papa Leão XIII, para além dos títulos de Visconde de Sande e Conde de Agrolongo atribuídos também por D. Carlos.

¹⁶⁷ Adães Bermudes foi o autor do projecto para a sua casa em Lisboa. Vd. *A Architectura Portuguesa - A Casa do Sr. Conde de Agrolongo*, Anno II, nº 12. Lisboa, 1909.

¹⁶⁸ Aprovação desta designação a 6.5.1915.

¹⁶⁹ Transferência e instalação das freiras do Mosteiro de Vitorino das Donas, de Ponte de Lima, para o que será o Convento do Salvador, em 1602, depois de obras de adaptação nas casas aí existentes. Construção da igreja entre 1615-1630; várias obras ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX.

¹⁷⁰ *A Construção Moderna - O novo Asilo de Mendicidade "Conde de Agrolongo"* em Braga, Ano XIV - Nº 21, Lisboa, 10.11.1914, p.162.

¹⁷¹ Vd. Mapa de 1.3.1905, antes dessas alterações. In AMB - OU20.

¹⁷² Engenheiro que trabalhara com Moura Coutinho na fachada da Igreja do Carmo, Braga, e nos Paços do Concelho de Fafe.

¹⁷³ In AMB - OU20 - *Memória justificativa e descritiva* do engenheiro João Teixeira da Silva, 26.3.1906.

¹⁷⁴ *Foi nestas circunstâncias que o Exmo. Sr. Conde de Agrolongo, sendo propositadamente convidado pelo seu amigo, o Exmo. Sr. José António d'Araújo Barbosa, [em Janeiro de 1908] a visitar o asilo, e vendo o estado lastimoso em que ele se encontrava, aliado à falta de capacidade das instalações para fazer face ao grande número de indigentes do concelho resolveu, magnanimamente, fazer uma nova edificação à sua custa, o que, (...) é uma obra importante. Foi encarregado do projecto, o distinto architecto e nosso presado amigo, sr. João de Moura Coutinho d'Almeida Eça, (...) In A Architectura Portuguesa - O novo Asilo de Mendicidade "Conde de Agrolongo"*, em Braga, Ano VII - Nº 7, Lisboa, Julho de 1914, pp.25-26.

Os desenhos de Moura Coutinho, a que tivemos acesso (do AMB e da BPB-UM), datam de 18 e 21 de Novembro de 1907, com aprovação da Câmara a 30 de Janeiro de 1908. Se os contactos com o Conde de Agrolongo foram realizados antes da sua decisão em Janeiro de 1908, ou se as obras, já estando previstas, beneficiaram do altruísmo do conde no momento certo, não está claro nos documentos existentes. *Naturalmente foi de profundo contentamento e gratidão a reacção da direcção do Asilo. De um momento quase para o outro iriam passar de um velho e arruinado mosteiro para o edificio mais novo da cidade, dotado de todos os requisitos modernos. (...) Como já havia projecto, dinheiro e vontade de fazer obra tudo seguiu muito rapidamente.*¹⁷⁵

O projecto estava dividido em duas fases, sendo a 1ª referente ao Asilo de Mendicidade, a oeste da igreja do convento, com a fachada principal para o Campo de D. Luiz I, actual Praça Conde de Agrolongo, e a fachada lateral para a Rua do Salvador, actual Alferes Ferreira, realizada entre 1908-1914; e a 2ª fase incluía refazer a fachada da Igreja do Salvador, para além de se reparar a obra iniciada pelo engenheiro João Teixeira da Silva para o Asilo dos Cegos, desistindo-se desta ideia por falta de pessoas nestas condições, e optando-se por Assistência a Tuberculosos, a Este, com frente para o Campo D. Luiz I e para a Avenida Visconde de Nespereira, realizando-se entre 1912-1916. A fachada principal é composta por três corpos distintos: a ala oeste, a igreja e a ala este.

O conde mandou fazer também, às suas custas, os passeios que cercam o asilo e ofereceu uma verba avultada para o ajardinamento do Campo D. Luiz I.

Só em 1952, ao elaborar um novo levantamento desse mesmo edifício e dos diversos anexos, Moura Coutinho nos dá a notícia do antigo projecto, começando por nos dizer que *esta circunstância algumas vantagens tem. Pode, assim, indicar as condições em que essa grandiosa e benemérita obra foi executada, as suas peculiaridades, e a forma e natureza das diversas construções.*¹⁷⁶

Entre o projecto inicial (1ª fase) e aquele que foi executado existem algumas divergências em alguns pormenores, embora, no seu conjunto, permaneça fiel. Este facto explica-se pelo motivo da implantação do edifício se ir fazendo à medida que se procedia à demolição do Convento do Salvador.

Devido ao limite do terreno, MC, elaborou um projecto em três andares para albergar 300 pessoas, composto por dormitórios, casas de trabalho e galerias, *tudo cheio de luz e ventilação, onde os velhos e inválidos encontrarão no último quartel da vida todos os confortos modernos.*¹⁷⁷

O plano compreendia duas partes:

¹⁷⁵ O lançamento da 1ª pedra ocorreu a 14.2.1908, dia do aniversário do Conde de Agrolongo. In OLIVEIRA, Eduardo Pires de – O. c., p. 178.

¹⁷⁶ EÇA, João de Moura Coutinho d'Almeida d' - *Asilo Conde de Agrolongo/Braga. Nota indicativa*. Texto dactilografado e enviado para a Repartição de Engenharia Sanitária da Direcção Geral da Saúde, Braga, 20.10.1952.

¹⁷⁷ *A Architectura Portuguesa – O novo Asilo de Mendicidade “Conde de Agrolongo”*, em Braga, Ano VII - Nº 7, Lisboa, Julho de 1914, p. 26.

*O edifício principal a construir na parte do Convento que seria demolida e a parte desse Convento a ser aproveitada depois de devidamente modificada e adaptada ao novo destino.*¹⁷⁸

O edifício principal é constituído pelo corpo principal com frente para o Campo D. Luís I e pelo corpo lateral (ala esquerda), junto à Rua do Alferes Ferreira, havendo, ainda, um corpo central que faz eixo a todo o conjunto.

*Das fachadas, a linha geral é desprestenciosa e simples, duma arquitectura sóbria, como convém a um edifício desta natureza, onde, acima de tudo se deve ter em vista a higiene.*¹⁷⁹ Na fachada principal, sul, destaque para os torreões que se salientam em volume e janelas geminadas triplas, assim como o pano central com composição escalonada: portal em arco abatido, com alpendre aberto ao centro; vão serliano, ladeado de colunas e encimado por sacada da varanda, também com janela serliana e decoração vegetalista nos azulejos, que rematam a cornija; ao centro eleva-se espaldar com inscrição. Os corpos laterais são simétricos, rematados por cornija, com registos de cinco janelas cada, em arco abatido. Na fachada lateral, oeste, o torreão, e corpo rasgado por janelas de arco abatido e parapeito saliente.

Os dormitórios - num total de oito - ficam voltados para a praça e para a rua lateral, com respectivos anexos e instalações sanitárias, quartos de vigilante, salas de estar ou de trabalho, ventiladas e iluminadas por grandes janelas. As comunicações e percursos são feitos por três escadarias e por amplas galerias envidraçadas nos três andares.

O r/c é constituído, à direita da entrada, pelos serviços de secretaria e administração, posto médico, sala de recepção de visitas, sala de reuniões, biblioteca e coro que liga para a Capela. O lado esquerdo é constituído por alguns dormitórios, e casa de trabalho. Na zona central - despensas, casa de engomados, rouparia e parlatórios. Este corpo central sofreu, ao nível do r/c, um avanço para receber a cozinha, anexos e dois corpos laterais a um hall central para os refeitórios - um para as mulheres e o outro para os homens.

O corpo central é o eixo longitudinal que divide o edifício em duas partes separadas: a parte nova e maior, à esquerda, destinada às mulheres e, a parte oposta, destinada aos homens.

A segunda parte do plano de Moura Coutinho compreende dois dormitórios no 1º e 2º andar do novo edifício e duas alas aproveitadas do Convento. Estas alas não chegaram a ser dotadas com WC, como era do desígnio do Conde de Agrolongo.

Era, também, desígnio do Conde, levantar outro andar a estas duas alas, quando houvesse necessidade de receber mais asilados, pelo aumento da população. Não chegou a ser construído este

¹⁷⁸ EÇA, João de Moura Coutinho d'Almeida d' - O. c..

¹⁷⁹ A *Arquitectura Portuguesa* - O novo Asilo de Mendicidade "Conde de Agrolongo", em Braga, Ano VII, Nº 7, Lisboa, Julho de 1914, p. 26.

complemento mas, Moura Coutinho garante que *estas paredes têm a precisa robustez para suportarem outro andar*.¹⁸⁰

Fazem, ainda, parte do 1º andar, para além dos dormitórios, a sala de trabalho, a enfermaria e roupa. Semelhante disposição recebeu o 2º andar, a acrescentar uma Capela das Irmãs e respectivo dormitório.

A expensas do Conde de Agrolongo ficaram ainda a instalação eléctrica¹⁸¹ com máquina geradora e baterias¹⁸², instalação de moinho mecânico com motor para os cereais,¹⁸³ diversos lavadouros, pocilgas e armazéns para rendimento.

*Nos mais pequenos pormenores observam-se os preceitos estabelecidos pela sciencia, taes como: as arestas boleadas para evitar a accumulção de poeiras e micróbios; a ventilação devidamente regulada pela parte superior e inferiormente nos corredores, etc.*¹⁸⁴

Moura Coutinho justifica o facto de, num edifício para idosos, ter adoptado a distribuição dos espaços por três andares, *obrigando os asilados a penosa subida de escadas*.¹⁸⁵ Duas circunstâncias o levaram a isso: a acção da CMB para a elevação de um edifício grandioso proporcional à Praça e, o desejo da Administração do Asilo de não ser ocupado terreno agricultável necessário ao mesmo.

Foi projectado um ascensor, mas a Administração não efectuou a obra.

Quanto aos materiais e às técnicas empregues, Moura Coutinho garante que *a obra de construção do novo edifício fez-se rigorosamente segundo os preceitos de bem construir e estabilidade (...), empregou-se bom material e os trabalhos foram executados segundo as regras devidas*.¹⁸⁶

Foram empregues o granito para a estrutura, embasamento, cornijas, molduras e parapeitos dos vãos; madeira de pinho nacional para os tabiques das galerias, guarnecidas a argamassa impermeabilizada. Em 1907 era, ainda, pouco conhecido o betão armado. Os ladrilhos foram assentes na madeira. Tectos em estuque; guardas das sacadas em ferro e cobertura em telha marselhesa.¹⁸⁷

Grande parte dos tabiques estava em estado de ruína, quando em 1952 Moura Coutinho elaborou este relatório, aconselhando a sua substituição por betão armado e tijolo. Aconselhou, também, a reforma dos telhados e da caixilharia exterior, que era em madeira de castanho, a pintura de todo o edifício, a conservação dos tectos das salas e a impermeabilização exterior.

¹⁸⁰ EÇA, João de Moura Coutinho d'Almeida d' – O. c.

¹⁸¹ Montada pela casa Siemens-Schuckest-Werke, de Berlim.

¹⁸² Da casa Tudor, de Madrid

¹⁸³ Montado pelo engenheiro do Porto, J. Praça, in *A Architectura Portuguesa* - O novo Asilo de Mendicidade “Conde de Agrolongo”, em Braga, Ano VII, Nº 7, Lisboa, Julho de 1914, p. 28.

¹⁸⁴ In *Ilustração Catholica* - Asylo de Mendicidade Conde de Agrolongo. Nº 45, Anno I. Braga, 9.5.1914

¹⁸⁵ EÇA, João de Moura Coutinho d'Almeida d' – O. c.

¹⁸⁶ EÇA, João de Moura Coutinho d'Almeida d' – O. c.

¹⁸⁷ “A execução destas importantes obras foi confiada aos importantes empreiteiros e hábeis artistas, Srs. Guilherme José Pereira, na parte respeitante a cantarias e alvenarias; António Joaquim d'Araújo Franqueira, carpintaria; e Joaquim da Silva Gonçalves, estuques e pinturas, desempenhando-se todos da forma mais louvável da parte que lhes competiu nas suas diversas especialidades.” In *A Architectura Portuguesa*, - O novo Asilo de Mendicidade “Conde de Agrolongo”, em Braga, Ano VII, Nº 7, Lisboa, Julho de 1914, p.28.

Neste relatório de 1952, MC faz referência à 2ª fase dos trabalhos, designadamente à Igreja do Salvador¹⁸⁸, mandada construir em 1602 pelo Arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus, de estilo barroco, pertença do Asilo: *Seria obra urgente e de grande alcance artístico a sua restauração por artistas especializados como se praticou com o magnífico conjunto que é o coro da Sé de Braga. (...).*¹⁸⁹

Moura Coutinho conservou a igreja primitiva, apenas lhe alterando a fachada para a integrar no conjunto arquitectónico revivalista do edifício, dando-lhe uma feição neo-românica. A fachada é composta por quatro panos e largo embasamento. Destaca-se o pano central enquadrado por pilastras e encimado por empena com cruz de Calte. Está rasgado por portal de volta perfeita e encimado por janelão serliano, com parapeito decorado e inserido em arquivolta com esferas.

O Convento do Salvador tinha uma face para a nova Avenida Visconde da Nespereira, rasgada em 1906, que deixou em ruínas essa parte do edifício.¹⁹⁰ *Essa parte era destinada a asilo de cegos. Estava a cargo da Câmara a sua construção, que, por circunstâncias monetárias, corria o risco de nunca se concluir,*¹⁹¹ com plano do engenheiro João Teixeira da Silva, que não foi terminado.

Quando, em 1914, terminaram as obras do Asilo de Mendicidade, o Conde de Agrolongo tomou também a seu cargo essa construção. Resolveu construir nesses terrenos em ruína um edifício com instalações próprias para a Assistência aos Tuberculosos, Albergue Nocturno, Asilo de Cegos e Lactário, encarregando do projecto Moura Coutinho, inaugurado em 1916.

Este projecto, em comparação com o da Câmara era *mais rico e mais em harmonia com o estilo do outro asilo, de forma a formar um conjunto mais artístico e imponente.*¹⁹² A fachada principal apresenta um torreão semelhante aos já existentes, mas com dois pisos. Lateralmente é composta por cinco panos, com torreões laterais e corpo central salientes. Joga-se com vãos de arco abatido, janelas geminadas e cornija elevada ao centro por arco de volta perfeita.

Para além das funções acima mencionadas, este espaço recebeu, em tempos diferentes, uma Creche, uma Casa de Saúde e um Pensionato, cada qual com as respectivas remodelações para adaptação,¹⁹³ sendo a principal em 1941, com projecto de Moura Coutinho, embora com assinatura do arquitecto João Pereira Braga, *porque após a lei de 1935, quem não tinha formação académica não podia assinar os projectos.*¹⁹⁴

MC termina este relatório fazendo referência aos Armazéns, Anexos e antiga casa do Capelão.¹⁹⁵

¹⁸⁸ Classificada de Interesse Público, em 30.11.1959, Decreto-Lei 42692. Vd. Placa na fachada da igreja.

¹⁸⁹ EÇA, João de Moura Coutinho d'Almeida d' – O. c.

¹⁹⁰ Projecto do engenheiro João Teixeira da Silva para o Asilo dos Cegos.

¹⁹¹ *A Arquitectura Portuguesa* - O novo Asilo de Mendicidade “Conde de Agrolongo”, em Braga, Ano VII, Nº 7, Lisboa, Julho de 1914, p. 26.

¹⁹² *A Arquitectura Portuguesa* - O novo Asilo de Mendicidade “Conde de Agrolongo”, em Braga, Ano VII, Nº 7, Lisboa, Julho de 1914, p. 26.

¹⁹³ EÇA, João de Moura Coutinho d'Almeida d' – O. c.

¹⁹⁴ In www.monumentos.pt - *Antigo Convento do Salvador/Lar Conde de Agrolongo*. IPA - Inventário do Património Arquitectónico

¹⁹⁵ Integrados nos terrenos do Asilo de Agrolongo, mas independentes, com frente para a Av. Visconde de Nespereira e para o Campo da Feira, onde futuramente se construiria o novo Mercado Municipal. Os armazéns e anexos, construídos sem projecto e com a pedra da demolição do

Em jornais como o *Echos do Minho* e em revistas de arte como *A Construção Moderna* ou *A Arquitectura Portuguesa* são dadas notícias sobre as obras do Asilo, sobre a acção benemérita do Conde de Agrolongo e sobre o trabalho desenvolvido por Moura Coutinho, que é frequentemente elogiado: *Resta-nos, ainda, algumas palavras para frisar bem o belo trabalho e direcção do mesmo, do nosso bom amigo e distinto arquitecto, hoje bem e lisonjeiramente conhecido no norte do país, pelos importantes trabalhos de que se tem incumbido e de que tem obtido justo galardão, (...). Vê-se, pois, (...), que o novo edifício do Asilo de Mendicidade Conde de Agrolongo¹⁹⁶ é, como, dizíamos, modelar no seu género, podendo servir de estudo a outros que porventura se projectem construir em qualquer parte do país, onde tanta falta fazem edifícios desta ordem.*¹⁹⁷

2.2. Hospital António Ferreira Lopes, Póvoa de Lanhoso, 1912-17 (Vd. pp. 154-158, 2º Vol.)

O hospital da Póvoa de Lanhoso fica situado em pleno centro da vila, em contexto urbano. Está dedicado a António Ferreira Lopes, benemérito desta vila, que o mandou construir para satisfazer um pedido da sua falecida esposa, *D. Elvira Câmara Lopes, desaparecida em 1910 e que, antes da sua morte, pediu ao marido que mandasse construir um hospital que tratasse as pessoas pobres do concelho.*¹⁹⁸

António Ferreira Lopes nasceu em 1845 e emigrou para o Brasil em 1857, após a morte de sua mãe, onde casou e fez fortuna. Regressado do Brasil em 1888, *este filho da terra que viveu o “Sonho Brasileiro” deixou marcas profundas no seu concelho e foi um homem atento aos problemas sociais da sua época. Fundou o hospital que tem o seu nome, organizou a corporação dos Bombeiros Voluntários e edificou o Theatro Club*¹⁹⁹ [projectado por Alfredo d’Ascensão Machado²⁰⁰]. A criação da Santa Casa da Misericórdia na Póvoa de Lanhoso, em 22 de Dezembro de 1928, serviu para garantir o futuro do hospital, como o desejou António Lopes, no seu testamento.²⁰¹

Convento do Salvador, encontravam-se, em 1952, em situação precária e sem estabilidade, alguns tinham já aluído. A acrescentar uma fachada irregular, sem estética e imprópria para o local, Moura Coutinho aconselhou a sua destruição ou substituição. In EÇA, João de Moura Coutinho d’Almeida d’ – O. c.

¹⁹⁶ Em 1975 a direcção do Asilo, em carta ao Governador Civil, pede para ser alterado o nome para “Lar”, e em 16.5.1981 a Assembleia Geral aprova a mudança de designação e os novos estatutos, publicando-se, em Novembro, no Diário da República a alteração para “Lar Conde de Agrolongo”. In www.monumentos.pt - Antigo Convento do Salvador/Lar Conde de Agrolongo. IPA - Inventário do Património Arquitectónico.

¹⁹⁷ *A Arquitectura Portuguesa* - O novo Asilo de Mendicidade “Conde de Agrolongo”, em Braga, Ano VII, nº7, Lisboa, Julho de 1914, pp. 27, 28.

¹⁹⁸ In www.povoaheranca.com – Hospital António Lopes, Póvoa de Lanhoso. Artigo de Carlos Sousa Dias.

¹⁹⁹ *Além de incentivar a criação da Santa Casa da Misericórdia para administrar o hospital, no seu testamento António Lopes procurou garantir a continuidade e o funcionamento das estruturas criadas e deixou legados nomeadamente para a edificação de um novo tribunal e Paços do Concelho, de uma nova escola e atribuição de bolsas de estudo, para a Banda Musical, para a construção da estrada do Pilar e outros donativos para instituições de solidariedade.* In <http://www.museu-emigrantes.org> Cf. *Diário do Minho* – Braga, 01.07.2004 [Francisco de Assis e Marta Encarnação] e Anne Stoop - *Palácios e Casas Senhoriais do Minho*. Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1993.

²⁰⁰ O projecto deste teatro tem sido popularmente atribuído a Moura Coutinho, no entanto não parece ser esse o caso. Vd. *A Construção Moderna* – Theatro e Casa para habitação, na Póvoa de Lanhoso, do architecto Snr. Alfredo d’Ascensão Machado, Ano V, nº 123, 20.2.1904.

²⁰¹ Em 1935 a Santa Casa da Misericórdia colocou um busto de António Lopes na frontaria do seu hospital e em 1975 o hospital foi oficializado com o nome do fundador.

António Ferreira Lopes recebeu em vida, e também após a sua morte (1928), várias homenagens pelo seu altruísmo e acção benemerita para com a Póvoa de Lanhoso e os seus cidadãos.²⁰²

Como disse o Padre Magalhães dos Santos na sua Monografia da Póvoa de Lanhoso *António Lopes anunciara, há tempos, o seu propósito: confiara o projecto a um perito abalizado; chamara colaboradores à altura; entregara a concretização a mestres de confiança; dera, finalmente o sim à sua maior obra para a começar. Nessa altura a Câmara quis reconhecer o facto benemerito; quis apoiar a iniciativa corajosa; quis adiantar-se na remoção dos obstáculos; quis manifestar ao público a sua satisfação irreprimível.*²⁰³

Os elogios continuaram, e na homenagem de 12 de Outubro de 1913, num documento assinado pelo Presidente do Município, Alberto Carlos Vieira Alves, é referido que *um hospital nas condições de grandeza e de magnificência daquele que V. Ex.^a anda construindo, era empreendimento com que nem se podia sonhar, numa terra onde os recursos colectivos escasseiam e as iniciativas particulares facilmente se perdem. Era preciso que V. Ex.^a, num rasgo de verdadeiro altruísmo e dando expansão aos sentimentos de humanidade que o nobilitam, resolvesse dotar este concelho com obra de tal magnitude.*²⁰⁴

O projecto de Moura Coutinho data de 21 de Julho de 1912, mas a construção foi oficialmente iniciada a 19 de Outubro de 1913. As obras ficaram concluídas em 1917, inaugurando-se o hospital a 5 de Setembro desse ano, data do nascimento de D. Elvira, a esposa já falecida de António Lopes. *Nesta escolha quis António Ferreira Lopes prestar uma homenagem perpétua a sua esposa. Na homenagem vai o seu carinho e saudade, vai o reconhecimento do amor que ela teve com este povo, e o testemunho que a ela, ao seu coração e ao seu dinheiro se ficou a dever o Monumento de Solidariedade Social que a Póvoa recebeu.*²⁰⁵

Os desenhos de Moura Coutinho encontram-se no arquivo da BPB-UM: planta do 2º pavimento, corte transversal, alçado lateral e alçado posterior, faltando o alçado principal. O hospital é constituído por quatro corpos distintos, mas ligados entre si, distribuindo e separando os serviços médicos e hospitalares.

²⁰²Foi homenageado pela primeira vez a 12 de Outubro de 1913, *realçando o facto memorável do começo da obra mais notável e decisiva da história povoense do século XX: o Hospital António Lopes*. In <http://portal.scmpl.pt> - Portal da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa do Lanhoso – Memorial. Referência a um documento manuscrito em pergaminho, propriedade da Santa Casa da Misericórdia - “Povo do Concelho da Póvoa de Lanhoso agradecido”.

²⁰³ In <http://portal.scmpl.pt> - Portal da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa do Lanhoso – Memorial. Cf. Padre Manuel Magalhães dos Santos - *Monografia da Póvoa de Lanhoso – N.º Sr.º do Amparo*. S. l., s. d., p.221.

²⁰⁴ In <http://portal.scmpl.pt> - Portal da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa do Lanhoso – Memorial. Tecnicamente este hospital era um dos mais bem apetrechados, à época em que foi construído, sendo dos primeiros a ser dotado de RX no nosso país. Disponha de todo o conforto e qualidade, não faltando o aquecimento central, tão raro nas construções da altura. Em 1998, e depois de uma série de obras de renovação, o hospital reabriu as suas portas, permitindo dotar todo o hospital de condições adequadas à época em que vivemos e, ao mesmo tempo, recuperar e conservar o exemplar arquitectónico que ele constitui e que é orgulho dos povoenses. In www.povoaheranca.com – Hospital António Lopes, Póvoa de Lanhoso. Artigo de Carlos Sousa Dias.

²⁰⁵ In <http://portal.scmpl.pt> - Portal da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa do Lanhoso – Memorial. Cf. Padre Manuel Magalhães dos Santos - *Monografia da Póvoa de Lanhoso – N.º Sr.º do Amparo*. S. l., s. d., p.226.

Na única planta que tivemos acesso, a do 2º pavimento, Moura Coutinho distribui três serviços no corpo central do edifício: ao centro o espaço para o pessoal; à direita a sala de partos; e à esquerda as salas para os tuberculosos, separadas para homens e mulheres.

No 1º pavimento, e também no corpo central do conjunto de edifícios, podemos observar a seguinte distribuição: *portaria constituída por amplo vestíbulo, de forma rectangular, simétrico e bem proporcionado. Tem-se acesso directamente do exterior através de umas escadas com comprimento semelhante ao do vestíbulo. Entrando existe do lado direito em vão com caixilharia que dá para o espaço actualmente utilizado como secretaria. Do lado esquerdo outro vão com porta que dá acesso ao compartimento do porteiro (consultório médico). Em frente um conjunto de 3 portas, bastante altas (com bandeira), que dão acesso às dependências do Hospital (urgência). O vestíbulo tem mosaicos no pavimento, pinturas no tecto e revestimento azulejar ao gosto da época. Os azulejos que revestem integralmente as paredes são formados por um silhar geométrico e policromo até à altura dos vãos e por painéis descritivos da vida local. Cada uma das cenas contém documentação etnográfica, rigorosa pela sua execução realista.*²⁰⁶

Os painéis de azulejo do vestíbulo são da autoria de Jorge Colaço²⁰⁷ e retratam cenas dos usos e costumes do povo minhoto, estando classificados como de interesse nacional. Os painéis intitulam-se: *Caminho da Romaria; Passando um Vão; Preparativos; Malmequer; Um negócio; O Zé Pereira; O Vira e A Procissão*. Para além destes painéis de azulejo, António Ferreira Lopes não quis descurar nenhum pormenor, dotando o hospital de outros objectos de qualidade, como madeiras nobres e enormes jarrões ou vasos cerâmicos, a maioria ainda em bom estado de conservação.

Duas alegorias colocadas de ambos os lados da escadaria nobre, que dá acesso ao piso superior do edifício, recordam a inauguração oficial a 5 de Setembro de 1917, data do aniversário de D. Elvira.

Apenas o corpo central tem dois pisos acima do solo, enquanto todos os corpos do conjunto de edifícios têm uma cave alta, com pequenas janelas de ventilação. Todos os pisos acima do solo comportam grandes vãos com bandeiras, que permitem uma boa iluminação e eficaz ventilação. Os envidraçados das janelas desenhavam pequenos rectângulos, típicos dos edifícios civis de Moura Coutinho, atribuindo valor estético e formal ao reticulado, imagem de marca do seu trabalho.

²⁰⁶ In www.monumentos.pt - Hospital da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso. IPA - Inventário do Património Arquitectónico.

²⁰⁷ Jorge Colaço (1868-1942) estudou arte em Lisboa, Madrid e Paris. Desenhador exímio dominava as técnicas da caricatura, da pintura e principalmente do azulejo. Com capacidades inovadoras de processos e técnicas, sendo dos primeiros a utilizar a serigrafia aplicada a azulejos, e na transposição de uma pintura aplicada sobre vidro incolor já cozido, que depois levava uma segunda cozedura, permitindo obter efeitos aguçados ou semelhantes à pintura a óleo nos azulejos. A sua azulejaria filia-se nas correntes historicista e tradicionalista, exaltando os costumes da vida rural. Está representado em muitos edifícios nacionais como: no Porto – Estação de S. Bento (1915), Exterior das Igrejas de Santo Ildefonso (1932) e dos Congregados (1929); no Luso – Palace-Hotel do Buçaco (1907); em Lisboa – Pavilhão Carlos Lopes (1922), Palácio da Bemposta (Academia Militar), Casa do Alentejo (Palácio de Alverca), entre outros. No estrangeiro, como no Palácio de Windsor, Inglaterra; na Sociedade das Nações, em Genebra; na Argentina, Cuba, Brasil, entre outros. Informação disponível em www.lisboapatrimoniocultural.pt.

Na fachada principal destaque para o corpo central, emoldurado em granito, recorrendo a uma linguagem clássica simplificada, pela utilização de colunas, molduras, cornija, entablamento e remate frontal.

As coberturas são em telhados de duas, três e quatro águas, resultante dos desníveis de cada um dos quatro edifícios que compõem o conjunto hospitalar. Este jogo de volumes cria dinamismo e até uma certa organicidade em harmonia com o espaço envolvente.

*Para além do edifício em si, classificado como de interesse público, é ainda de realçar tudo o que o envolve e em que se integra, como os amplos jardins e os muros que delimitam toda a área e que determinam que, de tudo aquilo, resulte um conjunto que é, ao mesmo tempo, harmonioso e imponente.*²⁰⁸ Algumas palmeiras distribuídas pelos jardins do hospital acentuam-lhe o aspecto exótico, memória do Brasil de António Lopes.

2.3. Asilo/Lar dos Condes da Folgosa, Ponte da Barca, década de 1920-52 (Vd. pp.159-162, 2º Vol.)

O Asilo dos Condes da Folgosa, situado em contexto urbano, está integrado e flanqueado por outros edifícios, com frontaria para a rua, onde conflui uma escadaria de três lanços, ajardinada ao centro, que dá acesso à rua principal da vila de Ponte da Barca.

O projecto deve-se a Moura Coutinho, cujos desenhos e estudos, tanto do projecto inicial como das modificações, se encontram no arquivo da BPB-UM, não estando assinados e datados. No entanto, no ADVCT encontra-se uma planta datada e assinada por Moura Coutinho, de 22 de Março de 1951, correspondendo ao período das alterações.²⁰⁹

O 1º conde da Folgosa, António de Sousa e Sá, no seu testamento de 1922, deixa em legado *bens à Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca para construção de um lar.*²¹⁰ Será em meados da década de 1920 que os terrenos foram comprados para a construção do lar, mas não possuímos informação sobre o arranque das obras e o porquê da tão demorada conclusão - a inauguração só aconteceu em 1952.

Entre 1947 e 1956 várias obras se realizaram, quer para a conclusão do edifício, quer para a construção dos anexos, entregues a Moura Coutinho e a outros projectistas e engenheiros, após o seu falecimento, como é o caso de J. Santos Pardal, engenheiro civil e Francisco Augusto Baptista, arquitecto.²¹¹ Outras alterações foram levadas a cabo na 2ª metade do século XX.²¹²

²⁰⁸ In www.povoaheranca.com – Hospital António Lopes, Póvoa de Lanhoso. Artigo de Carlos Sousa Dias..

²⁰⁹ ADVCT – Processo 211/UM/47.

²¹⁰ In www.monumentos.pt - Asilo da Misericórdia de Ponte da Barca/Lar Condes da Folgosa. IPA - Inventário do Património Arquitectónico.

²¹¹ ADVCT – Processo 211/UM/47.

António de Sousa e Sá (1843–1923), 1º conde da Folgosa, era natural de Ponte da Barca e faleceu em Lisboa, onde tinha o seu palacete na Rua da Palma.²¹³ Foi casado com Júlia Sofia de Almeida Brandão e Sousa (1832-1891), 1ª condessa de Geraz de Lima.²¹⁴

Mais uma vez Moura Coutinho receberá uma encomenda de mãos beneméritas, mas desta vez não privará com o encomendador, pelo menos durante o processo da obra, já que o 1º conde da Folgosa morreu em 1923, antes de ver iniciadas as obras para o asilo.²¹⁵

Edifício de três pisos, de planta rectangular e uma capela lateral adossada à fachada principal, tem uma estrutura em cantaria com as paredes rebocadas e pintadas de branco. As coberturas são de duas e quatro águas, escalonando os volumes dos três corpos do edifício, percorridas por embasamento avançado. A fachada principal, voltada a NE, está dividida por pilastras que definem os três corpos, sendo o central recuado e rematado por cornija contracurvada saliente, suportada por mísulas e coberta por beiral.

No corpo central, ao nível do 1º piso, uma porta em arco abatido ladeada por duas pequenas janelas de brincos²¹⁶ horizontais; nos 2º e 3º pisos quatro janelas, sendo as do 2º piso rectas e as do 3º piso em arco abatido e base recortada. Nos corpos laterais, no 1º piso, duas pequenas janelas de brincos horizontais, à esquerda, e uma janela de brincos horizontal e uma porta recta à direita; no 2º piso duas janelas rectas de cada lado; no 3º piso fenestração em *bow window*, sobre mísula com beiral.

A fachada SE está rasgada por uma porta recta, no primeiro piso e janelas rectas de brincos, nos pisos superiores, possuindo ainda escada de pedra, de um lanço, de acesso a patamar no segundo piso. A fachada SO está rasgada por uma porta recta no segundo piso e janelas de brincos no segundo e terceiro pisos. A fachada NO está rasgada por janelas de brincos no terceiro piso.

A capela adossada a NO, com uma porta de arco de volta perfeita encimada por óculo quadrilobado, tem uma torre sineira junto ao cunhal norte, com arranque em fresta dupla e remate em cornija ondeada, coberta por beiral e cruz.

Nos primeiros projectos Moura Coutinho não apresenta a capela lateral, que aparecerá posteriormente, mas sim um oratório e sacristia ao nível do 2º piso, mas não em todas as propostas. No

²¹² Em 1973-77 o edifício sofreu obras de remodelação interior e ampliação, a cargo do engenheiro Laurindo Martins, tendo-se inaugurado em 1981. Também na década de 1990 outras obras de remodelação foram levadas a cabo, para *responder à necessidade crescente dos nossos idosos de obterem uma habitação digna, que lhes proporcione uma vida tranquila e confortável, sabendo que dispõem de uma equipa profissional que zela pela prestação de cuidados básicos, que complementam algumas das suas incapacidades sem, contudo, interferir com a sua privacidade*. In www.scmpb.pt – Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca.

²¹³ O título foi criado por D. Luís I, rei de Portugal, por decreto de 05.12.1885, a favor de António de Sousa e Sá, 1º conde da Folgosa. In www.geneall.net – António de Sousa e Sá, 1º Conde da Folgosa, filho de Agostinho António de Sá e de Rosa Maria de Sousa.

²¹⁴ Filha de Jerónimo de Almeida Brandão e Sousa, 1º barão da Folgosa e de Maria Joaquina da Rocha Castro, in www.geneall.net.

²¹⁵ Actualmente o asilo passou a designar-se de Lar Condes da Folgosa, em homenagem ao altruísmo dos mesmos, e é propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca.

²¹⁶ Janelas de brincos – molduras laterais que se prolongam verticalmente para além da caixilharia da janela.

1º piso aparece designado um átrio ou um vestíbulo com escadaria ao fundo, ladeado por compartimentos para lojas; no 2º piso o refeitório, cozinha e oratório ou espaços para as religiosas, conforme as plantas. Como estas não estão datadas, temos alguma dificuldade em perceber a sequência das escolhas de Moura Coutinho (ou da Santa Casa da Misericórdia como seu encomendador) na distribuição dos espaços. No entanto podemos perceber que há uma vontade manifesta de encontrar espaço para a oração, que vai sendo experimentada até à solução final da capela lateral; no 3º piso salas para trabalho e dormitório, com separação para os homens, à direita, e as mulheres à esquerda.

Na fachada SO foi construído um novo corpo anexo, de planta em L e dois pisos, para responder às necessidades crescentes do asilo, cuja inauguração só aconteceu em 1952, quando as obras ter-se-ão iniciados na década de 1920.

Mais no interior que no exterior do edifício, as alterações ao longo da 2ª metade do século XX dificultam a percepção do que ficou ao nível dos materiais escolhidos inicialmente, na falta de uma memória descritiva ou outros documentos complementares.²¹⁷

Moura Coutinho apresenta algumas variações nos seus desenhos e estudos, relativamente às coberturas, aos alçados e à distribuição dos espaços do asilo, assim como comparativamente com o resultado final. No entanto, a base estrutural e formal mantém-se quase inalterável em todas as propostas. Trata-se de um edifício de *arquitectura assistencial, eclética, de planta rectangular e três pisos, com frontaria de três corpos, com o central ligeiramente recuado e rematado por pequena cornija contracurvada suportada por mísulas e tendo "bow windows" nos laterais*.²¹⁸

Elementos mais tradicionais, de inspiração na arquitectura portuguesa do século XVIII, como as janelas de brinco com bandeira, de moldura recta ou arco abatido em cantaria de granito, são conciliados com outros elementos, como as *bow windows*, dominando uma estética de carácter eclético.

²¹⁷ Interior completamente transformado pelas obras de remodelação, com átrio principal, com lambril de azulejos de estampilha azul e branca, portas rectangulares, laterais, de acesso às instalações administrativas, e porta rectangular, em posição frontal, de acesso a escadaria que comunica com corredores, rebocados e pintados de branco, que estabelecem a ligação com os armazéns e a Capela, e aos pisos superiores. O vão de escadas nos pisos superiores apresentam portas rectangulares de acesso a corredores, rebocados e pintados de branco, que conduzem, no 2º piso, à cozinha, salas de estar e refeitório, e n.º 3º piso, às enfermarias e aos quartos. Tectos rebocados e pintados de branco. (...) No átrio de entrada encontram-se algumas peças de mobiliário de algum interesse, destacando-se uma cadeira D. João V, com as armas da Misericórdia no espaldar, a bandeira da Misericórdia e telas retratando os Condes de Folgosa. Na sala do arquivo, encontra-se uma vitrina que expõe algumas peças em prata de elevado interesse artístico In www.monumentos.pt - Asilo da Misericórdia de Ponte da Barca/Lar Condes da Folgosa., IPA - Inventário do Património Arquitectónico.

²¹⁸ In www.monumentos.pt - Asilo da Misericórdia de Ponte da Barca/Lar Condes da Folgosa. IPA - Inventário do Património Arquitectónico.

3. Architectura Teatral

A arte dramática foi para Moura Coutinho uma grande paixão que, como disse Rocha Madahil, *dele fez construtor de teatros, empresário, administrador-delegado, e até accionista.*²¹⁹

Na sua biblioteca encontrámos alguns volumes dedicadas ao teatro, embora mais especificamente às peças de dramaturgia e à história do teatro, e menos à tipologia arquitectónica específica. Se existiram não foram a leilão. No entanto, outras revistas e livros dedicados à arquitectura, estilos decorativos e sistemas construtivos, que possuía na sua biblioteca, o puderam auxiliar no estudo e a satisfazer a sua curiosidade e paixão pelo teatro. Também as várias viagens que encetou ao longo da vida lhe deram a possibilidade de conhecer aprofundadamente várias tipologias arquitectónicas, incluindo os teatros.

Os dois teatros que aqui apresentamos da autoria de Moura Coutinho são de características e objectivos diferentes, sendo o primeiro um teatro-circo, obrigando a um esquema espacial e distributivo de dupla função, tanto para a sala de espectáculos como para os serviços. O segundo caso, trata-se de um teatro lírico, com funções diversas do primeiro, prevendo-se um elevado número de concertos de música e espectáculos de ópera, para além do teatro, que necessitam de condições acústicas específicas, bem como da colocação e distribuição do público. Estamos a falar, respectivamente, do Teatro Circo de Braga e do projecto para o Teatro Lírico de S. João do Porto, não tendo este sido construído, pois Moura Coutinho ficou em 2º lugar, perdendo para Marques da Silva.

Sendo estes dois edifícios de grande relevância social e arquitectónica, no contexto das respectivas cidades, estes dois teatros têm tido diversos estudos académicos e científicos, aos quais recorreremos e que gostaríamos de remeter, mas por questão de inteireza do objecto que este trabalho constitui, importa aqui fazer a síntese, revendo e acrescentando achegas pontuais e cruzando alguma informação produzida ao longo deste estudo.²²⁰

3.1. Teatro Circo de Braga, 1907-1915 (Vd. pp. 164-182, 2º Vol.)

Há muito que se sentia em Braga a necessidade de se construir um novo teatro, pois o de S. Geraldo, construído em 1855-60, já não era suficiente para a elite de Braga. Na falta de um bom local, a construção do novo teatro foi sempre adiada até à extinção do convento dos Remédios, *que, com o seu*

²¹⁹ MADAHIL, António da Rocha – *A propósito dos livros do Arquitecto Moura Coutinho*, Prefácio In *Catálogo da Valiosíssima e Magnífica Biblioteca reunida pelo distinto Arquitecto de Braga João de Moura Coutinho*. 1º vol. Lisboa: Arnaldo Henriques de Oliveira, Livreiro Antiquário, 1955.

²²⁰ Os dois trabalhos que consideramos mais importantes, e que serviram de base para o estudo desta tipologia, fazendo a devida vénia aos seus autores, são: CARDOSO, António – *O arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do século XX*. Porto: FAUP Publicações, 1997 e CARNEIRO, Luís Soares – *Teatros Portugueses de Raiz Italiana*. 2 vols. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2002.

*casarão labiríntico e respectiva cerca, ocupava uma considerável área do coração da cidade.*²²¹

E com a construção de um novo teatro em Braga, o velho S. Geraldo tinha o seu destino traçado, quer porque não conseguia rivalizar com as instalações do novo teatro, quer porque a sociedade da Braga não conseguia sustentar dois teatros em simultâneo, competindo entre si.²²²

Para a criação do Teatro Circo foi constituída provisoriamente uma Sociedade Anónima, cuja iniciativa ficou a dever-se a três ilustres bracarenses de então: o Dr. Artur José Soares, advogado, Cândido Martins, industrial de nacionalidade espanhola e José António Veloso, director do então Banco do Minho.²²³ Ao lado dos fundadores, cinquenta accionistas assinam a escritura a 16 de Dezembro de 1907, aprovada e registada no dia seguinte, e com estatutos criados a 27 do mesmo mês, para realizar capital por acções.²²⁴

Os terrenos do extinto convento foram colocados em hasta pública a 30 de Dezembro de 1907, tendo a Sociedade Anonyma do Theatro Circo de Braga arrematado o lote nº 5, pela quantia de 3.000.000 reis com a superfície de 2.000m².²²⁵ Uns dias antes, a 9 de Dezembro de 1907, numa acta da Câmara, e divulgado na imprensa da época, um requerimento da Sociedade Anonyma faz um pedido “curioso” de registo do terreno para obrigatoriamente se construir um teatro:

*Requerimentos: de José António Velloso e Cândido Maria Martins na qualidade de representantes d’uma sociedade anonyma que se propõe construir um Theatro Circo pedindo na arrematação dos terrenos do extinto convento dos Remédios seja escolhido um lote de cerca de 2.00m² e que a adjudicação de tal superfície se faça sem obrigação de se tanto quizer ser ali edificado um Theatro Circo – deliberou tão somente organizar um lote com a área da cerca de dous mil metros quadrados.*²²⁶

O presidente²²⁷ atendeu o pedido, justificando que se tratava de um importante melhoramento para a cidade. *Quer isto dizer que a Sociedade requeria que não houvesse concorrentes à licitação da parcela que lhe interessava. Pois quem mais licitaria com a obrigação de construir um teatro? – Obrigado, Sr. Presidente!*²²⁸

O extinto convento dos Remédios, fundado no século XVI, foi demolido, não sem polémicas,

²²¹ In *A Architectura Portuguesa – Theatro-Circo de Braga*, Ano IV, nº 5, Maio de 1911, p. 17 e MONTEIRO, Manuel – *Dispersos*. Braga: ASPA, 1980, p. 201.

²²² A sua demolição aconteceu em 1920, após longas discussões entre ao accionistas e Direcção da Sociedade do Teatro de S. Geraldo, da qual faziam parte um elevado número de accionistas também do Teatro Circo, como é o caso do Dr. Artur José Soares e o próprio Moura Coutinho, com interesses óbvios em fazer prevalecer o Teatro Circo. No local do Teatro de S. Geraldo foi construída a delegação de Braga do Banco de Portugal, obra também de Moura Coutinho, que abordaremos posteriormente.

²²³ MACEDO, Ana M. C. – *Teatro Circo: oito décadas de um projecto colectivo na cidade de Braga*. Braga: Minia, 3ª Série, Ano III, 1995, p. 114

²²⁴ Vd. *Estatutos do Theatro Circo de Braga*. Braga: Typographia de “A Opinião”, 1909; *Correio do Minho*, 17.12.1907 e a sua alteração Vd. Sociedade do Teatro Circo de Braga – *Estatutos*. Braga: Oficinas Gráficas Augusto Costa & Cª Lda, 1943. O seu capital social era de 35 contos, divididos em 700 acções de 50\$000 réis, aumentado depois com mais 300 acções e capital social de 50 contos.

²²⁵ AMB - Livro de Actas, de 1906-1909, Sessão de 30.12.1907, fl. 170v.

²²⁶ AMB - Livro de Actas, de 1906-1909, Sessão de 9.12.1907, fl. 162v.

²²⁷ Presidente da CMB - Bacharel Domingos José Soares, irmão mais velho do Dr. Arthur José Soares, accionista e Director do Teatro-Circo.

²²⁸ CARNEIRO, Luís Soares – *O. c.*, p.649.

entre 1907 e 1911.²²⁹ O intuito desta demolição parece óbvio, pois o recinto foi aproveitado para a abertura de uma nova avenida (Av. Conselheiro João Franco, de seguida Av. Marechal Gomes da Costa e depois Av. da Liberdade), em substituição da rua das Águas, ligando o centro da cidade ao bairro de S. João da Ponte, junto ao rio Este.²³⁰ Logo, numa quarta-feira, dia 20 de Novembro [1907], deu a Câmara princípio de demolição do mirante da Rua das Águas, depois de aprovado o projecto da nova Avenida. A imprensa conservadora censurou o espírito demolidor do município, (...): “Construir um Teatro na cerca dum convento, e destruir a igreja para uma travessa dispensável, é cousa que ofende a nossa consciência.”²³¹

A possibilidade de um Concurso para o projecto de um teatro-circo não está posta de lado, embora poucas referências a essa situação tenham sido feitas. Na comemoração dos quarentas anos do teatro diz-se que em 1907 *abriu-se concurso para o projecto do edifício. Escolheu-se o de João de Moura Coutinho de Almeida de Eça*.²³² O arquitecto José Marques da Silva *terá entregue à sociedade alguns desenhos para um teatro*²³³, por iniciativa própria ou no «pressuposto do concurso». – Porém o trabalho estaria já entregue ao Arqº Moura Coutinho.²³⁴

Em Assembleia dos Accionistas do Teatro Circo, em Abril de 1909, o projecto de Moura Coutinho foi aprovado, sendo incumbido de organizar o projecto. *A entrega do projecto directamente a João de Moura Coutinho não é de surpreender pois era um homem ligado a Braga (era da Direcção das Obras Públicas do Distrito), e devia ter boas relações locais como o demonstra a sua posterior ligação à gestão e administração do Teatro-Circo. De resto, confrontando-se o seu projecto com os desenhos da proposta de Marques da Silva, admitimos facilmente que terá sido por mérito que o trabalho lhe terá sido confiado*.²³⁵

Possivelmente para uma aprovação mais segura, a Direcção da Sociedade consultou Ventura Terra e José de Figueiredo, para darem os seus pareceres sobre o projecto. Numa ida a Lisboa para apresentar a solução, MC e um representante da Direcção, Cândido Maria Martins, recebem, por escrito, uma declaração de Ventura Terra, não se sabendo sobre o que terá dito José de Figueiredo. Manuel Monteiro, no seu artigo sobre o Teatro-Circo para *A Arquitectura Portuguesa*, apresenta-nos o que disse Ventura Terra e sublinha a escolha do projecto de Moura Coutinho: *artista, que se vinha*

²²⁹ Tendo muitos dos seus materiais sido vendidos em leilão público; alguns foram parar a várias igrejas e capelas. In OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Arte Religiosa e Artista em Braga e sua Região (1870-1920)*. Braga: Ed. APPACDM Distrital de Braga, 1999, p. 103.

²³⁰ Também possibilitou a abertura da Rua Pereira Caldas, actual Dr. Gonçalo Sampaio, dando o Teatro Circo a sua fachada lateral para esta rua.

²³¹ In FEIO, Alberto – *Coisas memoráveis de Braga e outros textos*. Braga: BPB-UM, 1984, pp. 33-34.

²³² In *Os Quarenta Anos da Vida do Teatro Circo de Braga*. Braga: Conselho de Administração do Teatro Circo, 1955, p.4.

²³³ Estes desenhos, Plantas, Cortes e Alçados, desenhados a nível «Estudo Prévio» à escala 1:200, coloridos, existem no Instituto Arquitecto José Marques da Silva, e estiveram em exposição, em 2006. Vd. MESQUITA, Mário J. (coord.) – *Marques da Silva/O Aluno, O Professor, O Arquitecto*. Cat. Porto: IAJMS e FAUP, 2006, pp. 82-83.

²³⁴ CARNEIRO, Luís Soares – O. c., p.649.

²³⁵ CARNEIRO, Luís Soares – O. c., p.649.

*afirmando em successivos trabalhos, tanto na cidade como no districto de Braga, conquistando honestamente um nome, exhibiu a sua concepção, que desde logo mereceu o applauso dos competentes, Ventura Terra na vanguarda, asseverando-a “como uma admirável obra architectónica que, devidamente executada, produziria um dos theatros mais bellos e mais confortáveis do paiz.”*²³⁶

Em Setembro e Dezembro de 1909, a Direcção do Teatro Circo apresenta à Câmara o projecto da fachada para apreciação e licença de construção, respectivamente, registado em actas camarárias²³⁷, mas sem indicação se a autorização foi ou não concedida. A falta de outra documentação, e especificamente os desenhos, dificulta a tarefa de comprovar quando terá sido o arranque da obra.

Em meados de 1911 a obra já estaria bastante avançada, quer pelo que se percebe do artigo de Manuel Monteiro publicado na revista *A Architectura Portuguesa*, pois a cúpula em ferro estava já quase montada; quer pelo requerimento à Câmara da Direcção do Theatro Circo, *arrematante dos materiais do extincto convento dos Remédios, pedindo para levantar o depósito que fez, como caução, ao cumprimento do contracto, de oito obrigações externas, terceira série do empréstimo portuguez, substituindo-o pelo edificio do Theatro, já em construção adeantada, e pela responsabilidade pessoal de cada um dos membros da direcção, visto também restar muitíssimo pouco a demolir para o compromisso creado.*²³⁸

As obras prolongaram-se até 1914, faltando os acabamentos e decorações, que ficaram a cargo de Viriato Silva, na modelação da sala de espectáculos; dos pintores Benvindo Seia, na pintura do tecto da sala de espectáculos, e Domingos Costa, que pintou o pano de boca de cena; dos escultores Zeferino Couto e Narciso Costa, na realização das máscaras da fachada principal, e os cenários realizados pelo cenógrafo Mergulhão, terminando-se a obra em 1915, com inauguração no dia 21 de Abril.

O projecto de Moura Coutinho, de que temos conhecimento em 1ª mão pelos desenhos publicados no artigo de Manuel Monteiro, quando o teatro estava ainda em construção, apresenta-nos uma solução de teatro-circo, de palco à italiana e de inspiração Renascentista. De planta rectangular com dois pisos, sobrepujados por cúpula em ferro, a cobrir a sala de espectáculos, e um corpo vertical saliente, no limite oeste do edificio, correspondente à teia e caixa do palco.

O terreno escolhido para a construção do teatro media 42 metros de largura por 51,50 metros de profundidade, no gaveto da então nova Av. da Liberdade com uma rua que liga ao Lg. do Hospital, a actual rua Gonçalo Sampaio. Esta proximidade a duas ruas que estavam ainda em construção, num local vazio, permitia ao teatro definir *a própria envolvente, sendo sua a escolha da relação entre a grande sala e as vias com que se relacionava, tal como a forma e a expressão com que se mostrava à*

²³⁶ In *A Architectura Portuguesa* - Theatro-Circo de Braga, Ano V, nº 5, Maio de 1911, p. 17.

²³⁷ AMB – Livro de Actas de 1909-1911, Sessões camarárias de 6.9.1909, fl.34 e de 6.12.1909, fl. 51v.

²³⁸ AMB – Livro de Actas de 1909-1911, Sessões camarárias de 29.6.1910, fl. 118v.

cidade.²³⁹ Por razões económicas, de facilidade de construção e sobretudo por uma visão urbana, a escolha recai sobre uma estratégia de fragmentação, valorizando-se essencialmente a fachada principal, na descrença que o crescimento de Braga justificasse a nobilitação da rua lateral. No entanto, com o novo teatro em construção, iniciar-se-iam uma série de novas edificações na Av. da Liberdade, principalmente do lado do teatro para norte, na qual Moura Coutinho projectou vários outros edifícios de arquitectura civil eclética, que mais tarde abordaremos.

O alçado principal do Teatro Circo, voltado para este e para a avenida, está composto por três corpos escalonados, de dominante vertical: o corpo central, saliente em relação aos corpos laterais, em granito e de volume avançado, destaca-se com as suas três portas em arco de volta perfeita, coroadas por quatro estribos que sustentam quatro meias colunas jónicas, que enquadram três janelas altas em varanda corrida. O recorte do edifício termina num entablamento em granito, com um friso onde se inscreve a legenda *Theatro Circo*, ladeado por duas máscaras, da *Comédia* à direita e da *Tragédia* à esquerda, e sobreposto por platibanda, coroada por urnas, que esconde as coberturas de telhados em quatro águas, não se vendo a cúpula a partir da rua.

Os corpos laterais, pétreos no 1º registo, são mais sóbrios, de panos lisos, pintados de rosa, com duas janelas em cada piso, sendo as do rés-do-chão rematadas por arcos de volta perfeita e as do 1º piso rectas com fecho saliente em granito. *O estylo do frontispício, a que tem de subordinar-se toda a edificação, é um dos que no século XVIII fugazmente reinou com a pallida revivescência e basilar adaptação dos elementos clássicos, jamais de todo esquecidos após a Renascença*.²⁴⁰

O alçado sul, voltado para a rua Gonçalo Sampaio, anterior Pereira Caldas, tem um pequeno desnível em relação ao eixo da planta, justificada por Manuel Monteiro, *Pela necessidade perfeitamente moderna de conglobar na mesma construção as instalações e dependências accessorias do Theatro, onde tem de decorrer a vida complementar dos entreactos*.²⁴¹ Para integrar esse desvio no alçado principal, MC acrescentou na esquina do edifício um corpo em curva, ao nível do r/c, com varanda e balaustrada. Dessa forma permite uma continuidade no alçado lateral e não desequilibra a fachada principal, permitindo uma composição simétrica com o portão, à direita da fachada, que por imposições legais de passagem ao ar livre tinha de existir. Este jogo de volumes permite contraste de planos e perfis, tão ao gosto de MC, *conhecedor do valor dos efeitos*.²⁴² A fachada é ritmada por uma série de vãos, de arco de volta perfeita no r/c e rectos no 1º piso, entablamento e cornija saliente.

Umhas palavras breves para o alçado norte, uma vez que não são conhecidos os desenhos e

²³⁹ CARNEIRO, Luís Soares – O. c., p.650.

²⁴⁰ In *A Architectura Portuguesa* - Theatro-Circo de Braga, Ano V, nº 5, Maio de 1911, p. 18.

²⁴¹ In *A Architectura Portuguesa* - Theatro-Circo de Braga, Ano V, nº 5, Maio de 1911, p. 18.

²⁴² In *A Architectura Portuguesa* - Theatro-Circo de Braga, Ano V, nº 5, Maio de 1911, p. 18.

estando actualmente a fachada “escondida” pelas construções adjacentes, torna difícil a sua leitura. Analisando as plantas, é curioso observar que MC terá votado alguma preocupação com este alçado, pese embora não estivesse visível ao público, a não ser em caso de sinistro que se usava a passagem ao ar livre. As razões, para além das questões de segurança, prendem-se com a preocupação de MC em iluminar e ventilar as dependências anexas e de circulação à sala de espectáculos, e ao mesmo tempo, rematando com alguma qualidade mesmo aquilo que não se vê. Para além da *Varanda de Socorro* para refúgio no 2º pavimento, preocupação ainda evidente com a segurança, o nº de vãos é considerável, a ver pela única fotografia que conhecemos desse alçado, ainda com o teatro em construção.²⁴³

Analisando as plantas, que Manuel Monteiro divulgou na imprensa da época, na entrada nobre deparámo-nos com um grande Átrio, ladeado pelo Café, à esquerda, e o Escritório e Bilheteiras (voltadas para o exterior), à direita, seguido por quatro colunas em mármore (Peristilo), a porta central e os corredores laterais que dão acesso à Sala de Espectáculos. Do Peristilo partem duas escadas laterais que nos levam ao *Avant-Foyer*, ao *Foyer-Salão* para Festas e ao *Fumoir*, do 1º piso. Do *Avant-Foyer* acedia-se ao corredor da 1ª Ordem de Camarotes. Para a 2ª Ordem, que aproveitava o duplo pé direito, acedia-se por uma escada em L que ficava entre as escadas principais e o corredor da 1ª Ordem.

Na entrada secundária, as portas centrais permitiam o acesso do público ao Átrio, e as entradas laterais ao Vestiário, WC, Tabacaria, Copa, Bufete e Café, à direita, e ainda o acesso ao *Foyer* dos artistas e aos Camarins, à esquerda. No andar superior, os três vãos centrais, dão para o Pequeno *Foyer*, e as adjacentes para a Direcção e Camarins, à esquerda, e aposentos para a *Toilette* das Senhoras e outro Bufete, à direita. Destaque à grande janela no 1º piso que dá para os Camarins, permitindo abundante iluminação.

A vasta Sala de Espectáculos, com 21 metros de diâmetro, é composta pela *plateia e bancadas envolventes da geral, subjacente a duas ordens de camarotes, que assentam em vigamentos de ferro suspensos em altas columnas metallicas, estructuraes, e nas circundantes paredes de alvenaria, é coberta por uma calota, metallica também, com os tentáculos radiantes das asnas articuladas ao cubo nodal e poisando oppostamente na linha peripherica, onde se levantam em semi-circulo as lucarnas de illuminantes*.²⁴⁴ As lucarnas semi-circulares que serviam para a entrada de luz na sala durante o dia eram uma novidade em Portugal, mas já se faziam em França para a cobertura das salas de espectáculo com estruturas em ferro.

Segundo o projecto do architecto, a cúpula e toda a estrutura da sala deveriam ter sido em betão, mas por dificuldades administrativas substituiu-se por ferro, sem grandes alterações ao projecto, *que*

²⁴³ Fotografia que mostra a construção do teatro e a colocação da cúpula em ferro divulgada In *A Architectura Portuguesa - Theatro-Circo* de Braga, Ano V, nº 5, Maio de 1911, p. 20.

²⁴⁴ In *A Architectura Portuguez*, - Theatro-Circo de Braga, Ano V, nº 5, Maio de 1911, p. 19.

*repetia na província o modelo do Coliseu lisboeta.*²⁴⁵ Moura Coutinho trabalhou em conjunto com os engenheiros de uma empresa especializada, chegando à solução definitiva ao fim de seis meses de estudos, apresentando uma solução que lembra a cobertura em tenda, típica dos circos. *A cúpula airoosamente lançada na alternância das suas [doze] nervuras racionalmente adaptadas aos pontos de resistência conjugada com a sua pressão é tão habilmente distribuída e definida com tanta justeza e graça, que constitui sem dúvida o trabalho mais bello e importante que no género se tem feito em Portugal, honrando a sua indústria, e que documenta não só a valia do architecto, mas ainda a do illustre engenheiro da Empreza Industrial Portuguesa, o Sr. Vicente Ferreira.*²⁴⁶

Os materiais utilizados foram o granito, na estrutura e nos elementos decorativos; estuque pintado sobre as paredes rebocadas; mármore nas colunas do átrio e nas escadas e pavimentos; madeira nas portas e caixilharia das janelas; ferro nas grades das varandas, dos balcões e frisas e nas colunas do auditório; bronze na inscrição do friso na fachada principal; e telha marselhesa na cobertura exterior.

*O Teatro Circo podia funcionar quer como Circo, com pista central redonda, quer como Teatro, dispondo cadeiras voltadas para o palco, na Plateia.*²⁴⁷

O Teatro tinha capacidade para aproximadamente 1.500 pessoas, distribuídas pelos Camarotes com 276, nas Galerias com 200, 450 na Plateia e cerca de 530 na Bancada Geral. Por questões de segurança, foram concebidas várias saídas no rés-do-chão, para sul, norte e leste, para dar escoamento eficaz em caso de sinistro. As escadarias de três lanços eram suficientemente largas para permitir uma evacuação rápida e o palco foi delineado de forma independente, com saída para as traseiras e que assegurava luz e ventilação.

O palco, não sendo muito grande, era dos maiores no país²⁴⁸, medindo *11m de largura de boca, 11m de fundo e 17,5m de largo, além de altura suficiente para recolher cenários sem necessidade de os enrolar. Também o subpalco era amplo, com dois níveis, coisa rara entre nós e, na altura, dizia-se, muito bem equipado.*²⁴⁹

A norte da caixa do palco, no r/c, com acesso à passagem para a avenida, ficavam as Cavalariças, com dez baias, selaria, arrecadação para o material e pátio de ventilação. No piso superior o depósito dos cenários e a casa do guarda. Estas zonas laterais ao palco tinham acesso directo para a Sala de Espectáculos, revelando-se fundamental quando funcionava como Circo.

A organização e a distribuição dos espaços, que davam apoio ao palco, revelam um Moura Coutinho não apenas interessado pelo teatro em geral, mas conhecedor dos interesses e necessidades de

²⁴⁵ In FERNANDES, José Manuel – *Arquitectura modernista em Portugal*. Lisboa: Gradiva – Publicações Ldª, 1993, p. 16.

²⁴⁶ In *A Architectura Portuguesa - Theatro-Circo de Braga*, Ano V, nº 5, Maio de 1911, p. 19.

²⁴⁷ CARNEIRO, Luís Soares – *O. c.*, p.652.

²⁴⁸ Superado apenas pelos teatros S. Carlos e S. Luiz, e com as mesmas dimensões do Politeama.

²⁴⁹ CARNEIRO, Luís Soares – *O. c.*, p.652.

artistas e técnicos em particular, pois a largueza dos espaços, incluindo o pé-direito dos Camarins, a abundante iluminação, a monumentalidade e sofisticação, aliadas ao luxo do mobiliário, faziam deste teatro um chamariz para atrair as companhias de Lisboa, Porto e mesmo estrangeiras, pois eram raros os teatros com estas condições, resultando em lucros para a Sociedade do Teatro Circo. *...perfeitamente compreensível em quem seria, a partir de 1918, Gerente, Director, Empresário e homem providencial do funcionamento deste Teatro. Não surpreende, deste modo, que se interessasse pelas questões do funcionamento, programa e gestão espacial deste tipo de edifícios.*²⁵⁰

A decoração interior do teatro, composta por apainelados, ferragens, estuques e revestimentos, permite um complemento estético ao teatro, valorizando-se a luz natural que irradia das altas janelas para os espaços de circulação e das lucarnas para a Sala de Espectáculos, assim como a luz artificial que cria efeitos dramáticos e efémeros em todos os espaços. Relativamente a esta questão da rede de iluminação, em Agosto de 1915, pouco depois da inauguração do teatro, foi feito um requerimento da Direcção pedindo que seja custeada pela Câmara a despesa de ligação da rede d'illuminação pública ao seu quadro de distribuição²⁵¹, ao qual a Câmara respondeu satisfatoriamente.

Com a inauguração do Teatro Circo, Moura Coutinho é elogiado por todos, sendo-lhe descerrada uma placa no Grande Átrio, dizendo: *Inaugurado em 21 de Abril de 1915. – Obra do architecto João de Moura Coutinho.* Também à actriz Palmira Bastos é dedicada uma placa comemorativa, pela sua vinda ao Teatro Circo, com a opereta “*Rainha das Rosas*”, sob a direcção de José Galhardo, pela Companhia do Éden Teatro de Lisboa. No ano seguinte outra placa foi descerrada, desta vez dedicada aos dinamizadores da iniciativa: *Foram iniciadores e primeiros directores deste teatro: Artur José Soares, Candido Maria Martins, José António Veloso – Homenagem dos accionistas. Maio de 1916.*²⁵² Ficou registado em acta camarária o discurso do Sr. Joaquim Anselmo Pires, propondo um voto de louvor a toda a plêiade de homens que com tanto afinco trabalharam para uma obra de energia, arrojo e ressurgimento da arte [...] *Homens que pela sua tenacidade tratarem de fomentar a nova riqueza, merecem a nossa mais alta consideração e reconhecimento, sendo certo que no nosso acanhado meio, isso muito nos eleva e consola, representando um facto importante no programa d'esta terra que nós muito amamos.*²⁵³

Moura Coutinho vê consagrado o seu trabalho, que na opinião de muitos, se pode considerar a sua melhor obra, quer sobre o ponto de vista estético, quer técnico: *O teatro é certamente o mais bem conseguido e articulado dos seus congéneres, engenhoso no detalhe, generoso nos espaços, previdente*

²⁵⁰ CARNEIRO, Luís Soares – O. c., p.653.

²⁵¹ AMB – Livro de Actas de 1914-1916, Sessões Camarárias de 11 e 12.8.1915, fl. 96v e 99, respectivamente.

²⁵² In *Os Quarenta Anos da Vida do Teatro Circo de Braga*. Braga: Conselho de Administração do Teatro Circo, 1955.

²⁵³ AMB – Livro de Actas de 1914-1917, Sessão Camarária de 19.4.1915, fl. 83v.

*no programa e, sobretudo, concebido e construído, no essencial, num único momento, e não em etapas, tantas vezes contraditórias.*²⁵⁴

No entanto, algumas alterações foram feitas entre Agosto de 1919 e Fevereiro de 1920, tendo-se encerrado o teatro, ficando as obras a cargo de Moura Coutinho, e custeadas pela sociedade proprietária e pela sociedade arrendatária, em partes iguais.²⁵⁵

Será essencialmente na sala de espectáculos que as alterações se farão sentir: as bancadas da Geral, à volta da Plateia, desaparecem para dar lugar a uma nova ordem de Camarotes, com doze unidades de cada lado junto à cena, com um Balcão de 120 lugares. Aproveitando a inclinação da Plateia, foram criadas três novas Frisas de cada lado, junto ao palco. A restante área foi aproveitada para o *Promenoir*. Aproveitando-se as escadas existentes, assim como construindo novas em L, debaixo das antigas, permite-se aceder à nova ordem de Camarotes.

As obras parecem decorrer do facto da Plateia primitiva ser muito reduzida e plana, enquanto o palco, demasiado alto, dificultava a visibilidade dos espectadores, tendo-se rebaixado a Plateia e o Palco. Em postais antigos é visível a nova inclinação constante da Plateia depois das obras, comparadas com imagens antes das alterações.

Outras obras decorreram no corpo sul do edifício, por conta da sociedade arrendatária, mas com o acordo da Direcção: *Na cave, que se escavou, construiu a cozinha com os seus anexos para o Café. E, a ala sul do primeiro pavimento, foi totalmente modificada, abrindo-se e decorando-se a magnífica e extensa galeria com todas as suas portas envidraçadas [...] Antecedia esta galeria, um átrio com entrada independente e ligação ao Café e às novas instalações sanitárias. Neste átrio construiu-se a esplêndida escada que conduz ao primeiro andar – a um salão que também foi decorado.*²⁵⁶

A 4 de Agosto de 1928 Moura Coutinho, em representação da Sociedade do Teatro Circo, pede autorização à Câmara para substitui por janelas cinco das portas na fachada sul, sobre a rua Pereira Caldas (actual Gonçalo Sampaio), retirando os degraus que dão acesso às portas, apresentando o projecto em anexo.²⁵⁷ As obras foram aprovadas, e pode-se observar as alterações em postais antigos, uma vez que a reposição das portas foi de novo realizada, posteriormente. Dois anos depois, a 15 de Janeiro de 1930, Moura Coutinho pede autorização *para colocar um poste luminoso – anunciador, no topo da Avenida da Liberdade*²⁵⁸, apresentando um desenho seu, tendo sido aprovado.

Quase todas estas obras indicam a perda de importância da actividade de circo, aproximando-se primeiro do teatro tradicional e depois do cinema, alterando-se as funções e a gestão do Teatro Circo.

²⁵⁴ CARNEIRO, Luís Soares – O. c., p.653.

²⁵⁵ *Os Quarenta Anos da Vida do Teatro Circo de Braga*. Braga: Conselho de Administração do Teatro Circo, 1955, p.12.

²⁵⁶ *Os Quarenta Anos da Vida do Teatro Circo de Braga*. Braga: Conselho de Administração do Teatro Circo, 1955, p.12.

²⁵⁷ AMB – OG11, Processo nº 90/928.

²⁵⁸ AMB – OG13, Processo nº 1/930.

Outras modificações recebeu ao longo do século XX e XXI, as últimas grandes obras decorreram na transição de um século para o outro, dirigidas pelo arquitecto Sérgio Borges, inaugurando-se a 27 de Outubro de 2006, que têm valorizado a adaptação do teatro às exigências técnicas e comodidades actuais.²⁵⁹

O Teatro Circo representou, ao longo de quase um século de existência, a ideia de uma *sala de visitas* de Braga, pelos diversos espectáculos, récitas, conferências que recebeu, e na participação da vida cultural, social, económica e política da cidade.

Actualmente o Teatro Circo pertence à CMB, que o adquiriu por 300.000 contos, em 1989.

3.2. Projecto para o Teatro Lírico de S. João, Porto, 1910 (2º lugar) (Vd. pp. 183-185, 2º Vol.)

O antigo Teatro de S. João sofrera um grave incêndio na noite de 11 para 12 de Abril de 1908, ficando irrecuperável. *E de imediato as forças vivas tocariam a rebate e encetariam esforços para reconstruir o teatro.*²⁶⁰ Por iniciativa do Governo Civil foi formada uma Comissão, presidida pelo Governador Civil Adolfo Pimentel, e integrada por representantes institucionais,²⁶¹ para avaliar e decidir sobre o assunto.

Questionou-se o papel da Câmara, no seu apoio financeiro, pois o favorecimento a um teatro elitista (Teatro Lírico) e não popular (Teatro Municipal) não era bem visto por alguns.²⁶² A falta de verba na Câmara acabou por ditar a resposta. A outra questão levantada dizia respeito à localização do novo teatro, se deveria ser ou não a mesma do antigo teatro, acabando por ficar no mesmo, quer pela imagem de tradição que os portuenses detinham desse local, quer porque a sociedade construtora não estaria disposta a dispensar o contributo do terreno.

Uma sub-comissão reuniu-se, ainda em Abril, para a reconstrução do teatro, apresentando um apelo à subscrição pública e pedindo apoio aos arquitectos Marques da Silva (1869-1947) e José Teixeira Lopes (1872-1919).²⁶³ Em Julho e Agosto de 1908 a Comissão publica nos jornais as subscrições já existentes, para além de constituir a futura sociedade e estabelecer o programa.

A ideia de um Concurso Público começa a surgir, quer no pedido que o Conselho Directivo da *Sociedade dos Architectos Portugueses* faz ao Governador Civil, quer nas opiniões publicadas em jornais, possivelmente reagindo à ideia do projecto ser entregue directamente a Marques da Silva ou a

²⁵⁹ In *Artes & Espectáculos* – Teatro Circo de Braga/De 1907 aos nossos dias. Nº 13, 10/1993.

²⁶⁰ CARNEIRO, Luís Soares – *O. c.*, p.967.

²⁶¹ A Comissão estava composta pelos Presidentes do Município, da Associação Comercial, do Centro Comercial do Porto, da Associação Industrial, do Clube Portuense, do Clube de Fenianos e do Clube dos Girondinos, e mais tarde associar-se-ão os Presidentes do Ateneu Comercial, do Orfeão Portuense e da Sociedade Almeida Garrett. In CARNEIRO, Luís Soares – *O. c.*, p.968.

²⁶² CARDOSO, António – *O. c.*, p. 474, nota 628.

²⁶³ A escolha destes arquitectos talvez se deva a Leopoldo Mourão, um dos proprietários do terreno do antigo Teatro de S. João, pelas ligações profissionais e familiares existentes entre este e os arquitectos.

José Teixeira Lopes.²⁶⁴

Mas o tempo foi passando e os trabalhos de construção de um novo teatro fracassavam. Em Janeiro de 1909, José Isidro de Campos, da empresa *A Construtora*, de Campos & Fonseca, seguido de Marques da Silva e ainda de Xavier Esteves com Moreira de Sá, apresentaram à Comissão projectos para o novo teatro, mas esta ainda discutia a localização e o terreno, preparando o concurso de projectos.

Em finais de Fevereiro de 1909 o terreno, onde estava o antigo teatro, é finalmente adquirido pela Comissão, mantendo-se na sua forma primitiva, apesar da intenção inicial de que o teatro crescesse na sua frente, alinhando-se com a Rua de Alexandre Herculano.²⁶⁵

Com a constituição formal da sociedade, a 3 de Junho de 1909, passando a designar-se Conselho de Administração, com o terreno e a localização definidos e com o dinheiro angariado nas subscrições, o processo poderia avançar.

O Programa para o Concurso foi publicado nos jornais de 10 de Julho de 1909, sob o título *Bases para o Concurso de um projecto para o edifício destinado a Theatro Lyrico do Porto*, lançado já pelo designado Conselho de Administração da Sociedade do Theatro de S. João. Organizava-se em duas partes: as *Bases*, que definiam as condições gerais, objectivo, entidade promotora, competências e prazos, e o *Programa*, a que deveriam obedecer os projectos, organizado em 8 artigos - pretendia-se um teatro lírico; definia-se o terreno disponível; a decoração; a capacidade; a distribuição geral da sala; o preço máximo a atingir; organização complementar - iluminação, segurança e instalações sanitárias; e indicação das peças escritas e desenhadas a entregar por cada concorrente.²⁶⁶

Apenas três propostas foram entregues, três meses depois,²⁶⁷ com as divisas: *Audaces Fortuna Juvat*, *Pró Invicta* e *Porto*. O júri reuniu a 20 de Outubro de 1909 tomando a decisão de que nenhuma das propostas satisfazia.²⁶⁸

Foi aberto novo concurso e publicado nos jornais a 29 de Outubro de 1909. As Bases e o Programa sofreram ligeiras modificações, aumentando-se o valor pecuniário do 1º prémio, em detrimento do 2º²⁶⁹; reduz-se a lotação, dos 1350-1450 para 1250; impõe-se uma profundidade mínima de palco de 16 metros e reduz-se a quantidade de trabalho a apresentar (apenas um ante-projecto), a entregar em 60 dias.

²⁶⁴ CARDOSO, António – O. c., p. 475, nota 636.

²⁶⁵ No entanto, a CMP acabaria por fazer essa cedência, posteriormente. A fachada do teatro ficaria muito próxima da Capela de Nª Srª da Batalha e a hipótese da sua demolição não foi avante, nesta fase, mas a Câmara acabou por a demolir em 1924, já o novo teatro tinha inaugurado.

²⁶⁶ Sobre o concurso, as bases e programa Vd. CARDOSO, António - O. c., pp.478-479; e CARNEIRO, Luís Soares – O. c., pp.970 e seguintes.

²⁶⁷ O pedido das peças escritas e desenhadas quase parecia um projecto de execução completo, pelo exagero das exigências.

²⁶⁸ Veja-se a curiosa composição do júri: para além do Director das Obras Públicas, engº Basílio Pinto, e Casimiro Jerónimo de Faria, juntavam-se três jurados que tinham já apresentado propostas para este projecto: engº Xavier Esteves, Vereador, Isidro de Campos, condutor de Obras Públicas, e o arqº Marques da Silva. Porque não terão concorrido e fazem parte do júri? Vd. CARNEIRO, Luís Soares – O. c., p.971.

²⁶⁹ De 1.000.000 réis, para o 1º lugar, e de 500.000 réis, para o 2º lugar, passa agora para 1.200.00 réis e 300.000 réis, respectivamente.

Foram entregues oito propostas, com as divisas: *Fecit*, de Marques da Silva, *Porto*, de Correia da Silva, *Audaces Fortuna Adjuvat*, de Alfredo Cofino, *Fausto*, da Companhia Geral das Construções Económicas, *Girassol*, de Moura Coutinho, *Fortes Fortuna Adjuvat*, do cenógrafo Augusto Pina, *Modestus*, de Roberto Fino, e *Pro Labor*, dos architectos Tertuliano Lacerda e Alfredo da Costa Campos.

O júri²⁷⁰ deliberou, no final de Fevereiro de 1910, a favor de Marques da Silva, para o 1º lugar, Moura Coutinho no 2º lugar, e o 3º lugar, com menção honrosa, para a Companhia Geral das Construções Económicas.²⁷¹

Os trabalhos dos concorrentes foram expostos no salão nobre do *Atheneu Commercial do Porto*, a partir do dia 25 de Fevereiro de 2010, por imposição do Programa do Concurso. Apenas as propostas dos três vencedores foram divulgadas na imprensa da época²⁷², ficando desconhecidos para a posteridade os restantes projectos.

Os três primeiros trabalhos revelam um certo gosto por uma linguagem de influência *beaux-arts*, dos modelos franceses em voga. Não sabemos se reflecte apenas as preferências do júri²⁷³ ou se trata de uma tendência generalizada dos concorrentes - na falta das outras propostas fica a dúvida.

Sobre o facto de MC ter ficado em segundo lugar, o Coronel Luiz Galhardo, promotor do *Éden Theatro I*, a propósito da inauguração do Teatro-Circo de Braga, numa reportagem sobre o seu discurso é dito: *Revelou-se um dos melhores - declara – não só do país como do mundo, e lastima sinceramente que fosse preterido o projecto por s. ex^a para a construção do novo theatro de S. João do Porto*.²⁷⁴

A proposta de MC, com a divisa «Girassol», foi divulgada pela revista *A Ilustração Portuguesa*, a 7 de Março de 1910, com reprodução dos seus alçados (principal e lateral), e pelo *Comércio do Porto*, a 24 de Fevereiro de 1910, com uma descrição pormenorizada, dizendo-se que *este projecto deixa boas impressões pela sua elegância e pelo seu conjuncto. Obedece às condições impostas pelo programma, de modo que o edificio fique em boas condições acústicas, tenha completa segurança para o caso de sinistro ou pânico e não falte aos modernos preceitos hygienicos*.²⁷⁵

Na ausência das plantas, seguimos de perto o que foi dito neste jornal.

Em relação ao público, Moura Coutinho teve especialmente em atenção a entrada principal, escadaria, sala de espectáculo e o *foyer*, sacrificando os espaços secundários, como o restaurante, as

²⁷⁰ O júri estava constituído pelos engenheiros Basílio Pinto e Casimiro Jerónimo de Faria, que pertenciam aos jurados anteriores, o engenheiro João von Hafe, os architectos Ventura Terra e José Alexandre Soares, estes últimos de Lisboa, e Machado Pereira, representante da Comissão.

²⁷¹ O *Comércio do Porto*, 23 e 24 de Fevereiro de 1910.

²⁷² O 3º classificado publica quase integralmente o seu projecto, que MC possuía na sua biblioteca - *Teatro Lyrico do Porto. Memória do ante-projecto apresentado com a divisa Fausto*. Porto. 1910. Os dois primeiros classificados vêm os seus trabalhos serem publicados na revista *Ilustração Portuguesa*, nº 211, de 7.3.1910. Todos os três projectos aparecem descritos no jornal *O Comércio do Porto*, 23 e 24.2.1910.

²⁷³ Tanto Ventura Terra como José Alexandre Soares tinham-se formado em Paris, como o próprio Marques da Silva.

²⁷⁴ In *Echos do Minho*, Anno V, nº 663, 27.4.1915

²⁷⁵ O *Comércio do Porto*, 5ª feira, 24 de Fevereiro de 1910.

instalações sanitárias e os escritórios. A comunicação com o exterior seria feita por nove portas, divergentes com relação à sala de espectáculos, para separar o público à saída. A entrada para os lugares superiores era pelo átrio principal, que teria duas bilheteiras.

O acesso aos camarotes seria feito por duas escadas, como também para as galerias, tendo-se preocupado com a segurança e a evacuação facilitada do público. *Os foyers para o público, os vestiários, os gabinetes de toilette, etc., estão estudados com cuidado.*²⁷⁶

Quanto à sala de espectáculos, Moura Coutinho procurou aplicar a forma mais adequada às récitas líricas, tendo mais profundidade do que largura para favorecer a audição da música, a crer pelo descrito no jornal. *N'este projecto é uma das peças que o auctor tratou com toda a solícitude, em harmonia com o que melhor se acha feito lá fora.*²⁷⁷ A lotação estava prevista para 1243 lugares, ficando ligeiramente abaixo do solicitado em concurso (1250), e o camarote real ocuparia o espaço de seis camarotes, mas que poderia ser desmontado e ser utilizado na ausência do Chefe do Estado.

*O serviço de scena está igualmente bem tratado, havendo 17 camarins, camarins grandes para 36 coristas e 36 figurantes. No sub-solo ficam armazéns para costumes, móveis, machinismos, etc.*²⁷⁸ Estavam previstos três grandes foyers para artistas, coristas e músicos. Os pavimentos do palco seriam em estrutura de ferro, utilizando-se a madeira noutros espaços.

*Relativamente à segurança do público, a condição capital de um theatro moderno, o architecto estudou este problema com cuidado, vendo-se no seu projecto e memória descriptiva que não prejudicou o aspecto do edifício às condições de segurança, estabelecendo estas de modo a não faltar a qualquer requisito importante. Não está descuido também o problema do aquecimento e da ventilação.*²⁷⁹

Relativamente ao material de construção, as cantarias seriam de granito azul de grão fino e as paredes de perpianho e betão.

A descrição que este jornal faz, a partir das plantas e da memória descritiva de Moura Coutinho, permite-nos ter uma ideia dos espaços, suas funções e alguns acessos, mas para perceber a distribuição e a relação entre eles, bem como a sua escala e proporção, torna-se quase impossível, sem o recurso às plantas e cortes. Apenas pelos alçados, e comparando-os com a proposta de Marques da Silva, podemos aproximarmo-nos ao que poderia ter sido o seu projecto se construído.

Sob o ponto de vista formal, e comparando apenas as fachadas publicadas na *Ilustração Portuguesa*, são mais as semelhanças que as diferenças, entre a proposta de Moura Coutinho e a de

²⁷⁶ *O Comércio do Porto*, 5ª feira, 24 de Fevereiro de 1910.

²⁷⁷ *O Comércio do Porto*, 5ª feira, 24 de Fevereiro de 1910.

²⁷⁸ *O Comércio do Porto*, 5ª feira, 24 de Fevereiro de 1910.

²⁷⁹ *O Comércio do Porto*, 5ª feira, 24 de Fevereiro de 1910.

Marques da Silva, tendo ambos se inspirado no estilo híbrido de Luís XVI, rococó e neoclássico, resultando num ecletismo historicista.

A fachada principal, mais baixa que a de Marques da Silva, apresenta o mesmo ritmo na conjugação dos vãos e dos volumes, na divisão em dois registos, assim como na escolha dos elementos decorativos, de influência francesa. Sabe-se que Marques da Silva viajou até França para recolha de informação na arte de construir teatros.²⁸⁰ De Moura Coutinho não obtivemos informação semelhante, no entanto, é conhecido o seu gosto pelas viagens, incluindo o estrangeiro, como refere pontualmente nos seus textos.²⁸¹

As fachadas laterais também apresentam semelhanças formais e compositivas, embora Moura Coutinho proponha um maior número de aberturas, tendo em conta a sua preocupação com a iluminação e ventilação, assim como com a evacuação do público, por questões de segurança, que parece estar muito atento.

Será nas coberturas que sentimos a maior diferença, pois Moura Coutinho propõe uma mansarda, com janelas de iluminação e ventilação, alteando a cota do edifício, enquanto Marques da Silva, apresenta uma solução que esconde os telhados por trás de uma platibanda a toda a volta do edifício.

*No que acabamos de expor ficam mencionados os principais pontos do projecto do snr. Almeida Eça, devendo nós acrescentar que a fachada principal é elegante, com a sua varanda com três rasgadas janellas e três portas de entrada. A porta decorativa d'esta fachada é sóbria, mas apropriada. As fachadas lateraes estão bem tratadas e demonstram da parte do architecto estudo e conhecimento architectónicos de muito valor.*²⁸²

²⁸⁰ Cf. CARDOSO, António – *O architecto José Marques da Silva e a architectura no Norte do País na primeira metade do século XX*. Porto: FAUP Publicações, 1997.

²⁸¹ Como por exemplo Toledo e Nancy, in COUTINHO, Moura – O Passado. In *O Correio do Minho*, 24.6.1937; Paris, in COUTINHO, Moura – Interesses da cidade. In *O Correio do Minho*, 28.7.1939 e COUTINHO, Moura – Dois problemas de urbanização. II - Mercado. In *O Correio do Minho*, 17.2.1952; norte de Espanha, in *Correio do Minho* - S Frutuoso de Montélios, 5.11.1949; Referências frequentes a Coimbra, Lisboa, Estoril, Guimarães, entre outras cidade e vilas de Portugal que visitou.

²⁸² *O Comércio do Porto*, 5ª feira, 24 de Fevereiro de 1910.

4. Arquitectura Financeira

Fruto do enorme desenvolvimento da banca depois da I Grande Guerra, entre 1919 e 1924, a quase totalidade dos Bancos vai crescer exponencialmente. Se já no século XIX essa expansão tinha sido iniciada e um grande número de Bancos tinha aparecido no mercado, esta fase revela-se um momento de consolidação e acumulação de riqueza, reflectindo-se no aparecimento de novas agências e filiais, um pouco por todo o país. A construção ou a reconstrução de edifícios à altura da imagem que se quer projectar será a tônica geral.

Moura Coutinho encontra-se num momento de grande fulgor na sua carreira, e possivelmente também fruto dos muitos contactos e conhecimentos estabelecidos²⁸³, vai receber um bom número de encomendas para a construção ou reconstrução desta tipologia arquitectónica.

O primeiro será o BNU, em Braga, depois as encomendas para o Banco do Minho²⁸⁴, no Porto, em Braga e em Lisboa, seguido do Banco de Portugal²⁸⁵, em Braga e Viseu, e ainda uma encomenda do Banco Lisboa & Açores, no Porto. Terá ainda uma pequena intervenção no edifício da agência do BES, em Braga, mas já sem o fulgor dos anteriores. Quase todos se constroem nos primeiros anos da década de 1920 para depois refrear este crescimento com a crise internacional do fim desta década.

4.1. Banco Nacional Ultramarino, Braga, c. 1914-18 – demolido (Vd. pp. 187-189, 2º Vol.)

Após a 1ª grande guerra, o BNU estava, nesta fase de expansão financeira, a estender a sua rede de operações ao Brasil, assim como a montar agências em todos os distritos do país. E Braga não era excepção.

O edifício escolhido para a filial do banco tinha sido projectado para ser uma casa de habitação e loja comercial, de quatro pisos, no gaveto da rua dos Chãos com o Largo de S. Francisco. Foi mandada edificar *pelo industrial, Ex.^{mo} Sr. Constantino d'Almeida, que, vendo bem, quis fugir ao costume geral da maioria dos proprietários, fazendo, pelo contrário, uma obra que se impões pela sua consêção artística.*²⁸⁶

Os alçados deste edifício, para habitação e loja, encontram-se no AMB²⁸⁷, estando assinados por M e pelo seu proprietário, mas não estão datados, sendo por isso 1914 uma data aproximada para este projecto. Na parte de trás do desenho dos alçados o proprietário voltou a assinar e acrescentou a palavra

²⁸³ O seu irmão Francisco foi director da Agência do Banco de Portugal, em Bragança.

²⁸⁴ O Banco do Minho foi fundado em 1864, num momento de euforia em que a actividade bancária começara a desenvolver-se, e a aparecerem vários bancos no mercado, embora a vida do país o não justificasse. Muitos bancos acabariam por fechar nesta fase, não foi o caso do Banco do Minho que conseguiu sobreviver à crise de 1876, mas não sobreviveu à crise do final da década de 1920/início da década de 1930.

²⁸⁵ O Banco de Portugal foi criado por decreto régio em 19 de Novembro de 1846, tendo a função de banco comercial e de banco emissor. Surgiu da fusão do Banco de Lisboa e da Companhia Confiança Nacional, uma sociedade de investimento especializada no financiamento da dívida pública. In www.bportugal.pt – Breve História do Banco de Portugal.

²⁸⁶ In *A Arquitectura Portuguesa* - A Filial do Banco Nacional Ultramarino, em Braga, Ano XI, Nº 8. Lisboa, 1918, p. 32.

²⁸⁷ AMB – OU6, Processo 10 – Alçados.

Igo. Não deixa de ser curioso verificar que no alçado voltado ao Largo de S. Francisco, tem a inscrição *Talho do Igo*, por cima das arcadas que dariam acesso à loja. Seria a alcunha pelo que era conhecido o Sr. Constantino, para facilitar a identificação da loja e seu proprietário aos clientes? Infelizmente no processo não constam documentos escritos para averiguarmos esta possibilidade.

*A disposição simples e lógica da sua planta e a imponentia da fachada, permitiu uma adaptação fácil e feliz, a um estabelecimento bancário, importante, como este é já, apesar da pequena carreira naquela cidade, pois foi inaugurado em Julho último [1918].*²⁸⁸

Na adaptação para o BNU a Tesouraria e o Expediente ficaram no rés-do-chão, *instalações luxuosamente montadas*”, e nas caves a Caixa Forte, *“ampla e modelar.”* A cozinha foi adaptada a vestiários e instalações sanitárias. *“Tem, pois, o Banco uma instalação luxuosa, cheia de conforto, de ar e de luz, aquela abundância, quasi exagerada, de ar e de luz, que caracteriza todos os trabalhos de Moura Coutinho.*²⁸⁹

Os últimos dois andares superiores foram destinados para habitação do director da filial do BNU, o Sr. A. Salgado, com arranjos idênticos ao banco.

A planta é irregular, ocupando um espaço reduzido de 11 metros por 9,50 metros, não deixando muito espaço de trabalho para Moura Coutinho, que o soube aproveitar.

*A fachada, se não foi expressamente estudada para um Banco e não tem, duma maneira raffinée, aquele carácter, e aquela expressão que o destino atual do edifício requeria, nem por isso se pode dizer que o conjunto destoe, muito antes pelo contrário.*²⁹⁰ De linhas tendencialmente verticais, acentuadas pela união visual do 2º com o 3º piso, separando-os do 1º e 4º piso por meio de sacadas e cornija saliente, respectivamente. Fachadas em cantaria de granito aparente, rasgadas por portas de arcos de volta perfeita, no rés-do-chão, janelas rectangulares no 2º e 3º piso e mansarda, no 4º piso, com janelas rematadas por pequenos frontões abertos, de nítida influência francesa. A coroar o vértice do gaveto, uma cúpula em bronze, ligando-se visualmente com o futuro Banco de Portugal, que daí a dois anos começaria as suas obras.

Em 1958 é-lhe acrescentado um corpo a Poente²⁹¹, pela mão do arquitecto João Pereira Braga, com quem MC tinha trabalhado desde meados da década de 1930, tendo no entanto sido destruído na década de 1980 para no seu lugar se construir um edifício da autoria do arquitecto José Carlos Loureiro.

4.2. Banco do Minho, Porto, 1918-22 (Vd. pp. 190-205, 2º Vol.)

²⁸⁸ In *A Arquitectura Portuguesa* – A Filial do Banco Nacional Ultramarino, em Braga, Ano XI, Nº 8. Lisboa, Agosto de 1918, p. 32.

²⁸⁹ In *A Arquitectura Portuguesa* – A Filial do Banco Nacional Ultramarino, em Braga, Ano XI, Nº 8. Lisboa, Agosto de 1918, p. 32.

²⁹⁰ In *A Arquitectura Portuguesa* – A Filial do Banco Nacional Ultramarino, em Braga, Ano XI, Nº 8. Lisboa, Agosto de 1918, p. 32.

²⁹¹ AMB – OG159, Processo 269/59 – Obras de adaptação e tapume, 1958-61.

O projecto de Moura Coutinho para a Agência do Banco do Minho, no Porto, *é o primeiro que se apresenta para novas edificações na Avenida [dos Aliados],*²⁹² dentro do contexto dos melhoramentos da cidade e da abertura da nova Avenida segundo o projecto do arquitecto inglês Barry Parker. Actualmente pertence ao grupo *Santander Totta*.

Em 1918 a direcção desta Filial, pretendendo mandar construir um edifício destinado ao seu Banco, no terreno que comprou à CMP, na nova Avenida da Cidade²⁹³, pede a respectiva licença e remete à dita Câmara a aprovação do seu projecto e plantas.²⁹⁴

Na memória descritiva Moura Coutinho justifica a necessidade do projecto pelo *sucessivo aumento que tem tido o movimento comercial e financeiro do Banco do Minho na praça do Porto e a situação de destaque que justamente ocupa este estabelecimento bancário na alta finança portuguesa, obrigava, sem dúvida, a que a sua instalação naquela cidade fosse em harmonia, quer no que diz respeito a localização, quer no que se refere a edifício, com a sua situação privilegiada.*²⁹⁵

Tratava-se do segundo terreno a poente da Avenida dos Aliados junto à Praça da Liberdade, logo a seguir ao terreno do futuro edifício de *A Nacional* projectado por Marques da Silva em 1919²⁹⁶, ocupando uma superfície de 400^m2, 20 metros de frente por 20 metros de fundo.

O edifício compunha-se inicialmente por seis pavimentos, destinando-se a acomodação das dependências da filial do banco ao nível da cave e r/c, e os restantes andares para locação - escritórios no 1º e 2º andar, e habitação no 3º e 4º andar.

A entrada para as dependências do banco é feita por um amplo vestíbulo que dá acesso ao grande hall de transacções, onde o público *encontra higiene, conforto e comodidade, [...] é servido rapidamente, pois que fica em contacto directo e imediato com os diversos serviços de contabilidade, expediente e tesouraria.*

Os diversos serviços estão independentes, mas de forma a permitir uma fácil conjugação entre si. Moura Coutinho destaca para o uso do pessoal um vestiário, lavabo e W.C.

À esquerda do vestíbulo são as dependências dos gerentes - sala, gabinete de conferências e sala de trabalho que comunica com os escritórios de expediente e contabilidade, com o seu vestiário, lavabo e W.C. privativos. Neste pavimento encontram-se, ainda, dependências para a contabilidade, tesouraria, cofres e arquivo, tudo do lado direito do vestíbulo.

²⁹² CARDOSO, António - *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX*, 2ª ed. Porto: FAUP Publicações, 1997, p. 263.

²⁹³ O projecto é divulgado nas revistas *A Arquitectura Portuguesa* – A Filial do Banco do Minho, no Porto. Ano XI, nº8, Agosto de 1918 e *A Construção Moderna* – Projecto da Filial do Banco do Minho no Porto, Ano XVIII, nº 17, Lisboa, 10.9.1918.

²⁹⁴ AHMP – D-CMP/9(272)-LO-234, 1919, fl.167-168 – Requerimentos, 27.2.1918 e 18.4.1918.

²⁹⁵ AHMP – D-CMP/9(272)-LO-234, 1919, fl.169-173 – Memória, 1.2.1918.

²⁹⁶ “*O edifício de A Nacional, a poente, apresentava-se com cinco níveis, cêrcea que ficaria estabelecida para a avenida, e enfatizava o gaveto por meio de um torreão rematado por cúpula terminada por relógio elevado.*” In SILVA, Rafael Santos – *Praça da Liberdade: 1700-1932/ Uma história da Arquitectura e Urbanismo no Porto*. Dissertação de Mestrado em História da Arte Portuguesa pela FLUP. Porto: FLUP, 2007, p. 89.

A superfície dos vãos de abertura para o exterior é sempre superior a 1/8 das superfícies das respectivas divisões que servem, tendo *magníficas condições de ventilação e iluminação*. Uma área aberta com pátio, ao fundo, permite iluminar os espaços interiores.

As caves são aproveitadas para casa forte e casa de cofres para aluguer. *A disposição adoptada é a usada nos mais modernos estabelecimentos similares e pode ser considerada modelar*. As duas casas fortes são isoladas por uma galeria que tem as paredes blindadas, tendo vigilância contínua e ventilação.

As comunicações com os andares superiores são independentes da parte do edifício destinada ao banco, fazendo-se por entrada lateral que conduz a um átrio, donde parte a escada *suficientemente iluminada e ventilada* e o elevador.

A disposição dos escritórios permite a sua locação por um ou dois inquilinos por andar, independentes entre si e com entradas independentes, ficando cada parte com o seu W.C. privativo. Moura Coutinho informa que estes andares são *susceptíveis de poderem, com a maior facilidade, ser transformados em habitação*. Todas as divisões são amplas e bem iluminadas.

Os dois últimos andares foram destinados para habitação. As casas são *amplas, higiénicas, cheias de conforto e obedecendo a todos os preceitos que requer uma habitação moderna*. Todas as divisões têm iluminação directa e abundante e suficiente cubagem. *A falta de um jardim é tanto quanto possível suprida por uma grande galeria aberta*.

Relativamente aos materiais e às técnicas de construção, Moura Coutinho é bastante minucioso, detalhando todos os passos necessários para a consistência do solo e para a estabilidade das construções, contribuindo para isso, um estudo cuidadoso dos alicerces e das compressões verticais e escolha dos materiais. Para além das alvenarias de granito e argamassa hidráulica, recorreu com frequência ao betão armado, que estava a ter grande adesão e aceitação nesta altura, em Portugal

Os alicerces, que lateralmente suportam as paredes meeiras, deveriam ser feitos conjuntamente com os dos prédios laterais. A construção da parte do edifício ocupada pelo banco foi, segundo Moura Coutinho, concebida de forma a garanti-la contra tentativas de roubo ou assalto e contra os perigos de um incêndio.

Apresenta um detalhado estudo dos materiais e técnicas construtivas a empregar nas cozinhas e instalações sanitárias do edifício, *construídas segundo os melhores preceitos higiénicos*. Amplas janelas dão-lhes suficiente arejamento, as paredes são revestidas a azulejo e os pavimentos são revestidos a ladrilho.

A cobertura geral é em telha marselhesa e a mansarda é revestida de ferro zincado e lousa. *E tudo o mais que diz respeito a esta construção será em harmonia com a sumptuosidade do edifício e obedecendo a todos os preceitos d'arte e das boas normas de construir.*

Quanto à sua forma arquitectónica, Moura Coutinho procurou que, *a par da sumptuosidade que este local requer, sem dúvida de futuro - o mais belo e importante da cidade, denunciasses, pelo carácter que lhe imprime a sua forma externa, o seu destino e aproveitamento interno.* O conjunto geral, *sem deixar de ser rico, é sóbrio e de linhas graves como deve ser a casa de um banco.*

As portas e janelas são em ferro forjado. *Toda a frontaria será em cantaria a que alguns motivos em bronze darão uma interessante nota de cor.* Os acrotérios laterais são encimados por dois grupos alegóricos, em granito, *que, o génio de um dos nossos artistas, tornará por certo em duas belas obras d'arte que, acima de tudo, concorrerão para o valor artístico deste edifício*

Moura Coutinho termina a sua memória descritiva, com uma conclusão orgulhosa: *Todas as dependências d'este edifício, em iluminação, ventilação e cubagem, têm um coeficiente muito superior ao que os mais exigentes higienistas determinam, sendo, pois, perfeitas as condições higiénicas do edifício.*²⁹⁷

O projecto é remetido à CMP pela Comissão de Estética, em Abril de 1918, sem a sua aprovação porque a frontaria não satisfazia na *sua subordinação à fachada de conjunto, aprovada em sessão da Comissão Administrativa de 28 de Fevereiro do corrente ano, e elaborada pelas Comissões Técnica e d'Estética.*²⁹⁸

Em Junho de 1918 a Comissão de Estética dá um novo parecer, desta vez favorável ao projecto, *em harmonia com a deliberação tomada pela Exma. Comissão Administrativa, conforme participação do Exmo. Presidente da mesma Comissão.*²⁹⁹ A licença é concedida em Junho de 1919.³⁰⁰

*E se subsistiam dúvidas, e se a nova artéria perdia pela falta de variedade, deveria ganhar pela imponência não acautelada em relação ao primeiro quarteirão. Exemplifica com a Filial do Banco do Minho, cujo terreno foi adjudicado sem condição alguma, e com as adjudicações feitas pela Câmara, a que presidia, que se preocupavam fundamentalmente, com a frente do lote.*³⁰¹

Em Outubro de 1921 a direcção desta Filial submete ao presidente da Comissão Executiva da CMP nova proposta de modificação da fachada principal do seu prédio, ainda em construção, *no desígnio de melhorar o seu conjunto artístico, tornando-a mais sumptuosa, em concordância com o*

²⁹⁷ AHMP - D-CMP/9(272)-LO-234, 1919, fl.169-173 - Memória, 1.2.1918.

²⁹⁸ AHMP - D-CMP/9(272)-LO-234, 1919, fl.179v - Pareceres - Comissão de Estética, 29.4.1918.

²⁹⁹ AHMP - D-CMP/9(272)-LO-234, 1919, fl.180 - Pareceres - Comissão de Estética, 10.6.1918.

³⁰⁰ AHMP - D-CMP/9(272)-LO-234, 1919, fl.186 - Licença de Obra, 12.6.1919.

³⁰¹ CARDOSO, António - O. c., p. 263.

*local e mais prédios da mesma Avenida.*³⁰² Novos pedidos são feitos a 12 e a 26 de Junho de 1922, por não haver resposta por parte da CMP.³⁰³

A proposta de 1921 refere-se à alteração da altura do edifício que se pretende mais elevada, porque *estando o edifício da Companhia Nacional em um plano inferior ao do Banco do Minho, as suas mansardas, contudo, ficavam-lhe sobranceiras o que trazia ao conjunto um aspecto desagradável.*³⁰⁴

Esta modificação que o Banco do Minho se propõe a fazer é mais equilibrada e justa entre os dois edifícios, *pois que aumentando aquele a sua altura, ao passo que artisticamente mais valoriza o edifício, mais o harmoniza com as restantes construções da Avenida - o que só concorrerá para o belo conjunto estético que esta formosa artéria deverá oferecer quando concluída.*³⁰⁵

O aumento da fachada para 19,50 metros trouxe o aproveitamento de um novo andar, de sistema mansarda com óculos, de nítido gosto francês. Este novo andar está recuado e cortado pela parte superior dos acrotérios dos corpos laterais.

A fachada principal é simétrica, com um corpo central de três vãos por piso divididos por pilastras, ladeado por dois corpos laterais salientes, com amplas janelas e varandas com balaustrada. A separar os pisos largas cornijas salientes.

4.3. Banco Lisboa & Açores, Porto, 1920-22 (Vd. pp. 206-215, 2º Vol.)

Em Agosto de 1920 a direcção da Filial do Banco Lisboa & Açores *desejando proceder à construção de um prédio no terreno que possui na Avenida dos Aliados,*³⁰⁶ submete à apreciação do Presidente da CMP, o projecto com respectivo alinhamento e corte do nível, da autoria de Moura Coutinho, que assina a memória descritiva e as plantas.³⁰⁷

O projecto deste Banco, a construir na Nova Avenida dos Aliados no *terreno correspondente aos prédios nº 38 a 48 da antiga rua Elias Garcia*, consta de uma cave, r/c, quatro andares e uma mansarda, em planta irregular de forma trapezoidal.

A cave destinava-se a casa forte do Banco e local para instalar a caldeira de aquecimento; o r/c destinava-se a instalação dos escritórios do Banco; dos quatro andares superiores, dois eram para escritórios e os outros dois para habitação; a mansarda serviria para local de arrumos dos diversos andares, embora na planta esteja indicada também para habitação.

³⁰² AHMP - D-CMP/9(350)-LO-1053, 1922, fl.268 – Requerimento, 3.10.1921.

³⁰³ AHMP - D-CMP/9(350)-LO-1053, 1922, fls.273 e 275 – Requerimentos, 12.6.1922 e 26.6.1922.

³⁰⁴ AHMP - D-CMP/9(350)-LO-1053, 1922, fls.269 – Projecto para a modificação do seu alçado principal, 3.10.1921.

³⁰⁵ A licença foi concedida em Agosto de 1922. AHMP - D-CMP/9(350)-LO-1053, 1922, fls.279 – Licença de obra, 10.8.1922.

³⁰⁶ AHMP - D-CMP/9(320)-LO-0907-1921, fl. 44 – Requerimento, 13.8.1920.

³⁰⁷ AHMP - D-CMP/9(320)-LO-0907-1921, fls. 45 - 59 – Memória, plantas, cortes e alçados, 1.8.1920.

Todas as divisões recebem luz directa e suficiente ventilação, mesmo as divisões interiores, que Moura Coutinho solucionou ao abrir duas áreas para a entrada de luz e ar.

Para a construção da cave e dos alicerces foram usados materiais para protecção contra a humidade e a necessária ventilação - alvenaria hidráulica. O betão armado foi o material aplicado na instalação da casa forte e nos pavimentos do r/c e 1º andar. Os restantes vigamentos eram em madeira e ferro.

Para a restante construção usou-se o material usual: *paredes de alvenaria e perpianho, revestimento de cantaria na fachada principal e tabique de tijolo e madeira com fasquio, para revestir a argamassa.*

No que diz respeito à fachada principal, sobre a Avenida dos Aliados, Moura Coutinho procurou obter um conjunto monumental, na medida do possível, devido às suas “restritas dimensões” – 16 metros de largura. Dificuldade que se tornou maior pela conjugação com uma altura bastante elevada que foi obrigado a projectar – 17,50 metros.

Nas palavras de Moura Coutinho, *procurou-se obter que o seu conjunto não desmereça do aspecto geral das restantes construções e que o seu todo, pela sua forma e pelos seus detalhes, exprima uma ideia, um carácter em relação íntima com o seu destino. O aspecto geral é sóbrio como convém a um edifício d'esta natureza, sem, contudo, deixar de ser rico e ter uma harmonia geral de proporção e de unidade.*³⁰⁸

A Fiscalização Municipal de Saneamento aprovou a obra em Setembro de 1920, o mesmo não acontecendo com a Comissão de Estética que a reprovou em Maio de 1921, *pelas razões expostas ao proprietário e ao autor do projecto, quanto à altura do edificio e às condições de conjunto dos edificios contíguos.*³⁰⁹

Como esta demora estava a causar transtorno ao Banco e, *precisando avançar com a fachada da sua casa filial na Rua Elias Garcia d'esta cidade ao alinhamento estabelecido para a Avenida das Nações Aliadas,*³¹⁰ este solicitou à CMP, em Fevereiro de 1921, uma autorização para ir executando o projecto até atingir a altura do primeiro andar.

A licença para estas obras é concedida em Março de 1921³¹¹ mas, como vimos, a altura do edifício não é aprovada em Maio do mesmo ano pela Comissão de Estética. Em Julho de 1921 é feito novo requerimento pela direcção da Filial do Banco Lisboa & Açores à CMP, para apresentar as alterações feitas na fachada principal, porque o pedido de licença anterior tinha ficado, em parte,

³⁰⁸ AHMP – D-CMP/9(320)-LO-0907-1921, fl. 47 – Memória, 1.8.1920.

³⁰⁹ AHMP – D-CMP/9(320)-LO-0907-1921, fl. 62-62v – Pareceres, 1.9.1920 e 21.5.1921.

³¹⁰ AHMP – D-CMP/9(305)-LO-182-1921, fl. 409 – Requerimento, 16.2.1921.

³¹¹ AHMP – D-CMP/9(305)-LO-182-1921, fl. 411 – Pareceres, 8.3.1921.

indeferido.³¹²

Em resposta a este novo requerimento a Comissão de Estética aprovou a licença de obras em Agosto de 1921, mas são colocadas algumas condições pelo inspector-geral de incêndios: *Na execução das obras a que se refere o projecto R. E. nº 936, de 16-8-1920, do Banco Lisboa & Açores, cumpre, a bem da segurança contra o risco de incêndio, fazer o seguinte: a) Construir todas as paredes das cozinhas de pedra ou tijolo e pavimentá-las a mosaico ou betonilha; b) Construir as chaminés de tijolo bem como os seus panos; c) Construir na parte posterior uma escada de ferro ou cimento armado que possa dar fuga, em caso de incêndio; aos moradores de todos os andares da casa.*³¹³ A licença é finalmente registada em Setembro de 1921.³¹⁴

Um ano depois, a direcção da Filial do Banco Lisboa & Açores remete à CMP um novo pedido, desta vez, *pretendendo modificar a mansarda na fachada principal*. A licença é concedida em Outubro de 1922.³¹⁵

Foram realizados três alçados principais até se chegar à versão final. A obrigatoriedade da 2ª versão foi uma exigência da Comissão de Estética, por a 1ª versão não ter altura suficiente, e a 3ª versão foi uma proposta do próprio requerente. Basicamente as alterações são ao nível da mansarda, o tipo de aberturas, que passou de óculos para janelas de verga curva, e os elementos decorativos da mesma.

A fachada apresenta três corpos, sendo o central maior e recuado em relação aos dois corpos laterais, esquema semelhante ao utilizado no Banco do Minho, no extremo oposto na Avenida dos Aliados. O mesmo jogo ao nível dos vãos e varandas, criando variedade, mas sem a volumetria e elementos escultóricos do Banco do Minho, mas com mansarda mais acentuada que a deste. As grinaldas e os festões eram os elementos decorativos mais utilizados, eram porque em intervenções recentes foram retirados, ficando com um aspecto mais “liso”, que não corresponde ao gosto e intenção de Moura Coutinho. Actualmente o edifício deixou de funcionar como instituição bancária, tendo no piso do rés-do-chão um restaurante.

4.4. Banco de Portugal, Braga, 1920-28 (Vd. pp. 216-219, 2º Vol.)

O edifício do Banco de Portugal foi inaugurado a 30 de Abril de 1928, e o estudo da sua implantação data de 20 de Abril de 1920.³¹⁶

³¹² AHMP – D-CMP/9(320)-LO-0907-1921, fl. 58 – Requerimento, 27.7.1921.

³¹³ AHMP – D-CMP/9(320)-LO-0907-1921, fls. 60 e 63 – Pareceres, 3.8.1921 e 12.8.1921.

³¹⁴ AHMP – D-CMP/9(320)-LO-0907-1921, fl. 65 – Licenciamento da obra, 2.9.1921.

³¹⁵ AHMP – D-CMP/9(358)-LO-1465-1922, fls. 267 e 270 – Requerimento e Licenciamento da obra, 4.9.1922 e 24.10.1922.

³¹⁶ BPB-UM – Banco de Portugal, Agência em Braga. Estudo de Implantação. Documento nº 76, em tratamento.

Instalado na Praça da República, no gaveto com o Largo de S. Francisco, o Banco foi considerado pela imprensa bracarense como uma *grandiosa afirmação de arte, bom gosto e beleza. Uma obra que impõe um arquitecto e atesta o valor e o progresso incontestáveis da nossa indústria.*³¹⁷

O edifício é composto por três pavimentos, no entanto, na altura da sua inauguração, todos os serviços do Banco estavam concentrados no r/c – *um amplo átrio, severamente decorado a mármore formando painéis, com portadas em ferro e metal, dá acesso por meio de uma porta giratória em madeira e vitrais de cristais, ao grande hall de operações.* Neste pavimento ficavam instalados os serviços de Expediente, Tesouro, Tesouraria e, *separados por uma grande empanada de madeira de castanho e de cristal, os serviços de Contabilidade.* Junto a esta estavam os Gabinetes dos Directores e Sala de Receber, *também magnificamente decorados com ricas tapeçarias e com mobiliários de belo efeito e bom gosto.* Os serviços sanitários tinham a mesma *condizente instalação.*³¹⁸

O r/c foi amplamente descrito pela imprensa local, destacando os materiais usados na construção e decoração dos interiores e fazendo alusão aos artistas e empresas responsáveis por esta *peça, verdadeiramente grandiosa pela sua sumptuosidade, que não fere nem se impõe por um luxo desmedido, conjuga-se harmonicamente com a sobriedade das linhas gerais do edifício.*³¹⁹

Numerosas colunas e pilastras em mármore amarelo e capitéis em bronze sustentam o andar superior. Os tectos com um centro liso e uma *cimalha discretamente ornamentada.* As casas fortes estavam limitadas por uma galeria de vigilância, sendo amplas e *oferecendo garantias de segurança.*³²⁰

Destacam Moura Coutinho, *autor do projecto do grandioso edifício, cujas obras o colocaram já num plano dos nossos melhores arquitectos mas que com esta sua bela realização o consegue como um artista de mérito inconfundível.*³²¹

O engenheiro José Abecassis Júnior, *que superiormente superintende nos serviços de obras do Banco, (...), concorrendo para que Braga tivesse um dos melhores edifícios bancários do País,*³²² foi também quem acompanhou as obras do Banco de Portugal no Porto.³²³

O mobiliário foi da responsabilidade de *hábeis artistas bracarenses*, como Soares Barbosa & Irmão, Faustino & Barros, e as oficinas de Souza Braga, Filho. Os cristais foram fornecidos pela casa José da Silva Esperança & Filho.

³¹⁷ In *Correio do Minho* – A Agência do Banco de Portugal, 29.4.1928.

³¹⁸ In *Correio do Minho* – A Agência do Banco de Portugal, 29.4.1928.

³¹⁹ In *Correio do Minho* – A Agência do Banco de Portugal, 29.4.1928.

³²⁰ In *Correio do Minho* – A Agência do Banco de Portugal, 29.4.1928.

³²¹ In *Correio do Minho* – A Agência do Banco de Portugal, 29.4.1928.

³²² In *Correio do Minho* – A Agência do Banco de Portugal, 29.4.1928.

³²³ Em 1917 inicia-se o processo para a instalação da Filial do Porto num edifício condigno. O primeiro passo foi dado com a aquisição de um terreno à autarquia local, na Praça da Liberdade. No ano seguinte, outro terreno é adquirido também à CMP. Em 1918, o anteprojecto para o novo edifício será entregue aos arquitectos Ventura Terra e José Teixeira Lopes. A morte destes dois arquitectos, em 1919, veio interromper a sua colaboração nestes trabalhos. Em Junho de 1922 o projecto definitivo é apresentado pelo engenheiro José Abecassis Júnior, baseado em linhas gerais no anteprojecto daqueles arquitectos, tendo sido aprovado. Em 23 de Abril de 1934, o edifício é inaugurado e a caixa Filial muda-se para as instalações, onde hoje se encontra. Informação cedida pelo Arquivo Histórico do Banco de Portugal, em Lisboa.

A Direcção do Banco de Portugal, mereceu também destaque da imprensa local, que ao mandarem fazer este edifício em Braga, *terra tão esquecida dos poderes, mas que por si e pelo seu esforço, pelo seu comércio e pela sua indústria, caminha para um grande futuro, (...) quis fazer justiça devida - dotando-a com edifício condigno*. Dignos de reconhecimento foram, também, os directores da Agência em Braga.³²⁴

A *grandeza* das suas instalações interiores corresponde com a mais *exacta harmonia à majestade do seu aspecto exterior*. Tudo foi pensado para comodidade do público e do pessoal: desde o aquecimento à iluminação, com uma área superior envidraçada, integrando-se *bem no carácter que deve ostentar uma casa bancária*.³²⁵

Ao nível de documentação gráfica, para além do estudo de implantação, apenas tivemos acesso ao alçado que dá para o Largo de S. Francisco, datado e assinado por Moura Coutinho, a 9 de Dezembro de 1927, aquando de um pedido de alteração da fachada em consequência de uma modificação numa escada interior.

Possivelmente receoso de alguma crítica ao seu trabalho, por a escada ter ficado recortada na janela, informa-nos que a *modificação requerida, somente altera a forma sem na essência alterar a ideia que prezidiu a esta parte do projecto. [...] a modificação feita tem por fim dar luz para o vestíbulo da casa forte*. Ainda assim, recorre a citações de autores, “autorizados” para justificar esta decisão em obra, como Ch. Blanc e Luis Cloquet: *A conveniência, diz Ch. Blanc, é a arte de apropriar um edifício ao seu destinho e de escolher para todos os seus membros a forma que se preste melhor à sua função. [...] E Luis Cloquet, fallando nas formas de estrutura real diz “As formas de estrutura real são as que acusam os meios effectivos de construção e que mostram a expressão verdadeira da organização architectural”*. E acrescenta pelas suas palavras que *há a notar que a discordância é n’um simples detalhe que não altera a forma geral d’esse corpo. Mas quando assim fosse isso somente daria mais carácter ao edifício, porque lhe traz maior expressão, pois que é uma forma de utilidade, ou conveniência, que se acentua*.³²⁶

O edifício forma gaveto virado para a Praça da República, destacando-se a união das duas fachadas com cúpula sobre torreão, encimado por duas esculturas em bronze. Amplas janelas rasgam cada um dos alçados, tendo o que está virado para o Largo de S. Francisco sete vãos por piso, todos de verga recta com excepção de um no canto superior direito, que tem arco de volta perfeita, enquanto o

³²⁴ In *Correio do Minho* – A Agência do Banco de Portugal, 29.4.1928. O directores da agência em Braga eram António de Vilhena e José Gomes da Silva Matos de Souza Cardoso.

³²⁵ In *Correio do Minho* – A Agência do Banco de Portugal, 29.4.1928.

³²⁶ AMB – OG10, Processo 106/927 – [Nota justificativa], 9.12.1927.

alçado para a Praça da República tem três vãos por piso, sendo os do rés-do-chão de verga recta e os outros em arco de volta perfeita.

De salientar que interiormente o edifício é composto por três pavimentos, mas exteriormente estão marcados apenas dois, rematadas por larga cornija. No entanto, exteriormente é perceptível essa divisão interna a partir das janelas altas do 2º andar e visível nos lanços de escadas em duas dessas janelas. *Les encorbellements des tourelles d'escaliers à vis.*³²⁷

De gosto nitidamente clássico de influência francesa, este Banco impõe-se pela sua imponência e monumentalidade para as Praças a que dão os seus alçados.

4.5. Banco de Portugal, Viseu, 1921-30 (Vd. pp. 220-225, 2º Vol.)

O edifício do Banco de Portugal de Viseu está situado na Praça da República, em frente ao Jardim Tomás Ribeiro e à CMV, em contexto urbano. Trata-se do segundo edifício para o Banco de Portugal nesta cidade, uma vez que o primeiro é da autoria de Adães Bermudes, de 1904-1907, na Avenida de Massorim, tendo sido alienado a partir do momento que o segundo banco ficou concluído, e actualmente acolhe o Governo Civil.

Este banco foi atribuído a Ernesto Korrodi num estudo³²⁸ sobre o arquitecto, no entanto o acesso ao projecto, bem como à correspondência, entre MC e a gerência, permitida pelo Banco de Portugal e do seu Arquivo Histórico, revelou-nos que a autoria cabe a Moura Coutinho e não a Korrodi.³²⁹

Em 22 de Julho de 1920 o banco adquiriu à CMV cinco talhões de terreno junto à Praça da República para construção de novo edifício. Em Janeiro de 1921 MC, em carta dirigida à direcção da Agência do BP em Viseu, diz que enviou *dois exemplares, constando de plantas e alçados, do Ante-Projecto para o edificio da Agência do Banco de Portugal n'essa cidade, o qual, por intermédio do Snr. Superintendente das Obras do Banco de Portugal do Norte do Paíz, enviei ao mesmo tempo.*³³⁰

O Serviço de Obras do Banco de Portugal, em carta enviada à direcção da Agência do BP em Viseu, no mês seguinte, participa que *foi aprovado pelo Conselho de Administração, o ante-projecto, elaborado pelo architecto João de Moura Coutinho, para o futuro edificio da Agência n'essa cidade. E acrescenta, constando pelo Sr. Superintendente das Obras do Norte do Paiz que para V. Sas. já tinha sido enviada uma cópia do referido ante-projecto, queiram providenciar para ser apresentado à Câmara Municipal o mais breve possível, afim de, pela mesma Câmara ser aprovado. Da resolução da*

³²⁷ Citação que Moura Coutinho faz de Luis Cloquet. In AMB – OG10, Processo 106/927 – [Nota justificativa], 9.12.1927.

³²⁸ COSTA, Lucília Verdelho da – *Ernesto Korrodi 1889-1944/ arquitectura, ensino e restauro do património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, pp. 270 e 344.

³²⁹ Não deixa de ser importante voltar a referir que estes dois arquitectos mantinham correspondência e troca de informações, e imaginamos troca de ideias e desenhos. Moura Coutinho enviou primeiro um anteprojecto e só depois foi aprovado. Podemos supor que outros arquitectos também o fizeram, incluindo Korrodi, para não falar de um concurso de ideias, que embora sendo raro, não deixava pontualmente de acontecer.

³³⁰ AHBP-AV – BP-Viseu-Edifício da Agência. Carta de Moura Coutinho enviando o anteprojecto à direcção do BP de Viseu, 17.1.1921.

*Câmara servir-se-hão V. Sas. dar-me conhecimento, para se dar andamento aos trabalhos do projecto definitivo.*³³¹

O projecto foi aprovado e os trabalhos de construção deram início logo a seguir, terminando-se as obras em 1930, quando o Banco se transferiu para este edifício, onde até hoje se encontra.

Edifício revivalista, projectado de raiz para funções financeiras, apresenta uma *planta quadrangular, desenvolvida em torno de pátio central, de massa simples, com coberturas diferenciadas em telhados de quatro águas e em cúpula, sobre os ângulos curvos.*³³²

As fachadas, em cantaria de granito, têm dois pisos separados por frisos duplos e terminam num entablamento com vários frisos sobrepostos. O friso intermédio com almofadado rectangular, intercalado por mísulas, e o superior denticulado. Uma platibanda de cantaria, ritmado por cartelas com motivos geométricos e almofadada, remata o edifício.

Na fachada principal, as aberturas do primeiro piso são rasgadas por arcos de volta perfeita e as do piso superior por vãos rectilíneos, intercaladas por colunas, enquanto nas fachadas laterais os vãos são rectos, com excepção dos extremos do piso inferior, que são curvos, e a separação faz-se por pilastras.

A fachada principal está dividida verticalmente por três panos separados por colunas jónicas, com o terço inferior canelado, sendo as colunas dos extremos duplas, todas assentes em plintos altos. No piso térreo é rasgada por portal em arco de volta perfeita, com fecho saliente, e com porta em ferro e vidro, ladeado por janelões de igual modinatura, fechados e gradeados, com bandeiras. No segundo piso, três janelas de peitoril com pequenas colunas jónicas de cantaria pintada de rosa, suportando friso com florões. No friso do entablamento está inscrito: *Agência do Banco de Portugal*.

Os ângulos da fachada principal são curvos, formando torreões, com cobertura em cúpula de bronze e decorada com festões. O primeiro piso está rasgado por três janelas em arco de volta perfeita, e o segundo por vãos rectos ladeados de colunas jónicas e friso superior com ondas, intercalados por pilastras que se prolongam até ao entablamento e panos almofadados.

Como acontece com outros bancos da autoria de Moura Coutinho, também este só ocupa o r/c e as caves, reservando-se o 1º andar para habitação ou escritórios. Os compartimentos organizam-se à volta de um pátio interior, permitindo a entrada de luz para os compartimentos internos do 1º andar e clarabóia para o r/c. Neste piso o acesso faz-se por um amplo átrio e hall de recepção e distribuição. Em frente a tesouraria; à direita a recepção, gabinetes para expediente, contabilidade e agente de segurança; à esquerda a repartição das finanças, o Tesouro, gabinete e refeitório dos empregados.

³³¹ AHBP-AV – BP-Viseu - Edifício da Agência. Carta do Serviço de Obras do BP à direcção da Agência de Viseu, 3.2.1921.

³³² In www.monumentos.pt - Edifício do Banco de Portugal de Viseu. IPA - Inventário do Património Arquitectónico.

4.6. Banco do Minho (remodelação interior), Braga, 1920-21 – demolido (Vd. pp. 226, 2º Vol.)

A sede do Banco do Minho, fundado em 1864 encontrava-se em Braga, com filiais no Porto e Lisboa, e sucursais por todo o país. Desde 1877³³³ que a sede estava instalada num edifício na Praça da República, estando a precisar de obras de remodelação em 1920³³⁴, sendo para isso convidado Moura Coutinho, que estava nesta altura a construir de raiz uma filial para o Banco do Minho, no Porto.

Momento áureo da banca, no pós-guerra, a Direcção do Banco do Minho vai querer umas instalações à altura do seu crescimento,³³⁵ isto é, mobiliário luxuoso e decoração a condizer com a mensagem de poder e riqueza que se quer transmitir. *Os estrangeiros que por aqui vêem estacionar uma parte do anno, e que ali tenham de ir para operações cambiaes, ficarão decerto admirados de ver uma instalação tão perfeita e luxuosa numa terra de modesta importância, se a compararmos com os grandes centros do estrangeiro.*³³⁶

As novas instalações inauguraram no dia 29 de Agosto de 1921, concentrando-se a transformação no rés-do-chão, com *um luxuoso hall em que tudo, a par do bom gosto, revela o minucioso estudo das necessidades de uma casa de tamanho movimento, como é o Banco do Minho.*³³⁷

Na falta de documentação gráfica para a descrição dos interiores, socorremo-nos dos relatos jornalísticos da época, salvaguardando possíveis opiniões sobre o que não podemos confirmar.

*Ao centro, uma ampla escrivaninha circular, com tinteiros, mata-borrão, penas [...] para comodidade dos frequentadores da casa bancária. Em volta, no vasto recinto amplamente iluminado, os numerosos sectores para os vários serviços, sem aquele excesso de reticulados que dão o aspecto de capoeiras. [...] A um canto, à direita e ao fundo, há o gabinete de um dos directores, que ali se instalou para maior comodidade dos clientes. É um pequeno gabinete, sobriamente mobilado, mas com todo o conforto, munido de telefones internos junto da secretária, e com cabine própria para comunicação com a rede externa.*³³⁸ A sala da direcção era *uma sala moderna, com maples, com cadeiras de couro, com lindas decorações. Junto da janela o fogão [...], ao lado esquerdo de quem entra, trez secretárias.*³³⁹

As obras foram dirigidas, no geral, por Moura Coutinho, os estuques e adornos estiveram a cargo dos mestres Fontes, de Afife, e Bouças de Braga. As “*Artes Decorativas*” e a casa Soares

³³³ De 1864 até 1877 o banco esteve instalado na casa do Sr. Conselheiro José Maria Rodrigues de Carvalho. In ARAÚJO, Manoel – *Indústrias de Braga (notas de um jornalista)*. Braga: Tipografia “Pax”, c. 1928.

³³⁴ Os directores, nessa altura, eram João Feio das Neves Pereira, Bento José ferreira Braga e Carlos Marques da Silva.

³³⁵ Entre 1864 e 1917 manteve o capital inicial de 600.000\$00; em Janeiro de 1920 o capital ascendia aos 2.000.000\$00 e seis meses depois duplicava para os 4.000.000\$00; em 1924 estava nos 10.000.000\$00 de capital, mantendo-se neste valor até 1927. Cf. ARAÚJO, Manoel – *Indústrias de Braga (Notas dum jornalista)*. Braga: Tip. «Pax», c.1928.

³³⁶ In *Diário do Minho* – Banco do Minho – Novas Instalações, 31.8.1921.

³³⁷ In *Diário do Minho* – Banco do Minho – Novas Instalações, 31.8.1921.

³³⁸ In *Diário do Minho* – Banco do Minho – Novas Instalações, 31.8.1921.

³³⁹ ARAÚJO, Manoel – *Indústrias de Braga (Notas dum jornalista)*. Braga: Tip. «Pax», c.1928.

*Barbosa & Irmão, da Avenida, executaram os restantes trabalhos, o lambriz, os balcões, a escrivaninha circular, afirmando mais uma vez os créditos que já ganharam à indústria local.*³⁴⁰

O Banco foi destruído na década de 1940, para ser substituído por outro banco.

4.7. Banco do Minho, Lisboa (remodelação), 1923 – demolido (Vd. pp. 227-231, 2º Vol.)

A filial do Banco do Minho de Lisboa abriu em 1919, em pleno auge da banca do pós-guerra, no centro da vida financeira lisboeta. A partir de 1922 vai ocupar um prédio já existente, de traça pombalina, fazendo gaveto na esquina da rua Áurea com a rua de S. Julião, a poucos metros do Banco Lisboa & Açores (1906) de Ventura Terra.

Todo o quarteirão onde estava inscrito o Banco do Minho foi, na década de 1950, adquirido pela CGD, e o edifício que hoje em dia lá se encontra foi projectado, fiscalizado e construído por esta entidade *ao abrigo da legislação especial então em vigor e que a isentava de qualquer licenciamento ou aprovação*,³⁴¹ tendo desaparecido o edificado anterior.

Em Fevereiro de 1922 os directores do Banco do Minho aproveitando uma licença de 1916 para alteração do dito edifício,³⁴² autorizada na altura pela CML, *que não se tendo então procedido à dita alteração, pedem para que lhes seja passada nova licença*.³⁴³ O parecer é favorável, *devendo juntar termo de responsabilidade de um construtor civil inscrito*.³⁴⁴

Em Agosto de 1923 é pedido novo licenciamento para obras, *as quaes consistem em alterações nos diversos andares e transformação do sótão existente em um andar em mansarda [...]*³⁴⁵ Estão anexas a este processo as plantas e os alçados, apenas assinadas pelo construtor civil José de Passos Mesquita, que assina também a memória descritiva, *estando à testa deste trabalho um hábil architecto a quem foi confiada a direcção*³⁴⁶.

Embora não seja referido o nome do architecto, estamos em crer que se trata de um projecto de Moura Coutinho. Além de outros historiadores terem-lhe atribuído a autoria³⁴⁷, o facto de Moura Coutinho ter acabado de fazer a remodelação interna da sede do Banco do Minho, em Braga, bem como ter sido publicado o seu trabalho da filial do Porto, é provável que a escolha do architecto tenha recaído sobre quem confiavam e era reconhecido publicamente. Numa carta de Maio de 1923, ao presidente dos

³⁴⁰ In *Diário do Minho* - Banco do Minho – Novas Instalações, 31.8.1921.

³⁴¹ AML - Obra 6477, Processo 2304-DMGU-POL-2003 – Memória descritiva, 14.11.2003.

³⁴² O antigo proprietário era Augusto Eustáquio de Seixas.

³⁴³ AML – Obra 6477, Processo 2337-DAG-PG-1922 – Pedido de licenciamento de obra para o Banco do Minho, pelos directores Srs. Augusto Alves Diniz e Raul Rodrigues Cohen, 10.2.1922.

³⁴⁴ AML – Obra 6477, Processo 2337-DAG-PG-1922 – Parecer da CML, 16.2.1922. Construtor civil - Anselmo Luiz Guerra.

³⁴⁵ AML – Obra 6477, Processo 15704-DAG-PG-1923 – Pedido de licenciamento de obra e responsabilidade do construtor civil.

³⁴⁶ AML - Obra 6477, Processo 15704-DAG-PG-1923 – Memória descritiva.

³⁴⁷ Cf. PEDREIRINHO, José Manuel – *Dicionário dos Architectos Portugueses activos em Portugal do séc. I à actualidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

Paços do Concelho da Lousã, Moura Coutinho promete lá passar para fazer a implantação no terreno, antes ou depois de ir ver outras obras suas em Viseu e Lisboa, no final desse mês ou início do próximo.³⁴⁸ Ainda a acrescentar o facto de, estilisticamente o edifício apresentar elementos característicos do trabalho de Moura Coutinho, como a seguir se descreve.

O edifício estava num gaveto da Baixa Pombalina, composto por rés-do-chão e cinco pisos, o último dos quais amansardado. O alçado sobre a Rua Áurea era mais largo que o da Rua de S. Julião. Para esta rua o número de vãos era de seis por piso, enquanto para a Rua Áurea eram sete. No entanto são tratados de forma idêntica, homogênea, sem nenhum se destacar em relação ao outro, procurando uma simetria, só contrariada pelo número de vãos. Na realidade, o ponto focal estava na esquina, na união das duas fachadas, realçando-a a toda a altura: pedra fendida no embasamento; medalhões com grinaldas; coluna estriada e com grinalda no primeiro terço; escudo; e urna, enquadrada pelas janelas emolduradas da mansarda.

Um certo destaque é atribuído ao penúltimo piso, enquadrado por duas largas cornijas em linha continua nas duas fachadas, assim como às janelas de sacada com balaustrada no 2º andar. Estas pequenas variações entre os vãos e os pisos marcam um ritmo cadenciado, mas sem ser monótono.

A falta de alguns documentos neste processo no AML, bem como a impossibilidade de vermos as plantas por estarem em mau estado de conservação, dificultaram uma leitura mais conclusiva para esta atribuição, mas tudo aponta no sentido da intervenção neste edifício pombalino ser de MC.

4.8. Banco Espírito Santo (remodelação), Braga, 1930-31 – alterado (Vd. pp. 232, 2º Vol.)

O Banco Espírito Santo, com sede em Lisboa, pretendendo estabelecer uma filial em Braga, pediu licenciamento à CMB para alterações na parte ornamental da fachada do seu prédio, situado no Largo Barão de S. Martinho, no final de 1930. Pede também para *demolir umas divisórias nas trazeiras da casa e no primeiro andar*.³⁴⁹ Os requerimentos estão assinados por Moura Coutinho, em nome do requerente, e os desenhos estão assinados e datados de 24 de Novembro de 1930.

O alçado principal, apresentado apenas parcialmente no que diz respeito à loja no rés-do-chão, substituindo-se o material anterior por mármore. As plantas revelam um espaço pequeno, em corredor, com um grande balcão à entrada, seguido do gabinete da gerência, arrumos, WC e uma escada que dá acesso a um terraço no piso superior. O atestado de habitabilidade foi passado a 7 de Janeiro de 1931.

Este é um trabalho de menor envergadura, sem o fôlego da década de 1920. Actualmente o edifício do BES está adossado a outra construção, tendo-se alterado a fachada.

³⁴⁸ AH-BML – Pasta “Paços do Concelho”, documentos avulsos – Carta de Moura Coutinho para presidente da CML, 6.5.1923.

³⁴⁹ AMB – OG13, Processo 149/930 – Requerimentos, Plantas, cortes e alçado.

5. Arquitectura de Restauração, Hotelaria e Turismo

Nesta tipologia arquitectónica Moura Coutinho destacar-se-á muito mais pelos trabalhos de renovação de interiores do que pelo desenho de edifícios, com algumas excepções, que aqui destacaremos. Uma encomenda para um hotel não era algo que acontecesse com frequência, mas parece que Moura Coutinho acalentava a ideia de um dia construir um.

Para além do projecto, não construído, para o Beira Palace Hotel, em Viseu, Moura Coutinho terá tido uma encomenda para um hotel em Braga, que não foi avante. Num artigo da *A Arquitectura Portuguesa*, a propósito do BNU, Nunes Colares refere que *Disse-nos o ilustre arquitecto, tendo-lhe em tempo alguém falado no aproveitamento de todo o quarteirão onde está a Filial do Banco, para uma edificação única, crêmos que um Hotel, ideia que depois foi posta de parte, mais tarde, quando estudou o projecto para o Ex^{mo} Sr. Constantino de Almeida, foi sempre com a ideia de poder vir a fazer parte duma grande construção, fazendo um esquisso nesse sentido, que vimos, e que, apesar das nossas vivas instancias, não quis que fosse publicado para acompanhar este número. Pena foi; por que é interessantíssimo e, quando construído, ficaria talvez o primeiro e mais imponente dos modernos edifícios de Braga.*³⁵⁰

Na BPB-UM, vindo do ateliê de Moura Coutinho, está um alçado de um edifício de grandes dimensões que em tudo aparenta ser um projecto para hotel, e que poderá muito bem ser o desenho que Nunes Colares refere. Moura Coutinho terá aproveitado esse projecto, adaptando-o, para uma casa com frentes para a Rua Justino Cruz e para a Praça Conde de Agrolongo, do Sr. António Maria Lopes, que abordaremos neste estudo. Mas o sonho de construir um grande hotel desvaneceu-se.

Enquanto na arquitectura MC, como outros artistas do seu tempo, teve alguma dificuldade em se adaptar à modernidade, salvo raras excepções, como no edifício do Turismo, que abordaremos neste capítulo, será no desenho de interiores de edifícios com funções comerciais, e financeiros como vimos, que mais se libertará, mostrando afinal uma capacidade de se adaptar aos tempos modernos.

Braga, como um pouco por todo o país, continuava a apegar-se a valores passados e a uma manutenção dos velhos gostos, mas *Tudo se tornava um pouco diferente no desenho – ou redesenho – das novas lojas comerciais que um pouco por toda a cidade iam sendo alteradas, onde era mais fácil e mais barato assumir a modernidade, modernidade que se queria tão grande quanto a dos produtos que ajudavam a vender. Aquela parte do edifício deixava assim de ter o sentido tradicional de mero posto de venda, pois passava a fazer parte intrínseca das mercadorias que os seus donos ali vendiam.*³⁵¹

³⁵⁰ In *A Arquitectura Portuguesa* - A Filial do Banco Nacional Ultramarino, em Braga, Ano XI, nº 8. Lisboa, Agosto de 1918, p. 32.

³⁵¹ OLIVEIRA, Eduardo Pires de - *A difícil dialéctica entre o passado e a modernidade: Braga 1925-1950*. Braga: Universidade do Minho-Centro de estudos Lusíadas, 2005, p. 86, Separata de FORUM, Braga, 38, Jul-Dez 2005, p. 86.

A imprensa da época, com frequência atenta a estas novidades, informa-nos sobre as inaugurações dos mais recentes melhoramentos que pelos cafés, lojas, hotéis e restaurantes se vão fazendo. Informação importante, pois nem sempre fica registo destas acções de carácter mais efémero, mas muitas vezes de grande riqueza cultural e artística.

*Saliente-se aqui a importância da obra de um Luís Soares Barbosa, com estudos feitos em Paris e o primeiro a fazer em Braga mobílias “completas”, mas que não enjeitou fazer sanefas e outras talhas neo-barrocas e neo-rococós na parte inicial da sua vida; de Constantino Costa, que teve loja aberta na principal artéria da cidade, a Rua do Souto; ou o próprio arquitecto João de Moura Coutinho e os diversos escultores e pintores que trabalharam no seu atelier, nomeadamente Zeferino Couto, com alguma obra espalhada pela cidade, e essa figura estranha do primeiro modernismo português, Armando Basto.*³⁵²

5.1. Padaria A Nacional, Braga, 1922-28 (Vd. pp. 234-235, 2º Vol.)

A Sociedade Portuguesa de Panificação, Lda., com sede no Porto, pediu licenciamento para a construção de um prédio na Avenida da Liberdade de Braga, *para ahi estabelecer uma sucursal*, no dia 20 de Julho de 1922. O documento está assinado por MC, em nome da requerente, submetendo à aprovação da CMB e *pede se digne passar o respectivo alinhamento e cota de nível*. Em anexo, o alçado principal, também assinado por Moura Coutinho, foi aprovado a 28 de Julho de 1922.³⁵³

No seu aspecto exterior, o edifício de quatro pisos, mantém-se actualmente inalterado, funcionando ainda como padaria e café, mas com outra denominação. Quanto ao seu interior já não se pode dizer o mesmo, tendo-se destruindo os vestígios de uma modernidade, que em Braga tardava em chegar, e que não se tem preservado.

O alçado principal revela-nos a linguagem eclética que Moura Coutinho tão bem dominou, assim como os elementos formais que mais o caracterizam, principalmente na diferenciação e hierarquização dos vãos: portas com arcos abatidos ou quebrados, no 1º piso; janelas triplas de arcos de volta perfeita e *bow-window*, no 2º piso, criando mais superfície envidraçada para iluminação e jogos de volumes, com reentrâncias e saliências, a pautar toda a fachada; janelas de verga recta com envidraçados em quadrícula, no 3º e 4º piso; remate com cornija saliente e telhados de quatro águas, com a telha visível nos beirais, e pináculos acentuando a verticalidade do edifício.

Na falta das plantas e cortes, e face às alterações posteriores no seu interior, socorremo-nos de fotografias antigas e das descrições da imprensa local, aquando da inauguração da padaria a 19.3.1928,

³⁵² OLIVEIRA, Eduardo Pires de - *A difícil dialéctica entre o passado e a modernidade: Braga 1925-1950*. Braga: Universidade do Minho-Centro de estudos Lusíadas, 2005, p. 86, Separata de FORUM, Braga, 38, Jul-Dez 2005, p. 86.

³⁵³ AMB – OG4, Processo 83/922.

propriedade da firma Barbosa & Cunha, que *pode considerar-se, como sendo hoje, o primeiro no seu género, nesta terra, e podendo, com orgulho, pôr-se em confronto, com qualquer bom estabelecimento duma grande cidade.*³⁵⁴

As novidades técnicas, ao nível do equipamento da panificação³⁵⁵, são descritas como uma manifestação do desenvolvimento industrial e comercial de Braga, símbolo do progresso, de tal modo que foi feita na inauguração *uma demonstração do funcionamento das máquinas, sendo deveras apreciado pela grande higiene, que representa o fabrico mecânico do pão.*³⁵⁶

As dependências do estabelecimento são descritas como elegantes, higiénicas, e com mobiliário luxuoso. *A casa de panificação, separada da de vendas, por uma elegante divisão, em cristais, é extraordinariamente modelar, possuindo todos os requisitos modernos.*³⁵⁷

É ainda louvado o arrojo dos seus proprietários que a tudo teve atenção, desde as questões de higiene, rapidez e precisão do fabrico do pão, ao conforto e comodidade do pessoal: *Alí vimos, um ótimo balneário, uma esplendida casa de jantar e um amplo e confortável dormitório, para os empregados da casa.*³⁵⁸

5.2. Casa e Padaria/Pastelaria Ferreira Capa, Braga, 1923-29 e 1934-38 – remodelação das fachadas e dos interiores de dois edifícios (Vd. pp. 236-240, 2º Vol.)

Manuel Ferreira Capa³⁵⁹, capitalista e industrial da cidade de Braga, possuía na Rua Miguel Bombarda, actual Rua dos Capelistas, uma casa com padaria no r/c, que pretendendo substituir a fachada pede a respectiva licença e alinhamento a 2 de Maio de 1923. Este documento está assinado por Moura Coutinho, em nome do requerente, e é acompanhado do alçado principal.³⁶⁰

No arquivo da BPB-UM, vindo do ateliê de MC, acrescentam-se as plantas dos quatro pisos, sendo os últimos três para habitação (r/c, 1º e 2º andar e mansarda). Não nos foi possível apurar se esta alteração chegou a ser concretizada, pois em 29 de Maio de 1935 é feito novo requerimento para modificação da fachada e também alterações interiores, para adaptar o edifício a receber escritórios ou habitação nos pisos superiores e estabelecimento comercial e armazém no rés-do-chão.³⁶¹

³⁵⁴ In *Diário do Minho*, - Os grandes empreendimentos, 20.3.1928.

³⁵⁵ “*Pouco pessoal é ali empregado por quanto, tudo quanto é possível, é feito mecanicamente. Ali se encontra uma amaçadeira, um cilindro para massas especiais, uma máquina divisora, que corta a massa, para o pão, com uma rigorosa exatidão de peso, e até um massarico, para aquecimento do forno, o que faz em 15 minutos, quando por meio de lenha são necessárias pelo menos duas horas.*” In *Diário do Minho*, 20.3.1928. Sobre o mesmo assunto vd. também *Ilustração Catholica*, 9.6.1928.

³⁵⁶ In *Diário do Minho* - Os grandes empreendimentos, 20.3.1928.

³⁵⁷ In *Diário do Minho* - Os grandes empreendimentos, 20.3.1928.

³⁵⁸ In *Diário do Minho* - Os grandes empreendimentos, 20.3.1928.

³⁵⁹ Manuel Ferreira Capa foi Presidente da Comissão Executiva Municipal de Braga de 2.1.1926 até 9.7.1926. In GOMES, Joaquim da Silva – *Galeria dos Presidentes/ Braga 1836-2006*. Braga: C.M.B., 2006, p. 281.

³⁶⁰ AMB – OG5, Processo 29/923 – Requerimento e Alçado.

³⁶¹ AMB – OG23, Processo 191/935 – Nota Justificativa, Plantas, Cortes e Alçados, 16.8.1934; Requerimento, 29.5.1935.

Os dois projectos têm assinatura de MC, mas são substancialmente diferentes na sua fachada e também no interior. O primeiro projecto, 1923, apresenta uma linguagem eclética, característica desta fase do trabalho de MC, com a hierarquização dos vãos a ditarem a forma: arcos abatidos que se sobrepõem a grandes aberturas envidraçadas; janelas com parapeito saliente; óculos na mansarda; jogos de volumes recorrendo a um vocabulário formal clássico (pilastras, cornijas, frontões e platibanda).

O segundo projecto (1934-38), concretizado e que se mantém na actualidade, apresenta-nos uma linguagem geometrizada, de gosto *art déco*. No alçado principal salientam-se as linhas verticais vincadas em betão, *em estilo moderno, mas sem exagero, para não contrastar em demasia com os restantes prédios da rua, obedece a uma linha sóbria, mas formando um conjunto harmónico e interessante*.³⁶² Destaca-se também o seu portão com puxador de nítido recorte *art déco* e a marquise em betão e vidro, a separar o rés-do-chão do 1º andar. De salientar que este trabalho está assinado conjuntamente com o arquitecto João Pereira Braga, face à obrigatoriedade legal, já aqui apresentada.

A razão para que o primeiro projecto possa não ter avançado, prende-se com o facto de Manuel Ferreira Capa ter adquirido novo prédio, em frente ao anterior e maior, para mudar o seu estabelecimento e habitação, adaptando-se às necessidades de crescimento da padaria. Em requerimento de 10 de Novembro de 1928 pede nova licença, desta vez para modificar a fachada do primeiro pavimento onde se encontrava o seu estabelecimento comercial, estando o piso superior reservado para habitação. Mais uma vez, MC assina pelo requerente, anexando um alçado da fachada a alterar.

A inauguração destas alterações (fachada e interiores), a 23 de Março de 1929, foi anunciada pela imprensa da época como *uma das mais artísticas e luxuosas confeitarias do país [...] que dotou a cidade dum belo estabelecimento digno de ser visitado por nacionais e estrangeiros*.³⁶³

Os louvores vão também para o *distinto arquitecto Sr. Moura Coutinho que dirigiu o arranjo das paredes e tudo o mais que tanto brilho dá ao estabelecimento ora inaugurado. [...] A dependência principal para venda ao público está um verdadeiro mimo de bom-gosto, quer na parte ornamental, propriamente artística, como até na disposição e arranjo de todos os biblots*.³⁶⁴

Ao entalhador, Soares Barbosa³⁶⁵, são também dedicadas algumas palavras de apreço pelo projecto das mobílias, imprimindo *finura e distinção às instalações do Sr. Ferreira Capa*.³⁶⁶

³⁶² AMB – OG23, Processo 191/935 – Nota Justificativa.

³⁶³ In *Diário do Minho* – Manuel Ferreira Capa/Pastelaria e Confeitaria/Um estabelecimento modelar inaugurado ontem, 24.3.1929.

³⁶⁴ In *Diário do Minho* - Manuel Ferreira Capa/Pastelaria e Confeitaria/Um estabelecimento modelar inaugurado ontem, 24.3.1929.

³⁶⁵ Entalhador de mérito reconhecido possuía casa comercial em Braga: “*Soares Barbosa & C.ª Oficina de mobiliário e decoração...*” Obteve alguns prémios de reconhecimento, tendo trabalhado com Moura Coutinho, Korrodi, (...). Para mais informação Vd. OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Arte Religiosa e Artistas em Braga e sua região (1870-1920)*. Braga: APPACDM, 1999.

³⁶⁶ In *Diário do Minho* - Manuel Ferreira Capa/Pastelaria e Confeitaria/Um estabelecimento modelar inaugurado ontem, 24.3.1929.

A Padaria/Pastelaria Ferreira Capa mantém-se em funções, reabrindo as suas portas em Dezembro de 2008, com nova gerência, depois de ter sofrido profundas obras de remodelação e requalificação. Da antiga decoração quase nada ficou, a não ser os espelhos, os candeeiros e o chão.³⁶⁷

5.3. Café A Brasileira, Braga, 1929 – remodelação dos interiores (Vd. pp. 241, 2º Vol.)

O Café A Brasileira situado no Largo Barão de S. Martinho, em Braga, foi construído em 1889.³⁶⁸ As intervenções de Moura Coutinho datam de 1929, mantendo-se em parte até aos dias de hoje, o que nos permite usufruir de um dos ambientes comerciais que, na época, se queria desapegar dos valores do passado, introduzindo uma efectiva modernidade. *De facto, a transformação operada é de molde a capacitarmo-nos de que em Braga se vem registando uma acentuada tendência de progresso merecedora dos nossos melhores encómios.*³⁶⁹

Na falta de desenhos ou memórias descritivas, as descrições da imprensa, sempre mais libertas de formalismos, vão descrevendo aquilo que de outra maneira já não podemos ver na íntegra: *O Café da Brasileira, vinca perfeitamente a nota de frescura e leveza na decoração parietal e mobiliária tudo assinalando sobriedades e até um certo bom gosto... adentro das normas que regulam e preceituam a feição modernista. Os desenhos murais, em relevo, são obra do distinto arquitecto sr. Moura Coutinho e todo o plano das obras decorativas foi executado sob a sua proficiente direcção.*³⁷⁰

A estética *art déco* domina o desenho do interior do café, onde as paredes com caneluras clássicas pintadas a marfim contrastam com os dourados das murais, fazendo sobressair os relevos de desenhos estilizados de abelhas, palmeiras e chávenas de café. A sensação de luxo e brilho, tão ao gosto *art déco*, é conseguida pela conjugação dos materiais e das cores, assim como do mobiliário: *Mesas de vidro octoédricas, cadeiras forradas a couro, assucareiros novos, cinzeiros e dois magníficos espelhos de cristal nas duas faces consecutivas das paredes interiores, Enfim, uma renovação completa que, na impressão de quem ali entra, cai à maravilha.*³⁷¹

O exterior foi alterado posteriormente. Num pedido de licenciamento de obra, a 26 de Setembro de 1947³⁷², em que se pretende mudar as portas, o levantamento do existente permite-nos ter uma aproximação do desenho que supomos ser de MC, mas sem a confirmação necessária para uma maior certeza. A alteração realizada nas portas em 1947, ainda é basicamente a que se encontra hoje em dia.

³⁶⁷ Cf. *Correio do Minho* – Ferreira Capa: pastelaria cativa pela decoração e serviço, 29.5.2010.

³⁶⁸ Na época era propriedade dos Srs. Adolfo de Azevedo e Severo da Costa.

³⁶⁹ In *Diário do Minho* – O café Brasileira e os seus recentes melhoramentos, 26.3.1929.

³⁷⁰ In *Diário do Minho* – O café Brasileira e os seus recentes melhoramentos, 26.3.1929.

³⁷¹ In *Diário do Minho* – O café Brasileira e os seus recentes melhoramentos, 26.3.1929.

³⁷² AMB – OG7, Processo 302/47.

5.4. Hotel Aliança, Braga, 1926-34 (alterações) – demolido (Vd. pp. 242-243, 2º Vol.)

O projecto para este hotel, propriedade de Manuel Barroso, passou por duas fases distintas. O projecto da primeira fase deve-se a Gaspar Dantas Aveiro, projectista e auto-didacta que elaborou vários outros projectos para Braga, e a segunda fase, embora não assinada, é atribuída a Moura Coutinho.³⁷³

Encontrámos documentação no AMB que nos permite saber que o projecto inicial é de Gaspar Dantas Aveiro, pois a 31 de Julho de 1926 dá entrada na CMB um pedido de licenciamento para a construção de um prédio, propriedade do Sr. Manuel Barroso, cujo projecto está assinado por aquele projectista. Posteriormente, um arranjo na fachada, e no edifício anexo do lado direito, têm a mesma assinatura, a 6 de Abril de 1929 e 16 de Março de 1931, respectivamente.³⁷⁴

Num processo diferente, e desta vez do proprietário Sr. Plácido Queirós dos Santos, é feito um pedido de licenciamento para a construção de uma casa estreita, do lado sul do edifício referido acima (26 de Fevereiro de 1927), também da autoria de Gaspar Dantas Aveiro.³⁷⁵ Foi aprovado a 7 de Março de 1927, com assinatura de MC juntamente com a de outros membros da Comissão de Estética.³⁷⁶

A 1 de Janeiro de 1933 Manuel Barroso, *proprietário do prédio onde se acha instalado o Hotel Aliança*³⁷⁷, pede para ampliar o dito edifício para o lado sul, o qual é aprovado e *igualmente merece a modificação do alçado anteriormente aprovado*.³⁷⁸ Este alçado, já anteriormente aprovado e da autoria de Gaspar Dantas Aveiro, é o do proprietário Sr. Plácido Queirós dos Santos³⁷⁹, não estando claro se o alçado chegou ou não a ser construído, pois Manuel Barroso ao pedir esta ampliação diz que pretende demolir o seu prédio de dois pisos, quando o projecto de Gaspar Dantas Aveiro apresentava quatro.

Será, então, o projecto não assinado de 1933, o mesmo que consta do arquivo da BPB-UM, vindo do ateliê de Moura Coutinho, o que lhe é atribuído. A grande diferença entre o projecto de Gaspar Dantas Aveiro o de MC está no arranjo dos telhados, mantendo no geral o projecto do seu colega.³⁸⁰ Acrescenta-lhe a designação *Hotel Aliança* e apresenta uma distribuição interior de forma a unir este novo corpo do edifício ao hotel. No r/c um átrio e hall, seguido de escritório e sala, à esquerda, e sala de jantar, copa, cozinha e passagem coberta com cobertura de vidro, à direita. No 1º, 2º e 3º andar estão os quartos (8 no 1º e 2º andar e 7 no 3º andar), dois WC por piso, os arrumos e a roupa (uma por piso).

³⁷³ O projecto desta 2ª fase encontra-se tanto no AMB como no arquivo da BPB-UM, vindo do ateliê de Moura Coutinho.

³⁷⁴ AMB – OG8, Processo 63/926 – o 1º licenciamento diz respeito à transformação de três janelas em portas, 6.4.1929; o 2º licenciamento foi para modificar frente da mansarda do edifício à esquerda, do mesmo proprietário, 16.3.1931, tendo sido aprovada a fachada mas não a distribuição interior, por ser contrária ao Regulamento da Salubridade Pública.

³⁷⁵ De referir que Gaspar Dantas Aveiro desenhou o edifício exactamente igual à parte direita da casa do Sr. Manuel Barroso.

³⁷⁶ AMB – OG9, Processo 65/927.

³⁷⁷ Este é o 1º documento em que aparece com a designação de Hotel, antes disso é sempre referido como “prédio”, ficando a dúvida de quando terá começado com esta função, se desde logo que foi construído ou se em data posterior, e qual?

³⁷⁸ AMB – OG6, Processo 63/926.

³⁷⁹ A transacção deste edifício entre os dois proprietários não está documentada.

³⁸⁰ Edifício de 4 pisos com 3 corpos, sendo o central mais largo. Grandes aberturas em arco abatido, arco de volta perfeita e verga recta, distribuídos de forma simétrica. Pequenos elementos decorativos em relevo no 3º andar e varanda no 4º andar. Telhados de 4 águas, separando os três corpos do edifício. Moura Coutinho mantém esta aparência do hotel, mudando-lhe a forma dos telhados, recuando-os.

5.5. Edifício do Turismo, Braga, 1935-37 (Vd. pp. 244-246, 2º Vol.)

O edifício do Turismo encontra-se no início da Avenida da Liberdade, a Este, esquina com a Avenida dos Combatentes, em pleno centro cívico de Braga. O projecto é de 1935, quando a Comissão de Iniciativa e Turismo de Braga o apresenta à aprovação da CMB, para as suas futuras instalações, tendo já sido aprovado pelo Conselho de Turismo e pela Direcção Geral dos Monumentos Nacionais.³⁸¹ Foi inaugurado no dia 23 de Junho de 1937.³⁸²

O projecto está assinado pelo arquitecto João Pereira Braga, e não por Moura Coutinho, no entanto o projecto é-lhe atribuído. No arquivo da BPB-UM está um estudo para este edifício, vindo do ateliê de Moura Coutinho, o que pode ser indicativo da sua proveniência. Por várias vezes, e a partir de meados da década de 1930, Moura Coutinho por não ter formação oficial de arquitecto, e não podendo assinar os projectos, trabalhava em colaboração com outros arquitectos que lhe assinavam os trabalhos. Pensamos que esta é a razão do projecto para o edifício do Turismo estar assinado por este arquitecto, com quem MC partilhou outros trabalhos, umas vezes assinados pelos dois, outras vezes só por João Pereira Braga, por imposição legal a partir de 1933-35.

O edifício, adossado lateralmente, forma gaveto pelas duas avenidas, e tem frente para a Praça da República, com um corpo central mais alto que o restante edifício, criando uma “torre”. Composto por quatro pisos, estando no rés-do-chão o posto de informações e atendimento ao público, enquanto os pisos superiores estavam destinadas a salas de leitura, de exposição, de sessões e arquivo.

A torre com o relógio, não é original, foi ali colado na década de 1950, substituindo uma zona envidraçada e caixilharia fortemente vincada. *Dava-lhe um aspecto muito mais dinâmico, algo ainda devedor da art déco, o que também se verifica na sua cuidada decoração interior, que deveria ser reposta na forma original.*³⁸³ De facto, a substituição da torre alterou-lhe o sentido decorativo que se queria moderno, apelando a uma estética nova dominada pelo desenho estilizado, geometrizado e abstracto, introduzido pelo movimento *art déco*, após 1925.

Comparando este edifício com o que se encontra na rua dos Chãos, do proprietário Ferreira Capa, de 1935-38, também uma colaboração entre MC e João P. Braga, observamos as mesmas linhas estruturantes, grande clareza de volumes, e os mesmos materiais, o betão, o vidro e as superfícies metalizadas, concentradas em determinados pontos – puxadores, fechos das portas e gradeamentos.

³⁸¹ AMB – OG23, Processo 194/935 – Desenhos e Requerimento de 25.10.1935.

³⁸² Cf. *Correio do Minho* – O Passado, por Moura Coutinho, 24.06.1937

³⁸³ OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *A Paróquia de São José de São Lázaro (1747-1997)*. Braga: Paróquia de São José de São Lázaro, 1997, p. 204.

6. Outros Equipamentos Urbanos – Públicos e Privados

Pela diversidade de edifícios, suas funções e encomendadores, optámos nesta tipologia arquitectónica por dividir em três grupos distintos – A, B e C.

Sendo assim, no grupo A, incluímos os dois edifícios para Paços de Concelho, o de Fafe, 1907-13, e do de Lousã, 1918/20-1933; o Mercado Municipal em ferro, de Braga, 1914-15; a remodelação interior do palacete dos Vilhenas Coutinhos adaptado para Tribunal, de Braga, 1922-31; e a Cozinha Económica, 1932, por se tratar de equipamentos de encomenda municipal. No grupo B estão os equipamentos urbanos de iniciativa particular, como é o caso do Ateneu Comercial de Braga, 1º projecto de 1910/11 e o 2º projecto de 1923-27; o Auto-Palace, 1914-16 e a CUF – Companhia União Fabril, c.1916, ambos na Avenida da Liberdade, junto ao Teatro Circo, Braga; e a Fábrica de chapéus *Industrial*, em Braga, 1922. No grupo C optámos por separar o equipamento escolar, estando nesta tipologia o Liceu Sá de Miranda com a sua escadaria e portão em ferro, 1929-33, e a Escola de Quinchães, em Fafe, 1934-36.

Os edifícios não construídos ou posteriores a 1935 são tratados em anexo.³⁸⁴

A- Paços do Concelho e outros Equipamentos Municipais

A.1. Paços do Concelho de Fafe, 1907-1913 (Vd. pp. 249-261, 2º Vol.)

O edifício dos Paços do Concelho de Fafe mudou-se para a Avenida 5 de Outubro em 1913³⁸⁵, avenida que estava a ser construída também nesta altura com o objectivo de ligar o antigo centro cívico à futura estação de comboios.³⁸⁶

A fachada que actualmente o edifício ostenta já não é a original, bem como os espaços interiores, uma vez que sofreu grandes transformações em 1966, *em pleno Estado Novo e inaugurado no quadro das comemorações do 40º aniversário da então chamada “Revolução Nacional”*.³⁸⁷ No final da década de 1990 novas alterações foram realizadas, principalmente na introdução de um corpo na fachada posterior que liga a um novo edifício de serviços camarários.

Desde finais do século XIX que os responsáveis camarários foram tomando consciência de que o edifício dos Paços do Concelho e o Tribunal de Justiça, já antigos, iam-se tornando desactualizados [...], em ruína e sem espaço suficiente para as os fins a que se destinavam. Assim, por deliberação de

³⁸⁴ Edifícios posteriores a 1935: Delegação do Jornal de Notícias, em Braga, 1945-50; Projectos não construídos: Lavadouro Municipal, Braga, 1914; Armazém de António Marinho, Rua Pereira Caldas, actual Rua Dr. Gonçalo Sampaio, Braga, 1927; uma Garagem para o Bom Jesus, s. d.; e um projecto para Piscina, s. l., s. d.

³⁸⁵ “Anteriormente, a «Casa da Câmara» esteve situada num espaço da que é hoje a Praça 25 de Abril, sensivelmente em frente ao actual Banco Português do Atlântico. Além dos serviços camarários, o edifício integrava igualmente a cadeia.” In COIMBRA, Artur Ferreira – *Fafe a Terra e a Memória*. Fafe: Câmara Municipal de Fafe, 1997, p. 173.

³⁸⁶ O início das obras para a construção da linha de caminho-de-ferro que ligava Fafe a Guimarães e respectiva estação de comboios é de 1903, inaugurando-se em 1907. Em 31 de Maio de 1986 esta linha do caminho-de-ferro foi desactivada, pelos prejuízos que causava diariamente à CP.

³⁸⁷ In COIMBRA, Artur Ferreira – *Fafe a Terra e a Memória*. Fafe: Câmara Municipal de Fafe, 1997, p. 173.

02.06.1897, a Câmara deliberou diligenciar junto do Governo no sentido de serem reconstruídos aqueles edifícios, ou construídos noutra local.³⁸⁸

Voltamos a ter notícia sobre este assunto quando em sessão camarária de 6 de Dezembro de 1905 se *aprovou os projectos e orçamentos dos seguintes melhoramentos, cuja importância é de 47:725:775 reis: Edifício para os paços do concelho, [...] uma avenida e um ramal d'estrada para ligar esta villa com a estação do caminho de ferro do Bougado a Guimarães e Fafe, [...]*, tendo sido os orçamentos aprovados pela Comissão Distrital em 15 de Janeiro de 1906.³⁸⁹

O projecto para a remodelação do edifício dos Paços do Concelho foi aprovado em 16 de Maio de 1906 pela Comissão Distrital,³⁹⁰ não existindo em arquivo os desenhos, bem como a identificação do seu autor.

Em Outubro de 1906 *resolveu-se que o edifício para os paços do concelho, tribunal judicial e repartições concelhias seja construído junto da projectada avenida*³⁹¹ *e não no local em que se acham os actuaes paços municipaes, por assim o exigir o aformoseamento da villa*³⁹², acarretando no entanto mais despesas.

Em correspondência da CMF para a Comissão Distrital é dito que o *projecto aprovado em 15 de Janeiro de 1906 estava orçamentado em 25:100:000 reis de modo que, com a mudança da situação exposta, a despesa é elevada em 27:400:000 reis. A Câmara resolveu também fazer algumas alterações na distribuição interna das diferentes repartições, em virtude das observações feitas pelos chefes d'essas repartições, bem como na ornamentação das fachadas do edifício, mas essas modificações não alteram a despesa primitivamente calculada.*³⁹³

São ainda feitos orçamentos para obras de reparação indispensáveis na antiga casa do tribunal judicial e administração do concelho, para ali poderem ser novamente installadas estas repartições, enquanto não se achar construído o respectivo edifício em projecto. Mas tendo-se urgência nas obras para os novos Paços do Concelho e para a avenida que ligará à estação de comboios, entre outras obras, e na falta de recursos, o presidente propôs que *se contraísse um empréstimo de 30:000 reis*³⁹⁴, *além da quantia de 11:469:824 reis do fundo de viação municipal*,³⁹⁵ entre outros desvios já anteriormente realizados, perfazendo a quantia necessária para a totalidade das obras.

³⁸⁸ In COIMBRA, Artur Ferreira – *Fafe a Terra e a Memória*. Fafe: Câmara Municipal de Fafe, 1997, p. 174.

³⁸⁹ AMF – Actas Camarárias, sessões de 6.12.1905 e 17.1.1906, fls. 88 e 96, respectivamente. Este projecto diz respeito a alterações a efectuar no velho edifício da Câmara.

³⁹⁰ AMF – Actas Camarárias, sessões de 30.5.1906, fl. 120.

³⁹¹ Esta avenida inicialmente “*chamava-se Av. Paço Vieira. Depois passou a chamar-se rua Luciano de Castro. Hoje designa-se Av. 5 de Outubro.*” In LEITE, Artur Magalhães – *Fafe em Datas*. Amarante: Ed. Labirinto, 2010, p. 41.

³⁹² AMF – Actas Camarárias, sessão de 24.10.1906, fl. 142.

³⁹³ AMF – Correspondência com o Governo Civil e Comissão Distrital, N° 22, 13 de Maio de 1907.

³⁹⁴ “*A Câmara foi autorizada por um despacho de João Franco, a contrair um empréstimo de 30 contos para se iniciarem as obras do edifício da Câmara.*” In LEITE, Artur Magalhães – *Fafe em Datas*. Amarante: Ed. Labirinto, 2010, p. 41.

³⁹⁵ AMF – Actas Camarárias, sessão de 12.9.1906 e 29.2.1912, fls. 135-136 e 65v, respectivamente.

Nos primeiros meses de 1907, e face ao aumento dos orçamentos para estes melhoramentos, são pedidas revisões orçamentais, concedidas superiormente.³⁹⁶ Seguidamente pôs-se em praça pública a *construção d'um edifício para os Paços Municipaes, tribunal judicial e repartições concelhias*, numa primeira fase sem licitantes, mas depois abriu-se nova licitação verbal sobre as obras de pedreiro, carpinteiro e caiador, *adjudicadas essas obras a Serafim Teixeira, Manoel Vaz e Affonso da Silva, todos d'esta villa, respectivamente, por 10:629\$000 reis, 8:759\$000 reis e 3:777\$500 reis.*³⁹⁷

Os elementos gráficos, plantas, cortes e alçados, assinados simultaneamente por Moura Coutinho e pelo engenheiro João Teixeira da Silva³⁹⁸, estão datados de 1 de Maio de 1907, e na sessão camarária de 10 de Julho de 1907 é dito que *Autorisou-se o pagamento destas despesas: modificação do projecto do edifício dos Paços do Concelho 230.000 reis; [...].* Se o anterior projecto era da autoria deste dois técnicos, não obtivemos informação que o confirmasse, assim como não encontrámos nenhuma referência a Moura Coutinho nas actas e nas despesas camarárias. No entanto, é dito que foi pago ao *Dr. João Teixeira da Silva, capitão d'engenharia, da cidade de Braga, pela modificação do projecto do edifício dos paços do Concelho*³⁹⁹, a quantia de 230:000 reis. Como ambos assinam o projecto, supomos que o pagamento ao engenheiro João Teixeira da Silva incluísse o de Moura Coutinho, ou que entre eles fosse feito o acerto.

O projecto original não se encontra no AMF, mas apenas levantamentos posteriores, sem estarem datados e assinados. Vindo do ateliê de MC, encontra-se no arquivo de BPB-UM um projecto com data de 1 de Maio de 1907, referido acima, que cremos ser o que foi pago dois meses depois, sem conseguirmos perceber se as alterações informadas à Comissão Distrital, no dia 13 de Maio de 1907 dizem respeito já a este projecto ou ao projecto inicial para os antigos Paços do Concelho.

De qualquer forma, a proposta apresentada por estes técnicos tem uma torre central que não corresponde ao que observamos em fotografias anteriores às intervenções de 1966, fazendo crer que outras alterações terão ocorrido, até mesmo antes de o edifício estar concluído, como acontece muitas vezes em obra. Com a implantação da República, em 1910, foi necessário com certeza alterar simbologias anteriores. Para além da torre, outros detalhes que se observam nos alçados não são visíveis nas primeiras fotografias dos Paços do Concelho, no entanto, na globalidade o projecto é o mesmo.

³⁹⁶ AMF – Actas Camarárias, sessões de 13.3.1907, 17.4.1907, 29.5.1907, fl. 168, 174, 183, respectivamente.

³⁹⁷ AMF – Actas Camarárias, sessões de 26.6.1907 e 24.7.1907, fl. 188 e 194, respectivamente. De assinalar que estes empreiteiros não eram diplomados, não podendo, por isso, responsabilizarem-se formalmente pela segurança dos operários. Coube à própria Câmara fazê-lo. Cf. AMF – Actas Camarárias, sessão de 18.9.1907.

³⁹⁸ O engenheiro militar das Obras Públicas João Teixeira da Silva, trabalhou com Moura Coutinho na fachada da Igreja do Carmo, e fez as primeiras alterações no Asilo Conde de Agrolongo, antes das intervenções de Moura Coutinho, ambos em Braga. Para mais informações sobre este engenheiro consulte-se OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Arte Religiosa e Artistas em Braga e sua Região (1870-1920)*. Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga, 1999, pp. 272-273.

³⁹⁹ AMF – Livro de Registo de Contas, Julho de 1907, fl. 43. É dada também a informação de pagamentos feitos a este engenheiro por trabalhos de organização de diversos projectos de ruas, em Dezembro de 1906, fl. 68; pela organização de projectos de estradas municipais e pela fiscalização das obras de construção da avenida da estação do caminho-de-ferro, em Julho e Dezembro de 1907, fl. 43 e 77, respectivamente.

O processo de construção foi lento, quer pela falta de verba quer porque os processos de expropriação nem sempre foram fáceis ou pacíficos.⁴⁰⁰ Para fazer face à falta de liquidez a Câmara resolveu promover a venda *dos terrenos que sobraram dos prédios adquiridos para a construção da avenida que liga esta villa com a estação do caminho-de-ferro, bem como a concessão de auctorisação para ser applicado o respectivo producto na construção do edifício dos paços municipaes.*⁴⁰¹

*O regime monárquico caiu, a República foi anunciada ainda no velho edifício e só em 1913 os novos Paços do Concelho, na Avenida 5 de Outubro, entraram em funcionamento, acolhendo não apenas a Câmara mas igualmente outras repartições públicas, designadamente o Tribunal e o Registo Civil, como foi de uso durante grande parte deste século [XX] e ainda acontece em alguns locais. Na mesma altura, o posto da Guarda Nacional Republicana foi ocupar o antigo edifício dos Paços do Concelho, até à sua demolição, anos mais tarde.*⁴⁰²

Edifício de dois pisos e cave, com escadaria central e fachada principal organizada em três corpos, sendo o central saliente em relação aos corpos laterais, estes com vãos de verga recta e aqueles com arcos de volta perfeita e varandas no piso superior. Lateralmente, fiadas de nove vãos destacando um corpo ligeiramente saliente, e posteriormente dois corpos salientes.

Na proposta de 1 de Maio de 1907 sobre o corpo central elevava-se uma torre com relógio e sino, à maneira medieval. Supomos que a CMF não terá apreciado esta solução, talvez por encarecer a obra, como acontecerá nos Paços do Concelho da Lousã, como a seguir veremos. Mantém-se a cornija saliente, a platibanda, o corpo central, mas sem a torre com os sinos. Nas alterações de 1966, este elemento será substituído por um frontão triangular com as armas da cidade ao centro.

O falso perpianho dos cunhais do projecto de 1907 desaparece num levantamento posterior, não datado, e o aparelho saliente da fachada central mantém-se até 1966, tendo sido anulado esse efeito, acentuado ainda mais nas obras da década de 1990, em que até os vidros das janelas que eram em quadrícula, se tornam lisos. O jogo de materiais e volumes é aqui anulado para criar algo mais compacto e também “clean”, num gosto tipicamente contemporâneo.

As diferentes volumetrias no alçado posterior e nas coberturas, de quatro e mais águas, foram também anuladas. A clarabóia por cima das escadas centrais não existe actualmente, embora apareça num levantamento, sem data. Não há memória de ter realmente existido.

⁴⁰⁰ Veja-se a este propósito as dificuldades da Câmara em expropriar alguns terrenos, especificamente o de José Fernandes, ausente no Brasil e incontactável, para extracção da pedra a utilizar nos Paços do Concelho, e que a Câmara pretendeu decretar o terreno como “utilidade pública” por não conseguir resolver doutra forma. Cf. AMF – Actas Camarárias, sessões de 21.8.1907, 11.9.1907, 17.10.1907, 20.11.1907, fls. 197, 200, 205 e 211, respectivamente.

⁴⁰¹ AMF – Actas Camarárias, sessão de 15.1.1908 e 26.2.1908, fls. 221 e 229.

⁴⁰² In COIMBRA, Artur Ferreira – *Fafe a Terra e a Memória*. Fafe: Câmara Municipal de Fafe, 1997, p. 174; Cf. AMF – Actas Camarárias, 21.8.1913 e 11.9.1913, fls. 118 e 129, respectivamente.

Ao nível das plantas observamos uma organização em corredor à volta de um centro, dos Passos Perdidos e da escadaria, dando acesso aos vários compartimentos alinhados de um lado e do outro. Actualmente, pela quantidade de divisórias resultante do crescimento dos serviços, perde-se um pouco o sentido linear da distribuição dos espaços. No r/c os Serviços Administrativos, a Repartição da Fazenda e os Oficinas, e no primeiro andar a Sala do Presidente, das Sessões, Secretaria e Tesouraria, na frente do edifício, e nas traseiras o Tribunal e as dependências para o juiz, delegado, advogados, júri, testemunhas e guarda. A planta da cave não tem indicação das suas funções, mas podemos supor que o arquivo ocuparia uma grande quantidade do espaço.

Num levantamento posterior algumas alterações foram introduzidas ao nível da distribuição dos espaços e suas funções, como seria de esperar num espaço em contínuo crescimento. Recentemente foi acrescentado um novo edifício nas traseiras dos Paços do Concelho, com uma ligação superior ao corpo posterior saliente.

A.2. Paços do Concelho da Lousã, 1918/21-1933 (Vd. pp. 262-280, 2º Vol.)

Moura Coutinho tinha uma ligação à Lousã de há muito tempo. A sua madrinha de baptismo foi a 1ª Condessa do Espinhal, proprietária e benemérita da vila. Embora já falecida nesta altura, MC gozava possivelmente de privilégios familiares e de contactos sociais importantes. Independentemente desses aspectos era já bastante conhecido pela obra realizada, como podemos demonstrar neste estudo.

O primeiro contacto que temos do trabalho de Moura Coutinho para a Lousã data de 1918, quando apresenta ao município um *Plano de Melhoramentos da Vila da Louzã/Memória*⁴⁰³ que, embora não tendo sido concretizado, servirá de orientação para as transformações urbanísticas da vila a partir da década de 1930.⁴⁰⁴

O contacto com Moura Coutinho não seria a primeira tentativa de mudar os Paços do Concelho. *Já desde muitas décadas antes, porém, os lousanenses pensavam em encontrar condignas instalações para sede da sua autarquia, tendo havido mesmo intenção de adquirir o Palácio Salazar em 1893.*⁴⁰⁵ O Palácio Salazar⁴⁰⁶ era nada mais nada menos que o palácio da 1ª Viscondessa do Espinhal, Maria da Piedade de Melo Sampaio Salazar, sua madrinha.

Durante este 1º contacto, de carácter urbanístico, com o município em 1918, estamos em crer que o pedido para o projecto dos Paços do Concelho terá sido já formulado a Moura Coutinho. Este

⁴⁰³ AH-BML – Pasta “Paços do Concelho”, documentos avulsos - *Plano de Melhoramentos da Vila da Louzã/Memória* de Moura Coutinho.

⁴⁰⁴ Cf. CONCEIÇÃO, Catarina Isabel da Cruz – *Os Novos Paços do Concelho da Vila da Lousã*. 2 vols. Trabalho realizado no âmbito de Seminário em História da Arte. Texto policopiado. Coimbra: FLUC, 1999.

⁴⁰⁵ In DIAS, Pedro e REBELO, Fernando – *Lousã a terra e as gentes*. Lousã: CML, 1985.

⁴⁰⁶ Palácio do final do século XVIII do Desembargador Bernardo Salazar Sarmento de Eça e Alarcão, pai da 1ª Viscondessa do Espinhal, Lousã. O palácio está associado a episódios da Invasão Francesa, entre o Marechal Massena e o Duque de Wellington, no início do século XIX. Hoje em dia o palácio está transformado num hotel de quatro estrelas, do grupo Meliá.

propõe a abertura de uma praça como *centro cívico da terra [...] é pois preciso que tenha a nobreza e a imponência correspondente. [...] N'ella ficará a igreja e o seu edificio dos Paços do Concelho com todas as repartições públicas. É o centro. Todas as principaes ruas lhe são radiaes [...]*”. E acrescenta, dizendo que “o novo edificio dos Paços do Concelho deverá ser imponente e ter uma feição altamente *esthetica*.”⁴⁰⁷

Esta feição *altamente estética* que Moura Coutinho procurou dar aos Paços do Concelho⁴⁰⁸ não foi do agrado do presidente da CML, que tendo consultado *pessoa de autoridade* da sua confiança, obteve as seguintes respostas: 1º [...] *não deve destoar do estylo das edificações melhores da localidade que é dos séculos 18º e princípio do 19º*; 2º [...] *o projecto não corresponde a um typo de construção regional ou nacional*, 3º *interiormente seria de desejar que o tribunal fosse maior e que na parte pertencente às salas da Câmara fosse mais aproveitado o espaço*. Embora seja dito que o projecto apresentado à aprovação da Câmara *acha-se desenhado com grande perfeição[...]*, se a Câmara adoptar estas condições, *as leve ao conhecimento do auctor do projecto, lembrando-lhe para modelos os Paços do Concelho de Coimbra ou de Estarreja [...]*.⁴⁰⁹

Moura Coutinho não terá apreciado estas observações porque dois anos depois da entrega do 1º projecto⁴¹⁰ continuava a usar os mesmos argumentos pela escolha do *estylo de transição do românico para o gótico, na sua forma pobre*, tendo por base o estudo que fez da região, dando exemplos da Serra da Lousã e do Castelo de Arouce. *Dada a sua situação num alto, tendo por scenario um explêndido e admirável fundo de montanha, pareceu-me que melhor se adaptaria ao local uma construção de silhuêta bem movimentada e recortada a que a torre, bem portugueza, bem tradicional, daria um cunho raffiné bem em harmonia com a remontíssima origem das Casas do Povo – o que de mais portuguez ainda nos resta do passado glorioso*.⁴¹¹

Como aconteceu no 1º projecto para os Paços do Concelho de Fafe, também na Lousã não vão gostar da ideia da torre, além do mais ficaria a obra mais dispendiosa, e isso era o que não podia ser. E será esta falta de verba, para além da distância a que se encontrava Moura Coutinho e o extravio de correspondência e projectos, que fará arrastar a conclusão da obra para a década de 1930.

Resumindo, a edilidade queria um projecto de influência barroca, *estilo D. João V*, mas não queria/podia gastar muito dinheiro; segundo Moura Coutinho a cantaria e o pinho de boa qualidade não

⁴⁰⁷ AH-BML – Pasta “Paços do Concelho”, documentos avulsos - *Plano de Melhoramentos da Vila da Louzã/Memória* de Moura Coutinho.

⁴⁰⁸ Desconhecemos o paradeiro deste projecto, o próprio Moura Coutinho diz que o perdeu e pediu ao presidente se o enviava, nas cartas de 20.4.1920 e 2.12.1920, não sabendo nós se isso chegou a acontecer ou se desapareceu definitivamente.

⁴⁰⁹ AH-BML – Pasta “Paços do Concelho”, documentos avulsos – Carta do presidente da CML dirigida à Comissão Executiva, 12.2.1920.

⁴¹⁰ A encomenda terá acontecido em 1918, uma vez que em “*acta camarária de inícios de 1919 na qual se relata que o presidente, Dr. João Augusto dos Santos, informa ainda não ter sido enviado pelo architecto João de Moura Coutinho a planta para os novos paços do Concelho*.” In CONCEIÇÃO, Catarina Isabel da Cruz – O. c., p. 20.

⁴¹¹ AH-BML – Pasta “Paços do Concelho”, documentos avulsos – Cartas de Moura Coutinho para presidente da CML, 20.4.1920/10.9.1921.

existiriam na região, tendo que se ir buscar mais longe; não aceitaram a sua proposta de usar betão nos vigamentos, assim como no fingimento da cantaria, dando exemplo do que se estava a fazer no Teatro de S. João do Porto; e ainda por cima, a forma compacta que a Câmara queria para o edifício *em forma de caixote, formando um rectângulo, dá, em regra uma má planta, mórmente quando na diversidade de serviços que devem ser independentes*. Podemos imaginar as voltas na linguagem de Moura Coutinho, homem diplomático, para não ofender, mas não deixando de dizer o que pensava e, inclusive, dando o exemplo que o presidente usou, relativo à Câmara de Coimbra em que *as repartições estão misturadas, algumas sem luz, e outras, como os cartórios, estão separados do Tribunal [...]*.⁴¹²

No seu entendimento, *uma planta, mesmo estudada para servir um alçado do século XVIII, pode ser movimentada e oferecer uma silhuêta que se imponha pelas suas linhas elegantes e traduzam, à 1ª vista, a divisão interior e o destino do edifício, condição primacial para um perfeito trabalho architectónico*. E cita Winckelman para o apoiar: *A beleza de uma edificação está na relação das suas partes com o todo e d'este todo com o seu destino*.⁴¹³

À parte estas e outras considerações, Moura Coutinho aceita mudar o projecto para o estilo do século XVIII, *também muito português*, e aumentar as dimensões do Tribunal, não sem antes chamar a atenção para o facto de dever ser informado regularmente do programa, porque se o tivesse sido para o 1º projecto esta situação não teria acontecido. E informa que um Tribunal não é um local de comício, mas de trabalho, e que em Paris esta sala é mais pequena que a de Coimbra... este mesmo conceito será usado por Moura Coutinho no arranjo do Tribunal de Braga.

No final de 1920, o presidente ainda refuta algumas ideias de MC pela escolha do estilo, fruto *do erro de informações*, dizendo que *na Louzã actual não há absolutamente nada que faça recordar a sua antiguidade*, referindo a excepção de *duas vergas de janela que lembram o século XVI*. *Tudo o mais é posterior [...]*. Informa, então, detalhadamente do que pretende e não pretende: *Não queremos um edifício de aparência faustosa, qualquer que seja o estilo. Nem temos meios para ele [...]*. *Quanto à conformação do edifício convém demonstrar que ele será provavelmente cercado de ruas, pelo que deverá ter quatro faces. Tanto pode por isso ter a forma rectangular como a de I em três corpos*. Deixa para Moura Coutinho a decisão do tamanho do Tribunal; informa da necessidade de salas para secretariado administrativo e arquivo; loja no r/c para guardar material de construção; pede para se reduzir o edifício a r/c e 1º andar, e dispensa a torre do relógio, pois a igreja matriz vai construir uma.⁴¹⁴

Só em Setembro de 1921 Moura Coutinho enviará o novo ante-projecto, estilo século XVIII, assinado e datado de 10 de Agosto de 1921. No AH-BML apenas encontrámos os alçados, não estando

⁴¹² AH-BML – Pasta “Paços do Concelho”, documentos avulsos – Carta de Moura Coutinho para presidente da CML, 20.4.1920.

⁴¹³ AH-BML – Pasta “Paços do Concelho”, documentos avulsos – Carta de Moura Coutinho para presidente da CML, 20.4.1920.

⁴¹⁴ AH-BML – Pasta “Paços do Concelho”, documentos avulsos – Carta de presidente da CML para Moura Coutinho, Dezembro de 1920.

as plantas, fruto dos envios e reenvios das mesmas, sempre que eram necessárias alterações, como podemos confrontar na correspondência entre Moura Coutinho e o presidente da CML. Moura Coutinho diz que *todo o edifício é sóbrio de ornamentação, e se no alçado principal a este ponto se deu mais largueza, foi isso devido a, pela altura a que obrigava o entresolo, não deixar as paredes em excesso despidas*. Propõe novamente o cimento imitando pedra para as ornamentações, por uma questão económica, *ainda que preferível seja sempre a pedra, por muito que o cimento dure*. Faz as modificações pedidas pelo presidente, sugere algumas alterações na distribuição das funções, mas porque não faziam parte do programa não as introduziu, aguardando parecer.⁴¹⁵

Estes alçados enviados por Moura Coutinho, os únicos do autor em arquivo, apresentam na sua globalidade o que podemos observar no edifício construído, sendo a grande excepção no alçado posterior, e algumas outras pequenas diferenças. Como Moura Coutinho previu, a CML preferiu um projecto *em forma de caixote* em vez das *movimentações* propostas no alçado posterior, de maior dinamismo e melhor iluminação, no jogo de volumes que caracteriza o seu trabalho em geral.

O presidente responde a Moura Coutinho, felicitando-o *por este seu muito bello trabalho que nos satisfaz inteiramente*, pedindo no entanto algumas alterações. Estes pedidos são de carácter funcional e organizacional: abrir portas na fachada posterior para o subsolo, o que acabou por acontecer no alçado oeste; suprimir aventais nas janelas da fachada principal, por razões económicas, mas acrescentar na posterior para dar monumentalidade a essa fachada; aumentar à frontaria 2 metros e encurtar nas laterais, por causa do terreno; entre outros pedidos que resultam do ante-projecto não ser um plano de pormenor e parecer a um leigo que faltam coisas óbvias, como ventiladores para o subsolo, condução das águas pluviais no beirado.⁴¹⁶

Em resposta a esta carta, Moura Coutinho aceita algumas sugestões, refutando outras, como o caso da porta para o subsolo no alçado posterior, pela pouca altura do embasamento; quanto ao aumento da fachada no sentido transversal e pela diminuição no sentido longitudinal, alerta para a possibilidade de diminuição em metros quadrados, mas que para isso precisa de refazer o projecto, sendo *inegável que o edifício só tem estheticamente a lucrar com o augmento do alçado principal nos seus trez corpos*. Volta a insistir na torre, depois de fazer uma viagem pelas Beiras, principalmente por Aveiro e Esgueira, de onde era a sua família.⁴¹⁷

⁴¹⁵ AH-BML – Pasta “Paços do Concelho”, documentos avulsos – Carta de Moura Coutinho para presidente da CML, 5.9.1921.

⁴¹⁶ AH-BML – Pasta “Paços do Concelho”, documentos avulsos – Carta do presidente da CML para Moura Coutinho, 8.9.1921.

⁴¹⁷ AH-BML – Pasta “Paços do Concelho”, documentos avulsos – Carta de Moura Coutinho para presidente da CML, 10.9.1921.

Envia o novo projecto (cópias) em Maio de 1922, com o aumento da fachada e as alterações interiores sugeridas anteriormente.⁴¹⁸ Só voltamos a ter notícias em Maio de 1923, quando MC pede informações sobre a categoria e qualidade de materiais, para as cantarias e alvenarias, sendo nesta altura que a CML coloca em arrematação as obras para os alicerces. Parece ter sido difícil a comunicação, entre cartas, ofícios e algumas idas de MC à Lousã, quer porque este se encontrava constantemente fora de Braga devido a várias obras fora da cidade, quer pelas suas viagens ao estrangeiro, quer ainda pela falta de verba, em que a CML ia atrasando as licitações de arrematação das várias fases da obra.

*Se entre a fase de encomenda, entrega de projecto definitivo e início das fundações encontramos um espaço de, sensivelmente, cinco anos, a partir de 1923 entra-se numa fase de execução que se prolongará por quase duas décadas.*⁴¹⁹

Ainda no final de 1924 sai um ofício com as condições de fornecimento das cantarias, mas só no final de 1929 voltamos a ter notícias, mas para sabermos que as cantarias estão expostas à deterioração do tempo. Neste período chega-se a pôr em causa a conclusão da obra e a ponderar-se a venda das cantarias e do terreno, mas *só a câmara de 1930-34*⁴²⁰ *conseguiu levantar o edifício novo, que hoje honra a terra e lhe dá carácter, integrado como está no tipo de construções do século XVIII que predomina nos melhores edifícios antigos da Lousã.*⁴²¹

Nesta fase as cartas entre Moura Coutinho e a CML serão mais de carácter técnico, nos acertos de desenho, ornamentos e materiais, e em fazer chegar atempadamente os elementos para as várias licitações e arrematações da obra.⁴²² Desta vez Moura Coutinho pedirá a colaboração do engenheiro António Valença⁴²³, director das Obras Públicas de Braga, *que pela sua competência e saber, só representa uma garantia para a boa execução dos trabalhos.*⁴²⁴

No início de 1932, estão a ser discutidos aspectos decorativos, como lambris e painéis de azulejos para a entrada e para a sala nobre. Moura Coutinho envia um modelo da Fábrica Constância *em harmonia com o estilo do edifício – D. João V*, para que o presidente possa decidir. Aconselha-o a visitar a casa do Sr. José Dias⁴²⁵, com desenhos feitos pelo Sr. Battistini, *artista de grande mérito*, que tem azulejos desta fábrica, e aconselha-o também a pedir a *auctorizada opinião* de um artista que a Lousã tem, o *Snr. Carlos Reis*. Moura Coutinho pensava num *grande panneaux, em azulejo, com um quadro histórico, alusivo às instituições camarárias, que são tão antigas como a nacionalidade*, assim

⁴¹⁸ AH-BML – Pasta “Paços do Concelho”, documentos avulsos – Carta de Moura Coutinho para presidente da CML, 15.5.1922. Este projecto não se encontra em arquivo, não podendo fazer-se a comparação.

⁴¹⁹ In CONCEIÇÃO, Catarina Isabel da Cruz – O. c., p. 22.

⁴²⁰ Sob a presidência do Dr. Eugénio Mascarenhas Viana de Lima.

⁴²¹ In LEMOS, Álvaro Viana de – *A Lousã e o seu Concelho*. [1950]. 2ª Reedição. Lousã: BML/CML, 2001, p. 83.

⁴²² Para um completo estudo do processo Vd. CONCEIÇÃO, Catarina Isabel da Cruz – O. c.

⁴²³ Moura Coutinho trabalhou com o engenheiro António Valença na remodelação interior do Tribunal de Braga, entre 1922 e 1931.

⁴²⁴ AH-BML – Pasta “Paços do Concelho”, documentos avulsos – Carta de Moura Coutinho para presidente da CML, 3.7.1930.

⁴²⁵ A Casa do Sr. José Dias – Casa da Quinta de Baixo, na Lousã, é um projecto atribuído a Moura Coutinho, que abordaremos neste estudo.

como mobiliário em castanho-escuro para a sala nobre, e projectou painéis pintados a óleo para as salas do tribunal. *Recebendo indicações de V. Ex. a este respeito projectaria a sala completa, com bancadas, carteiras, etc. Para o conjunto ficar harmonioso.* Dependendo do orçamento não haveria necessidade de se fazer tudo de uma vez.⁴²⁶ Não se chegou a realizar.

Em Janeiro de 1933 Moura Coutinho envia o orçamento final, estando ainda longe de a obra ser dada como concluída. Em Março são encomendados azulejos à Fábrica Constância, de Lisboa, e em Junho o mestre Carlos Reis e o seu filho João Reis propõem-se pintar telas para o salão nobre, o que foi aceite. Uma alusão aos honorários de Moura Coutinho é feita em Novembro de 1933, *e refere a importância de dez mil escudos englobando o custo do projecto, detalhes e mais serviços concernentes ao edifício dos Paços do Concelho.*⁴²⁷

Depois desta fase não há referências a Moura Coutinho, mas as obras continuam. Em 1935 o arquitecto paisagista Jacinto Matos é o responsável pelo desenho do jardim em “estilo do século XVIII”, e em 1946⁴²⁸ terminam-se a cave e o sótão, havendo pelo meio muitas obras a serem concluídas, mas só na década de 1960 estará terminada.

O edifício tem três pisos, cave, r/c e 1º andar, em planta quadrangular, com fachadas circunscritas por cunhais apilastrados, rematadas por cornija, coroadas por urnas e telhados de quatro águas e clarabóia. Abre-se para um amplo jardim com uma fachada principal de três corpos, sendo o central recuado com portal nobre e brasão, antecedido por uma escada de aparato de influência barroca. Janelas amplas em todas as fachadas, com sacadas e varandas no andar nobre do alçado principal. As molduras em cantaria dos vãos são de verga simples com remate curvo nas fachadas este, sul e oeste, sendo de maior aparato na fachada norte, a principal, com volutas e frontão semi-circular. Respiradouros ao nível da cave.

O eixo de simetria é marcado, na fachada principal, pela impulsão vertical dada pela escadaria/portal/janela/brasão/frontão ogival, enquanto na fachada posterior é conseguido, de forma mais contida, pela escada/porta/sacada com tripla abertura.

No interior, um amplo átrio no r/c com visibilidade para a escadaria de acesso ao 1º andar. As divisões estão distribuídas simetricamente nos dois pisos. No r/c o Tribunal a este e a Secção das Finanças a oeste; no 1º andar, por cima do átrio o Salão Nobre, a este os Serviços Judiciais e a oeste os Serviços Administrativos da CML, e ao fundo o Governo Civil. Na cave o Arquivo. Há ainda a assinalar um sótão.

⁴²⁶ AH-BML – Pasta “Paços do Concelho”, documentos avulsos – Carta de Moura Coutinho para presidente da CML, 15.2.1932.

⁴²⁷ In CONCEIÇÃO, Catarina Isabel da Cruz – O. c., p. 32.

⁴²⁸ AH-BML – Pasta “Paços do Concelho”, documentos avulsos – *Memória Descritiva e Justificativa*, Maio de 1946.

Arquitectura revivalista, neobarroca, coerente com a estética urbana da Lousã, como Moura Coutinho acabaria por aceitar, ao mudar o 1º projecto de influência românico-gótica.

A.3. Mercado Municipal, em ferro, Braga, 1914-15 – demolido (Vd. pp. 281-286, 2º Vol.)

Em Dezembro de 1912 é nomeada uma comissão para estudar a construção de um novo mercado.⁴²⁹ O velho mercado que existia frente à Praça Municipal desde 1878 já há muito que não servia. Era Presidente da Câmara o Tenente-Coronel Lopes Gonçalves, que defendeu a ideia do novo mercado ser construído no mesmo local – *segundo a velha tradição, em que, no geral e grandes cidades, se fazia na frente das catedrais ou dos Paços do Concelho*.⁴³⁰

Como centralização, perto de uma artéria radial de intenso trânsito, no meio de duas linhas de eléctricos, ascendente e descendente, *esta premissa do problema era, então, defensável*. Porém, MC e outras individualidades importantes da cidade de Braga não apoiaram esta solução, *não só pela sua situação entre o edifício da Câmara e o Paço Episcopal, como pela péssima topografia do local em forma trapezoidal e com acentuado declive, - a colocação, aí do Mercado, seria inadmissível*.⁴³¹

A discussão sobre se devia manter-se na Praça do Município ou passar para o Campo da Feira (actual Praça do Comércio) foi longa, mas venceu o primeiro local.

Abriu-se Concurso Público e apenas apareceram duas firmas a concorrer: uma de Braga, do empreiteiro Domingos José Affonso e de Moura Coutinho; outra do Porto, Companhia Aliança da Fábrica de Massarelos.⁴³² Em sessão extraordinária de 16 de Março de 1914 a CMB votou pela proposta de Domingos José Affonso, assinando contrato no dia 20 do mesmo mês.

O projecto do Porto teria uma área um pouco mais pequena que a do projecto vencedor, necessitaria de mais colunas, incluía uma marquise, era mais caro e tinha uma forma trapezoidal, tornando irregulares as ruas do lado nascente e poente.⁴³³

O projecto vencedor era, na sua globalidade, todo em ferro. O ferro como material de construção, e não apenas como elemento de decoração, chegou tardiamente a Braga. *Seria arte intensamente importada, em que normalmente se incluía, até, no contrato da obra, o preço do operário que viria fazer a montagem da estrutura, que vinha apenas desmontada das fábricas, normalmente do Porto*.⁴³⁴

⁴²⁹ AMB - Livro de Actas da Comissão Administrativa, Sessão de 6.12.1912.

⁴³⁰ COUTINHO, Moura - *Dois problemas de Urbanização. II - O Mercado*, in "O Correio do Minho", Braga, 17.2.1952.

⁴³¹ COUTINHO, Moura - *Dois problemas de Urbanização. II - O Mercado*, in "O Correio do Minho", Braga, 17.2.1952.

⁴³² AMB - OU36 - *Empreitada geral de Construção de um mercado fechado*. Inclui programação do concurso, plantas do local e as propostas dos dois concorrentes: Domingos José Affonso, de Braga e a Companhia Aliança, proprietária da Fábrica de Fundição de Massarelos, 1914.

⁴³³ AMB - OU36 - *Relatório sobre os projectos de mercado apresentados no concurso aberto pela CMB*, 16.3.1914.

⁴³⁴ OLIVEIRA, E. Pires de - *Arquitectura de ferro na cidade de Braga, Estudos Bracarenses* – 7. Braga: Minia, 5/6, 1982, p. 58.

Os desenhos de Moura Coutinho datam de 12 de Fevereiro de 1914 e constam de alçado principal, posterior e lateral; corte transversal e longitudinal; planta geral, das fundações e da cobertura.

Na altura mal despontava o cimento armado. O predomínio dos grandes vazios envidraçados aligeirava o aspecto do conjunto. A estrutura da armação de ferro, com as águas em empena, foi executada pelo engenheiro Vicente Ferreira, que também estudara a calota do Teatro Circo. O ferro da cobertura viria da Bélgica.⁴³⁵

No projecto apresentado por Domingos José Affonso e Moura Coutinho o contorno do mercado cinge-se inteiramente à planta indicada pelo Caderno de Encargos do Programa do Concurso da CMB. A entrada no mercado era feita pelas quatro faces.

Conforme prescrevia o Caderno de Encargos o contorno do mercado foi totalmente ocupado com lojas - num total de 52, que poderia ser aumentado em 6 ou 8 lojas, se a Câmara assim o desejasse - opinião que o engenheiro Albino Rodrigues não partilha, aquando do seu Relatório, justificando pelas exíguas dimensões com que as lojas ficariam.

A disposição das lojas permitia que a venda ao público se fizesse tanto para o exterior como para o interior. Portas de chapa ondulada permitiam fechar as lojas dos dois lados, que no seu interior eram forradas a azulejos.

O espaço interior do mercado era dividido em 12 grandes talhões separados por largos arruamentos longitudinais e transversais: uma rua de 4 metros de largura circundava o mercado, duas ruas em cruz de 5 metros de largura uniam as entradas das faces opostas e, quatro ruas transversais de 2,50 metros de largura completavam a divisão dos talhões.

Para a fiscalização, Moura Coutinho dispôs dois gabinetes à entrada da fachada principal. Do lado oposto, duas casas de banho separadas para homens e mulheres. Distribuídos pelo espaço interior encontravam-se dois marcos fontanários e quatro bocas de rega.

A cobertura era totalmente metálica. Devido à irregularidade do espaço a cobrir, MC adoptou a cobertura em três naves com quatro águas: duas águas mais elevadas na nave central e duas baixas, uma para cada uma das naves laterais; mais duas águas para as lojas do perímetro. Desta solução resultou a possibilidade do projecto obter um carácter mais monumental nas fachadas principais, aproveitando como motivo de decoração as grandes empenas envidraçadas. O mesmo não se poderá dizer das fachadas laterais, de maior simplicidade, cuja inclinação variável das águas, classificadas como regradas e empenadas, foram consideradas como *defeito capital* pelo engenheiro Albino Rodrigues.

Doze colunas interiores sustentavam a cobertura.

⁴³⁵ OLIVEIRA, E. Pires de - *Arquitectura de ferro na cidade de Braga, Estudos Bracarenses* – 7. Braga: Minia, 5/6, 1982, p. 59.

O mercado foi, ainda, provido de casa das máquinas e de instalações frigoríficas alojadas num subterrâneo, por baixo do pavimento do mercado, cujo acesso e transporte de géneros se fazia por um elevador - monta-cargas.

O jornal *Echos do Minho* dá a notícia do começo das obras pelo assentamento da cantaria dos portões do mercado a 5 de Agosto de 1914.

Num ofício de Setembro de 1914 Domingos José Affonso indica que o *construtor idóneo para o mercado é o Sr. Bernardo Joaquim Moreira de Sá, engenheiro - constructor, da cidade do Porto, e na falta deste, o Sr. João de Moura Coutinho d'Almeida d'Eça, architecto, desta cidade de Braga*.⁴³⁶

O mercado recebeu, ainda, uma marquise, empreitada ganha, também, por Domingos J. Affonso. Desta vez os desenhos não são de Moura Coutinho, mas do próprio D. J. Affonso.

Um ano depois, o mercado foi vistoriado pelo engenheiro civil Henrique Júnior, detectando algumas modificações às condições que serviram de base ao contrato. No entanto, e na *sua opinião, não comprometem a estrutura geral do mercado - e tendo verificado que as obras construídas, (...), se acham em boas condições de solidez e segundo as regras da arte, entende (...) que não há inconveniente em serem recebidas provisoriamente, (...)*.⁴³⁷

O Mercado Municipal foi inaugurado a 1 de Outubro de 1915, sendo vistoriado definitivamente em Dezembro do ano seguinte.⁴³⁸

Foi deliberado demolir a 6 de Outubro de 1955, com concurso público a 5 de Dezembro,⁴³⁹ por já não apresentar condições de segurança, higiene e principalmente, por se ter decidido da importância de um mercado localizado em outro ponto estratégico da cidade - Campo da Feira (actual Praça do Comércio), o mesmo local discutido anos antes. Esta discussão tinha começado, novamente no início dos anos cinquenta, embora Moura Coutinho apresentasse, em entrevista ao Correio do Minho, uma solução diferente, que seria constituído pelos terrenos entre a Avenida Central, Travessa dos Congregados e a Rua do Raio.⁴⁴⁰

A.4. Tribunal Judicial (remodelação interior), Braga, 1922-31 – demolido (Vd. pp. 287-303, 2º Vol.)

O antigo Tribunal de Braga foi adaptado a essa função no antigo palacete dos Vilhenas Coutinhos, na Praça Conselheiro Torres e Almeida, perto da Igreja do Pópulo e da Praça Conde de

⁴³⁶ AMB - OU36 - Ofício de Domingos José Affonso para o Presidente da CMB, 30.9.1914.

⁴³⁷ AMB - OU36 - Mercado Fechado. Vistoria ao Mercado Municipal de Braga, 17.9.1915. Inclui um Auto de recepção provisória do novo Mercado Fechado na Praça Municipal, 28.9.1915.

⁴³⁸ AMB - OU36 - Vistoria ao mercado fechado da cidade de Braga para a sua recepção definitiva, 2.12.1916.

⁴³⁹ AMB - OU53, Processo 3 – Concurso Público para a demolição e venda dos materiais que constituem o edifício do actual Mercado Municipal, na Praça Municipal, 5.12.1955. A demolição definitiva foi a 14.1.1956.

⁴⁴⁰ COUTINHO, Moura - Dois problemas de Urbanização. II - O Mercado, in "O Correio do Minho", Braga, 17.2.1952.

Agrolongo. Entretanto o seu interior foi demolido há uns anos, encontrando-se actualmente em estado de abandono.

A adaptação do palacete a tribunal foi levada a cabo por Moura Coutinho e pelo engenheiro António Valença, responsável pela escolha do local e do edifício para essa função, em Setembro de 1922.⁴⁴¹ Na ala esquerda desse edifício já funcionava o tribunal e o quartel dos bombeiros, propondo a retirada destes, a expropriação de construções contíguas ao terreno e a ocupação do restante edifício para o novo tribunal.⁴⁴²

Em Novembro desse ano entregam na CMB as condições de arrematação, medições e levantamento gráfico para a *Empreitada para a construção da obra de pedreiro da fachada principal do corpo poente do edifício dos Tribunais*.⁴⁴³

Em Agosto de 1923 apresentam uma memória descritiva e plantas⁴⁴⁴ do projecto, referindo que já tinham anteriormente entregado na CMB um ante-projecto⁴⁴⁵ que apontava os problemas de iluminação do interior do edifício, pela *exiguidade do terreno e pela altura dos prédios que o limitam*, aconselhando a *compra ou expropriação do prédio que, com frente para o campo do Conde de Agrolongo, liga ao edifício do Tribunal, pela sua face norte*.⁴⁴⁶ Uma vez que a CMB aceitou esta sugestão⁴⁴⁷, a proposta apresentada por estes dois técnicos inclui já este espaço de 4 metros de largo por 29 metros de comprido.⁴⁴⁸

Para além do Tribunal Criminal e do Tribunal Civil e Comercial, o novo edifício teria de comportar a *Repartição de Finanças concelhia, a Recebedoria e a Conservatória do Registo Predial*, por indicação da CMB. Neste sentido os técnicos optaram por colocar estes últimos serviços no r/c, alguns deles com entradas independentes, enquanto o Tribunal Criminal ficava no 1º andar e o Tribunal Civil e Comercial no 2º, distribuição esta que não era do seu agrado, sugerindo que a Conservatória não ficasse neste edifício. Ainda assim “sobrava” um espaço, sugerindo-se que fosse para a Inspeção Escolar. Nesta memória são ainda descritas as características materiais e construtivas do projecto.

A proposta para a construção do tribunal é redigida quase um ano depois, em Junho de 1924, e assinada apenas por Moura Coutinho. Esta demora para o início das obras vai acarretar alterações ao

⁴⁴¹ Vd. Relatório deste engº expondo à CMB as razões da escolha deste edifício em detrimento de outros ou mesmo de um edifício novo para essa função. In AMB – OG4, Processo 132/922 – *Considerações acerca do local para a construção do edifício destinado a tribunais*. 19.9.1922.

⁴⁴² Vd. Levantamento das plantas do edifício e respectivas partes ocupadas pelos bombeiros e tribunal. In AMB – OU40 – *Planta do atual edifício dos tribunais*, 29.12.1922, assinada por Moura Coutinho e pelo engenheiro António Valença.

⁴⁴³ AMB – OU40, 3.11.1922.

⁴⁴⁴ Estas plantas não constam no processo em que se encontra a respectiva memória descritiva.

⁴⁴⁵ Este documento não consta no AMB.

⁴⁴⁶ AMB – OU40 – *Projecto para a transformação do edifício para o Tribunal Judicial*. *Memória*, 1.8.1923.

⁴⁴⁷ AMB – Livro de Actas Camarárias, 1924, fl.11.

⁴⁴⁸ É visível na fachada actual esse corpo acrescentado a norte do antigo palacete, que era simétrico antes da alteração.

plano, essencialmente de carácter económica, *dada a instabilidade dos preços*.⁴⁴⁹ Mas a demora ainda vai ser maior, pois em Junho de 1926 a obra não tinha começado.

Pelo que nos dá a entender num artigo de jornal, Moura Coutinho defende-se contra as críticas de quem acusa o projecto de ter *proporções exageradas e inexequíveis*, taxando o edifício de *Palácio da Justiça*, ao que Moura Coutinho responde, não sem alguma ironia, *desvanecido e agradecido* por esta denominação. E aponta as condições estabelecidas no Programa que impunha a serventia a vários serviços, o que *Para se poder dar uma certa decência e conforto às casas destinadas aos serviços judiciais preciso é que elas estejam devidamente instaladas*.⁴⁵⁰

O facto é que a 2 de Agosto de 1926, em reunião da Comissão Administrativa da CMB, o presidente propõe que se proceda à *demolição de algumas paredes que pelo projecto têm de desaparecer e que logo que seja presente o orçamento de construção se façam as arrematações de empreitadas ou tarefas, propondo que da administração dessas obras fiquem encarregados os autores do projecto, senhores engenheiros António Valença e arquitecto Moura Coutinho*.⁴⁵¹

Esta demora no arranque das obras acabou por trazer algumas vantagens para o projecto, pois deu tempo a que a Vereação Municipal tomasse a resolução de pôr de parte a ideia de juntar no mesmo edifício os tribunais e as diversas repartições de finanças, o que permitiu uma orientação diferente ao estudo – traduzindo-se num maior espaço disponível e consequente melhoria das instalações e salubridade, numa melhor lógica na distribuição dos serviços e aproveitamento do existente, diminuindo o tempo de obra e custos.

No novo projecto de reforma do tribunal, entregue por Moura Coutinho e António Valença em Dezembro de 1926⁴⁵², apresentam uma nova distribuição dos serviços:⁴⁵³ o Juízo Civil no rés-do-chão, o Juízo Criminal no 1º andar e o Cartório nas águas furtadas, com acesso independente. Os dois juízos ficam com as suas dependências privativas independentes entre si e independentes do público, não se cruzando na circulação os oficiais de justiça com o público.

A todos foram dadas amplas instalações, com destaque para os Passos Perdidos, por se tratar de um espaço de circulação e de espera: *No estrangeiro, em edifícios modernamente construídos, são sempre os Passos Perdidos as dependências mais amplas, mais bellas e mais sumptuosas*.⁴⁵⁴ Apoiando ainda esta decisão, citam Cloquet: *Uma casa de Justiça, diz L. Cloquet, é constantemente frequentada por demandistas, magistrados, empregados, advogados, agentes da força pública, testemunhas e*

⁴⁴⁹ AMB – OU40 – *Proposta para a construção do edifício dos Tribunais*, 16.6.1924.

⁴⁵⁰ In COUTINHO, Moura - O Edifício do Tribunal. In *Diário do Minho*, 30.6.1926.

⁴⁵¹ AMB – Livro de Actas da Comissão Administrativa – 1926-27, fl. 35, sessão de 2.8.1926.

⁴⁵² AMB – OU40 – *Projecto para a reforma do edifício do Tribunal de Braga*, 30.12.1926.

⁴⁵³ Neste processo não se encontraram as plantas, no entanto servimo-nos das plantas de 1928, aquando da instalação eléctrica.

⁴⁵⁴ AMB – OU40 – *Projecto para a reforma do edifício do Tribunal de Braga*, 30.12.1926.

curiosos. Assim é necessário que a maior parte das peças estejam em contacto com o amplo vestibulo principal, caracteristicamente chamado Sala dos Passos Perdidos.

É sugerido por estes dois técnicos que os trabalhos se iniciem imediatamente e que a obra seja feita por administração directa e por pequenas empreitadas parciais, especialmente nos trabalhos artísticos, como a decoração das salas de audiência, tendo-se cuidada atenção na escolha dos artistas.

O orçamento era de 353.000\$00 escudos, menos 10.000\$00 escudos que no projecto anterior. Foram definidos, por estes dois técnicos, o programa do concurso e respectivo caderno de encargos para a empreitada geral das obras, entregues conjuntamente com o novo projecto.⁴⁵⁵

Nos meses que se seguiram, e conforme a obra avançava, elaboraram também os programas específicos do concurso e respectivos cadernos de encargo das empreitadas de pedreiro e carpinteiro, e as condições para tarefas de pedreiro, carpinteiro e caiador.⁴⁵⁶

No início de 1928 fazem-se trabalhos de electrificação, trolha, estucador e pintor, e no final do ano fornecem-se orçamentos para mobiliário. Em Novembro de 1929 Moura Coutinho apresenta um relatório relativo a uma reclamação do empreiteiro Francisco Fernandes Canário contra a fiscalização, apoiando aquele, dando indício de que as obras estão a chegar ao fim, no entanto, no final de 1931 o construtor civil, Francisco Gomes Bouças, ainda reclama por falta de pagamentos. Não encontrámos o término da obra, mas no final de 1937 são solicitadas obras de reparação nos telhados e na consolidação de argamassas, já não se tratando da empreitada iniciada em 1926.⁴⁵⁷

Como já referimos o interior de tribunal foi destruído, como já o tinha sido quando foi palacete, mas actualmente está votado ao abandono, esperando nova vida.

A.5. Cozinha Económica, Braga, 1932 (Vd. pp. 304-305, 2º Vol.)

Existe um desenho para a Cozinha Económica no arquivo da BPB-UM, vindo do ateliê de Moura Coutinho. Trata-se de um esboço, a lápis, do alçado principal e da planta, não estando assinado.

*A Cozinha Económica, um edifício bastante curioso e sem paralelo no contexto da arquitectura bracarense do século XX; é possível que o seu projecto seja da autoria do arquitecto João de Moura Coutinho.*⁴⁵⁸

⁴⁵⁵ AMB – OU40 – Programa de Concurso e Caderno de Encargos da Empreitada Geral para as obras de construção e reforma do edifício dos Tribunais de Braga, 30.12.1926.

⁴⁵⁶ AMB – OU40 – Programa de Concurso e Caderno de Encargos da Empreitada de Pedreiro e Carpinteiro, 14.2.1927; Condições para as tarefas de Pedreiro, Carpinteiro e Caiador, 1.4.1927.

⁴⁵⁷ AMB – OU40 – Documentos avulsos.

⁴⁵⁸ OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *A Paróquia de São José de São Lázaro (1747-1997)*. Braga: Paróquia de São José de São Lázaro, 1997, p. 251.

O alçado é composto por cinco vãos, três sendo janelas, uma horizontal e duas verticais, com parapeitos salientes. A planta é irregular, com um refeitório grande, despensa, copa e cozinha, e reservando-se espaços diferenciados para o vestiário feminino e masculino.

B - Equipamentos Urbanos de Iniciativa Particular

B.1. Ateneu Comercial, Braga, 1910/11 (1º projecto não construído) e 1923-27 – demolido (mantendo-se a fachada) (Vd. pp. 307-311, 2º Vol.)

Com a extinção do Convento dos Remédios foram loteados e arrematados os terrenos da cerca do dito convento, no final de 1907, para abertura de uma nova avenida.⁴⁵⁹ A direcção do Ateneu Comercial, desejando construir novo edifício⁴⁶⁰, arrematou, para esse efeito, as parcelas números 6 e 7, junto à parcela 5 do Teatro Circo. Na qualidade de presidente do Ateneu Comercial, Narciso Ramos de Barros Pereira, arrematou as parcelas por 1249\$000 réis e 1.457\$000 réis, respectivamente, no dia 30 de Dezembro de 1907.⁴⁶¹

A autorização desta acção tinha acontecido em reunião da Assembleia Geral, do dia 16 de Dezembro de 1907: *A direcção d'esta prestante colectividade foi, em assembleia geral d'hotem, auctorizada a adquirir terreno no extincto convento dos Remedios, para um edificio próprio da associação, devendo ficar contíguo ao projectado teatro-circo.*⁴⁶² *Não tendo o actual edificio as precisas condições, resolveu a Direcção mandar construir uma casa própria com a precisa capacidade e todo o conforto, para os sócios ahi poderem passar algumas horas agradáveis.*⁴⁶³

Estando-se já em meados de 1911, a revista *A Construção Moderna*, publica o projecto de Moura Coutinho para o Ateneu Comercial de Braga, que *destina-se a ser construído na Avenida, ainda em princípio, que ligará o centro da cidade ao bello local de S. João da Ponte. [...] Circunstâncias várias, porém tem retardado o início das obras.*⁴⁶⁴

Pois são estas circunstâncias que vão inviabilizar a concretização deste projecto. O Ateneu Comercial não chegará a ter o seu edifício na Avenida da Liberdade, mantendo-se na Rua dos Chãos, no seu antigo espaço, até à década de 1920, altura em que se constrói novo edifício junto à sua sede, também da autoria de Moura Coutinho.

Os terrenos que tinham sido arrematados pelo Ateneu para a construção da sua nova sede, e para a qual foi pedido um projecto a MC, acabaram por ser adquiridos por *Zenha*. Não se tendo

⁴⁵⁹ Actual Avenida da Liberdade, na altura Avenida Conselheiro Franco e depois Avenida Marechal Gomes da Costa.

⁴⁶⁰ O Ateneu Comercial tinha o seu edifício na Rua dos Chãos, em Braga.

⁴⁶¹ AMB – OU24 – Arrematação de materiais e terrenos do extinto Convento dos Remédios. Vd. plantas com a distribuição dos terrenos pelos diversos arrematantes.

⁴⁶² In *Correio do Minho* – Atheneu Commercial, 17.12.1907.

⁴⁶³ In *A Construção Moderna e as Artes do Metal* – Atheneu Commercial de Braga, nº 13, ano XI, Lisboa, 5.7.1911.

⁴⁶⁴ In *A Construção Moderna e as Artes do Metal* – Atheneu Commercial de Braga, nº 13, ano XI, Lisboa, 5.7.1911.

encontrado documentação que explique as condições e as datas desta aquisição, fica a dúvida se o edifício do Ateneu terá sido iniciado e depois adaptado ao edifício que lá se encontra (antiga CUF).⁴⁶⁵

O projecto apresentado na revista *A Construção Moderna*, e que acabou por não ser construído para o Ateneu Comercial, tinha previsto dois pisos e três panos na fachada principal, enquadrando-se na linguagem utilizada por Moura Coutinho no Teatro Circo, definida dentro dos limites do revivalismo e do ecletismo. Composição simétrica dividida por pilastras e janelas de sacada com arcos de volta perfeita no 1º piso, enquanto no rés-do-chão as aberturas apresentam arcos abatidos. Entablamento e platibanda rematam o edifício, coroado com telhados de duas águas.

A traça da planta teve de se sujeitar às dimensões do terreno com 16 metros x 50 metros, no entanto o seu aproveitamento permitiu fazer um trabalho com amplas dependências e iluminação abundante.

Estava composto por dois pavimentos, sendo o espaço do r/c distribuído por um átrio que dá acesso a um grande *hall* de circulação, rodeado por salas de funções diversas: recepção, leitura, jogos, vestiário, casas de banho, telefone, copa e cozinha. Ainda no r/c, e no seguimento das salas anteriores, uma galeria que dá acesso à sala de jantar e a várias salas de jogo, incluindo a do bilhar, mais ampla, sendo rematada por uma sala de conversação em forma semi-circular. O acesso ao 1º andar faz-se do *hall* central para uma escadaria cenográfica, que se abre em dois braços, até a uma galeria superior que faz a distribuição dos diferentes espaços: sala da direcção, sala de fumo, sala de senhoras, vestiários, casas de banho, copa e um peristilo que faz ligação ao grande salão de festas e ao jardim de Inverno.

Como vimos o Ateneu Comercial acabou por se manter na sua antiga sede por largos anos, não nos tendo sido possível saber a data em que vai ocupar os prédios ao lado, propriedades de Moura Coutinho e de outro vizinho.

A 25 de Abril de 1923, e na qualidade de proprietário, MC *desejando abrir uma larga portáda, no seu prédio da rua Cândido dos Reis [actual rua dos Chãos] nº 110 e 112 (junto ao edifício do Atheneu Commercial), abrangendo os dois primeiros pavimentos, segundo o desenho, vem pedir a V. Ex. se digne conceder-lhe a licença respectiva.*⁴⁶⁶ Neste mesmo requerimento somos informados das dificuldades no acerto dos alinhamentos dos edifícios contíguos (ainda hoje em dia é visível).

A 7 de Agosto de 1925, Moura Coutinho informando que embora tivesse obtido licença de reconstrução da fachada do dito edifício, vem requerer nova licença para um projecto conjunto com o seu vizinho, Manoel José da Silva, de reconstrução de ambas as fachadas: *sendo, no geral, prejudicial para a esthetica de um arruamento a construção de prédios estreitos, tudo aconselhando que, quando*

⁴⁶⁵ Desenvolveremos este aspecto quando tratarmos deste edifício, uma vez que é atribuído a Moura Coutinho.

⁴⁶⁶ AMB – OG5, Processo 34/923 – Requerimentos e desenhos.

*haja um ou mais prédios nestas condições se unam n'uma architectura geral, para apresentarem o aspecto de um só.*⁴⁶⁷ Em Março de 1927 o edifício não estava ainda concluído, pedindo mais três meses para concluir a obra, deixando-se de ter notícias a partir daqui.

Unindo os dois edifícios, ao nível da fachada, permitiu uma leitura de continuidade, recorrendo a largas vidraças que desenham arcos quebrados, nos três pisos. O sentido da verticalidade é também acentuado pelo recurso a pilastras, separando os dois registos que coincidem com as duas casas. O alinhamento com o edifício da sede do Ateneu Comercial, nunca chegou a realizar-se, notando-se um pequeno desnível.

Desconhecemos a partir de que momento o Ateneu Comercial passou a ocupar os dois edifícios contíguos à sua sede, e em que circunstâncias se deu essa transição. O Ateneu Comercial já lá não funciona desde a década de 1980, tendo sido transformado numa casa de pronto-a-vestir. Actualmente o conjunto dos três edifícios encontram-se em remodelação total, mantendo-se apenas as fachadas.

B.2. Garagem Auto-Palace (O Nosso Café), Braga, c. 1914 -16 – interior alterado(Vd. p. 312, 2º Vol.)

O Auto-Palace deverá ser dos primeiros edifícios a ser construída na Avenida da Liberdade, depois da demolição do extinto Convento dos Remédios, juntamente com o Teatro Circo. Em postais antigos é visível esta construção, quando os edifícios da CUF e da padaria *A Nacional* estavam ainda por construir. Em 1916 já estava concluída, pois fotografias dessa época comprovam-no.

A autoria deste projecto tem sido atribuída a Moura Coutinho.⁴⁶⁸ O proprietário do terreno era António Marinho, para quem Moura Coutinho projectará outra garagem em 1927.⁴⁶⁹ Este facto é, no nosso entendimento, importante, pois a ligação com o proprietário pode vir já desde o projecto para a Auto-Palace da Avenida da Liberdade.⁴⁷⁰

António Marinho juntamente com *Zenha*, proprietário do terreno da futura CUF (ver edifício a seguir), tinham também, por trás de Teatro Circo, um terreno comum onde construíram uma garagem. Pelo menos assim aparece nas plantas do loteamento com a designação *Marinho y Zenha Garaje*.⁴⁷¹ Ernesto Korrodi foi o autor de uma *Auto-Garage Zenha*, construída em 1914,⁴⁷² já desaparecida, que

⁴⁶⁷ AMB – OG5, Processo 34/923 – Requerimentos e desenhos.

⁴⁶⁸ Cf. PEDREIRINHO, José Manuel – *Dicionário dos Arquitectos Portugueses activos em Portugal do séc. I à actualidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

⁴⁶⁹ AMB - OG9, Processo 12/927. O projecto desta garagem tinha frente para a Rua Pereira Caldas, actual Rua Dr. Gonçalo Sampaio, e para a Rua dos Granginhos, actual Rua de S. Lázaro. Foi aprovado em 25.4.1927, não tendo, segundo parece, sido construído.

⁴⁷⁰ Ainda a acrescentar o facto de ser atribuído a Moura Coutinho, juntamente com o arquitecto João Pereira Braga, a autoria de um prédio na Rua de S. Marcos, inicialmente com a inscrição de *Auto-Palace*, projecto de 1935. Vd. AMB – OG22, Processo 150/935.

⁴⁷¹ AMB – OU24 – Arrematação de materiais e terrenos do extinto Convento dos Remédios. Vd. plantas com a distribuição dos terrenos pelos diversos arrematantes.

⁴⁷² COSTA, Lucília Verdelho da – *Ernesto Korrodi 1889-1944/ arquitectura, ensino e restauro do património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 320.

teve frente para o Lg. Carlos Amarante e para a rua Dr. Gonçalo Sampaio, chamando-se posteriormente *Viação Auto-Motora*.⁴⁷³ Estas designações parecem ser da mesma auto-garagem, no dito local.

A coincidência dos nomes, proprietários e proximidade dos terrenos e datas, têm lançado alguma dúvida na atribuição da autoria, sendo, no entanto, o edifício que nos ocupa neste estudo, o *Auto-Palace* da Avenida da Liberdade atribuído a Moura Coutinho, juntamente com quase todos os edifícios daquele correr da avenida, desde a Casa do Artista, seu próprio ateliê, até ao Teatro Circo.

A fachada principal apresenta um enorme arco de volta perfeita, apoiado numa espécie de cachorrada, ladeado por dois corpos mais baixos de aberturas rectas. A separar os três corpos, duas grandes pilastras que continuam para além do arco.

O edifício sofreu grandes alterações interiores e exteriores ao longo dos tempos. A principal alteração interior decorreu quando passou a receber as instalações de *O Nosso Café, Sociedade Anónima de Responsabilidade Lda*, em 1950-51.⁴⁷⁴ Na fachada principal foi-lhe acrescentado um varandim; levantamento das platibandas laterais e execução de amplas aberturas no r/c. Posteriormente foram retiradas as duas figuras decorativas em relevo que ladeavam a entrada principal. Recentemente funcionou como sede de partido político, estando actualmente fechado.

B.3. CUF – Companhia União Fabril, Braga, c. 1916 – interior alterado (Vd. p. 313, 2º Vol.)

O edifício fica situado na Avenida da Liberdade, adossado à esquerda, ao Teatro Circo, e à direita, ao antigo edifício da Padaria *A Nacional*, edificações com projecto de Moura Coutinho. O interior do edifício foi destruído na década de 1980, funcionando actualmente como pronto-a-vestir.

Não foram por nós identificados documentos oficiais que comprovem a autoria do projecto, sendo uma atribuição tradicionalmente aceite, como pertencente ao risco de Moura Coutinho. No AMB apenas encontramos um requerimento, já de 1950, pedindo-se licença para alterar uma porta, conforme projecto do engenheiro civil Artur António Domingos de Castro, que foi aceite pela Comissão de Estética, estando assinado também por Moura Coutinho.⁴⁷⁵

Este edifício encontra-se no antigo local destinado ao Ateneu Comercial, que como vimos não chegou a construir-se. O terreno foi durante um tempo do Ateneu Comercial, mas terá sido vendido, em data incerta, ao proprietário *Zenha*,⁴⁷⁶ que possuía outros terrenos nesta área do extinto Convento dos Remédios, como vimos no estudo sobre o Auto-Palace.

⁴⁷³ OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Arte Religiosa e Artistas em Braga e sua Região (1870-1920)*. Braga: Edições APPACDM, 1999, p. 208.

⁴⁷⁴ As obras de adaptação a café decorreram entre meados de 1950 e meados de 1951, com projecto de Oldemiro Carneiro, arquitecto do Porto. Vd. AMB – OG110, Processo 51/51 – Requerimentos, Desenhos e Caderno de Encargos.

⁴⁷⁵ AMB – OG108, Processo 215/50 – Requerimento de 10.8.1950.

⁴⁷⁶ AMB – OU24 – Arrematação de materiais e terrenos do extinto Convento dos Remédios. Vd. plantas com a distribuição dos terrenos pelos diversos arrematantes.

Levantamos aqui a hipótese de a obra do Ateneu Comercial ter-se iniciado e aproveitado parte do desenho e das fundações para o edifício da CUF, no entanto, é uma hipótese para a qual não obtivemos confirmação, ficando em aberto o seu estudo.

O edifício é composto por três corpos, sendo o do meio mais alto e formando empena acentuada. O corpo central é ladeado por colunas e encimado por urnas. Vãos amplos e de formas variadas apontam-nos para uma estética revivalista, de influência francesa. Acentuam-se os volumes e a linguagem formal é classicizante, mas eclética.

Na falta de plantas, e com a destruição do seu interior na década de 1980, torna-se impossível para nós a sua descrição e distribuição interna.

B.4. Fábrica de chapéus *A Industrial*, Braga, 1921-22 – demolida (Vd. pp. 314-315, 2º Vol.)

A indústria chapeleira foi uma das mais importantes e antigas na cidade de Braga. Primeiro em numerosas mas pequenas oficinas de fabrico manual, depois em grandes fábricas, empregando mais de 100 operários cada. A fábrica maior era a *Fábrica Social Bracarense* (1886), na Rua Nova de Santa Cruz, seguida da *Fábrica Taxa* (1851) e *A Industrial* (1921), ambas na Rua Ulisses Taxa nos gavetos com a Rua D. Pedro V, a poente e a nascente respectivamente, zona conhecida por *bairro chapeleiro*.⁴⁷⁷

No entanto, os elevados encargos, as taxas alfandegárias com a importação de matéria-prima, o número elevado de fábricas a concorrerem entre si e a preferência dos portugueses pelas marcas estrangeiras levou à falência das mesmas, já anunciada em 1928, aquando de um inquérito aos gestores das fábricas existentes em Braga.⁴⁷⁸

O projecto para a fábrica *A Industrial* era da autoria de Moura Coutinho, tendo dado entrada na CMB, para licenciamento, em 18 de Maio de 1922, com requerimento assinado por Camilo, Teixeira e C.^a Ld^a, sócios gerentes⁴⁷⁹. A fábrica era um edifício extenso construído especialmente para esse fim e *as suas instalações podem considerar-se modelares contendo uma série enorme dos melhores e mais modernos maquinismos de chapelaria*.⁴⁸⁰

A fábrica, com a frente para a rua Ulisses Taxa, estava adossada à direita a um edifício mais antigo de dois pisos, que servia de escritórios, fazendo gaveto com a rua D. Pedro V, e ligado às oficinas por um corpo mais baixo do edificio projectado por Moura Coutinho. A fábrica estendia-se na horizontal, com apenas um piso, vencendo o desnível da rua. De feições singelas, estava no entanto

⁴⁷⁷ Cf. ARAÚJO, Manoel – *Indústrias de Braga (Notas de um jornalista)*. Braga: Tip. da «Pax», 1928.

⁴⁷⁸ In *Diário do Minho* – Inquérito às indústrias chapeleiras de Braga pelo jornalista Manoel Araújo, publicado posteriormente em volume, 24.1.1928, 3.2.1928 e 24.2.1928.

⁴⁷⁹ AMB – OG3, Processo 63/922 – Requerimento e Alçado principal. De salientar que um dos sócios fundadores foi Júlio António de Amorim Lima, grande benemérito da cidade, com quem Moura Coutinho privará e trabalhará na realização do bairro Júlio de Lima e num projecto para Lavadouro Municipal.

⁴⁸⁰ In *Diário do Minho* - Economia Bracarense/Os Chapeleiros de Braga/"A Industrial", 24.2.1928.

marcada por uma série de pilastras, que incutiam à fachada um certo ritmo, pautada por um considerável número de janelas de arco abatido. O eixo de simetria estava em destaque pela elevação das pilastras e do arco abatido, que enquadravam o nome impresso da fábrica.

As oficinas eram amplas e bem iluminadas, característica constante nos projectos de Moura Coutinho, revelando-se fundamental para a produção industrial e para a qualidade de vida dos seus trabalhadores. A produção era quase toda mecânica.

A fábrica foi demolida na década de 1980, tendo ainda assim sobrevivido muito tempo depois da morte anunciada a esta indústria de chapéus, de Braga, anos antes.

C – Equipamentos escolares

C.1. Liceu Sá de Miranda – portão e gradeamento da escadaria, 1929-33 (Vd. pp. 317-318, 2º Vol.)

O Liceu Sá de Miranda, Braga, actual Escola Secundária Sá de Miranda, transferiu-se para as instalações do Colégio do Espírito Santo por volta de 1921-22. Este colégio era um estabelecimento de ensino particular que se tinha instalado neste edifício por volta de 1878, tendo sido a ordem extinta em 1910, com a implantação da República.

Com a demora da transferência do Liceu para o antigo Colégio as instalações foram ficando deterioradas, obrigando a obras de reparação entre 1929 e 1933. Vimos em alguns textos a atribuição da condução da obra a Moura Coutinho, no entanto oficialmente nada encontrámos. Sendo Moura Coutinho funcionário da Direcção das Obras Públicas é mais do que plausível essa possível participação, mas sem frutos quanto a documentação.

Mais sedimentada parece estar a atribuição do arranjo da escadaria exterior, bem como o seu gradeamento e os grandes portões à face da rua, ainda conservados no local, uma vez que ao nível dos interiores o edifício tem sofrido diversas obras, como é natural num *organismo vivo*, que é uma escola.

O gradeamento acompanha os vários patamares de circulação e jardins, num ritmo geometrizado, próximos das linguagens mais modernas da década de 1920 e 1930, num desenho linear, abstractizante e simétrico. No grande portão da entrada, destaque para o enquadramento central dos “pilares” em ferro vazado, e encimados por dois candeeiros de cariz decorativo que alongam verticalmente a estrutura.

C.2. Escola Primária de 2 aulas, em Quinchães, Fafe, 1934-36 (Vd. pp. 319-320, 2º Vol.)

Os desenhos do projecto para a escola primária de Quinchães⁴⁸¹, Fafe, encontram-se no arquivo da BPB-UM, vindos do ateliê de Moura Coutinho, no entanto não se encontram assinados nem datados. Sabemos que a escola foi inaugurada no dia 6 de Dezembro de 1936, obra do altruísmo de mais um “brasileiro” que quis dotar Quinchães de uma escola primária, pois esta freguesia debatia-se com problemas de instalações escolares. A antiga escola *ia de casa em casa consoante as necessidades e as dificuldades de se conseguir instalações. Um dia apareceu um benemérito desta terra que quis presentear as crianças de Quinchães com um edifício novo.*⁴⁸²

Esse benemérito era Manuel Gonçalves, nascido em Quinchães,⁴⁸³ tendo emigrado para o Brasil ainda criança, e por lá fez fortuna e casou, deixando abundante descendência. Visitava com frequência a sua terra natal fazendo férias nas termas de Caldelas, Curia ou Vidago, com a sua família, para lhes mostrar orgulhosamente a terra onde nascera. Este industrial realizou muitas viagens entre Portugal e o Brasil, e era considerado uma figura de prestígio em ambos os países, sendo elevado à categoria de “Comendador”.⁴⁸⁴

Já em 1934 Manuel Gonçalves tinha em mente construir uma escola de 2 aulas para Quinchães, novo padrão para a instrução primária de ambos os sexos. Juntamente com a sua esposa, D. Maria Puresa Gonçalves, compraram o terreno para a construção da escola. Mas *a doação só era aceite depois de vistoriada por responsáveis da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que dava um parecer sobre as características da construção e das boas condições para servir de escola. Esta escola integra-se num «estilo indefinido» mas com muitas boas condições para a época.*⁴⁸⁵

A construção iniciou-se em Agosto de 1935, e em Novembro desse ano chegou o mobiliário fornecido por uma firma de Freamunde, também pago pelos doadores. Estes foram ainda os benfeitores no fornecimento de iluminação eléctrica nas freguesias de Quinchães e Pica, ao pagarem as despesas com a instalação eléctrica. A solene inauguração decorreu na *Escola Manuel Gonçalves*, assim baptizada, no dia 6 de Novembro de 1938.

Quer na inauguração da escola, a 6 de Dezembro de 1936, quer na inauguração do fornecimento eléctrico, a 6 de Novembro de 1938, Manuel Gonçalves não esteve presente, tanto por não se encontrar em Portugal, como pela modéstia que caracterizava alguns (não todos) dos “brasileiros” benfeitores que se ocultavam na *simplicidade com que ofereciam os seus préstimos à sociedade da sua terra.*⁴⁸⁶ No

⁴⁸¹ No cabeçalho destes desenhos está referido que o projecto é para a freguesia de Guinchães, do Concelho de Fafe. Supomos tratar-se de um erro de grafia, pois em Fafe não existe uma freguesia com este nome, mas sim Quinchães, e imaginamos que a troca do Q pelo G terá originado esta confusão. Analisados os desenhos do projecto, estes coincidem rigorosamente com a escola construída em Quinchães, não havendo dúvida relativamente à intenção do projecto.

⁴⁸² LEITE, Artur Magalhães – *O ensino em Fafe (1750-1974)*. S. l.: Empresa do Diário do Minho, Lda, 2005, pp. 246-247

⁴⁸³ Nasceu em Eirós, freguesia de Quinchães, Fafe, a 27.9.1871, e faleceu na cidade de Penedos, Estado de Alagoas, Brasil, em 15.7.1964.

⁴⁸⁴ Adaptado a partir de textos de LEITE, Artur Magalhães – *O. c.*, pp. 247-248.

⁴⁸⁵ LEITE, Artur Magalhães – *O ensino em Fafe (1750-1974)*. S. l.: Empresa do Diário do Minho, Lda, 2005, p. 249.

⁴⁸⁶ LEITE, Artur Magalhães – *O ensino em Fafe (1750-1974)*. S. l.: Empresa do Diário do Minho, Lda, 2005, p. 250.

entanto, fez-se sempre representar a si e à sua esposa, quer pelo pai desta, quer pelo seu pai, e ainda pelo seu sobrinho Sr. Arcipreste Padre José Novais Rebelo, que assinou a escritura.

O projecto da escola de Quinchães é anterior ao Plano dos Centenários⁴⁸⁷, que tipificou a construção em larga escala das escolas, entre 1940 e 1960, com o objectivo de diminuir o analfabetismo. Os modelos-tipo utilizados foram os de Raul Lino e Rogério de Azevedo, já aprovados em 1935, que acabaram por criar o estilo arquitectónico chamado de *Português Suave*, incorporando características da arquitectura tradicional. Estas tipologias-base foram construídas em série mas adaptadas às condições locais e materiais, ao clima da região e ao número de alunos previsto. Normalmente cada escola era constituída por duas ou quatro salas de aula, cozinha, instalações sanitárias e um alpendre.

Sendo este projecto anterior ao Plano dos Centenários, não deixa no entanto de evidenciar características da arquitectura tradicional, aliás já patente em muitos edifícios desta época: os pequenos alpendres que separam as entradas para as duas aulas, as floreiras nas janelas e os telhados que terminam em beirais revirados, elementos que também Moura Coutinho recorre nos seus edifícios desde a década de 1910 em diante.

A fachada principal incide directamente para a rua, não havendo espaço de transição, a não ser o que sobra lateralmente, resultante do avanço do corpo central que dá acesso a cada uma das salas, de forma independente, cada qual com uma janela e uma porta. Na parede exterior um quadro em azulejos recomenda: *Escuta o teu professor/Sempre com muita atenção/ Ele é o cultivador/Da tua alma em botão (Dr. Tomaz Ribeiro Colaço).*

As salas estão dispostas simetricamente tendo, cada uma, três janelas para a fachada principal e três janelas e uma porta de acesso ao pátio de recreio, na fachada posterior. O alpendre que vemos assinalado nas plantas, cortes e alçados não consta actualmente. Se foi demolido ou se não chegou a ser construído, não conseguimos apurar. No entanto, a divisória que separaria os dois sexos no recreio, não estando lá actualmente, é visível que existiu, pelas marcas deixadas no solo.

A escola tem dois pisos, um rés-do-chão sobrelevado e uma cave com quatro respiradouros para a frente e seis para as traseiras. Dois desses respiradouros transformaram-se em portas de acesso à cave, não assinalado nos desenhos.

Ao fundo de recinto de cada recreio um grupos de lavabos, que actualmente desapareceram, para dar lugar a um espaço amplo e desimpedido, uma vez que o edifício deixou de ser escola, passando a sede da Junta de Freguesia de Quinchães.

⁴⁸⁷ O plano deve o seu nome ao terceiro centenário da Restauração da Independência e ao oitavo centenário da Independência de Portugal, comemorados, respectivamente em 1940 e 1943.

7. Habitação, Prédios de Rendimento e Casas Económicas

Para esta tipologia Moura Coutinho projectou cerca de quatro dezenas de edifícios, entre habitação unifamiliar, prédios de rendimento e casas económicas. Mais de metade são projectos de raiz, enquanto as restantes são alterações, ampliações ou pequenas intervenções (a minoria).

Optámos por uma selecção que vai para além do definido inicialmente, pois o número de edifícios dificultaria o resultado final do trabalho, pela sua limitação de espaço.⁴⁸⁸ Outro critério que esteve presente foi o da representatividade, dentro dos parâmetros definidos anteriormente. Todos os projectos aqui escolhidos são construções de raiz, com excepção do Palacete Casas Novas, na Póvoa de Lanhoso, e o Solar de Vila-Meã, Barcelos, por se tratar de exemplos a uma escala diferente da típica habitação unifamiliar, e inscritos em ambiente não citadino.

7.1. Palacete Casas Novas de António Lopes, Póvoa de Lanhoso, c. 1907 (Vd. pp. 322-324, 2º Vol.)

Palacete inserido num contexto urbano, com a fachada principal a oeste virada para o Largo António Lopes, ocupando todo o quarteirão e em terreno com declive acentuado, próximo do Hospital com o mesmo nome. Um grande jardim murado desenvolve-se para este, atrás do palacete, e para sul, lateralmente.

Existia, já no século XVIII, uma propriedade designada de *Casas Novas* composta por casa e capela dedicada a S. Gonçalo, no local onde foi construído o Palacete das Casas Novas, actual Lar de S. José⁴⁸⁹, propriedade da Santa Casa da Misericórdia, na Póvoa de Lanhoso.

António Ferreira Lopes, de quem já falámos a propósito do hospital da Póvoa de Lanhoso, depois de regressado do Brasil⁴⁹⁰ compra as *Casas Novas* e a sua capela, entregando o projecto a Moura Coutinho. Este *remodela totalmente o que existia, construindo o corpo Sul ladeado pela Capela de São Gonçalo; só mais tarde é construído o corpo Norte*⁴⁹¹, *servindo de residência a uma sobrinha recém casada do proprietário.*⁴⁹²

Da construção primitiva restam apenas alguns elementos barrocos, como é o caso do portal do muro norte e o edifício agrícola e das cocheiras. *A casa principal foi totalmente reconstruída como “Casa de Brasileiro”, conjugando uma série de estilos e influências trazidas pelo “torna-viagem” António Ferreira Lopes, misturando elementos neo-barrocos, patentes na decoração da fachada da*

⁴⁸⁸ Outros edifícios não tratados no corpo da tese, podem ser consultados nas referências e listas no volume dos anexos.

⁴⁸⁹ 1966 e 1967 – negociação e compra da propriedade pela Santa Casa da Misericórdia à filha de António Ferreira Lopes, para a transformar em lar de idosos.

⁴⁹⁰ António Ferreira Lopes emigra para o Brasil em 1857 e regressa em 1888, já casado com a filha do seu patrão, D. Elvira Câmara, e sócio das firmas “Câmara & Gomes” e “Cafês Câmara – Torrefacção e Comércio”, sucedendo ao sogro, com o cunhado, na gerência desta última.

⁴⁹¹ A simetria criada com a construção do corpo Norte deve-se a um mestre-de-obras local, edificado anos mais tarde, seguindo o traço de MC.

⁴⁹² In www.monumentos.pt – Palacete das Casas Novas / Lar de São José. IPA – Inventário do Património Arquitectónico.

*capela, com elementos neoclássicos, nomeadamente o uso de decoração de pedra fendida nas pilastras e cunhais do primeiro registo.*⁴⁹³

A influência brasileira nota-se também na utilização de azulejo industrial no revestimento das fachadas, no recurso a plantas exóticas no jardim (já o havia feito no hospital), como é o caso da enorme palmeira que assume posição de destaque, e na estatuária do jardim, no chafariz e no mirante.

O palacete apresenta elementos da arquitectura civil barroca, neoclássica, eclética e revivalista, e possui uma planta ligeiramente rectangular, composta por três corpos, sendo o central mais pequeno, que corresponde à capela, *não se sabendo ao certo se a primitiva capela se situaria naquele ou noutro local da propriedade.*⁴⁹⁴ A capela serve actualmente de capela funerária do Hospital da Misericórdia, tendo recebido os restos mortais de António Ferreira Lopes e de D. Elvira Câmara Lopes, trasladados do Cemitério dos Prazeres, em Lisboa, em 1994.

Os volumes do palacete, de dominante horizontal, são articulados e escalonados, obtendo-se coberturas diferenciadas, com telhado de duas e quatro águas, na capela e nos corpos laterais, respectivamente. Sobre a mansarda uma clarabóia central.

As fachadas apresentam três registos, sendo o último em mansarda, coberta por lousa em forma de escamas. A primitiva cobertura foi substituída pela actual mansarda, em 1990, aquando de obras de remodelação e ampliação. *A mansarda colocada no final do séc. XX copiou soluções desenhadas por João de Moura Coutinho, para algumas casas da cidade de Braga, que integram óculos e revestimento em escamas de lousa.*⁴⁹⁵

A três fachadas viradas à rua estão revestidas por azulejo industrial monocromo a verde, à excepção dos cunhais apilastrados e a separação dos registos, em placagem de granito, assim como os remates em entablamento encimado por platibanda vazada por balaustrada em granito.

A capela está definida por pilastras toscanas que suportam entablamento com platibanda e pilastras jónicas, sob um frontão de lanços com cruz sobre acrotério, interrompido por cartela com o S. Gonçalo e elementos vegetalistas. Acede-se por um portal sobrelevado, com frontão curvo, ladeado por duas janelas de arco abatido e sob óculo quadrifoliado. Flanqueiam a capela duas estreitas torres sineiras.

Interiormente a capela, com paredes de estuque e marmoreados, está coberta por abóbada de berço em estuque, o pavimento é em mosaico de grés policromado e o retábulo-mor é em mármore policromado. O coro-alto assenta em traves com balaustrada de madeira e possui planta côncava.

⁴⁹³ In www.monumentos.pt – Palacete das Casas Novas / Lar de São José. IPA – Inventário do Património Arquitectónico.

⁴⁹⁴ In www.monumentos.pt – Palacete das Casas Novas / Lar de São José. IPA – Inventário do Património Arquitectónico.

⁴⁹⁵ In www.monumentos.pt – Palacete das Casas Novas / Lar de São José. IPA – Inventário do Património Arquitectónico.

Os corpos laterais do palacete são simétricos, *marcados por pano central enquadrado por pilastras, com falso perpiano no primeiro registo, constituído verticalmente por porta e janela de sacada, em arco abatido, com guarda de ferro. Pisos laterais rasgados por par de janelas também em arco abatido, com venezianas, sendo duas no primeiro e segundo registo.*⁴⁹⁶ O terceiro registo corresponde à mansarda alterada no final do século XX, com empena central, janela de arco abatida, ladeada por óculos de moldura larga. As fachadas laterais repetem sensivelmente o mesmo esquema da fachada principal, enquanto a fachada posterior, virada ao jardim apresenta empena no corpo central e largos vãos envidraçados nos corpos laterais.

O interior é rebocado e pintado de branco, com lambris de madeira; o vestíbulo está lajeado, com tecto em estuque, dando acesso à escadaria principal e às dependências do 1º piso, destacando-se a capela, salas, escritório, cozinha, copa, refeitório, bar e WC. No 2º piso distribuem-se os quartos, WC, salas e salão nobre. Na mansarda distribuem-se quartos.

O jardim tem acesso por portal barroco a norte, ladeado por figuras de S. José e Nª Srª de Lourdes, e outro portal a sul, ladeado por pilares de pedra fendida. Sobre a esquina a SE um mirante hexagonal com telhado em escamas e beiral com friso rendilhado em ferro, sustentado por seis colunas, pintado interiormente com carrancas e folhagem. O jardim está organizado em três socalcos: a sul, o mais baixo, com horta e laranjal; o central com buxo, chafariz e palmeira centenária; a norte, o mais elevado, com bancos de jardim e pérgolas. No extremo NE está um edifício rústico setecentista com adega, cavalariças e garagem.⁴⁹⁷

7.2. Solar de Vila Meã, Silveiros, Barcelos, remodelação de edifício do século XVIII, década de 1910 (Vd. pp. 325-328, 2º Vol.)

O Solar de Vila Meã situa-se a uns três quilómetros de Nine, em Silveiros, Barcelos, e foi mandada reconstruir pelo Conselheiro de Estado, José de Abreu do Couto de Amorim Novais (28.01.1855 - 30.01.1913), que não chegou a ver a sua conclusão, por ter adoecido depois de se ter ausentado do país por motivos políticos, acabando por falecer.⁴⁹⁸

Na sua ausência, a viúva D. Capitolina Pinto da Fonseca Novais, filha de Joaquim Pinto da Fonseca e de Maria José Baldaque Carneiro e Sá⁴⁹⁹, mandou concluir a obra, sendo-lhe acrescentada uma capela. *Começou por ser uma ampliação, ficando o alçado principal, a que se acrescentou o*

⁴⁹⁶ In www.monumentos.pt – Palacete das Casas Novas / Lar de São José. IPA – Inventário do Património Arquitectónico.

⁴⁹⁷ Adaptado do texto in www.monumentos.pt – Palacete das Casas Novas / Lar de São José. IPA – Inventário do Património Arquitectónico.

⁴⁹⁸ Para além de Conselheiro do Estado, José Novais foi Ministro da Justiça, Advogado, formado em Direito e Teologia pela Universidade de Coimbra, foi Presidente da Câmara de Barcelos e Administrador do mesmo Município, foi Deputado, Governador Civil de Aveiro, Braga e Porto e era Grã Cruz da Ordem de Nª Srª da Conceição de Vila Viçosa. In www.geneall.net – José de Abreu do Couto Amorim Novais (Barcelos, 1855 – Porto, 1913).

⁴⁹⁹ In www.geneall.net – Capitolina Pinto da Fonseca.

torreão, a ala sobre o jardim e, mais tarde, a capela. Mais tarde também, foi o alçado principal reconstruído, mas mantendo a primitiva linha arquitectónica.⁵⁰⁰

Totalmente novo é o torreão, a ala para o jardim, a capela e os interiores.

Não obtivemos informação sobre o início da obra, assim como da sua conclusão, mas em 1917 ainda não estava concluída: *Embora de há anos começada a construção, ainda se não pode dizer que esteja concluída, embora o pouco que lhe falta, pouco possa influir no conjunto, faltando para isso a conclusão do salão nobre e na garagem faltarem os azulejos.*⁵⁰¹

O edifício tem a forma da letra L com dois pisos em toda a sua extensão, à excepção do torreão, que possui três pisos. A revista *A Arquitectura Portuguesa* publicou várias fotografias do Solar, assim como uma planta do andar nobre, que passamos a analisar: a biblioteca no ângulo da letra L, por baixo do torreão, seguida da sala do bilhar e o salão, que permite acesso à capela, dão frente para a fachada principal e um terraço, atrás de um alto muro e portão; no braço mais comprido da letra L estão distribuídos os quartos, outro salão, com alpendre, e a sala de jantar antecedida pela copa e rodeada por uma longa varanda. No rés-do-chão está a cozinha, pequena sala de jantar, outra sala de bilhar e quartos de hóspedes.

*Na capela, em estilo Renascença, há dois formosos panneaux, em azulejo, representando a morte de S. José e a fuga para o Egipto, pintados pelo distinto artista Jorge Colaço.*⁵⁰² Para a sala de jantar foi desenhada e modelada uma lareira monumental pelo artista Viriato Silva.

Os motivos arquitectónicos e decorativos estão profusamente distribuídos: *As janelas geminadas e triples, as varandas alpendradas, a escada exterior, dentro do pátio de honra, o apainelado dos tectos alteados ao centro, como se vê no salão de entrada, (...); o fogão monumental ou lareira medieval na sala de jantar, os lambris de madeira de castanho ou carvalho, nas paredes que a contornam, tudo farto, à larga, com mobiliário adequado (...). Por toda a parte, altas janelas e largas portas, por onde entra a jorros a luz e corre com abundância o ar, saneando todas as dependências.*⁵⁰³

Actualmente o solar mantém-se fechado e praticamente sem uso, com um proprietário ausente.⁵⁰⁴ No seu aspecto exterior, e por trás de altos muros e vegetação densa, foi-nos possível observar apenas a fachada principal e parcialmente uma das fachadas laterais.

Comparativamente às fotografias divulgadas na revista *A Arquitectura Portuguesa*, podemos afirmar que o solar se mantém inalterado, pelo menos nessas duas fachadas: os telhados de duas, três e quatro águas, com os beirais revirados e rematados por pináculos; linguagem decorativa e formal de raiz

⁵⁰⁰ In *A Arquitectura portuguesa* - O Solar de Vila Meã, Ano X, nº 11, Novembro de 1917, p. 43.

⁵⁰¹ In *A Arquitectura portuguesa* - O Solar de Vila Meã, Ano X, nº 11, Novembro de 1917, p. 43.

⁵⁰² In *A Arquitectura portuguesa* - O Solar de Vila Meã, Ano X, nº 11, Novembro de 1917, p. 43.

⁵⁰³ In *A Arquitectura portuguesa* - O Solar de Vila Meã, Ano X, nº 11, Novembro de 1917, p. 44.

⁵⁰⁴ Informação obtida através do caseiro que vive numa casa ao lado do solar, integrada no complexo agrícola.

clássica, na utilização de arcos de volta perfeita nas arcaturas de janelas, frontão triangular sobre a porta da capela e frontão interrompido sobre a tripla janela do corpo central, pilares nos cunhais e na separação dos corpos do edifício e balaustradas nas portas/janela com duplo batente e bandeiras.

Trata-se de um edifício de cariz tradicionalista, quer por ser uma adaptação do solar existente, quer pelo gosto desenvolvido por Moura Coutinho, que é altamente elogiado por Nunes Colares, director-proprietário da revista *A Arquitectura Portuguesa: Concordamos plenamente em que a nossa arquitectura solarenga do décimo oitavo século, como aquela que hoje nos ocupa, tem grande mérito, e que pode, sem desdouro, modernizando-a, especialmente nos interiores, pôr-se a par do que melhor se vê no estrangeiro, no género. (...) É porque ela é mais movimentada, mais expansiva, mais alegre, não obedecendo a linhas rigorosamente matemáticas, sem ser menos estética, sendo, especialmente, mais policromada, contrapondo-se à severidade e mesmo rigidez das linhas das construções modernas estrangeiras, em geral, de que, é certo, se têm transplantado, bastas vezes, bem indevidamente, bastantes modelos para o nosso país, que pelo inadequadamente, ficam horrorosamente deslocados. (...) E, com esta nos quedamos, pois para maçada já basta, restando-nos felicitar o nosso amigo e distintíssimo arquitecto, Almeida d'Eça, por mais este seu belo trabalho, de incontestável valor artístico.*⁵⁰⁵

7.3. Casa do general Lobato Guerra, Braga, c. 1914 (Vd. pp. 329-330, 2º Vol.)

Projecto atribuído a MC, sem no entanto termos tido acesso a documentação oficial. A casa e os terrenos da família Lobato Guerra, no Largo da Senhora-a-Branca, confinavam com o local que a CMB queria construir a nova Avenida 31 de Janeiro. Para isso foram amigavelmente expropriados a casa, o quintal e um terreno triangular que faceava com a antiga Congosta das Gavieiras, *ficando a Câmara obrigada a fazer-lhe a vedação do quintal [...] assim como também ficam pertencendo à mesma Câmara todos os materiais dos prédios adquiridos, excepto as árvores e arbustos [...]*.⁵⁰⁶

A casa, construída no gaveto da Av. 31 de Janeiro e o Largo da Senhora-a-Branca, é composta por dois corpos a alturas diferentes, tendo o do gaveto três pisos, e o que fica para o Largo dois e uma mansarda. O edifício é bastante recortado ao nível dos telhados, criando jogos variados de volumes e formas. Os vãos são praticamente todos diferentes entre si, hierarquizando-se pela utilização de mais ou menos elementos decorativos, com o recurso a sacadas, janelas geminadas duplas e triplas, vergas rectas

⁵⁰⁵ In *A Arquitectura portuguesa* - O Solar de Vila Meã, Ano X, N° 11, Novembro de 1917, pp. 41 e 44.

⁵⁰⁶ AMB-OU4, Proc.5 – Documentos relativos a expropriações e arrematações de materiais de edifícios e terrenos do Largo Senhora-a-Branca. Expropriação amigável entre a CMB e a família Lobato Guerra – Capitão José Augusto Lobato Guerra e sua esposa, a viverem em Lisboa, e o Tenente João Jorge e sua irmã Augusta Guilhermina Lobato Guerra, a viverem em Braga, no Largo da Senhora-a-Branca, 22.8.1912.

e curvas, e vãos sobrepostos aparentando desalinho. Nos telhados recorre a beirais revirados, empenas triangulares e curvas, bem como a chaminés salientes, acentuando o recorte “ondulado” do edifício.

Domina um ritmo dinâmico, conseguido pelas volumetrias de reentrâncias e saliências, característico do trabalho de Moura Coutinho desta fase – década de 1910, que se prolonga pela década seguinte. A acrescentar a cor rosa nas paredes lisas do edifício (actualmente só na parte de gaveto com três pisos), cor da sensibilidade e profundidade. Talvez seja apenas uma curiosidade, mas podemos constatar ser a cor dominante na grande maioria dos edifícios de Moura Coutinho nesta dupla década.⁵⁰⁷

7.4. Casa do Artista/Cabine, Braga, 1915-17 (Vd. pp. 331-338, 2º Vol.)

O projecto para a Casa e Cabine recebeu o nome de *Casa do Artista* pela Imprensa da época, numa forma de lisonjear o trabalho do *arquitecto*. O 1º projecto obedeceu ao programa da Câmara de aformoseamento do local na nova avenida e, ao mesmo tempo, dar solução a um terreno irregular onde se encontrava a cabine do transformador eléctrico. MC acaba por se interessar pelo espaço, arrematando a parcela de terreno que se encontrava dentro da antiga cerca do convento dos Remédios, em 1916. Elaborou um 2º projecto em 1917, mais ornamental e com mais dois andares, para benefício da dita avenida. Foi este projecto que foi baptizado de *Casa do Artista*, excelente publicidade para o seu trabalho, que MC aproveita, servindo a casa como um “mostruário” e mote de inspiração aos clientes.

Em Abril de 1915, a CMB mandou elaborar um projecto de fachada e divisões interiores para tornar regular uma parcela de terreno da antiga cerca do extinto Convento dos Remédios, em forma triangular, com frente para a Avenida da Liberdade, e no qual se encontrava instalada uma cabine do transformador da rede de iluminação eléctrica. A cabine fora deslocada para o canto superior direito, de forma a permitir o melhor aproveitamento do espaço.

Foi encarregue da elaboração desse projecto Moura Coutinho, que apresentou um edifício de dois pavimentos, cuja fachada era composta, ao nível do r/c, por uma portada que dava acesso à cabine e por três portas que davam entrada a um espaço destinado a loja. A circulação interior era feita por uma escada traseira que levava ao 1º andar onde se acederia a uma pequena sala.

Este terreno foi posto em arrematação em 1916, obrigando a consentir na permanência da cabine.⁵⁰⁸ Acabou por ser o próprio Moura Coutinho a assinar as condições de arrematação,⁵⁰⁹ logo

⁵⁰⁷ A cor rosa é utilizada no Teatro Circo, no Banco de Portugal de Viseu, no Asilo Conde Agrolongo, no Hospital António Ferreira Lopes, na Casa do Sr. António Maria Lopes, em alguns Edifícios na Rua Júlio de Lima, entre outros, assim como na bordadura de alguns projectos.

⁵⁰⁸ AMB - *Actas da Comissão Executiva*, 17.1.1916, fl. 133 v.

⁵⁰⁹ AMB - OU2, Processo 124, *Condições para a Arrematação de uma Parcela de Terreno na Antiga Cerca do Extinto Convento dos Remédios com frente para a Avenida da Liberdade*, 23.9.1916.

seguidas da escritura da compra do terreno, para ali construir a sua habitação.⁵¹⁰ Na realidade acabou por ser o seu escritório e ateliê, bem perto do Teatro Circo, onde trabalhava na gestão do mesmo.

Em 1917, MC envia novo projecto à CMB para o mesmo espaço, alterando substancialmente o aspecto do edifício: acrescenta-lhe mais dois andares, sendo a fachada muito mais ornamental.⁵¹¹

No r/c uma entrada separada para a cabine do transformador, outra para o espaço comercial, desde há muito a farmácia Brito, e outra, ao centro, para acesso aos pisos superiores; no 1º andar a cozinha, sala de jantar, salão e *fumoir*; no 2º andar três quartos e WC; no 3º e último andar, os quartos da frente para ateliê e o do fundo para o *creado*.

No exterior, *começando nos portais do rez do chão, o janelão do primeiro andar sobre o escriptorio, a janela tripla no mesmo piso, sobre a porta do vestibulo e escada principal, o bow-window, que abrange o primeiro e segundo andar, a janela de arco abatido que coroa o edifício sobre o bow-window, as janelas alpendradas do segundo andar, sobre o janelão e janela tripla do primeiro pavimento [...]*.⁵¹²

A obra foi bastante demorada, quer pela falta de verba, quer pela falta de mão-de-obra (ida de muitos homens para a Guerra), quer ainda porque a CMB não estava cumprir com o contrato. Em Julho de 1927, Moura Coutinho queixa-se pelo facto de a Câmara ainda não ter mudado o local da cabine eléctrica, impedindo a passagem e ocupando o 1º andar, sendo grandes os prejuízos devido a infiltrações. O edifício só ficou concluído em Maio de 1930, com vistoria em Setembro de 1933.⁵¹³

No mesmo processo de licenciamento desta obra, encontra-se um desenho da fachada do edifício a sul da Casa do Artista, em propriedade de António Marinho, assinado por Marinho & Martins, atribuído também a Moura Coutinho. O documento não está datado, mas está junto dos documentos do projecto de 1916 acima descrito, tendo a mesma grafia e os elementos decorativos e compositivos característicos do trabalho de Moura Coutinho, podendo-se avançar com uma atribuição mais segura. Edifício de três pisos⁵¹⁴ que segue a mesma linguagem formal da Casa do Artista. Sofreu posteriormente um acréscimo ao nível dos dois últimos pisos.

7.5. Prédio de Rendimento para habitação e comércio do Sr. António Maria Lopes, Braga, 1922-35 (Vd. pp. 339-344, 2º Vol.)

Com a abertura da nova Rua Justino Cruz, a CMB procedeu a algumas expropriações de terrenos e habitações, tendo afectado a propriedade do Sr. António Maria Lopes, residente no Porto. Em

⁵¹⁰ *Idem, Escritura da Compra do Terreno do Transformador na Avenida da Liberdade*, 29.9.1916.

⁵¹¹ *Idem, Pedido de licença de obras, aprovação do projecto e prorrogação de prazo*, 11.4.1917.

⁵¹² In *A Arquitectura Portuguesa – A “casa do artista”*, na Avenida da Liberdade, em Braga. Ano XI, nº 1, Janeiro de 1918, pp. 3-4.

⁵¹³ AMB-OG1, Processo 1/921 – Pedidos de adiamento de prazos para concluir a obra; Reclamações e Atestado de Habitabilidade.

⁵¹⁴ Actualmente tem quatro, ficando ao nível da Casa do Artista, pois foi-lhe acrescentado na 2ª metade do século XX um piso.

Abril de 1922, Moura Coutinho, assinando pelo requerente, dá entrada na CMB de um pedido de construção de prédio de rendimento com face de 10 metros para o Campo Conde de Agrolongo e uma extensão de 55,70 metros para a Rua Justino Cruz⁵¹⁵.

Obra gigantesca que só se compreende face ao optimismo e progresso que se vivia no arranque da década de 1920. Mas cedo o projecto se revela difícil, senão impossível de se concretizar. Será realizado em duas fases, sem nunca se ter completado.

Num artigo sobre o Banco Nacional Ultramarino, Nunes Colares⁵¹⁶ refere que Moura Coutinho tinha um projecto para hotel, inicialmente previsto para o quarteirão do dito banco, que não chegou a concretizar-se, que estamos em crer tratar-se de um projecto existente na BPB-UM, vindo do ateliê de Moura Coutinho, e que este terá aproveitado em parte para o prédio de rendimento do Sr. António Maria Lopes. As semelhanças são muitas, como as dimensões, a proporção entre as partes e o todo, os elementos verticais que marcam o ritmo do edifício e o dividem em corpos mais pequenos, o número de pisos, o tipo de vãos, o fecho dos gavetos, sem no entanto serem iguais.

Quanto ao projecto propriamente dito do prédio de rendimento, este é composto por quatro pisos e sete corpos que separam as várias habitações ou escritórios, marcados por saliências e reentrâncias, tão familiares no trabalho de Moura Coutinho. Varandas inscritas no último piso, empenas recortadas nos telhados, janelas duplas, *bow-windows*, arcos abatidos sobre as portas do primeiro piso, e baixos-relevos com figuras vegetalistas e abstractas, são algumas das formas e volumes a que Moura Coutinho recorre neste projecto.

Como dissemos, o projecto desenvolve-se numa 1ª fase, que vai de 1922 a 1928, parando-se os trabalhos, afectados pela crise que entretanto se instala⁵¹⁷; e a segunda fase de 1933 a 1935, sem se concretizar o plano inicial. Se a primeira interrupção parece ser de ordem económica, à segunda acresce a decisão da CMB abrir uma nova rua que interrompe o crescimento deste edifício. A bem dizer, a obra já há muito estava parada, porque esta nova rua – Frederico Ulrich, actual Eça de Queirós, só é aberta em 1949-50. Dos sete corpos/edifícios previstos, apenas se concretizaram três.

7.6. Casa da Quinta de Baixo/Casa da Quinta de São José, Lousã, 1923 (Vd. pp. 345-348, 2º Vol.)

⁵¹⁵ Foi o requerente o primeiro proprietário que principiou as obras na rua Justino Cruz e não se poupa a encargos para fazer um edifício moderno que concorra para a valorização do local – o que tem dado lugar a outros proprietários seguirem esse exemplo. In AMB-OG3, Processo 18/922 – Carta de Moura Coutinho, em nome do requerente, à CMB, 18.12.1926.

⁵¹⁶ In *A Arquitectura Portuguesa - A Filial do Banco Nacional Ultramarino*, em Braga, Ano XI, Nº 8. Lisboa, 1918, p. 32.

⁵¹⁷ Tem, é verdade, o requerente seguido vagarosamente com os trabalhos, - mas esse facto bem se justifica, não só pela actual crise económica, - como ainda por não ser razoável estar a despende um grande capital n'uma obra em rua ainda não aberta ao trânsito – pois que só há poucos meses a exmª Câmara mandou concluir o seu corte. In AMB-OG3, Pasta 18/922 – Carta de MC, em nome do requerente, à CMB, 18.12.1926.

A Casa da Quinta de Baixo situa-se no centro da vila da Lousã, em propriedade que foi do Comendador Montenegro, emigrante no Brasil, que era também proprietário da Quinta de Cima, onde residia.

Regressando ao Brasil vendeu as suas propriedades a José Dias Anastácio e a Pedro Dias Anastácio, as Quintas de Baixo e de Cima, respectivamente. Numa alusão aos nomes destes dois irmãos, as Quintas de Baixo e de Cima vão passar a denominarem-se como Quinta de São José e Quinta de São Pedro, respectivamente.

Enquanto na Quinta de Cima Pedro Dias Anastácio e a sua família ocupam a antiga casa do Comendador, na Quinta de Baixo será mandada erigir uma casa por Albertina Dias, já depois de ter ficado viúva de José Dias Anastácio.⁵¹⁸

A encomenda da obra deve-se portanto a Albertina Dias, desconhecendo-se as ligações a Moura Coutinho.⁵¹⁹ As obras ter-se-ão iniciado por volta de 1923.

A autoria do projecto para a Casa da Quinta de Baixo é atribuída a Moura Coutinho, sem no entanto termos obtido informação de documentos oficiais, pois no AH-BML não foram encontrados registos conclusivos. Tratando-se de uma atribuição, deixamos em aberto a continuidade do seu estudo, mas apontamos aqui algumas hipóteses de leitura, procurando demonstrar que Moura Coutinho terá sido o seu autor, aproximando-a de características observáveis noutros projectos semelhantes, principalmente com o Solar de Vila Meã, em Silveiros, Barcelos.

Moura Coutinho terá trabalhado mais uma vez com Jorge Colaço, que realiza o registo de azulejos exteriores (figura do S. José, datado de 1925)⁵²⁰, e também com Leopoldo Battistini, autor dos cartões de azulejos interiores. A execução de lambris de azulejos no interior esteve a cargo da fábrica Constança de Lisboa e talvez com desenho de Viriatus, segundo assinatura.⁵²¹ Numa carta ao presidente dos Paços do Concelho da Lousã, e a propósito da escolha dos azulejos para este edifício, Moura Coutinho recomenda que este fosse *ver os que estão na casa do Snr. José Dias* realizados na *Fábrica Constância*, dizendo que os *desenhos são feitos pelo Snr. Battistini, artista de grande mérito*.⁵²² Nota fundamental para avançarmos com mais certeza na atribuição.

Este edifício de arquitectura civil e residencial, mantendo-se actualmente com essa função (propriedade de descendentes de José Dias Anastácio), reporta ao arquétipo da casa solarenga

⁵¹⁸ Informação fornecida por familiares descendentes de José Dias Anastácio.

⁵¹⁹ Moura Coutinho trabalha nesta fase na Lousã no projecto dos Paços do Concelho, sendo por esse facto conhecido no meio, para além de ser afilhado da Condessa do Espinhal, da Lousã, embora já falecida, haveria com certeza outros contactos e ligações a esta vila.

⁵²⁰ Jorge Colaço realiza também o azulejo com o São Pedro para a Casa da Quinta de Cima.

⁵²¹ Poderá tratar-se de Viriato Silva, o autor da lareira monumental no Solar de Vila Meã.

⁵²² AH-BML – Pasta “Paços do Concelho”, documentos avulsos – Carta de Moura Coutinho para presidente da CML, 15.2.1932.

portuguesa da Idade Moderna. De estilo *neo-romântico*, *filia-se na tipologia da casa portuguesa, na ideologia dominante de Raul Lino*.⁵²³

De planta quadrangular composta pelo corpo principal e torreão, também quadrangular e rematado por pináculos. O torreão é o ponto de partida para o desenvolvimento da casa, destacando-se na sua volumetria de três pisos, em contraste com os restantes dois pisos da residência. As janelas geminadas triplas nas faces Norte e Oeste repetem o mesmo esquema compositivo já ensaiado anos antes no Solar de Vila Meã, assim como os lintéis salientes das janelas do andar nobre. As coberturas são em telhados de três e quatro águas, rematados por beirais revirados e poisa-pardais, o mesmo acontecendo nas chaminés.

A casa está mais ou menos centrada num terreno de formato triangular, e os acessos podem ser feitos tanto a oeste como a este. A fachada oeste, virada para um largo pátio que separa a casa da rua, apresenta uma escadaria oblíqua com balaustrada, dando acesso à varanda do andar nobre. No lado este, acede-se à casa por umas escadas alpendradas com corrimão de remate inferior em voluta.

As paredes são compostas por panos rebocados a branco, enquanto os cunhais e as molduras dos vãos são em cantaria de feição sóbria⁵²⁴, em tudo semelhantes às utilizadas no Solar de Vila Meã. Os alpendres e as janelas são altas, de dois batentes e bandeiras no andar nobre; *sacadas de canto com guardas de ferro à maneira de seiscentos, janelas de guilhotina no sótão com caixilharia verde e branca, óculos de recorte mistilíneo*.⁵²⁵ A fachada Norte apresenta um registo de azulejo azul e branco, da autoria de Jorge Colaço, emoldurado por cercaduras concheadas, que representa S. José e o Menino, numa alusão ao nome do seu primeiro proprietário, estando iluminado por lanterna em ferro forjado.

Interiormente a circulação faz-se pelos espaços de distribuição, vestíbulos e corredores, com divisões que vão dando passagem directa umas às outras; *concepção de valores nacionais, nos revestimentos azulejares, cantarias e marcenarias: espaços com mobiliário da época e fotografias antigas*. No piso térreo o vestíbulo está *decorado com azulejos representando cenas bucólicas e galantes, românticas, enquadradas com motivos neo-rococó, lojas e casas-de-fresco, salas, oratório, copa, cozinha e quartos; 1º andar com quatro quartos em sótão, um deles a ocupar todo o torreão*.⁵²⁶

7.7. Casa de Moura Coutinho, Braga, segunda metade da década de 1920 (Vd. pp. 349, 2º Vol.)

⁵²³ In www.monumentos.pt - Casa da Quinta de Baixo/Casa da Quinta de São José. IPA – Inventário do Património Arquitectónico.

⁵²⁴ Actualmente os cunhais estão pintados de amarelo.

⁵²⁵ In www.monumentos.pt - Casa da Quinta de Baixo/Casa da Quinta de São José. IPA – Inventário do Património Arquitectónico. Recorte Mistilíneo – formado em parte por linhas curvas e em parte por linhas rectas.

⁵²⁶ In www.monumentos.pt - Casa da Quinta de Baixo/Casa da Quinta de São José. IPA – Inventário do Património Arquitectónico.

A casa no Largo de S. João do Souto era propriedade do próprio Moura Coutinho, sendo-lhe atribuído o projecto.⁵²⁷ Não temos conhecimento de que lá tenha vivido, mas os seus descendentes herdaram-na, tendo-a ocupado para habitação.

No AMB encontrámos dois pedidos de licenciamento à CMB, de Moura Coutinho, para proceder a limpezas e canalização, em 1928, e a reparações interiores e conclusão de sacada virada para o terraço interior, em 1943.⁵²⁸

A primeira data permite-nos balizar a obra para a 2ª metade da década de 1920, e a tipologia, volumes e elementos decorativos, apontam para isso. Edifício de quatro pisos, sendo o último amansardado, e quatro panos, sendo o da direita saliente em relação aos outros.⁵²⁹

Moura Coutinho recorre aos elementos e linguagem formal que lhe são característicos, como as janelas duplas e janelas de sacada, *bow-windows*, vãos de verga recta e curva abaulada, e telhados de inclinação acentuada, suportando mansarda.

7.8. Casas na Rua Júlio de Lima, Braga, décadas de 1920-30 (Vd. pp. 350-357, 2º Vol.)

Júlio de Lima⁵³⁰, capitalista e benemérito da cidade de Braga vai, em Julho de 1922, dar início a um processo de construção de casas num seu terreno, com frente para as ruas Gabriel Pereira de Castro (onde tinha a sua residência) e de S. Vicente. Propõe-se logo de início a abrir uma rua (futura Júlio de Lima) ligando estas últimas ruas, em frente à sua casa, dando-lhe perspectiva e abertura de espaço.

As obras dividem-se em duas fases: 1ª fase (casas do lado poente) – 1922-1933; 2ª fase (casas do lado nascente) – 1933-1935.⁵³¹ Popularmente às casas do lado poente se dizem ser de “ricos” e às do lado nascente de “pobres”, pois a diferença é notória, ao nível dos materiais, decoração e de espaço.

De cada lado existem quatro casas, não existindo os projectos de todas elas. Moura Coutinho assina a grande maioria, é-lhe mesmo atribuída toda a rua. Do lado poente é de assinalar uma quinta casa, das primeiras a ser construída neste grupo de habitações, apenas com frente para a Rua de S. Vicente, também da autoria de Moura Coutinho.

Em 1922 dá-se início à primeira casa – no gaveto da Rua Gabriel Pereira e a Rua Júlio de Lima, edifício com uma linguagem semelhante à casa da família Lobato Guerra, no Largo da Senhora-a-

⁵²⁷ Por informação de Eduardo Pires de Oliveira, que diz ter visto os desenhos deste projecto à venda num antiquário, não sabendo agora onde estarão, e confiando na sua declaração, podemos dizer com certeza de que o projecto é de Moura Coutinho.

⁵²⁸ AMB-OG71, Processo 132/43 – Pedido de licenciamento de obras, pelo requerente João de Moura Coutinho, 18.2.1928, 18.7.1928 e 1.1.1943.

⁵²⁹ Recentemente foi-lhe acrescentado mais um corpo, do lado direito, aumentando-se a fachada para cinco panos verticais.

⁵³⁰ *Capitalista abastado e amigo dedicadíssimo de Braga, o seu nome encontra-se gravado, com caracteres indeléveis de gratidão profunda, em todas as grandes obras de beneficência e progresso que em Braga se tem creado e desenvolvido. A sua bolsa generosa e pródiga, está sempre aberta para socorrer os pobres e os necessitados; a sua dedicação está sempre em actividade a favor dos asilos e dos recolhimentos; o seu regionalismo está sempre em exercício a favor dos progressos materiais da sua terra. Não há desgraça alheia, a que a sua generosidade não acuda de pronto; não há instituição de caridade que o não tenha por bemfeitor; não há melhoramento local que o não tome por [certo].* In Almanaque-Anuário de Braga, 1924 – Figuras da época – Júlio de Amorim Lima.

⁵³¹ AMB-OG2, Processo 129/921 e OG22, Processo 146/935 – Processos de licenciamento de obras.

Branca. Telhados recortados e “ondulados”, conseguindo grande variedade de volumes, vãos e inclinações da cobertura. Toda esta banda de edifícios está pintada de cor-de-rosa, com excepção da casa que faz gaveto com a Rua de S. Vicente e a Rua Júlio de Lima, que está pintada de amarelo. Esta casa é a última a ser construída do lado poente, tendo vistoria em 1933. No meio outra casa com desenhos de Moura Coutinho que deram entrada na Câmara, faltando o projecto da segunda casa. Estas quatro casas inscrevem-se numa linguagem decorativa, já um pouco afastada dos ecletismos das primeiras décadas do século XX, mas ainda remetendo-se para uma riqueza de elementos, materiais e relevos, reflexo de um momento de progresso económico.

As casas do lado nascente estão despojadas de elementos decorativos, é o auge da utilização do betão à vista, sem pintura ou artifícios, revelando num ou noutro pormenor um interesse por elementos geométricos de tendência *art déco*, mas sem o luxo ou o brilho que caracterizou este movimento. Das quatro casas, duas têm projecto em arquivo. O primeiro, no gaveto da Rua Gabriel Pereira com a Rua Júlio de Lima, com assinatura de Moura Coutinho; o outro, no gaveto da Rua de S. Vicente com a Rua Júlio de Lima, com assinatura do arquitecto João Pereira Braga, arquitecto que assinava projectos de Moura Coutinho, a partir de meados da década de 1930.

De um lado e outro as casas têm três pisos, com excepção de uma do lado nascente, que tem dois. No entanto, é nítida a diferença ao nível do pé direito, sendo o das casas do lado poente mais altas, com mais espaço, maiores aberturas, mais luz e possivelmente com melhor qualidade de vida, daí a diferenciação das casas para os “ricos” e as casas para o “pobres”, sendo estas “casas económicas”, no sentido que foram mais baratas ao construtor, e não necessariamente aos seus habitantes.

7.9. Casa do Sr. Augusto Cruz, Braga, 1928-29 (Vd. pp. 358, 2º Vol.)

Ainda na Rua de S. Vicente, em frente à Rua Júlio de Lima, Moura Coutinho foi o responsável por um projecto de uma casa estreita para o Sr. Augusto Cruz, que possuindo aí uma casa a vai demolir, para a construção de uma nova, em 1928.⁵³²

A casa é composta por três pisos, com grandes aberturas, ocupando toda a frente da casa, pois como era estreita e comprida receberia pouca luz directa. No r/c tinha um escritório e espaço de circulação; no 1º andar a cozinha, sala de jantar e sala de estar; no 2º andar dois quartos e WC.

Exteriormente enquadra-se no gosto decorativo das casas do lado poente da Rua de Júlio de Lima, estando em construção na mesma altura, terminando a obra em 1929.

⁵³² AMB-OG11, Processo 57/928.

Conclusão

Moura Coutinho chega a Braga ainda muito jovem, aos 17 anos vai trabalhar na Direcção das Obras Públicas, sob a alçada do seu tio Bento Fortunato de Moura Coutinho de Almeida d'Eça, fazendo algumas amizades que durarão a vida toda, como com Ernesto Korrodi, professor de desenho industrial.

Tendo concluído os seus estudos académicos ao nível do secundário, por força da morte do seu pai, do tio-avô com o mesmo nome que o seu (que foi reitor do Liceu de Aveiro), e do seu tio-padrasto, a vida e a experiência nas Direcções das Obras Públicas permitiu-lhe uma aprendizagem tanto mais acelerada quanto o era a sua curiosidade e interesse pela História, pela Arte e pela Arquitectura.

A sua família materna era de Esgueira, Aveiro, e a família paterna de Coimbra, cidade que sempre manterá como exemplo quando dele precisa, nas coisas relativas à arquitectura, ao urbanismo e às belezas naturais. Reuniu sobre esta cidade vasta bibliografia, o que demonstra não apenas o seu interesse científico e artístico, mas o seu amor pela cidade.

Mas será em Braga que inicia a vida adulta de trabalho, e a onde regressou depois de uma curta saída, para só voltar a deixá-la com a sua morte, pois quis ser sepultado em Coimbra.

Responsável por um elevado número de obras arquitectónicas e urbanísticas em Braga, Moura Coutinho, ainda lembrado por muitos, mas já esquecido por alguns, dedicou grande parte da sua vida a esta cidade, dotando-a de uma razoável quantidade de equipamentos, na sua grande maioria de elevada qualidade arquitectónica, construtiva e estética. Pena é que alguns tenham já desaparecido e outros para lá caminhem, se a consciência da cidade não for alertada para a sua preservação e memória.

Se a grande maioria dos seus trabalhos está em Braga, outras vilas e cidades puderam beneficiar também do seu labor contínuo e do seu interesse pelo que ao que às cidades diz respeito – as suas ruas e circulação, os fluxos de entrada e saída de gentes e mercadorias, aos seus equipamentos sociais e de assistência, culturais e de lazer, de trabalho e de habitação.

A variedade de tipologias em que se moveu permitiu-nos fazer um levantamento exaustivo, mas não esgotado, do seu inventário arquitectónico, ficando no que ao urbanismo diz respeito muito ainda para investigar, permitindo por si só um estudo que em muito enriqueceria o conhecimento sobre a cidade de Braga, pois dela e para ela muito falou, escreveu e projectou.

Não sendo formado academicamente como arquitecto isso não o impediu de se aventurar na arte de construir, aprendizagem feita desde cedo nas Obras Públicas, nas viagens e nas leituras atentas, e muitas vezes citadas, daqueles que considerou como seus mestres e mentores. Escrevia muito, e escrever é uma forma de pensar e estudar, porque mais reflexiva que a oralidade permite também fixar

as ideias para puderem ser discutidas e até refutadas. Como as controvérsias com Manuel Monteiro relativamente à interpretação do estilo da Capela de S. Frutuoso de Montélios, visigótica para Moura Coutinho, versus Moçárabe, para Manuel Monteiro. As opiniões de ambos travavam-se nos jornais, através de artigos e cartas, de forma a ser acompanhada e angariar adeptos ora de um ora de outro. Este é um dos seus trabalhos que exige um estudo aprofundado, que aqui o não pudemos desenvolver, por ir além do âmbito do que nos propusemos fazer.

O estudo da sua obra arquitectónica, e a leitura do que escrevia ou descrevia sobre os seus e outros edifícios, permite-nos fazer um juízo de valor relativamente ao seu conceito de arquitectura, baseada no reconhecimento dos estilos e do vocabulário formal. A ideia de arquitectura como linguagem, na maior parte das vezes, uma linguagem inspirada em modelos históricos de valor comprovado, adaptando-o às novas circunstâncias e gostos que a sua clientela acompanhava e queria.

Esta ideia de arquitectura, também enquanto forma plástica e decorativa, que caracterizou um período relevante da história da arquitectura do final do século XIX, início do século XX, marcou a sua primeira fase de trabalho até meados da década de 1920, para pouco a pouco procurar uma outra linguagem, menos carregada de símbolos e mais adepta das novas linguagens de raiz abstractizante e geométrica. Recorreu a novos modelos de inspiração e conhecimento, na procura da transição da tradição para a inovação, como por exemplo as citações que faz de Le Corbusier, quanto a conceitos de carácter urbanístico.

A investigação levada a cabo permitiu avaliar as repercussões em Braga, não apenas nas obras que deixou, mas na influência noutros arquitectos e condutores de obra que se lhe seguiram. Este será com certeza um estudo que muito contribuirá para o entendimento das escolhas arquitectónicas da cidade, quer naqueles que o seguiram, quer nos que se lhe opuseram. Deixamos o repto de uma possível investigação comparativa entre outros artistas que trabalharam em simultâneo, ou no encalço do seu trabalho.

Bibliografia e Fontes

Bibliografia, em Volume

AA.VV – *Teoria da Arquitectura/Do Renascimento aos nossos dias*. Edições Taschen, 2003. ISBN 3-88228-2693-6.

AA.VV. – *Pontes Metálicas e Arquitectura do Ferro a propósito de um centenário*. Cat. Exposições das Comemorações do Centenário da Ponte D. Luís (1881-1981). Santarém/Almeirim: Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém e Arqueologia Industrial da Região de Lisboa, 1981.

ALVES, Luís Alberto Marques – *Contributos para o estudo do ensino industrial em Portugal: 1851-1910*. 3 vols. Dissertação de Doutoramento pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado. Porto: FLUP, 1998.

ANACLETO, Maria Regina Dias Baptista Teixeira – *Arquitectura Neomedieval Portuguesa 1780-1924*. 2 Vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997. ISBN 972-31-0748-1.

IDEM – *História da Arte em Portugal/Neoclassicismo e romantismo*. Vol. 10. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.

ARAÚJO, Manoel – *Indústrias de Braga (Notas de um jornalista)*. Braga: Tip. da «Pax», c. 1928.

ARCHITECTURE: *méthode et vocabulaire*/Ministère des Affaires Culturelles. Paris: Imprimerie Nationale, 1972.

BANCO LISBOA & AÇORES – Banco Lisboa & Açores/Elementos para a sua História. Lisboa: Casa Portuguesa, 1940

BARROSO, Eduardo Paz (Comissário) – *Teatro e Arquitectura. Reabilitação de Espaços: Procedimentos e Imaginários*. Colóquio in “*Instituto das Artes Cénicas*”. Porto: Org. Teatro Nacional S. João, 1994.

BEAUVERT, Thierry et PAROUTY, Michel – *Les Temples de l’opéra*. Paris: Découverts Gallimard Architecture, 1990. ISBN 2-07-053102-3.

BLANCO, Javier Rivera (coord.) – *Arquitectura y Orden: ensayos sobre tipologías arquitectónicas*. Valladolid: I.C.E.U.V.C.O.A.L., D.L. 1988.

CALADO, M^a Marques – *A Cultura Arquitectónica em Portugal/1880-1920/Tradição e Inovação*. Dissertação de Doutoramento pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa texto policopiado. 3 vols. Lisboa: FAUTL, 2003.

CARDOSO, António – *O arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no norte do País na primeira metade do século XX*. 2^a ed. Porto: FAUP Publicações, 1997. ISBN 972-9483-24-8.

CARNEIRO, Luís Soares – *Teatros Portugueses de Raiz Italiana*. 2 vols. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Texto policopiado. Porto: FAUP, 2002.

CENTRE GEORGES POMPIDOU – *Images et imaginaires d'architecture: dessin; peinture; photographie; arts graphiques; théâtres; cinéma en Europe aux XIX et XX siècles*. Paris, 1984.

COIMBRA, Artur Ferreira – *Fafe a Terra e a Memória*. Fafe: Câmara Municipal de Fafe, 1997. ISBN 972-95027-9-X.

COLE, Emily (Editor Geral) – *A Gramática da Arquitectura*. S. l.: Livros e Livros, 2003. ISBN 972-791-102-1

CONCEIÇÃO, Catarina Isabel da Cruz – *Os Novos Paços do Concelho da Vila da Lousã*. 2 vols. Trabalho realizado no âmbito de Seminário em História da Arte. Texto policopiado. Coimbra: FLUC, 1999.

CORVIN, Michel (Dir.) – *Dictionnaire Encyclopédique du Théâtre*. Paris: Bordas, 1991.

COSTA, José Cecílio de Magalhães Mexia – *Estudos para a construção de Teatros e transformação dos existentes como precaução contra o risco de incêndios e de pânico. Aos Congressos de Bombeiros – Portugal*. Composto e Impresso na Tip. do Reformatório Central de Lisboa “Padre António de Oliveira”. Caxias, Julho de 1930.

COSTA, Lucília Verdelho da - *Ernesto Korrodi 1889-1944/arquitectura, ensino e restauro do património*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. ISBN 972-33-1333-2.

COSTA, Luís – Braga – *Roteiro Monumental e História do Centro Cívico*. Braga: Câmara Municipal de Braga, 1985.

DIAS, Pedro e REBELO, Fernando – *Lousã a terra e as gentes*. Lousã: CML, 1985.

EÇA, João de Moura Coutinho de Almeida d' – *S. Fructuoso de Montélios: Capela visigótica do século VII (Braga-Portugal)*. Madrid: C. Mermejo, impressor, 1945. [Publicado na revista *Las Ciencias*, de Madrid, Año X, nº 3].

IDEM - *Os Sarcófagos de Dume na Arte Pré-Românica*. Ed. Póstuma. Braga: Bracara Augusta, vol. VIII, nº 3-4 (37-38), Julho – Dezembro, 1957.

IDEM – *A Capela de S. Fructuoso*. Ed. Póstuma. Braga: S. d. Ed. Aspa, 1978.

FEIO, Alberto – *Coisas memoráveis de Braga e outros textos*. (Org. prefácio e bibliografia – H. Barreto Nunes; E. Pires de Oliveira). Braga: Biblioteca Pública de Braga - Universidade do Minho, 1984.

FERNANDES, José Manuel – *Arquitectura Modernista em Portugal*. Lisboa: Gradiva - Publicações L.^{da}, 1993.

FRANÇA, José Augusto – *A Arte em Portugal no Século XIX*. 2 vols. 2ª ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1981.

IDEM – *História da Arte em Portugal/O Pombalismo e o Romantismo*. Lisboa: editorial Presença, 2004.

FUSCO, Renato de – *A Ideia de Arquitectura*. Lisboa: Edições 70, 1984.

GOMES, Joaquim da Silva – *Galeria dos Presidentes/ Braga 1836-2006*. Braga: C.M.B., 2006. ISBN 972-98562-2-2

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa: Editorial Enciclopédia, vol. II, s.d.

História de “O Nosso Café”, Braga, 1961.

KOCH, Wilfried – *Estilos de Architectura I/II*. 2 vols. 2ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

LEITE, Artur Magalhães – *Fafe em Datas*. Amarante: Ed. Labirinto, 2010. ISBN 978-989-8386-83-8

LEITE, Artur Magalhães – *O ensino em Fafe (1750-1974)*. S. l.: Empresa do Diário do Minho, Lda, 2005. ISBN 972-9060-86-X

LEMONS, Álvaro Viana de – *A Lousã e o seu Concelho*. [1950]. 2ª Reedição. Lousã: BML/CML, 2001. ISBN 972-8572-02-6.

LINO, Raul – *Casas Portuguesas/Alguns apontamentos sobre o arquitectura das casas simples*. 11ª Ed. Lisboa: Cotovia, 1992. ISBN 978-972-8028-25-1.

LÔBO, Margarida Souza - *Planos de Urbanização/A Época de Duarte Pacheco*. 2ª ed. Porto: FAUP Publicações e DGOTDU, 1995. ISBN 972-9483-14-0.

LOUREIRO, J. Pinto - *Anais do Município de Coimbra 1890-1903*. Coimbra: Edição da Biblioteca Municipal, 1939.

MADAHIL, António da Rocha – *A propósito dos livros do Architecto Moura Coutinho*, Prefácio In *Catálogo da Valiosíssima e Magnífica Biblioteca reunida pelo distinto Architecto de Braga João de Moura Coutinho*. 2 vols. Lisboa: Arnaldo Henriques de Oliveira, Livreiro Antiquário, 1955.

MESQUITA, Mário J. (coord.) – *Marques da Silva/O Aluno, O Professor, O Architecto*. Cat. Porto: IAJMS e FAUP, 2006.

MONTEIRO, Manuel – *Dispersos*. Braga: ASPA, 1980

OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *A Paróquia de São José de São Lázaro (1747-1997)*. Braga: Paróquia de São José de São Lázaro, 1997.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Arte Religiosa e Artistas em Braga e sua Região (1870-1920)*. Braga: Ed. APPACDM Distrital de Braga, 1999. ISBN 972-8424-55-8

OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Estudos sobre os séculos XIX e XX em Braga*. Braga: Ed. APPACDM Distrital de Braga, 1995. ISBN 972-8195-10-2. ISBN 972-8195-10-2

OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *O edifício do Convento do Salvador/De Mosteiro de Freiras ao Lar Conde de Agrolongo*. Braga: Ed. Lar Conde de Agrolongo, 1994.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de; SOUTO MOURA, Eduardo; MESQUITA, João – *Braga: Evolução da Estrutura Urbana*. Cat. Braga: Câmara Municipal de Braga, 1982.

PEDREIRINHO, José Manuel – *Dicionário dos Arquitectos Portugueses activos em Portugal do séc. I à actualidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

PIMENTEL, Alberto - *O Porto ha trinta annos*. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz Editores, 1893.

POUGNAUD, Pierre – *Théâtres, quatre siècles d'architecture et d'histoire*. Paris: Editions du Moniteur, 1980.

RIBEIRO, Ana Isabel de Melo - *Arquitectos portugueses: 90 anos de vida associativa 1863-1953*. 1ª ed. Porto: FAUP Publicações, 2002. ISBN 972-9483-48-5.

RIO-CARVALHO, Manuel – *História da Arte em Portugal/Do romantismo ao fim do século*. Vol. 11. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso - *Monumentos Pátrios/A arquitectura religiosa medieval - património e restauro (1835-1928)*. 2 vols. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: FLUP, 1995.

SILVA, Rafael Santos – *Praça da Liberdade: 1700-1932/Uma história da Arquitectura e Urbanismo no Porto*. Dissertação de Mestrado em História da Arte Portuguesa pela faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: FLUP, 2007.

SOCIEDADE DO TEATRO CIRCO DE BRAGA – *Estatutos*. Braga: Oficinas Gráficas Augusto Costa & C^a, L.^{da}, 1943.

IDEM – *Os quarenta anos da vida do Teatro Circo de Braga*. Braga, 21 de Abril de 1955.

TAVARES, José Pereira – *História do Liceu de Aveiro*. Figueira da Foz: Tipografia Popular, 1937.

TEIXEIRA, Luís Manuel – *Dicionário Ilustrado de Belas-Artes*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

THEATRO-CIRCO DE BRAGA – *3 Olhares para 77 anos de Vida*. Braga: Editora Correio do Minho, 1992.

TOMÉ, Miguel – *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP Publicações, 2002. ISBN 972-9483-54-X.

ZEVI, Bruno – *Saber ver a arquitectura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

Bibliografia, em Publicações Periódicas

A.R.N. (António Ringaud Nogueira) – Os Teatros modernos (...). *O Primeiro de Janeiro*. (Fev.-Mar. 1909).

Almanak de Braga e seu Districto, 1894, 1905.

ALVES, Luís Alberto Marques – O Ensino na segunda metade do século XIX. In *Revista da FLUP História*. Porto, III Série, vol. 2, 2001.

ASPAs Boletim informativo/Associação para o Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural. Braga. Nº 1, (Jan.–Set. 1979).

A ARCHITECTURA PORTUGUEZA - A Casa do Sr. Conde de Agrolongo, Anno II, nº 12, Lisboa, Dezembro de 1909.

IDEM - O Theatro-Circo de Braga, Ano IV - Nº 5, Lisboa, Maio de 1911.

IDEM - O novo Asilo de Mendicidade “Conde de Agrolongo”, em Braga, Ano VII - Nº 7, Lisboa, Julho de 1914.

IDEM – Um concurso interessante para projectos de construções económicas, aberto pela Exm^a C. M. da Póvoa de Varzim. Ano IX - Nº 6, Lisboa, Janeiro de 1916

IDEM – Primeiras edificações da Avenida dos Banhos, na Póvoa de Varzim – casa do Dr. Caetano Marques d’Oliveira e o balneário, Ano X - Nº 1, Lisboa, Janeiro de 1917.

IDEM - O Solar de Vila Meã, Ano X, Nº 11, Novembro de 1917.

IDEM - A Igreja de S. José na Póvoa de Varzim e a “casa do artista”, na Avenida da Liberdade, em Braga. Ano XI – Nº 1, Lisboa, Janeiro de 1918.

IDEM – A Filial do Banco do Minho, no Porto, e a Filial do Banco Nacional Ultramarino, em Braga, Ano XI, nº 8. Lisboa, Agosto de 1918.

A CONSTRUÇÃO MODERNA – Atheneu Commercial de Braga, Ano XI, Nº 13, 5.7.1911.

IDEM – O novo Asilo de Mendicidade “Conde de Agrolongo”, Braga, Ano XIV, Nº 21, 10.11.1914.

IDEM – Concurso de Casas Económicas aberto pela Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, Ano XVI, Nº 13, 10.7.1916.

IDEM – Projecto da Avenida dos Banhos na Póvoa de Varzim, Ano XVII, Nº 5, 10.3.1917.

IDEM – Projéto da Igreja de S. José na Póvoa de Varzim, Ano XVIII, Nº 10; 25.5.1918.

IDEM – Projecto da Filial do Banco do Minho no Porto, Ano XVIII, nº 17, Lisboa, 10.9.1918.

A ILLUSTRAÇÃO PORTUGUEZA – O Novo Theatro Lyrico do Porto/O Concurso para a reconstrução do Theatro S. João. 2ª Série, 9º vol., nº 211, 7.3.1910.

COMÉRCIO DO PORTO – Projecto de theatro, 23.2.1910; 24.2.1910.

CORREIO DO MINHO. Bissemanário. Braga. (Jan. 1902 – Dez. 1907).

CORREIO DO NORTE. Bissemanário. (Dez. 1907 – Jun. 1911).

DIÁRIO DO MINHO. (Abr. 1919 – Jul. 1921).

ECHOS DO MINHO. Bissemanário. (Jan. 1911 – Abr. 1915).

GONÇALVES, Flávio (dir.) – *Póvoa de Varzim*. Boletim Cultural, vol. VII, nº 2. Póvoa de Varzim: Ed. C. M. P. V, 1968 e vol. XIII, nº 1, 1974.

KORRODI, Ernesto – Um Monumento Byzantino-Latino em Portugal [S. Frutuoso de Montélios], in Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses, Lisboa, 3ª série, 8(1-2), 1898.

LANDOLT, João Agostinho (dir.) – Concurso de Projectos de Casas Económicas aberto pela Ex.^{ma} Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. *Póvoa de Varzim: Rev. Genuínamente Patriótica! De Propaganda às Belezas da Póvoa de Varzim, fomentadora do Turismo à sua Praia de Banhos. Padrão de História Concelhía*. Póvoa de Varzim. Ano 5º, Nº18, 23.07.1916.

MACEDO, Ana Maria Costa – Teatro Circo: Oito décadas de um projecto colectivo na cidade de Braga. *Mínia*. Braga. 3ª Série, Ano III, (1995).

MONTEIRO, Manuel – A Bizantinice da Igreja de S. Fructuoso, in *Correio do Minho*, 6.8.1949; 13.8.1949; 20.11.1949.

IDEM – Cartas entre o Dr. Jerónimo de Sousa Louro e Manuel Monteiro e vice-versa, sobre S. frutuoso de Montélios, in *Correio do Minho*, 19.8.1949.

MOURA COUTINHO DE ALMEIDA D'EÇA, João de – “Braga fallou!”, in *Diário do Minho*, 8.6.1926.

IDEM – O Edifício do Tribunal. In *Diário do Minho*, 30.6.1926.

IDEM – A Capela de S. Fructuoso – a sua restauração/a sua reintegração, in *Correio do Minho*, 29.3.1931; 24.4.1931; 12.5.1931; 7.6.1931.

IDEM – Problema Citadino - Melhoramentos de Braga/Entrevistas a Moura Coutinho, in *Correio do Minho*, 19.02.1933; 24.02.1933; 26.02.1933; 08.03.1933

IDEM – O Passado, in *Correio do Minho*, 24.6.1937.

IDEM - O Monumento de S. Frutuoso, in *Correio do Minho*, 24.6.1937.

IDEM – Interesses da Cidade - Alinhamentos, in *Correio do Minho*, 27.07.1939; 28.07.1939.

IDEM – A Catedral de Braga – Prólogo entre parêntesis, in *Correio do Minho*, 18.8.1940.

IDEM – Viagem à volta da Sé – parecer num caso de estética citadina, in *Correio do Minho*, 23.2.1941.

IDEM – A Catedral Românica de Braga, in *Correio do Minho*, 29.4.1942.

IDEM – À volta da Sé, in *Correio do Minho*, 9.5.1943.

IDEM – A Toponímia da cidade, in *Correio do Minho*, 4.3.1944.

IDEM – A Capela de S. Frutuoso de Montélios, in *Correio do Minho*, 3.9.1949; 10.9.1949; 17.9.1949; 24.9.1949, 1.10.1949; 8.10.1949; 15.10.1949; 22.10.1949; 29.10.1949; 26.11.1949; 17.12.1949; 31.12.1949; 14.1.1950.

IDEM – S. Frutuoso de Montélios – cartas de Moura Coutinho para Manuel Monteiro e vice-versa, in *Correio do Minho*, 5.11.1949.

IDEM – Resposta a uma carta do Sr. Dr. Manuel Monteiro, in *Correio do Minho*, 26.11.1949.

IDEM – Dois Problemas de Urbanização, in *Correio do Minho*, I - A construção do troço da Rua Francisco Sanches, 08.02.1952; II - Mercado, 17.02.1952.

IDEM – Entrevista a Moura Coutinho sobre a correspondência entre Manuel Monteiro e António Augusto Gonçalves, in *Correio do Minho*, 23.2.1952.

IDEM – *Asilo Conde de Agrolongo – Nota Indicativa*. Braga, 20 de Outubro de 1952.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de; COSTA, Luís - O “progresso” em Braga 1. Através das actas camarárias. In *Minia*. Braga, 2ª Série, 1(2), 1978.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de - *A difícil dialéctica entre o passado e a modernidade: Braga 1925-1950*. Braga: Universidade do Minho - Centro de Estudos Lusíadas, 2005, Separata de FORUM, Braga, 38, Jul-Dez 2005.

IDEM – Estudos Bracarenses. 1. As Alterações Toponímicas (1380-1980). *Separata da Revista MVSEU*, 3ª série, Nº 1 – 1981. Braga: ASPA – Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural, 1982.

IDEM - Arquitectura de ferro na cidade de Braga, Estudos Bracarenses – 7, in *Mínia*. Braga, 5/6, 1982.

PANPULIM, Pedro - Teatros de Portugal: Teatro Circo de Braga: De 1907 aos nossos dias. *Artes & Espectáculos*. Lisboa. Nº 3 (12.10.1993).

RAMOS, Rui J. G. – “Produções correntes” em arquitectura: a porta para uma diferente gramática do projecto no início do século XX. In Revista da FLUP *História*. Porto, 2005.

SANTOS, Ademar Ferreira dos – património cultural: “Dificuldades que tem um reino velho para emendar-se”, in *Mínia*. Braga, 6(7), 1983.

Webgrafia

www.monumentos.pt – IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. IPA – Inventário do Património Arquitectónico.

www.geneall.pt – genealogias

<http://www.museu-emigrantes.org> C.f. Diário do Minho – Braga, [01/07/2004] [Francisco de Assis e Marta Encarnação] e Anne Stoop - *Palácios e Casas Senhoriais do Minho*. Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1993.

<http://portal.scmpl.pt> - Portal da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa do Lanhoso.

www.scmpb.pt – Site da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca.

www.povoaheranca.com – Hospital António Lopes, Póvoa de Lanhoso. Artigo de Carlos Sousa Dias.

www.lisboapatrimoniocultural.pt – Artigo sobre Jorge Colaço (1868-1942).

www.bportugal.pt – Site do Banco de Portugal.

Fontes Manuscritas e Dactilografadas

Arquivo da Biblioteca Municipal Rocha Peixoto / Póvoa de Varzim

Arquivo Distrital de Aveiro

Arquivo Histórico do Banco de Portugal – Agência de Viseu

Arquivo Histórico – Biblioteca Municipal da Lousã

Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Lisboa

Arquivo Histórico Municipal de Coimbra

Arquivo Histórico Municipal do Porto

Arquivo Municipal de Braga

Arquivo Municipal de Fafe

Arquivo Municipal de Lisboa (Pólo Arquivo Histórico)

Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim

Arquivo da Universidade de Coimbra

Conservatória do Registo Civil de Braga

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - Direcção de Serviços Regionais de Monumentos do Centro

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - Direcção de Serviços Regionais de Monumentos do Norte

Fontes Iconográficas

Arquivo Histórico do Banco de Portugal – Agência de Viseu

Arquivo Histórico – Biblioteca Municipal da Lousã

Arquivo Histórico Municipal do Porto

Arquivo Municipal de Braga

Arquivo Municipal de Fafe

Arquivo Municipal de Lisboa (Pólo Arquivo Histórico)

Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim

Arquivo da Ordem dos Carmelitas Descalços, Braga.

Biblioteca Pública de Braga – Universidade do Minho - Arquivo do ateliê de arquitectura/oficina de desenho de João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça.

Braga Desaparecida 1895-1970, Associação Juvenil a “Bogalha”, Braga, 1995.

Braga d'Outros Tempos – Fotografias do Arquivo da Foto Aliança, Braga: Câmara Municipal de Braga – pelouro da Cultura, Museu da Imagem, 2005.

Bilhetes Postais antigos, da colecção privada do Sr. Eduardo Pires de Oliveira (EPO)

OLIVEIRA, Eduardo Pires de - *Para o Estudo da Imagem de Braga. O Postal Ilustrado*. Cat., Braga: ASPA, 1979.

Fotografias da autora, com excepção das referidas nas respectivas legendas.

Índice

Resumo	III
Sumário	V
Abreviaturas e Siglas	VI
Introdução	1
I - Perfil Intelectual e Artístico	5
1.Apontamentos Biográficos e Artísticos	5
2.A Biblioteca do Arquitecto	13
II – A Comissão de Estética e os Melhoramentos em Braga	16
III – Obras de Arquitectura	21
1.Arquitectura Religiosa	21
1.1.Modificação da Fachada da Igreja do Carmo, Braga	21
1.2.Igreja Paroquial de S. Tomé das Caldas das Taipas, Guimarães	23
1.3.Igreja Paroquial de S. José de Ribamar, Póvoa de Varzim	26
2.Arquitectura Hospitalar e de Assistência Social	29
2.1.Asilo/Lar de Mendicidade Conde de Agrolongo, Braga	29
2.2.Hospital António Ferreira Lopes, Póvoa de Lanhoso	35
2.3.Asilo/Lar dos Condes da Folgosa, Ponte da Barca	38
3.Arquitectura Teatral	41
3.1.Teatro Circo de Braga	41
3.2.Projecto para o Teatro Lírico de S. João, Porto	50
4.Arquitectura Financeira	55
4.1.Banco Nacional Ultramarino, Braga	55
4.2.Banco do Minho, Porto	56
4.3.Banco Lisboa & Açores, Porto	60
4.4.Banco de Portugal, Braga	62
4.5.Banco de Portugal, Viseu	65
4.6.Banco do Minho, Braga	67
4.7.Banco do Minho, Lisboa	68

4.8.Banco Espírito Santo, Braga	69
5.Arquitectura de Restauração, Hotelaria e Turismo	70
5.1.Padaria A Nacional, Braga	71
5.2.Casa e Padaria/Pastelaria Ferreira Capa, Braga	72
5.3.Café A Brasileira, Braga	74
5.4.Hotel Aliança, Braga	75
5.5.Edifício do Turismo, Braga	76
6.Outros Equipamentos Urbanos – Públicos e Privados	77
A.Paços do Concelho e outros Equipamentos Municipais	77
A.1.Paços do Concelho de Fafe	77
A.2.Paços do Concelho da Lousã	81
A.3.Mercado Municipal, Braga	87
A.4.Tribunal Judicial, Braga	89
A.5.Cozinha Económica, Braga	92
B.Equipamentos Urbanos de Iniciativa Particular	93
B.1. Ateneu Comercial, Braga	93
B.2. Garagem Auto-Palace (O Nosso Café), Braga	95
B.3.CUF – Companhia União Fabril, Braga	96
B.4.Fábrica de Chapéus A Industrial, Braga	97
C.Equipamentos Escolares	98
C.1.Liceu Sá de Miranda, Braga	98
C.2.Escola Primária, Quinchães, Fafe	98
7.Habitação, Prédios de Rendimento e Casas Económicas	101
7.1.Palacete das Casas Novas de António Ferreira Lopes, Póvoa de Lanhoso	101
7.2.Solar de Vila Meã, Silveiros, Barcelos	103
7.3.Casa do General Lobato Guerra, Braga	105
7.4.Casa do Artista/Cabine, Braga	106
7.5.Prédio de Rend. para Hab. e Comércio do Sr. António Lopes, Braga	107
7.6.Casa da Quinta de Baixo/Casa da Quinta de São José, Lousã	108
7.7.Casa de Moura Coutinho, Braga	110
7.8.Casas na Rua Júlio de Lima, Braga	111

7.9.Casa do Sr. Augusto Cruz, Braga	112
Conclusão	113
Bibliografia e Fontes	115
Bibliografia, em Volume	115
Bibliografia, em Publicações Periódicas	119
Webgrafia	122
Fontes Manuscritas e Dactilografadas	122
Fontes Iconográficas	123